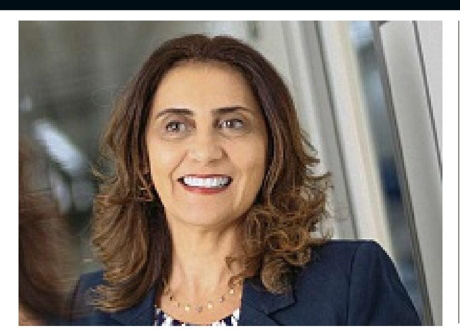
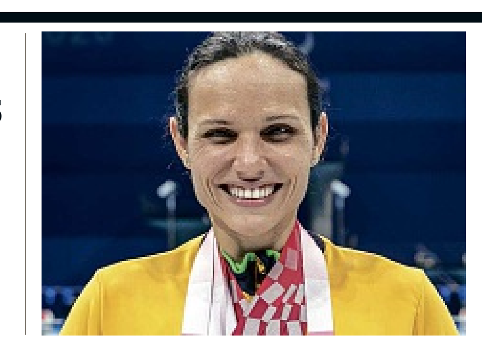
INÊS 249

Sistema financeiro
Reconduzida ao comando do 'Conselhinho', Adriana de Toledo quer aproximar o órgão da CVM para aperfeiçoar regulação C5



Combustíveis
Governo anuncia medidas para diminuir o custo do gás. A estatal PPSA vai poder ampliar a venda direta para a União A4



Potência paralímpica
A nadadora Carol Santiago é um dos destaques da delegação brasileira, que será a maior da história no exterior B6

Sábado, domingo e segunda-feira, 24, 25 e 26 de agosto de 2024
Ano 25 | Número 6073 | R$ 6,00
www.valor.com.br

Valor ECONÔMICO

25 ANOS

Projetos de hidrogênio verde somam R$ 188,7 bi

Rafael Bitencourt
De Brasília

O Brasil conta com 66 projetos de hidrogênio verde que somam investimentos de R$ 188,7 bilhões, segundo levantamento da Confederação Nacional da Indústria (CNI). A maior parte deles está concentrada no Nordeste. No Ceará, o Porto de Pecém apresenta o investimento mais robusto, de R$ 110,6 bilhões, e demais portos devem concentrar os outros aportes mais expressivos.

Isso é um indicativo de que os investidores preparam projetos para atender à demanda externa. Diante desse cenário, especialistas e governo destacam a necessidade de também se olhar para o mercado interno, de forma a assegurar que o Brasil se torne referência na produção de bens industrializados sustentáveis. "A grande questão é como transformar vantagens comparativas que o Brasil tem em competitividade", diz o superintendente de meio ambiente e sustentabilidade da entidade, Davi Bomtempo. **Página A6**

Israel ataca Hezbollah no sul do Líbano

James Shotter, Raya Jalabi e Steff Chávez
Financial Times

As forças militares de Israel lançaram uma larga ofensiva aérea no sul do Líbano nas primeiras horas do domingo, em uma tentativa de impedir o que chamaram de "amplo ataque" do Hezbollah. O grupo xiita libanês, que é apoiado pelo Irã, respondeu com foguetes e drones, no que foi o maior embate entre os dois lados desde uma guerra de 34 dias em 2006. O episódio marca uma forte escalada das hostilidades, que aumentaram após o início do conflito entre Israel e Hamas em Gaza no ano passado, e eleva as tensões na região. Os ataques coincidem com uma reunião no Egito para discutir o fim da guerra. **Página A15**

Não é crível uma melhora substantiva na área fiscal nos próximos dois anos
Gustavo Loyola A17

É incompatível liderar o debate climático e apoiar a exploração de petróleo
Pedro de Camargo Neto A16

Indicadores

Ibovespa	23/ago/24	0,32 % R$ 21,9 bi
Selic (meta)	23/ago/24	10,50% ao ano
Selic (taxa efetiva)	23/ago/24	10,40% ao ano
Dólar comercial (BC)	23/ago/24	5,5257/5,5263
Dólar comercial (mercado)	23/ago/24	5,4788/5,4794
Dólar turismo (mercado)	23/ago/24	5,5185/5,6985
Euro comercial (BC)	23/ago/24	6,1750/6,1762
Euro comercial (mercado)	23/ago/24	6,1308/6,1314
Euro turismo (mercado)	23/ago/24	6,2097/6,3897



Meio ambiente



Ministro britânico do setor de energia, Ed Miliband disse em entrevista a Daniela Chiaretti que o Reino Unido quer voltar à liderança climática e busca novas parcerias com o Brasil. Em sua visita ao país, foram assumidos compromissos ambiciosos e antes do prazo de fevereiro de 2025. Página A18

Crise climática já causa perdas de R$ 6,67 bi ao agronegócio

Cenários Chuvas no RS e seca no Norte geraram perdas na agricultura e na pecuária; incêndios em SP preocupam

Nayara Figueiredo, Marcelo Beledeli, Cleyton Vilarino e Fabio Murakawa
De Manaus, Porto Alegre*, São Paulo e Brasília

Extremos climáticos, como as enchentes no Rio Grande do Sul e a seca que castiga a região Norte, já causaram ao menos R$ 6,67 bilhões em prejuízos para o agronegócio brasileiro. Segundo especialistas, a conta é alta e os efeitos ainda devem perdurar, seja por danos estruturais ou por impacto nas atividades agrícolas e pecuárias.

Além das perdas de vidas, a tragédia das enchentes no Rio Grande do Sul em abril e maio causou prejuízos de R$ 5,4 bilhões à agricultura e pecuária do Estado, de acordo com a Confederação Nacional dos Municípios (CNM). Na região Norte, onde a falta de chuvas reduz o volume d'água em rios antes caudalosos, os danos à agricultura e à pecuária somam quase R$ 1,3 bilhão, acrescenta a entidade. Como a seca persiste, a CNM diz que o montante deve aumentar à medida que novas informações sejam reportadas pelas cidades.

Na Amazônia, ribeirinhos vêm afirmando que a estação seca chegou mais cedo este ano, mas na verdade ela sequer foi embora, avalia Ana Paula Cunha, pesquisadora do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden). Segundo ela, a seca completou um ano em diversas regiões do bioma, e os impactos negativos são maiores entre os mais pobres.

Já no Porto de Rio Grande, principal via de exportação da produção agrícola gaúcha, a quantidade de sedimentos reduziu o calado do complexo, limitando operações. A Portos RS, empresa pública que administra o sistema hidroviário do Estado, está investindo em dragagem para permitir a volta de navios de maior capacidade.

No fim de semana, queimadas em São Paulo levaram 46 municípios a decretar alerta máximo, elevando as incertezas para as lavouras de grãos e cana. Dois aeroportos no Estado precisaram ser fechados. Diante das suspeitas de ações criminosas, a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, acionou a Polícia Federal. *(* Para o Valor)*. **Páginas A2, B7 e B8**

As lições de quem superou a recuperação

Ana Luiza Tieghi
De São Paulo

Os pedidos de recuperação judicial tendem a bater recorde em 2024, e a perspectiva de manutenção dos juros altos por mais algum tempo não ajuda as empresas que querem encerrar o processo e retomar a vida normal. Exemplos de quem conseguiu vencer o desafio apontam uma correção de rumos, planejamento e estar preparada para encolher, ou até mudar de dono.

Segundo o monitor de recuperações judiciais da RGF & Associados, a parcela de empresas que voltaram a operar, entre as que encerraram a recuperação no 2º trimestre, foi de 74%, a maior dos últimos quatro trimestres, início do levantamento.

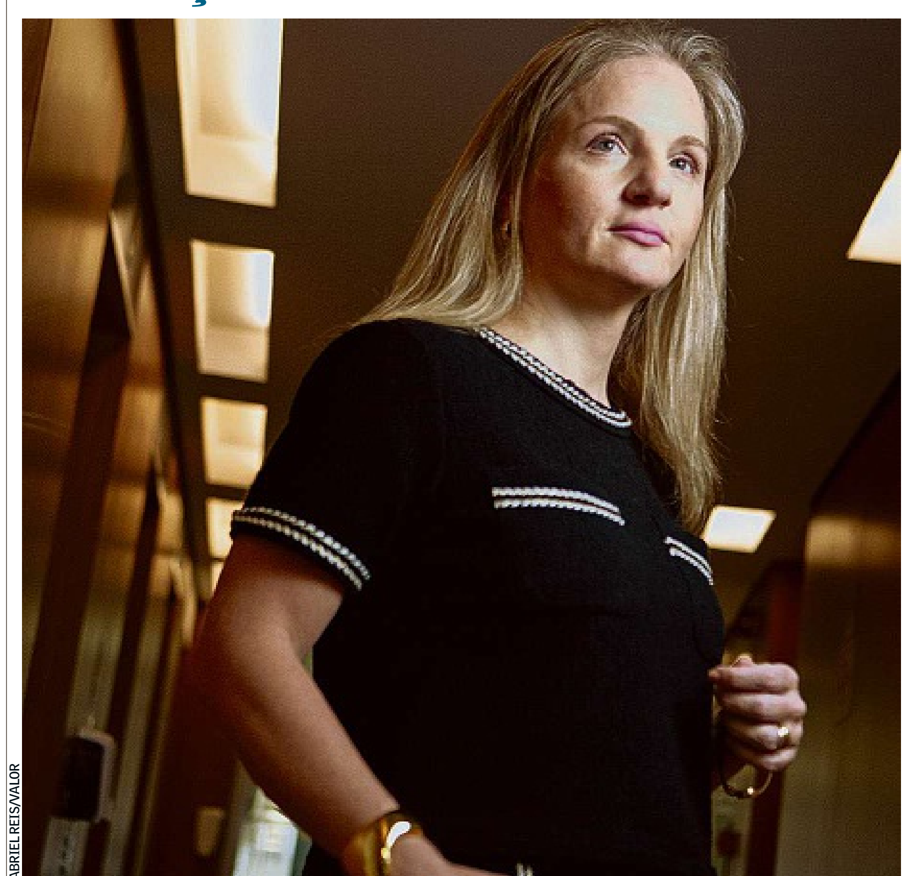
A fabricante de telhas Eternit encerrou a recuperação neste mês. Afetada pela proibição do amianto, teve que se transformar e passou a produzir telhas de polipropileno. Além disso, encerrar o processo não significa o fim dos problemas. Além da dívida a ser paga, o crédito pode ser afetado. "O crédito já é caro. Se você ainda tem questão que prejudica a análise de risco, fica mais caro ainda", diz Claudio Hermolin, CEO da incorporadora Viver, que saiu da recuperação em 2021. **Página B1**

Ibovespa tem espaço para novos recordes

Maria Fernanda Salinet e Victor Rezende
De São Paulo

O bom desempenho do Ibovespa nas últimas semanas pode ser apenas o início de um movimento mais sustentado de valorização da bolsa brasileira. A proximidade do ciclo de flexibilização monetária nos Estados Unidos, o alívio nos prêmios de risco embutidos nos juros de longo prazo e a melhora na lucratividade das empresas dão apoio à percepção de que a bolsa pode ter mais ganhos pela frente, embora as incertezas, sobretudo as macroeconômicas, ainda sejam relevantes, o que pode indicar uma maior volatilidade à frente. Na semana passada, o índice chegou a ultrapassar os 137 mil pontos momentaneamente, em nova máxima histórica intradiária. .**Página C1**

Liderança



Entrevistada do CBN Professional, a CEO da Merz Aesthetics no Brasil, Giovana Pacini, diz que "é utopia" pensar que acharemos o equilíbrio perfeito entre o trabalho e a vida familiar. Página B2

Montar plano econômico é desafio a Kamala

Andrew Restuccia e Tarini Parti
Dow Jones Newswires

Os assessores econômicos de Kamala Harris estão se esforçando para montar uma agenda de políticas rapidamente. Há cinco semanas, ela e sua equipe ainda esperavam desempenhar apenas um papel de apoio a um Joe Biden eventualmente reeleito. O processo para desenhar um plano de governo, algo que geralmente leva meses, ou até anos, para candidatos presidenciais acertarem, foi truncado, a pouco mais de 70 dias da eleição de novembro. Kamala enfrenta o desafio de apresentar um plano diferente enquanto ainda serve como vice-presidente, o que torna difícil rejeitar posições de Biden.

"Será muito difícil para ela", diz Mark Zandi, economista-chefe da Moody's Analytics. "Ela não terá o mesmo tipo de carta branca para gastar [que Biden teve]. Ela não poderá ser tão ousada." **Página A15**

Destaques

Recuperação judicial da rede Dia
O fundo de participações gerido pela MAM Asset, gestora que faz parte do Banco Master, recorreu ao Tribunal de Justiça de São Paulo contra decisão do juiz da recuperação judicial do grupo Dia que determinou a divulgação do nome do novo controlador. **B3**

Remuneração de executivos
A remuneração anual média de um CEO de companhia aberta no país é de R$ 15 milhões, conforme levantamento da Vila Nova Partners. Para os membros de conselhos, a média é de R$ 1,7 milhão. O trabalho incluiu 83 empresas do Ibovespa. **B2**

INÊS 249

Mercado acha BC confuso e põe prêmio de risco no juro



Alex Ribeiro

Os participantes do mercado financeiro consideraram confusa e contraditória a mais recente comunicação de política monetária do Banco Central e adicionaram prêmio de risco na curva de juro futuro.

Algum nível de volatilidade era esperado, já que o cenário econômico está bem incerto no Brasil e no exterior e, nesse ambiente, os banqueiros centrais evitam compromissos muito firmes sobre o que pretendem fazer com as suas taxas básica de juros.

Assim, os preços dos ativos financeiros oscilam ao sabor dos novos dados e informações divulgados. Mas, no caso do Brasil, não foi só isso. O sobe e desce tem ocorrido durante pronunciamentos de membros do Copom. Como essas falas não têm sido poucas, a volatilidade é mais intensa.

Na última quinta, nota um participante do mercado, foi batido um recorde. O diretor de política monetária do BC, Gabriel Galípolo, encerrou um pronunciamento às 15h39. Como foi mal compreendido, levando a cotação do dólar para perto de R$ 5,60, corrigiu a fala às 17h02, num outro evento.

A reação do mercado reflete não só a falta de entendimento sobre o que o Banco Central está falando, mas também uma certa birra com a mensagem em si. O mercado já precificava, antes de o Banco Central começar a falar no assunto, que seria necessário um aperto monetário. As opções de Copom da B3 davam cerca de 50% de chance de aperto em setembro e, para o encontro de novembro, as apostas no aperto eram majoritárias.

Os economistas consultados no boletim Focus não previam nem recomendavam aperto de juros. Mas, por outro lado, projetavam inflação cada vez mais acima da meta. Ou seja: seu recado é que o BC não vai fazer o seu trabalho de colocar a inflação na meta, e não deveria se dar ao trabalho, porque o ambiente político no governo Lula não permitiria isso.

O BC colocou na mesa a hipótese de subir os juros, mas, como vem fazendo seus pares ao redor do mundo, evitou fazer uma sinalização firme — ou um "guidance". Como o mercado considera evidente a tese do aperto monetário, cada vez que o Banco Central fica em cima do muro, a interpretação é de fraqueza.

O resultado final é curioso: as opções do Copom precificam de forma majoritária as chances de um aperto monetário. Os economistas do mercado, de forma crescente, atualizam as suas projeções para incluir a hipótese de aperto. Mas, na falta de convicção sobre se o Copom vai fazer o que é necessário, segue na curva de juros uma boa dose de prêmio inflacionário, e a cotação do dólar não cai o que deveria.

O mercado puniu o Copom logo depois sua reunião de julho, quando foi divulgado um comunicado sem sinais mais fortes de que a alta da Selic está sendo considerada. Os juros de curto prazo caíram, e os de longo prazo subiram. O recado: o mercado achava que o BC não iria fazer o seu serviço, por isso lá na frente seria preciso um juro ainda mais apertado.

Dias depois, a ata do Copom colocou de forma mais firme a hipótese de aperto. Mais: revelou que considerava que a inflação projetada estava acima da meta e deu a entender que os riscos negativos eram expressivos. Galípolo fez o seu primeiro discurso e se colocou entre os mais conservadores. O presidente Lula fez declarações para mostrar que não proíbe seus indicados no BC de subir a Selic.

Esse foi o período de ouro: o dólar caiu abaixo de R$ 5,40, a curva de juros perdeu inclinação e as expectativas de inflação do mercado para 2025 recuaram levemente.

A melhora não foi à toa. O mercado entendeu as falas de Galípolo como um guidance velado, ou uma sinalização mais firme de uma alta. Por mais que o diretor do BC tenha dito que não havia modificado nada em relação ao que foi dito na ata do Copom, cada vez que ele fala, o mercado lê um sinal.

Galípolo deu confiança ao mercado, em especial, quando disse que estava contente com a reação de mercado às suas falas. Como o mercado ouve o BC para calibrar suas apostas, soou como uma espécie de aval à precificação vigente, que dava como certo um aperto.

Na terça, o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, que havia dado o palco para Galípolo falar sobre juro, abalou essa precificação de mercado. Em entrevista a Miriam Leitão, em "O Globo", disse que não estava nada resolvido, e enumerou fatores que podem levar ou não a um aperto de juro. No mesmo dia, em evento do BTG, foi na mesma linha. Ainda mencionou a tese de um "abismo fiscal" na Europa e Brasil, ou contração fiscal.

Nos dias seguintes, Galípolo e o diretor de política econômica, Diogo Guillen, procuraram dizer que Campos Neto foi neutro e apenas repetiu o que estava na ata. De fato, o que ele disse está em linha com o que estava na ata, exceção feita ao abismo fiscal. Mas sua fala não ocorreu no vácuo: ela tirou a certeza que se formava no mercado de que o aperto realmente viria.

Galípolo foi mal entendido quando negou que o BC estivesse num córner, repetindo uma palavra usada por Luis Stuhlberger, da Verde, que dissera que a precificação obrigava o BC a subir o juro. De fato, Galípolo não negou a possibilidade de subir o juro, mas o mercado nem sempre chega à última palavra de cada frase.

Banqueiros centrais às vezes se encrencam quando falam o discurso livre. Em 2018, numa entrevista, Jerome Powell sacudiu o mercado ao dizer que o Fed estava longe da R-estrela, a taxa neutra de juro. Ou seja, deu a entender que ainda tinha que apertar muito. Depois, recuou.

Alex Ribeiro é repórter especial e escreve quinzenalmente
E-mail alex.ribeiro@valor.com.br

Ambiente Com Brasília coberta por fumaça vinda do Sudeste, presidente Lula convoca reunião de emergência; ministra diz que há 'situação atípica'

Marina Silva compara incêndios em SP a 'Dia do Fogo' e aciona a PF

Fabio Murakawa
De Brasília

A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, comparou ontem os incêndios em São Paulo ao "Dia do Fogo", de 2019. E, diante das suspeitas de que eles têm origem em ações criminosas, acionou a Polícia Federal para investigar a origem das queimadas que levaram 46 municípios do interior paulista a decretar alerta máximo, fecharam dois aeroportos no Estado e contribuíram para cobrir de fumaça a capital do país.

"Tem uma situação atípica [nos incêndios em São Paulo]. Você começa a ter em uma semana, praticamente em dois dias, vários municípios queimando ao mesmo tempo. Isso não faz parte da nossa experiência", disse Marina. "Do mesmo jeito que tivemos o 'Dia do Fogo', há uma forte suspeita de que agora esteja acontecendo de novo." O chamado "Dia do Fogo" ocorreu em agosto de 2019, quando grileiros e produtores rurais fizeram um movimento coordenado para incendiar áreas Floresta Amazônica.

"Em São Paulo, não é natural, em hipótese alguma, que em poucos dias tenha tantas frentes de incêndio e que tenha tantas frentes de incêndio envolvendo concomitantemente vários municípios", disse Marina em entrevista coletiva, após reunião com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva para analisar o cenário, na sede do Ibama, em Brasília, que acordou coberta de fumaça causada por incêndios próximos e tempos seco.

A Polícia Federal abriu dois inquéritos para apurar possíveis atos criminosos relacionados às queimadas. Com eles, a instituição já tem 31 inquéritos abertos para apurar incêndios florestais, sendo que os anteriores são relativos à Amazônia e ao Pantanal.

Diretor-geral da PF, Andrei Rodrigues disse ter mobilizado 15 delegacias em São Paulo "para que a gente possa identificar a questão que envolve as queimadas".

"É um movimento atípico, mas conclusões só virão com conclusão dos inquéritos policiais", afirmou. "São dois inquéritos em São Paulo que apuram eventuais incêndios criminosos, um já foi instaurado", complementou, esclarecendo que ambas as investigações versam sobre a hipótese de incêndios criminosos e que são separadas "por uma questão de jurisdição".

O governo paulista anunciou que duas pessoas foram presas no fim de semana, em São José do Rio Preto e Batatais, por suspeita de atuar em incêndios criminosos.

Marina disse ter conversado com o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), sobre os incêndios. E informou que o governo disponibilizou um cargueiro KC-390 para ajudar no combate ao fogo, mas que a aeronave não conseguiu decolar por conta da fumaça que encobria a região de Ribeirão Preto, no interior do Estado.

Também presente à reunião com Lula, o ministro de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, reforçou as suspeitas do governo de que houve ação criminosa. "Minha avó falava que 'se há fumaça, há fogo'. Se ela estivesse viva, ela iria dizer 'se tem fogo coordenado ao mesmo tempo, de forma atípica, deve ter crime'", afirmou.

Questionada sobre a responsabilidade do governo federal em relação aos incêndios, Marina afirmou que o quadro estaria muito pior se a atual gestão não estivesse agindo de maneira preventiva desde a transição, no fim de 2022. Ela também negou que tenha havido falhas.

"O governo federal tem responsabilidade pelas áreas federais, unidades de conservação, mas atuamos em todas as áreas, inclusive em propriedades privadas. Diferentemente do desmatamento, você não fica com um agente dentro da sua fazenda ou casa verificando se vai colocar fogo. Portanto, não tem como dizer que é uma falha, porque as campanhas de conscientização, todos os processos vêm sendo feitos", afirmou. "As investigações são para saber se tem uma ação intencional, no caso de São Paulo. Nos outros casos, têm fortes suspeitas, sim, de ação intencional. São Paulo também, por isso está sendo investigado."

> "As investigações são para saber se tem uma ação intencional, no caso de São Paulo"
> *Marina Silva*



AP PHOTO/ERALDO PERES

Incêndios florestais em regiões próximas e tempo seco deixam Brasília coberta de fumaça neste domingo (25)

A reunião de emergência ocorreu na sede do Prevfogo (Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais), do Ibama. Além de Lula, Marina, Padilha e Andrei Rodrigues, o presidente do Ibama, Rodrigo Agostinho, também esteve presente.

No Prevfogo, Lula e os ministros visitaram uma sala de situação onde os técnicos do órgão monitoram as queimadas. O presidente, que havia dormido em São Paulo, desembarcou no início da tarde na Base Aérea de Brasília e foi direto para o encontro acompanhado da primeira-dama, Rosângela da Silva.

De acordo com Marina, Lula disse que participaria de uma reunião rotineira de monitoramento das queimadas, que acontece semanalmente no Palácio do Planalto. E afirmou que convocaria a participar governadores de Estados atingidos pelo fogo. "[O presidente] Manifestou sua decisão de participar da reunião ordinária, que acontece toda semana na Casa Civil e envolve mais de 20 ministérios. Nessa reunião, vamos convocar os governadores dos Estados atingidos pelos incêndios."

No interior paulista, o cenário é de caos. Com mais de 2,3 mil incidentes com fogo registrados em dois dias, o Estado está no topo das ocorrências no país. As chamas continuam a avançar em áreas de vegetação e plantações, principalmente na região de Ribeirão Preto (ver página B7).

O governo do Estado anunciou reforço na operação de combate ao fogo no interior com a instalação de um posto avançado em Ribeirão Preto. Segundo o monitoramento do Centro de Gerenciamento de Emergências (CGE) da Defesa Civil, 21 cidades enfrentam focos ativos de incêndio.

De acordo com o governador Tarcísio de Freitas, a unidade funcionará de forma integrada com o gabinete de crise montado no CGE para monitoramento e controle da situação. "Nossa força tarefa conta com mais de 7 mil profissionais e voluntários, além de helicópteros, drones e veículos para atuar no combate ao fogo e orientação à população", disse em rede social.

Em nota, o governo paulista informou que dois funcionários de uma usina em Urupês morreram na sexta-feira (23) tentando combater um incêndio. "Incêndios florestais podem atingir grandes áreas de vegetação natural. Com as rajadas de vento, o fogo pode se alastrar rapidamente. As queimadas emitem fumaça densa e tóxica que prejudica o meio ambiente e a saúde humana, causando problemas ao sistema respiratório e desordens cardiovasculares", diz o texto.

Segundo os alertas do governo, as rodovias concedidas e estaduais estão com interdições, que variam de total a parcial, impactando o tráfego em várias regiões. A orientação é "que motoristas evitem essas rotas até a normalização e que busquem alternativas seguras para os trajetos. Além disso, é fundamental que todos permaneçam atentos às atualizações constantes sobre as condições de tráfego monitoradas em tempo real pelas equipes de emergência e concessionárias responsáveis."

(Com Agência Brasil)

Índice de empresas citadas em textos nesta edição

AQUI, SEU ANÚNCIO ENCONTRA O PÚBLICO CERTO. ANUNCIE!
ACESSE EDITORAGLOBONEGOCIOS.COM.BR E SAIBA MAIS.



Com o Itaú Empresas, consigo oferecer melhores condições de pagamento aos clientes.

Monica Cavenaghi
Sócia da Cavenaghi



A Cavenaghi, empresa da Monica, foi responsável pela primeira adaptação de veículo para pessoas com deficiência física no Brasil. Hoje, com o suporte do Itaú Empresas, ela consegue oferecer financiamento para seus clientes e garantir que cada vez mais pessoas tenham acesso aos seus produtos. Atualmente a empresa está em expansão e, além das adaptações veiculares, busca soluções de mobilidade como um todo. No Itaú Empresas, Monica encontrou a mesma coisa que oferece a seus clientes: atendimento humano.

Na hora de empreender, escolha o time certo. Seja cliente de quem joga junto do empreendedor brasileiro.



Abra sua conta.

GALERIA

INÊS 249

Energia Plano também prevê melhora das condições de acesso a infraestruturas essenciais e é defendido por indústrias de vários setores

Pacote de medidas promete reduzir preço de gás natural

Murillo Camarotto
De Brasília

O governo vai anunciar nesta segunda-feira (26) um pacote de medidas que atualizam o funcionamento do mercado de gás natural. Entre as principais alterações, segundo apurou o **Valor**, está a autorização para que a PPSA — estatal que gerencia os contratos de partilha de produção do pré-sal — acesse os sistemas de escoamento e processamento e, consequentemente, amplie a venda direta de gás da União.

Também serão redefinidas regras para garantir o cumprimento do conceito de "remuneração justa e adequada" para os detentores de infraestrutura de escoamento, processamento, transporte de gás, os gasodutos. Caberá à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) levar em conta os custos operacionais, investimentos e taxas de retorno para negociar melhores condições de acesso aos gasodutos.

Ainda está prevista uma consulta pública para propor a harmonização entre a legislação federal e as regras estaduais na atividade de distribuição de gás natural, que está a cargo dos governadores. Uma portaria vai oficializar a criação do Comitê de Monitoramento do Setor de Gás Natural (CMSGN). O colegiado funcionará nos mesmos moldes do Conselho de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE), que se reúne nesta segunda-feira para analisar as novas regras do gás com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira.

O objetivo central do pacote de medidas é a redução dos custos do combustível e a melhora das condições de acesso a infraestruturas essenciais, casos das Rotas 1 e 2, bem como a Rota 3, a ser inaugurada em setembro. As melhorias são pleiteadas por indústrias de diversos setores, como petroquímico, energia, vidros e fertilizantes.



BRENNO CARVALHO / AGÊNCIA O GLOBO

Alexandre Silveira, ministro das Minas e Energia, participa hoje de reunião com Lula

Hoje, a PPSA não possui autorização para vender gás natural após as unidades de processamento, conhecidas no setor como UGPN, sendo obrigada a vender na plataforma. É nessas unidades que o combustível que vem das plataformas de exploração é separado em metano, etano, propano e butano e de lá segue para a rede de transporte.

O preço praticado pela Petrobras considera o custo de oportunidade, ou seja, o negócio mais lucrativo entre as opções disponíveis. Após ser autorizada a vender nas UGPN, mediante nova resolução do CNPE, a PPSA deverá praticar o custo operacional, que leva em conta apenas os gastos com a produção e uma pequena margem. A expectativa do governo é de que isso derrube os preços de forma relevante.

A Petrobras paga hoje entre US$ 2 e US$ 3 por milhão de BTU na plataforma para a PPSA e vende na UGPN a cerca de US$ 12 por milhão de BTU. Além da questão do acesso da PPSA aos sistemas de escoamento e processamento, existe a expectativa que o volume de gás vendido pela PPSA atinja até 3 milhões de metros cúbicos por dia no período entre 2027 e 2032.

As mudanças na remuneração dos gasodutos de escoamento, tratamento de gás nas UPGNs e transporte devem aparecer no decreto do programa Gás para Empregar, desenvolvido em um grupo de trabalho criado em março do ano passado com participação de 15 ministérios e órgãos públicos. Segundo apurou o **Valor**, um estudo feito pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE) estima que a atualização dos contratos poderia baixar pela metade a remuneração "justa e adequada" das empresas de transporte até US$ 7 por milhão de BTU nos sistemas de escoamento e processamento.

Isso deve acontecer, contudo, mediante ampla negociação com os transportadores e regulação econômica de infraestrutura efetiva para os sistemas de escoamento e processamento. Uma das possibilidades é que as empresas tenham seus contratos estendidos antecipadamente em troca de redução nos preços, a exemplo do que acontece no setor de transportes. Essa negociação seria feita pela ANP.

Uma análise mais apurada dos investimentos em processamento, estocagem e transporte de gás também deve constar no decreto, por meio da elaboração de um Plano Nacional Integrado das Infraestruturas de Gás Natural e Biometano. A ideia é que o plano, que também ficará a cargo da EPE, avalie as propostas de investimento com o objetivo central de garantir maior produtividade e menor preço. A ANP fiscalizará o cumprimento das regras.

O decreto também deve prever regras mais rígidas para a transparência das informações de mercado. As operadoras deverão disponibilizar, por exemplo, dados sobre capacidade operacional, capacidade contratada e utilizada, capacidade disponível para contratação, entre outras. Mais uma vez, a forma e a qualidade das informações serão fiscalizadas pela ANP.

Benefício criado por Maranhão dura 72 h após polêmica

César Felício
De Brasília

Em um intervalo de apenas 72 horas o governador do Maranhão, Carlos Brandão (PSB), criou e revogou um benefício fiscal para importadores de óleo para combustíveis e óleo diesel que provocou imediata reação de dez associações empresariais. O decreto assinado no dia 20 e publicado no "Diário Oficial do Maranhão" no dia 21 concedia tratamento diferenciado para "o desembaraço aduaneiro nas operações de importação do exterior de óleo diesel", realizado por importadores atacadistas, "quando as mercadorias importadas não transitarem por este Estado e forem armazenadas via operação de depósito fechado em outras unidades da Federação".

Em outras palavras, importadores poderiam obter diferimento do ICMS para um carregamento de diesel desembarcado em São Paulo e comercializado em Minas Gerais, sem jamais sequer se aproximar do Maranhão. O governo mineiro, nesse exemplo hipotético, não poderia pedir ao governo paulista o repasse equivalente ao recolhimento do ICMS, porque, mesmo com a entrada no país por São Paulo, o faturamento seria feito pelo governo maranhense.

O decreto fez com que entidades como o Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e Lubrificantes (Sindicom), a Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis (Abicom), Federação Nacional do Comércio de Combustíveis (Fecombustíveis) e Associação Brasileira de Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove) assinassem uma carta conjunta ao presidente do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), Carlos Henrique Oliveira, e ao do Comitê Nacional de Secretários da Fazenda (Consefaz), Carlos Eduardo Xavier.

Na carta, afirmam que o decreto feria o "princípio da isonomia" e que produziria "consequências concretas" nas finanças de todos os Estados. Deram como exemplo do que poderia estar por vir um corredor semelhante criado pelo Amapá e que vigorou de agosto do ano passado a abril deste ano.

O benefício amapaense se deu dentro do âmbito da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana, permitia o desembaraço em qualquer lugar do país, mas estabelecia que o destino precisaria ser o Amapá. Segundo o Instituto Combustível Legal, um dos signatários da carta, isso significou uma entrada de combustível no Amapá em 2023 quatro vezes superior ao consumo local.

A estimativa de perdas financeiras a outros Estados feita pelas entidades que entraram em contato com o Confaz e o Comsefaz foi de R$ 1,6 bilhão. O caso amapaense foi tema de discussões na reunião ordinária do Comsefaz de abril, em Fortaleza.

Poucos dias depois, o Amapá revogou a autorização para empresas usufruírem desse benefício. Na justificação do motivo, a Secretaria da Fazenda do Amapá reconheceu que a norma estava em desacordo com a lei complementar que estabeleceu a cobrança monofásica do ICMS sobre combustíveis.

Nesta sexta-feira, horas depois de procurado pelo **Valor**, o governo do Maranhão comunicou por meio de sua assessoria que o decreto havia sido revogado, com efeito retroativo à data da sua assinatura. Instado a explicar qual a razão da edição do decreto e qual o motivo da sua revogação em três dias , o governo do Maranhão informou que não iria comentar.

Atividade econômica

Indicadores agregados

	jul/24	jun/24	mai/24	abr/24	mar/24	fev/24	jan/24	dez/23	nov/23	out/23
Índice de atividade econômica - IBC-Br (%) (1)	-	1,37	0,41	0,32	-0,15	0,51	0,67	0,75	0,11	0,05
Indústria (1)										
Produção física industrial (IBGE - %)										
Total	-	4,1	-1,5	-0,3	1,0	0,2	-0,8	0,9	0,8	0,0
Indústria de transformação	-	4,5	-2,5	0,4	0,9	0,6	0,2	0,5	0,1	0,2
Indústrias extrativas	-	2,5	3,4	-3,6	0,7	-1,3	-6,7	3,7	3,3	-0,4
Bens de capital	-	0,5	-2,2	3,1	-1,5	2,7	11,0	-1,9	-0,5	-0,3
Bens intermediários	-	2,6	-0,9	-1,1	1,2	-0,8	-2,7	1,7	1,7	0,7
Bens de consumo	-	6,8	-2,1	0,5	0,6	1,6	-0,7	1,2	0,1	-0,9
Faturamento real (CNI - %)	-	6,3	-4,8	2,3	-1,4	3,2	-0,7	2,6	0,8	-0,6
Horas trabalhadas na produção (CNI - %)	-	2,2	-2,4	2,4	-1,6	2,4	0,2	1,6	0,7	-0,2
Comércio										
Receita nominal de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	-0,1	1,1	0,3	1,3	1,3	1,1	0,4	1,0	0,1
Volume de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	-1,0	0,9	0,8	0,2	0,9	1,8	-0,7	0,4	-0,1
Serviços										
Receita nominal de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	2,7	-1,0	0,8	1,7	-1,6	2,4	0,0	1,1	0,0
Volume de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	1,7	-0,4	0,4	0,3	-0,5	0,5	0,5	1,0	-0,5
Mercado de trabalho										
Taxa de desocupação (Pnad/IBGE - em %)	-	6,9	7,1	7,5	7,9	7,8	7,6	7,4	7,5	7,6
Emprego industrial (CNI - %) (1)	-	0,1	0,1	0,0	0,3	0,4	0,6	0,1	0,2	0,6
Indicador Antecedente de Emprego - (FGV/IBRE) (1)(3)	2,2	0,5	-1,3	0,7	1,0	0,3	0,9	2,3	0,0	-1,4
Balança comercial (US$ milhões)										
Exportações	30.919	29.044	30.255	30.455	27.723	23.429	26.704	28.786	27.886	29.682
Importações	23.279	22.333	21.851	21.886	20.492	18.225	20.512	19.463	19.097	20.501
Saldo	7.640	6.711	8.404	8.568	7.230	5.204	6.192	9.323	8.789	9.181

Fontes: Banco Central, CNI, FGV, IBGE e SECEX/MDIC. Elaboração: Valor Data (1) Metodologia com ajuste sazonal. (2) Nova série com índice base 2014 = 100. (3) Var. em pts

Atualize suas contas

Variação dos indicadores no período

	Em %									Em R$	
Mês	TR (1)	Poupança (2)	Poupança (3)	TBF (1)	Selic (4)	TJLP	TLP	FGTS (5)	CUB/SP	UPC	Salário mínimo
jan/23	0,2081	0,7091	0,7091	1,0398	1,12	0,6142	0,4812	0,4552	-0,06	23,93	1.302,00
fev/23	0,0830	0,5834	0,5834	0,8536	0,92	0,5546	0,4931	0,3298	0,00	23,93	1.302,00
mar/23	0,2392	0,7404	0,7404	1,0912	1,17	0,6142	0,4986	0,4864	-0,18	23,93	1.302,00
abr/23	0,0821	0,5825	0,5825	0,8527	0,92	0,5873	0,4907	0,3289	0,29	24,06	1.302,00
mai/23	0,2147	0,7158	0,7158	1,0465	1,12	0,6070	0,4812	0,4619	1,44	24,06	1.320,00
jun/23	0,1799	0,6808	0,6808	1,0014	1,07	0,5873	0,4622	0,4270	0,64	24,06	1.320,00
jul/23	0,1581	0,6589	0,6589	0,9694	1,07	0,5843	0,4464	0,4051	0,09	24,17	1.320,00
ago/23	0,2160	0,7171	0,7171	1,0578	1,14	0,5843	0,4321	0,4632	0,05	24,17	1.320,00
set/23	0,1130	0,6136	0,6136	0,9039	0,97	0,5654	0,4194	0,3599	-0,05	24,17	1.320,00
out/23	0,1056	0,6061	0,6061	0,8964	1,00	0,5478	0,4186	0,3525	-0,05	24,29	1.320,00
nov/23	0,0775	0,5779	0,5779	0,8481	0,92	0,5301	0,4337	0,3243	0,12	24,29	1.320,00
dez/23	0,0690	0,5693	0,5693	0,8395	0,89	0,5478	0,4519	0,3158	0,00	24,29	1.320,00
jan/24	0,0875	0,5879	0,5879	0,8582	0,97	0,5462	0,4551	0,3343	0,00	24,35	1.412,00
fev/24	0,0079	0,5079	0,5079	0,7380	0,80	0,5109	0,4456	0,2545	0,10	24,35	1.412,00
mar/24	0,0331	0,5333	0,5333	0,7733	0,83	0,5462	0,4400	0,2798	0,10	24,35	1.412,00
abr/24	0,1023	0,6028	0,6028	0,7830	0,89	0,5395	0,4456	0,3492	0,05	24,38	1.412,00
mai/24	0,0870	0,5874	0,5874	0,7576	0,83	0,5576	0,4630	0,3338	1,22	24,38	1.412,00
jun/24	0,0365	0,5367	0,5367	0,7268	0,79	0,5395	0,4796	0,2832	0,79	24,38	1.412,00
jul/24	0,0739	0,5743	0,5743	0,8402	0,91	0,5770	0,4970	0,3207	0,41	24,44	1.412,00
ago/24	0,0707	0,5711	0,5711	0,8080	0,87	0,5770	0,5088	0,3175	-	24,44	1.412,00
2024	**0,50**	**4,59**	**4,59**	**6,46**	**7,09**	**4,48**	**3,80**	**2,50**	**2,70**	**0,62**	**6,97**
Em 12 meses*	**0,87**	**7,09**	**7,09**	**10,22**	**11,20**	**6,79**	**5,60**	**3,89**	**2,31**	**1,12**	**6,97**
2023	**1,76**	**8,04**	**8,04**	**12,01**	**13,04**	**7,15**	**5,65**	**4,81**	**2,31**	**2,02**	**8,91**

Fontes: Banco Central, CEF, Sinduscon e Ministério da Fazenda. Elaboração: Valor Data * Até o último mês de referência
(1) Taxa do período iniciado no 1º dia do mês. (2) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos até 03/05/12 (3) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012 (4) Taxa efetiva; para agosto projetada. (5) Crédito no dia 10 do mês seguinte (TR + Juros de 3% ao ano)

Produção e investimento

Variação no período

Indicadores	1º Tri/24	4º Tri/23	2024 (1)	2023	2022	2021
PIB (R$ bilhões) *	2.714	2.831	10.987	10.856	10.080	9.012
PIB (US$ bilhões) **	556	571	2.233	2.174	1.952	1.670
Taxa de Variação Real (%)	0,8	-0,1	2,5	2,9	3,0	4,8
Agropecuária	11,3	-7,4	6,4	15,1	-1,1	0,0
Indústria	-0,1	1,2	1,9	1,6	1,5	5,0
Serviços	1,4	0,5	2,3	2,4	4,3	4,8
Formação Bruta de Capital Fixo (%)	4,1	0,5	-2,7	-3,0	1,1	12,9
Investimento (% do PIB)	16,9	16,1	16,5	16,5	17,8	17,9

Fontes: IBGE e Banco Central. Elaboração: Valor Data
* Valores correntes. ** Banco Central. (1) 1º trim de 2024, nos últimos 12 meses

Inflação

Variação no período (em %)

			Acumulado em			Número índice			
	ago/24	jul/24	2024	2023	12 meses	ago/24	jul/24	dez/23	ago/23
IBGE									
IPCA	-	0,38	2,87	4,62	4,50	-	6.967,89	6.773,27	6.683,28
INPC	-	0,26	2,95	3,71	4,06	-	7.159,57	6.954,74	6.893,93
IPCA-15	-	0,30	2,82	4,72	4,45	-	6.833,52	6.645,93	6.560,89
IPCA-E	-	-	2,52	4,72	4,06	-	-	6.645,93	6.560,89
FGV									
IGP-DI	-	0,83	1,95	-3,30	4,16	-	1.127,10	1.105,54	1.082,59
Núcleo do IPC-DI	-	0,32	2,30	3,48	3,75	-	-	-	-
IPA-DI	-	0,93	1,43	-5,92	4,10	-	1.312,82	1.294,35	1.262,45
IPA-Agro	-	0,72	2,17	-11,34	4,04	-	1.824,08	1.785,32	1.743,47
IPA-Ind.	-	1,01	1,15	-3,77	4,12	-	1.107,16	1.094,53	1.067,07
IPC-DI	-	0,54	3,01	3,55	4,12	-	755,73	733,67	724,28
INCC-DI	-	0,72	3,55	3,49	4,67	-	1.126,92	1.088,31	1.078,41
IGP-M	-	0,61	1,71	-3,18	3,82	-	1.143,31	1.124,07	1.099,71
IPA-M	-	0,68	1,16	-5,60	3,72	-	1.349,62	1.334,20	1.298,95
IPC-M	-	0,30	2,96	3,40	3,90	-	737,65	716,46	708,64
INCC-M	-	0,69	3,34	3,32	4,42	-	1.122,45	1.086,15	1.077,50
IGP-10	0,72	0,45	2,36	-3,56	4,26	1.170,28	1.161,97	1.143,35	1.122,49
IPA-10	0,84	0,49	1,90	-6,02	4,21	1.392,81	1.381,26	1.366,78	1.336,50
IPC-10	0,33	0,24	3,31	3,43	4,23	744,76	742,33	720,87	714,51
INCC-10	0,59	0,54	3,88	3,04	4,64	1.111,71	1.105,16	1.070,21	1.062,42
FIPE									
IPC	-	0,06	1,93	3,15	3,17	-	688,31	675,27	665,86

Obs.: IPCA-E no 2º trimestre = 1,04%, IGP-M 2ª prévia ago/24 0,45% e IPC-FIPE 2ª quadrissemana ago/24 0,18%
Fontes: FGV, IBGE e FIPE. Elaboração: Valor Data

Dívida e necessidades de financiamento

Valores em R$ bilhões - no setor público

Dívida líquida do setor público	jun/24		mai/24		jun/23	
	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB
Dívida líquida total	**6.946,2**	**62,21**	**6.897,1**	**62,08**	**6.096,5**	**57,92**
(-) Ajuste patrimonial + privatização	-12,8	-0,11	-19,7	-0,18	9,0	0,09
(-) Ajuste metodológico s/ dívida*	-912,6	-8,17	-819,0	-7,37	-676,1	-6,42
Dívida fiscal líquida	**7.871,6**	**70,49**	**7.735,9**	**69,63**	**6.763,6**	**64,25**
Divisão entre dívida interna e externa						
Dívida interna líquida	7.706,3	69,02	7.604,4	68,45	6.744,8	64,07
Dívida externa líquida	-760,1	-6,81	-707,3	-6,37	-648,3	-6,16
Divisão entre as esferas do governo						
Governo Federal e Banco Central	5.954,1	53,32	5.923,8	53,32	5.169,6	49,11
Governos Estaduais	872,3	7,81	859,1	7,73	821,8	7,81
Governos Municipais	64,4	0,58	61,5	0,55	42,6	0,40
Empresas Estatais	55,4	0,50	52,7	0,47	62,5	0,59
Necessidades de financiamento do setor público	**jun/24**		**mai/24**		**jun/23**	
Fluxos acumulados em 12 meses	**Valor**	**% do PIB**	**Valor**	**% do PIB**	**Valor**	**% do PIB**
Total nominal	**1.108,0**	**9,92**	**1.061,9**	**9,56**	**662,4**	**6,29**
Governo Federal**	875,9	7,84	871,2	7,84	528,1	5,02
Banco Central	149,3	1,34	107,3	0,97	55,2	0,52
Governo regional	72,6	0,65	73,5	0,66	71,1	0,68
Total primário	**272,2**	**2,44**	**280,2**	**2,52**	**24,3**	**0,23**
Governo Federal	-47,2	-0,42	-47,6	-0,43	-217,6	-2,07
Banco Central	0,6	0,01	0,5	0,00	0,5	0,00
Governo regional	-25,6	-0,23	-23,6	-0,21	-19,7	-0,19

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data * Interna e externa.** Inclui INSS. Obs.: Sem Petrobras e Eletrobras.

Contrib. previdenciária*

Empregados e avulsos**

Salário de contribuições em R$	Alíquotas em % (1)
Até 1.412,00	7,50
De 1.412,01 até 2.666,68	9,00
De 2.666,69 até 4.000,03	12,00
De 4.000,04 até 7.786,02	14,00
Empregador doméstico	8,00

Fonte: Previdência Social. Elaboração: Valor Data *Competência ago/24. **Inclusive empregado doméstico. (1) Para fins de recolhimento ao INSS

IR na fonte

Faixas de contribuição

Base de cálculo* em R$	Alíquota em %	Parcela a deduzir IR - em R$
Até 2.259,20	0,0	0,00
De 2.259,21 até 2.826,65	7,5	169,44
De 2.826,66 até 3.751,05	15,0	381,44
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	662,77
Acima de 4.664,68	27,5	896,00

Fonte: Receita Federal. Elaboração: Valor Data
*Valor considera o desconto simplificado de R$ 564,80
Obs. Desconto por dependente: R$ 189,59

Principais receitas tributárias

Valores em R$ bilhões

Discriminação	Janeiro-julho		Var.	julho		Var.
	2024	2023	%	2024	2023	%
Receita Federal						
Imposto de renda total	**505,8**	**454,1**	**11,39**	**71,9**	**64,8**	**10,89**
Imposto de renda pessoa física	45,0	36,6	23,00	5,4	5,2	3,58
Imposto de renda pessoa jurídica	204,1	196,7	3,78	34,1	30,7	11,01
Imposto de renda retido na fonte	256,7	220,8	16,25	32,4	28,9	12,07
Imposto sobre produtos industrializados	43,9	34,5	27,26	6,7	4,9	37,19
Imposto sobre operações financeiras	37,4	34,7	7,81	5,5	5,1	7,65
Imposto de importação	40,1	31,2	28,59	6,7	4,4	52,45
Cide-combustíveis	1,7	0,1	-	0,3	0,0	-
Contribuição para Finsocial (Cofins)	234,8	188,3	24,67	35,7	27,9	28,33
CSLL	108,7	101,7	6,90	18,0	16,3	10,59
PIS/Pasep	64,5	52,7	22,42	9,5	7,7	24,05
Outras receitas	492,6	447,4	10,08	76,7	70,7	8,43
Total	**1.529,5**	**1.344,7**	**13,75**	**231,0**	**201,8**	**14,48**
	fev/24		**jan/24**		**fev/23**	
	Valor**	**Var. %***	**Valor****	**Var. %***	**Valor**	**Var. %***
ICMS - Brasil	**51,2**	**-16,88**	**61,6**	**-5,42**	**50,7**	**-9,74**
	jun/24		**mai/24**		**jun/23**	
	Valor	**Var. %***	**Valor**	**Var. %***	**Valor**	**Var. %***
INSS	**49,7**	**1,33**	**49,1**	**-2,76**	**45,9**	**-3,85**

Fontes: Receita Federal, Previdência Social, Secretaria da Fazenda. Elaboração: Valor Data * sobre o mês anterior. **preliminar

Imposto de Renda Pessoa Física

Pagamento das quotas - 2024

No prazo legal				
Quota	Vencimento	Valor da quota (Campo 7 do DARF)	Valor dos juros (Campo 9 do DARF)	Valor total (Campo 10 do DARF)
1ª ou única	31/05/2024		-	Campo 7
2ª	28/06/2024		1,00%	
3ª	31/07/2024		1,79%	+
4ª	30/08/2024	Valor da declaração	2,70%	Campo 8
5ª	30/09/2024			
6ª	31/10/2024			+
7ª	29/11/2024			Campo 9
8ª	30/12/2024			
Pagamento com atraso				

Multa (campo 08) - sobre o valor do campo 7 aplicar 0,33% por dia de atraso, a partir do primeiro dia após o vencimento até o limite de 20%; Juros (campo 09) - aplicar os juros equivalentes à taxa Selic acumulada mensalmente, calculados a partir de junho/24 até o mês anterior ao do pagamento e de 1% no mês de pagamento; Total (campo 10) - informar a soma dos valores dos campos 7, 8 e 9. Fonte: Receita Federal do Brasil. Elaboração: Valor Data

Resultado fiscal do governo central

Valores em R$ bilhões a preços de junho*

Discriminação	Janeiro-junho		Var.	junho		Var.
	2024	2023	%	2024	2023	%
Receita total	**1.320,2**	**1.216,9**	**8,49**	**203,0**	**187,7**	**8,16**
Receita Adm. Pela RFB**	854,4	768,9	11,12	128,1	116,6	9,84
Arrecadaçao Líquida para o RGPS	302,5	289,1	4,65	49,7	47,9	3,88
Receitas Não Adm. Pela RFB	163,4	159,0	2,77	25,2	23,2	8,55
Transferências a Estados e Municípios	**259,3**	**239,2**	**8,41**	**42,5**	**36,0**	**18,11**
Receita líquida total	**1.060,9**	**977,7**	**8,51**	**160,5**	**151,7**	**5,80**
Despesa Total	**1.128,8**	**1.021,5**	**10,50**	**199,3**	**198,7**	**0,33**
Benefícios Precidenciários	501,9	461,9	8,66	94,6	101,8	-7,00
Pessoal e Encargos Sociais	174,7	171,5	1,89	28,9	28,2	2,62
Outras Despesas Obrigatórias	192,3	158,5	21,38	26,1	24,7	5,96
Despesas Poder Exec. Sujeitas à Prog. Financeira	259,8	229,6	13,13	49,6	44,1	12,66
Resul. Primário do Gov. Central (1)	**-67,8**	**-43,8**	**55,02**	**-38,8**	**-47,0**	**-17,32**
Discriminação	**jun/24**		**mai/24**		**jun/23**	
	Valor	**Var. %**	**Valor**	**Var. %**	**Valor**	**Var. %**
Ajustes metodológicos	-0,4	450,94	-0,1	-51,94	-0,2	-
Discrepância estatística	-1,0	-	0,1	-	-1,3	-
Result. Primário do Gov. Central (2)	**-40,2**	**-34,02**	**-60,9**	**-**	**-48,4**	**7,71**
Juros Noniminais	**-86,4**	**29,56**	**-66,7**	**-3,99**	**-34,7**	**-44,21**
Result. Nominal do Gov. Central	**-126,6**	**-0,79**	**-127,6**	**110,45**	**-83,2**	**-22,42**

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: Valor Data
* Deflator: IPCA ** Somando Incentivos fiscais (1) Acima da linha. (2) Abaixo da linha

Mais informações: valor.globo.com/valor-data/, ibge.gov.br e fipe.org.br



A joint venture do sustento com a sustentabilidade.

Acaba de ser criado o Projeto Circular. Estão juntas nesse projeto a Ambipar, multinacional brasileira líder global em soluções ambientais, e a ANCAT (Associação Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis), que representa um ecossistema de 3 mil cooperativas, com 1 milhão de catadores em todo o país.

O Projeto Circular vai impulsionar a política de logística reversa. O Brasil hoje gera 80 milhões de toneladas de resíduo sólido, dos quais apenas 4% são reciclados.

Tudo isso vai resultar em algo fundamental para essas pessoas tão necessárias na sociedade: o sustento. Pois elas exercem uma tarefa que é invisível.

Iremos profissionalizar esse trabalho, melhorando as condições no recolhimento e, ao mesmo tempo, formalizando esses profissionais e dando mais capacitação. Com melhores condições de trabalho e novas tecnologias.

Com o apoio da Ambipar, o potencial de receita com a venda de crédito para reciclagem pode aumentar muito.

Mais do que catadores, eles serão, a partir de agora, os recicladores.

Cada lata, cada papel, cada garrafa, cada embalagem vai trazer uma nova história. É o verdadeiro ganha-ganha-ganha.

Projeto Circular. O maior projeto de sustento, capacitação e sustentabilidade da história.

Líder mundial em soluções ambientais.

ambipar GROUP

INÊS 249

Energia limpa Estudo da CNI indica que a maior parte das iniciativas tem a exportação como foco

Projetos de hidrogênio verde somam R$ 188 bi

Rafael Bitencourt
De Brasília

O Brasil conta com pelo menos 66 projetos de hidrogênio de baixa ou zero emissão de carbono (o hidrogênio “verde”) que somam investimentos de R$ 188,7 bilhões, segundo levantamento da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Parte importante desse investimento será dedicada a “hubs” de produção de hidrogênio — centros que promovem a integração da cadeia de produção, transporte e uso final dessa energia. A maior parte dos investimentos vai para plantas posicionadas em portos marítimos.

Grande parte das iniciativas está concentrada no Nordeste, com 44 projetos, seguida do Sudeste, com outros 16. No Ceará, o Porto de Pecém reúne o maior investimento: R$ 110,6 bilhões. Outros portos também deverão contar com aportes expressivos no setor, como o de Parnaíba (PI), com R$ 20,4 bilhões; Suape (PE), com R$ 19,6 bilhões, e também Açu (RJ), com R$ 16,5 bilhões.

O perfil dos projetos, com hubs de produção em portos, indica a tendência de que grande parte dos investidores está mirando clientes no exterior, o que deve ser confirmado se a demanda interna não florescer. O estudo “Hidrogênio Sustentável: Perspectivas para o Desenvolvimento e Potencial para a Indústria Brasileira”, que será divulgado nesta segunda-feira (26) pela CNI, confirma que a maioria das iniciativas (42 projetos) é liderada por empresas do setor elétrico com enfoque na exportação.



DIVULGAÇÃO

Bomtempo, da CNI: “A grande questão é como transformar vantagens comparativas que o Brasil tem em competitividade”

A possibilidade de o hidrogênio verde no Brasil priorizar a venda no exterior, em vez de atender o setor produtivo no país, é uma hipótese levantada por especialistas ligados à indústria.

A Europa, por exemplo, tem sinalizado que será um grande consumidor do novo combustível, considerado estratégico para derrubar as emissões de gases de efeito estufa (GEE) de sua indústria.

No Brasil, setores da indústria, porém, tentam trilhar a própria rota de descarbonização por meio do hidrogênio. Os ramos de químico e de gases industriais respondem por cinco projetos cada. Já siderurgia e petróleo contam com três projetos cada. O setor de mineração tem duas iniciativas. Outros segmentos registram, ao menos, uma planta: distribuição de gás natural, cimento, eficiência energética, tecnologias de geração de hidrogênio, fabricação de aerogeradores e um centro de pesquisa.

Fernanda Delgado, diretora-executiva da Associação Brasileira da Indústria do Hidrogênio Verde (Abihv), considera natural recorrer às vendas internacionais, em um primeiro momento, para “ganhar maturidade e escala”, e, só depois, atender a demanda interna, com preços até mais atraentes.

O presidente da Abrace Energia, Paulo Pedrosa, representante da indústria eletrointensiva, defende que “a vocação do hidrogênio brasileiro está na indústria nacional”, na descarbonização do aço, por exemplo. Ressalta que, a rigor, o hidrogênio não é uma “fonte energética, como muitas vezes é visto”, mas uma “maneira de armazenar e transportar energia”, o que permite a venda no exterior, além de explicar o fato de a eletricidade não ter se tornado uma commodity. “Sua exportação faz muito menos sentido, econômico e climático, do que levar aço ‘verde’ produzido aqui. Precisamos estar atentos, para não sermos reduzidos a um apêndice da política industrial de outros países”, alerta Pedrosa.

O Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic) ressalta que a estratégia para o setor “também está voltada para fortalecer a indústria nacional, promovendo a transferência de tecnologia, incentivando o desenvolvimento de capacidades locais e atraindo investimentos para a criação de uma infraestrutura que não apenas produza hidrogênio para exportação, mas também forneça para o mercado interno”.

De acordo com o estudo, “não restam dúvidas de que [a exportação de hidrogênio e derivados] representa uma oportunidade para o país”, mas que “o entusiasmo com a exportação (...) não pode ofuscar aquela que é a oportunidade de mais viável no curto prazo para a cadeia de hidrogênio no Brasil: a descarbonização de setores e empresas industriais brasileiras”.

A análise técnica lista uma série de vantagens da absorção do produto pelo mercado interno: evita custos com o transporte do hidrogênio; energia elétrica disponível para produzir H2 já é basicamente descarbonizada, com 92% de fontes renováveis; economia de escala ainda é modesta, pois os equipamentos usados para extrair o hidrogênio (os eletrolisadores) ainda estão limitados à potência de 20 megawatts (MW), entre outras.

“A grande questão é como transformar vantagens comparativas que o Brasil tem em competitividade. Até porque o investidor não olha só isso. A indústria, que pode querer se deslocar para esses países, vai olhar se tem segurança jurídica, regras claras, burocracia, mão de obra, que vão servir para balizar a decisão do investidor”, diz o superintendente de meio ambiente e sustentabilidade da CNI, Davi Bomtempo.

Para o Mdic, o objetivo do governo é que o Brasil seja “reconhecido não apenas como um grande exportador de hidrogênio de baixo carbono, mas também como um líder na produção de bens industrializados sustentáveis, o que ampliaria significativamente a competitividade dos produtos brasileiros no mercado internacional”.

Pequena indústria nacional vê melhora no ambiente econômico

Marcelo Osakabe
De São Paulo

O ambiente econômico voltou a melhorar para a micro e pequena indústria nacional. O índice de Satisfação Macroeconômica das empresas do setor alcançou 99 pontos no levantamento de junho e julho, após bater 93 pontos na edição de abril e maio. É a primeira alta do indicador após duas edições e também o maior patamar desde o fim do ano, quando chegou a 104 pontos.

O levantamento realizado pelo instituto Datafolha, a pedido do Sindicato da Micro e Pequena Indústria (Simpi), mostra ainda que essa melhora ocorreu tanto no universo das micro indústrias como das pequenas. O índice de satisfação subiu de 94 pontos para 100 pontos para a primeira e de 89 para 94 pontos para a segunda.

A abertura dos dados, no entanto, mostra que essa confiança não advém da avaliação sobre a economia brasileira, em que o indicador teve pequena variação — de 69 para 72 pontos. É a situação na própria condição das empresas respondentes que baseia a melhora do indicador — que passou de 104 para 113 pontos. O subíndice por setor de atuação variou de 115 pontos para 112.

A perspectiva negativa sobre a situação econômica do país, inclusive, se manteve elevada entre os dois levantamentos. A parcela que disse acreditar que o cenário é ruim ou péssimo oscilou de 47% para 44%. Já a parcela de respondentes que disse considerar a situação boa ou ótima passou de 15% para 16%. Os que responderam que a situação continua a mesma foram 43%.

> “O emprego vem crescendo gradativamente, e isso ajuda o mercado interno”
> *Joseph Couri*

“Não conheço nenhuma atividade produtiva que consegue sobreviver com juros subindo de 2% para 13,75% em dois anos. A ligeira melhora no cenário que vemos é justamente porque a taxa Selic começou a cair [atualmente, está em 10,50%]”, diz Joseph Couri, presidente do Simpi. “Além do custo do dinheiro, o emprego vem crescendo gradativamente, e isso ajuda o mercado interno, que é o motor do crescimento.”

Há, no entanto, uma certa mudança na perspectiva para os próximos três meses. A parcela dos que responderam ver piora caiu de 39% para 32%, enquanto a dos que consideraram que a situação vai ficar como está passou de 33% para 40%. Aqueles que acreditam que o cenário econômico do país vai melhorar seguem em minoria, oscilando de 26% para 25%.

Na análise regional, o Nordeste mostra o maior otimismo, com 41% dos respondentes avaliando que a situação econômica vai melhorar e 19% avaliando que vai piorar. A região Sul está na outra ponta, com apenas 20% afirmando ver melhora no curto prazo, e 38%, piora.

Quando questionado sobre o próprio setor, o micro e pequeno industrial demonstra um pequeno avanço da confiança. A parcela dos que consideram que a situação vai melhorar nos próximos três meses oscilou de 37% para 38%. Já a que vê piora caiu de 16% para 12%. A fatia que acredita em estabilidade passou de 46% para 49%.

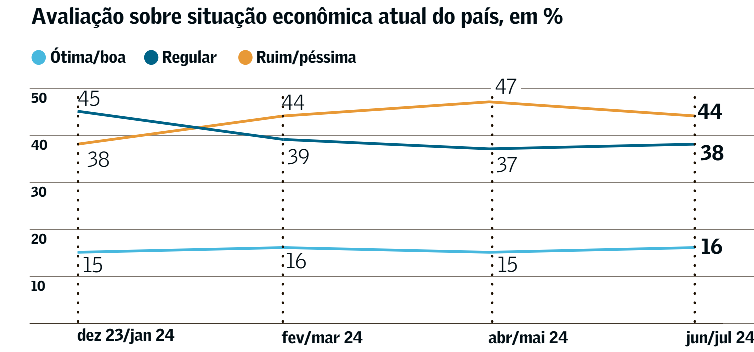
Para Couri, as dinâmicas regionais distintas mostram como é importante os governos estaduais atuarem para apoiar o consumo. Por outro lado, diz, a possível retomada das altas de juros pelo Banco Central ameaça colocar água no chope.

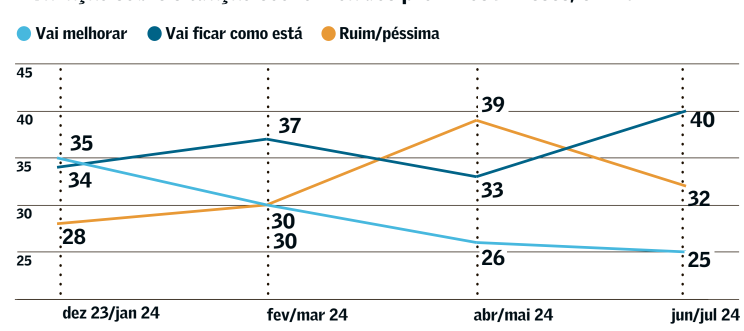
“A alta da Selic vai ser péssima. Se inflação está na casa de 3% a 4% e Selic em 10,50%, por que aumentar isso? A quem interessa essa elevação dos juros?”, questiona o dirigente.

O Datafolha realizou 712 entrevistas entre 15 e 31 de julho. A margem de erro da pesquisa é de quatro pontos percentuais para mais e para menos.

Melhora à frente?

Cai pessimismo futuro das micro e pequenas indústrias





Fonte: Datafolha/Simpi

Imigrante investidor tem autorização de residência facilitada

Mariana Assis e Gabriel Shinohara
De Brasília

O Conselho Nacional de Imigração, órgão do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), publicou uma resolução na quinta-feira (22) que reduziu a documentação necessária para a autorização de residência de imigrantes para realização de investimentos. A norma trata de imigrantes que sejam administradores, gerentes, diretores ou executivos de grupos que realizem investimentos externos “em empresa estabelecida no país, com potencial para geração de empregos ou de renda”.

Além disso, a normativa muda a competência, do Ministério do Trabalho para o da Justiça, para conceder a autorização.

A normativa anterior previa a necessidade de comprovar a integralização do investimento, em montante igual ou superior a R$ 600 mil, com a apresentação da tela do quadro societário atual e contrato de câmbio emitido pelo banco receptor do investimento.

O advogado Lucas Rodrigues de Paula, do escritório Bento Muniz Advocacia, avalia que houve uma “certa desburocratização” nesse processo. “Esse investimento externo hoje passa a ser comprovado com o mero comprovante da operação de câmbio emitido por instituição autorizada a funcionar pelo BC [Banco Central] e ele pode inclusive ser substituído pelas demonstrações financeiras do exercício social”, destaca de Paula.

A portaria também estabeleceu o mesmo requisito para autorização de residência no caso de investimentos externos de no mínimo R$ 150 mil. Nesse valor, foi mantido o requisito de demonstrar “a finalidade da operação como investimento externo direto; e geração de dez novos empregos, no mínimo, durante os dois anos posteriores à instalação da empresa ou entrada do administrador, gerente, diretor ou executivo”. Os valores mínimos, tanto de R$ 600 mil quanto de R$ 150 mil, foram mantidos de uma norma para a outra.



DIVULGAÇÃO

Houve uma “certa desburocratização” no processo, segundo Lucas Rodrigues de Paula

A nova resolução também manteve a exigência de outros documentos, como o formulário de requerimento de autorização de residência.

Consta da resolução que as alterações são para “dispor sobre os requisitos estabelecidos” no novo Marco Legal do Câmbio, de 2021. Paulo Brancher, sócio de Bancos e Serviços financeiros do Mattos Filho, explica que a resolução não é uma regulamentação do marco cambial. Brancher explica que a norma não altera a forma como a declaração de transação cambial é feita. “No fundo, o que essa norma quer dizer é: ‘Quando você for submeter o pedido e tiver que evidenciar que o investimento for realizado, eu quero ver os registros de transação cambial que aconteceram’.”

Outro ponto que também sofreu alteração foi o das concessões de autorização de residência por causa de investimento imobiliário no Brasil.

Se antes era necessário apresentar declaração de uma instituição de crédito comprovando a transferência internacional de capital para aquisição de bens imóveis, esse requisito agora se limita a uma declaração de instituição autorizada ou registrada em território nacional junto ao BC. “Essa expressão passa a ser mais abrangente e alcança instituições autorizadas pelo Banco Central que estejam além do escopo de instituição de crédito”, explica de Paula.

Curta

Apoio nas ruas

O Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania (MDHC) vai oficializar na segunda-feira (26) o primeiro convênio do Programa Pontos de Apoio da Rua (PAR), com a organização civil Rede Rua, de São Paulo. A entidade, fundada em 1989, foi uma das quatro classificadas em edital lançado para a parceria em fevereiro desse ano, sendo a melhor avaliada. O MDHC avaliou 14 propostas para atuação em São Paulo e no Rio de Janeiro. O programa é parte da política emergencial voltada para a população que vive nas ruas, anunciada em dezembro de 2023.

O PAR tem o objetivo de fomentar serviços públicos de cuidado e higiene pessoal para a população em situação de rua, prestar informações sobre cuidados básicos de saúde e dar auxílio a esse público acerca dos direitos civis garantidos pela política nacional voltada para ele.

Uma visão distópica de um Brasil que deu errado



Bruno Carazza

O ano é 2033 e mais uma crise paralisa o país. O novo presidente busca um acordo com os presidentes da Câmara e do Senado para aprovar um pacote de medidas para tentar salvar seu governo.

Transcorrida a metade de seu mandato, o ocupante do Palácio do Planalto, vencedor das primeiras eleições após o fim do longo ciclo em que a política brasileira ficou polarizada sob a influência de Lula e Bolsonaro, vivia um impasse.

Não havia sido fácil chegar ali. Os analistas políticos haviam classificado a disputa presidencial de 2030 como "a eleição do cansaço".

As velhas fórmulas políticas da década que se encerrava estavam desgastadas. Eleitores à direita e à esquerda haviam se dado conta da energia gasta em tantos anos de brigas nas redes sociais e no convívio social e resolveram dar crédito àquele candidato que propunha o básico: melhorar as políticas públicas com foco nos mais pobres e destravar a economia para a prosperidade das empresas.

Seu tema de campanha era fácil de entender – ao mesmo tempo básico e revolucionário. Básico, por prometer aquilo que sempre se esperou de uma liderança política; revolucionário, porque ninguém, uma vez eleito, havia realmente levado aquela determinação às últimas consequências.

Seu compromisso eleitoral era tão somente tirar do papel o art. 3º da combalida Constituição de 1988, curiosamente um dos poucos dispositivos originais que, passados mais de 40 anos, não havia sido alvo de nenhuma mudança por emenda.

Nas propagandas de campanha, ele alternava slogans inspirados nos objetivos fundamentais da República. Suas propostas para a economia eram articuladas sob o lema "Para garantir o desenvolvimento nacional"; as ideias para a política social eram envelopadas na mensagem de "erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades".

Suas falas moderadas miravam tanto os eleitores progressistas de esquerda ("promover o bem de todos, sem preconceitos e discriminação") quanto os conservadores da direita – sobretudo quando ele destacava a necessidade de se "construir uma sociedade livre, justa e solidária" (com ênfase nos dois primeiros adjetivos).

Seu programa de governo girava em torno de três eixos: i) reformular os gastos públicos para implementar uma cobertura integral do cidadão, com foco no trinômio saúde-educação-assistência; ii) promover um choque de produtividade na economia e iii) refundar o sistema tributário, tendo como norte outra determinação constitucional – a progressividade, que determinava que os mais ricos deveriam pagar mais impostos do que os mais pobres.

No fundo, ele tinha dúvidas se seria possível se eleger com aquela plataforma, ainda deixando claro nas entrevistas e debates que seria preciso mexer com o interesse de muita gente.

Mas aquela foi a eleição do cansaço, e depois de quase duas décadas com o país polarizado e dividido, a população se mostrou aberta para furar as próprias bolhas. Afinal, entre idas e vindas, avanços e retrocessos, o Brasil chegava no início da década de 30 preso aos velhos problemas do século XX: desigualdade social elevada, violência urbana fora de controle, inflação subindo, taxas de juros e carga tributária elevadas, crescimento pífio e desemprego preocupante.

Com os eleitores descrentes dos herdeiros do bolsonarismo e do lulismo, e depois das experiências desastrosas de celebridades televisivas e do mundo digital governando as maiores cidades do país, a sociedade se conscientizou de que a solução estava no meio.

E o candidato nem-nem (nem bolsonarista, nem lulista) cresceu primeiro agregando lideranças de movimentos sociais e empresariais para construir propostas de reformas da tributação da renda, de políticas públicas, do funcionalismo público, dos incentivos tributários. O debate foi ganhando corpo e ao longo da campanha o movimento se refletiu nas intenções de voto.

Transcorrida a metade de seu mandato, porém, o presidente eleito com quase 70% dos votos válidos no segundo turno experimentava a mais baixa taxa de aprovação desde o governo Temer e estava à beira de um processo de impeachment.

Nada de corrupção nem pedaladas fiscais: a queda de sustentação do governo pós-polarização se deu por paralisia. Governar havia se revelado muito mais difícil do que aparentava durante a campanha. Logo o novo presidente se deu conta de que não bastava um discurso que unia progressistas e conservadores ou propostas corajosas construídas após um amplo debate com a sociedade.

Em pouco mais de dois anos, a esperança de um país mais justo e dinâmico se perdeu pela oposição das velhas forças políticas reeleitas na base das emendas orçamentárias, do fundão eleitoral e de partidos personalistas e sem democracia interna, pelas mesmas regras eleitorais que favorecem candidaturas caras ou populistas.

Dez anos depois, em 2043, com o Brasil conflagrado por guerra civil e governado por um pseudo parlamentarismo autoritário, um acadêmico foi preso e torturado por escrever que a origem de nossas mazelas estava no conjunto de regras políticas e eleitorais, que nos levaram a fazer péssimas escolhas de parlamentares desde a Constituinte de 1987.

Mas aí já era tarde demais.

Bruno Carazza é professor associado da Fundação Dom Cabral e autor de "O País dos Privilégios (volume 1) e "Dinheiro, Eleições e Poder", ambos pela Companhia das Letras. Escreve às segundas-feiras
E-mail bruno.carazza@gmail.com

AVISO DE RECOLHIMENTO DE PRODUTOS



A Dori Alimentos (CNPJ No. 52.123.916/0010-23) informa que iniciará o recolhimento voluntário dos seguintes produtos, distribuídos em âmbito nacional, fabricados em sua unidade fabril de Rolândia/PR, no período compreendido entre 21/06/24 e 10/07/24:

Produto	PRD	VAL
Bala Hortelã Recheada 30x600G	210624	21/06/2026
Bala Hortelã Recheada 30x600G	240624	24/06/2026
Bala Hortelã Recheada 30x600G	250624	25/06/2026
Bala Bolete Tutti Frutti 30x600G	250624	25/06/2026
Bala Bolete Tutti Frutti 30x600G	270624	27/06/2026
Bala Bolete Tutti Frutti 30x600G	280624	28/06/2026
Bala Bolete Tutti Frutti 30x600G	010724	01/07/2026
Bala Bolete Tutti Frutti 30x600G	020724	02/07/2026
Bala Bolete Tutti Frutti 30x600G	030724	03/07/2026
Bala Hortelã Mint 30x600G	050724	05/07/2026
Bala Hortelã Mint 30x600G	080724	08/07/2026
Bala Hortelã Mint 30x600G	240624	24/06/2026
Bala Hortelã Mint 30x600G	260624	26/06/2026
Bala Hortelã Mint 30x600G	270624	27/06/2026
Bala Hortelã Mint 30x600G	280624	28/06/2026
Bala Morango Recheada 30x600G	080724	08/07/2026
Bala Morango Recheada 30x600G	090724	09/07/2026
Bala Morango Recheada 30x600G	100724	10/07/2026
Dori Regaliz Tijolo 16x60G	185	03/11/2025
Dori Regaliz Tijolo 16x60G	186	04/11/2025
Dori Regaliz Tijolo 16x60G	187	05/11/2025
Bala Lua Cheia Chantilly 24x600G	020724	02/07/2026
Bala Lua Cheia Chantilly 24x600G	030724	03/07/2026
Bala Lua Cheia Chantilly 24x600G	040724	04/07/2026
Bala Yogurte100 Morango 24x600G / Bala Yogurte100 Morango 24x400G	020724	02/07/2026
Bala Yogurte100 Morango 24x600G / Bala Yogurte100 Morango 24x400G	030724	03/07/2026
Bala Yogurte100 Morango 24x600G / Bala Yogurte100 Morango 24x400G	040724	04/07/2026
Bala Yogurte100 Morango 24x600G / Bala Yogurte100 Morango 24x400G	050724	05/07/2026
Bala Yogurte100 Morango 24x600G / Bala Yogurte100 Morango 24x400G	090724	09/07/2026
Bala Yogurte100 Morango 24x600G / Bala Yogurte100 Morango 24x400G	010724	01/07/2026

Os produtos listados nesta notificação estão sendo recolhidos de forma voluntária devido a um potencial risco de contaminação com *Salmonella Muenchen*. A ingestão de *Salmonella Muenchen* pode causar infecção gastrointestinal, cujos sintomas mais comuns são: dor abdominal, diarreia, febre e vômito.

Os pontos de venda e estabelecimentos varejistas foram orientados a interromper imediatamente a venda desses produtos, e o processo de descontaminação, limpeza e higienização da planta fabril afetada já foi concluído.

Pedimos aos consumidores que tenham adquirido produtos desses lotes que não os consumam e entrem em contato com o serviço de atendimento ao cliente da Dori Alimentos, pelo telefone 0800 707 4077, de segunda a sexta-feira, das 8:00 às 17:00 e aos sábados das 8:00 às 12:00, ou por e-mail (sac@dori.com.br), para o esclarecimento de dúvidas sobre o recolhimento e/ou sobre o processo de reembolso, sem quaisquer custos aos consumidores.

Todos os outros produtos da Dori, incluindo produtos como os acima de outros lotes e datas de validade, são considerados seguros para consumo.

A Dori reforça seu compromisso contínuo com a qualidade, transparência e a saúde e segurança de seus consumidores.



INÊS 249

O CIRQUE ALÉM DA SUA IMAGINAÇÃO

Porto apresenta

CIRQUE DU SOLEIL CRYSTAL™

ÚLTIMAS SEMANAS NO PARQUE VILLA-LOBOS

VENDAS: EVENTIM.COM.BR

PATROCÍNIO enel | APOIO All.com | VENDAS eventim | REALIZAÇÃO IMM

Classificação etária: Livre. Menores de 16 anos de idade somente acompanhados dos pais ou responsáveis legais. Sujeito à alteração por decisão Judicial. Este evento requer autorizações específicas. Consulte o site cirquedusoleilcrystal.com.br e acompanhe a atualização sobre a expedição de alvarás relacionados ao evento.

Diretoria do Banco Central

Governo enviará nomes de novos diretores ao Senado nas próximas semanas

Diretoria colegiada	Titulares	Fim do mandato	Origem
Presidência	**Roberto Campos Neto**	**Dez/2024**	**Mercado**
Relacionamento, Cidadania e Supervisão de Conduta	Carolina de Assis Barros	Dez/2024	Servidora
Regulação	Otávio Damaso	Dez/2024	Servidor
Política Econômica	Diogo Guillen	Dez/2025	Mercado
Organização do Sistema Financeiro e de Resolução	Renato Gomes	Dez/2025	Academia
Fiscalização	Ailton de Aquino Santos	Fev/2027	Servidor
Política Monetária	Gabriel Galípolo	Fev/2027	Mercado
Assuntos Internacionais e de Gestão de Riscos Corporativos	Paulo Picchetti	Dez/2027	Academia
Administração	Rodrigo Teixeira	Dez/2027	Servidor

Fonte: Banco Central

Poderes Falta disposição ao diálogo por parte do Executivo, afirma o senador Vanderlan Cardoso, presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Governo e senadores não se acertam sobre sabatinas para o BC

Andrea Jubé e Gabriel Shinohara
De Brasília

A expectativa de realização das sabatinas do novo presidente e dos novos diretores do Banco Central (BC), e respectivas votações, durante o recesso informal depende de o governo afinar o diálogo com os senadores. Em meio à crise institucional e à campanha eleitoral, ainda é preciso construir o ambiente político para a discussão da matéria.

Enquanto essas tratativas avançam nos bastidores, diretores esperam que, no processo de escolha dos nomes, seja preservada a atual configuração da diretoria colegiada: dos nove titulares, cinco são de fora da instituição e quatro são servidores da carreira do banco.

Um diretor ouvido pelo **Valor** argumentou que essa distribuição de quadros, com formações diversificadas, contribuiu para o equilíbrio e alto nível dos debates internos. A se confirmar o favoritismo do diretor de Política Monetária, Gabriel Galípolo, para a vaga do presidente Roberto Campos Neto, seria mantido o desenho atual, onde um quadro egresso do mercado financeiro comanda a instituição.

Além disso, se Galípolo for escolhido para substituir Campos Neto, o governo terá de indicar o presidente e mais três diretores para a instituição, já que a realocação dele na diretoria abrirá a vaga de diretor de Política Monetária. Do contrário, as vagas a serem abertas contemplam, além da presidência, as diretorias de Relacionamento e de Regulação.

A percepção de senadores, contudo, é que o governo deveria evitar ruídos desnecessários nas negociações sobre a antecipação das indicações dos novos diretores, cujos mandatos vencem somente em dezembro.

Na quinta-feira (22), o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que as conversas para a realização das sabatinas durante a campanha eleitoral estariam em andamento entre o Palácio do Planalto e o Senado. Acrescentou que os nomes do novo presidente e dos novos diretores da autoridade monetária poderiam ser enviados "em bloco", e não individualmente.

Na terça-feira (20), essa pauta entrou na reunião entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). Segundo interlocutores de ambos, Pacheco teria recomendado a Lula que aguardasse o fim das eleições municipais para enviar as respectivas indicações para análise dos senadores. Dois dias depois, entretanto, Haddad declarou que isso poderia ocorrer nas próximas semanas.

Ainda no café da manhã com Lula, no Palácio da Alvorada, Pacheco teria ponderado que o presidente deveria esperar o arrefecimento dos ânimos na Praça dos Três Poderes, que estão alterados em virtude da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que suspendeu o pagamento das emendas parlamentares.

ROQUE DE SÁ/AGÊNCIA SENADO



Vanderlan Cardoso: senador diz que o governo não o procurou até agora

Apesar do anúncio de um acordo entre as instituições, as discussões ainda estão em curso e muitas pontas ainda estão soltas. Há temor de que esse ambiente contamine as articulações sobre as mudanças no Banco Central.

O movimento do governo contrariou senadores que deveriam acompanhar de perto essas tratativas, mas ainda não foram procurados. É o caso do presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO), a quem caberá designar as datas das futuras sabatinas, nomear os relatores e presidir os trabalhos.

Na sexta-feira (23), Vanderlan disse ao **Valor** que não foi procurado pelo governo para tratar da matéria, embora tenha sido ventilado que as sabatinas podem ocorrer na primeira semana de setembro, quando haverá esforço concentrado de votações.

"Está faltando diálogo", criticou, em entrevista ao **Valor**. "Ninguém falou nada comigo [sobre as sabatinas], não tem plano de sabatinar ninguém nas próximas semanas", descartou.

Vanderlan cobrou que, primeiro, o governo honre acordos feitos com os senadores, que não estariam sendo cumpridos. Ele citou, por exemplo, a votação do projeto que anula partes do decreto sobre armas assinado por Lula em 2023. A votação, que deveria ter ocorrido na terça-feira, acabou sendo adiada.

O presidente da CAE ressaltou, todavia, que se o governo melhorar a relação com a Casa e o ambiente político for pavimentado para tratar desse tema, a campanha eleitoral não impedirá que os senadores se desloquem a Brasília para votar essa matéria. Vanderlan é candidato à Prefeitura de Goiânia (GO), mas tem ido à capital federal despachar em seu gabinete parte da semana.

As duas diretorias que ficarão vagas no fim do ano são, tradicionalmente, ocupadas por servidores: a de Relacionamento, Cidadania e Supervisão de Conduta tem a única mulher do colegiado, a funcionária de carreira do BC Carolina de Assis Barros; e a de Regulação está a cargo do diretor Otávio Damaso.

Ainda há a possibilidade de uma reacomodação interna para abrir outros espaços no colegiado. Esse movimento aconteceu na indicação do atual diretor de Administração, Rodrigo Teixeira. Ele foi aprovado no Senado para substituir Maurício de Moura, que era diretor de Relacionamento. Mas por decisão da diretoria colegiada, foi transferido para a diretoria de Administração. E Carolina Barros, então na vaga de Administração, tornou-se titular de Relacionamento e Supervisão de Conduta.

Em relação à atual configuração do banco, além de Campos Neto e de Galípolo, mais três diretores vieram de fora da instituição: os titulares das diretorias de Política Econômica, de Assuntos Internacionais e de Organização do Sistema Financeiro.

Alguns diretores transitam entre o mercado financeiro e o universo acadêmico. O diretor de Política Econômica, Diogo Guillen, é egresso do mercado financeiro, mas também tem credenciais acadêmicas. Ele é doutor pela Universidade de Princeton e era economista-chefe do Itaú Asset Management antes de assumir o cargo. Gabriel Galípolo tem mestrado em Economia Política na PUC-SP e foi CEO do Banco Fator entre 2017 e 2021.

> "Ninguém falou nada comigo [sobre as sabatinas]"
> *Vanderlan Cardoso*



Banco Bradesco S.A.

CNPJ nº 60.746.948/0001-12 – NIRE 35.300.027.795 – Companhia Aberta

Ata Sumária das Assembleias Gerais Extraordinária e Ordinária realizadas cumulativamente em 11.3.2024

Data, Hora, Local: Em 11.3.2024, às 16h, de modo exclusivamente digital, nos termos do Inciso I do Parágrafo Segundo do Artigo 5º da Resolução CVM nº 81/22, bem como de acordo com o Parágrafo 2º-A do Artigo 124 da Lei nº 6.404/76. ***Mesa:*** Presidente: Luiz Carlos Trabuco Cappi; Secretário: Antonio Campanha Junior. ***Quórum de Instalação:*** Acionistas da Sociedade representando mais de dois terços do capital social votante, conforme se verifica do Mapa Final de Votação (**Anexo I**). ***Publicações Prévias:*** a) os documentos de que trata o Artigo 133 da Lei nº 6.404/76, quais sejam: as Demonstrações Contábeis, os Relatórios da Administração e dos Auditores Independentes, o Parecer do Conselho Fiscal e o Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria, relativos ao exercício social findo em 31.12.2023, foram publicados em 9.2.2024, no jornal "Valor Econômico", páginas C7 a C18; b) o Edital de Convocação foi publicado em 10, 15 e 16.2.2024, no jornal "Valor Econômico", páginas C5, A5 e A3. ***Disponibilização de Documentos:*** Os documentos citados no item "Publicações Prévias", as propostas do Conselho de Administração e a das Acionistas Controladoras, bem como as demais informações exigidas pela regulamentação vigente, foram disponibilizados, na íntegra, desde 9.2.2024, nos *sites* do Bradesco, da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3) e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (CVM). ***Voto a Distância:*** Em atendimento ao disposto no Parágrafo Quarto do Artigo 48 da Resolução CVM nº 81/22, os acionistas participantes da Assembleia dispensaram a leitura do Mapa de Votação Consolidado divulgado ao mercado em 10.3.2024, de acordo com o previsto no Parágrafo Terceiro do mencionado Artigo, o qual também foi colocado à disposição para apreciação dos acionistas. Relativamente ao disposto no Inciso II do Parágrafo Segundo do Artigo 28 da Resolução CVM nº 81/22, ficou registrado que não houve, por parte dos acionistas participantes, qualquer interesse em alterar o voto proferido a distância. ***Deliberações em Pauta Extraordinária:*** Observada a Ordem do Dia, constante do mencionado Edital, os acionistas da Sociedade decidiram: 1) aprovar o "Instrumento de Protocolo e Justificação de Incorporação", firmado entre esta Sociedade e a BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (BRAM) e seus anexos (Laudos de Avaliações dos patrimônios líquidos e respectivos balanços patrimoniais da Sociedade e da BRAM), tanto nas formas como nos teores em que foram redigidos, especialmente quanto aos números neles contidos, cujas transcrições foram dispensadas, os quais ficarão arquivados na Sede da Sociedade, nos termos da alínea "a" do Parágrafo Primeiro do Artigo 130 da Lei nº 6.404/76, e serão levados juntamente com esta Ata a registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo; 2) ratificar a nomeação da KPMG Auditores Independentes ("KPMG") para elaborar o Laudo de Avaliação a valor contábil da BRAM, na data-base de 31.12.2023; 3) aprovar a incorporação da BRAM por esta Sociedade, em conformidade com o disposto no Artigo 227 da Lei nº 6.404/76, observados os termos e condições constantes do Instrumento de Protocolo; Em seguida, esclareceu o senhor Secretário que: **1)** tendo em vista que o Bradesco é titular de 100% do capital social da BRAM: **1.1)** não haverá relação de troca por não envolver participação de acionistas minoritários; **1.2)** o patrimônio líquido da BRAM será eliminado em contrapartida dos saldos das rubricas "Investimentos" e "Ajuste de Avaliação Patrimonial - Marcação de Títulos a Valor de Mercado", ambas registradas nas demonstrações financeiras do Bradesco, que refletem integralmente o patrimônio líquido da BRAM; **1.3)** a operação de incorporação, pelas razões acima expostas, não resultará em aumento do capital social e/ou em alteração da quantidade de ações de emissão do Bradesco; **1.4**) o Estatuto Social do Bradesco será alterado a fim de incluir Parágrafo Único ao Artigo 5º, como consequência da incorporação acima aprovada, a fim de deixar expresso que as atividades atualmente desenvolvidas pela BRAM continuarão a ser exercidas de forma segregada das demais atividades do Bradesco; **2)** a Diretoria da Sociedade fica autorizada a praticar todos os atos necessários à concretização da operação ora aprovada, nos termos e condições do Instrumento de Protocolo, incumbindo-se do cumprimento de todas as formalidades legais e de proceder, perante todas as repartições e Órgãos Públicos Federais, Estaduais e Municipais, ao cancelamento dos registros em nome da BRAM, podendo, para tanto, assinar todos e quaisquer papéis, formulários, requerimentos e demais documentos necessários nesse sentido; e **3)** a operação de incorporação ora aprovada somente entrará em vigor e se tornará efetiva depois de homologada pelo Banco Central do Brasil, e ainda estará condicionada à obtenção pelo Bradesco de credenciamento na categoria gestor de recursos perante a Comissão de Valores Mobiliários - CVM. **4)** aprovar todas as alterações do Estatuto Social propostas, visando a: incluir Parágrafo Único no Artigo 5º, como consequência da incorporação ora aprovada, a fim de deixar expresso que as atividades atualmente desenvolvidas pela BRAM continuarão a ser exercidas de forma segregada das demais atividades da Sociedade; incluir o Parágrafo 3º ao Artigo 6º para prever a possibilidade de aumento do capital social mediante deliberação do Conselho de Administração independentemente de alteração estatutária (Capital Autorizado), até que o capital social da Sociedade atinja o limite de 17.200.000.000 de ações ordinárias e/ou preferenciais, sem guardar proporção entre as ações de cada espécie, observando-se, quanto às ações preferenciais, o limite máximo admitido em lei, com a consequente renumeração dos Parágrafos subsequentes; alterar o Parágrafo 4º do Artigo 7º para explicitar que a isenção do limite de idade constante do inciso "i" somente será aplicável ao Presidente do Conselho de Administração com mandato na Assembleia Geral Ordinária realizada em 2023; alterar o Parágrafo 2º do Artigo 8º adaptando a sua redação às práticas atuais das reuniões do Conselho de Administração; alterar a alínea "f" do Artigo 9º, adaptando a redação de modo a contemplar a renumeração do Parágrafo 6º do Artigo 6º que passará a ser o Parágrafo 7º; alterar a alínea "i" do Artigo 9º, excluindo a necessidade de submissão de proposta à Assembleia Geral para aumento de capital social mediante emissão de novas ações, em decorrência da previsão de Capital Autorizado; incluir alínea "j" no Artigo 9º para prever como competência do Conselho de Administração a deliberação do aumento do capital social dentro do limite do Capital Autorizado ora proposto, renumerando as alíneas subsequentes; excluir a alínea "m" do Artigo 9º, que trata da aplicação de recursos oriundos de incentivos fiscais, adaptando o estatuto à efetiva utilidade dos dispositivos na prática; incluir a alínea "t" no Artigo 9º, para atribuir como competência do Conselho de Administração a deliberação sobre transações com partes relacionadas; alterar o *caput* do Artigo 11, modificando o número de reuniões ordinárias do Conselho de Administração; alterar o *caput* do Artigo 12, em decorrência da redução dos números mínimo e máximo de membros na Diretoria e da renomeação dos cargos; alterar o Parágrafo 1º do Artigo 12, aprimorando a redação e adaptando a referência cruzada de dispositivos estatutários, decorrente da proposta de exclusão dos Artigos 18 e 19; excluir o Parágrafo 2º do Artigo 12, em decorrência da exclusão dos Artigos 18 e 19; incluir novo Parágrafo 2º no Artigo 12, a fim de definir os cargos que irão compor a Diretoria Executiva, em decorrência das alterações promovidas no Artigo 12; alterar o *caput* do Artigo 13, adaptando a redação em decorrência da exclusão do Parágrafo 4º desse Artigo; excluir o Parágrafo 4º do Artigo 13, de maneira a conferir maior flexibilidade à representação da Sociedade; alterar as alíneas "b" e "c" e excluir as alíneas "d" e "e" do Artigo 14, renumerando-se as subsequentes, que tratam das atribuições da Diretoria, em decorrência da nova nomenclatura de cargos proposta no Artigo 12; alterar o Artigo 15, modificando a periodicidade das reuniões ordinárias da Diretoria Executiva; excluir os Artigos 18 e 19, de modo a flexibilizar a ascensão ou contratação de profissionais para os cargos de Diretoria, com a renumeração dos Artigos subsequentes; alterar o Artigo 21 e seus respectivos parágrafos, que tratam do Comitê de Auditoria da Sociedade, renumerando-o para Artigo 19 e adaptando-os às disposições da Resolução CMN nº 4.910/21; alterar o Parágrafo 6º do Artigo 23 (renumerado para Artigo 21), aprimorando sua redação. Foi registrado que, apesar de não ter constado da tabela de alterações estatutárias que fazia parte das Propostas da Administração, a modificação acima mencionada na alínea "b" do Artigo 14 decorre da necessidade de adequação da redação do citado dispositivo à nova nomenclatura dos cargos que comporão a Diretoria da Sociedade, estando tal modificação, portanto, também abrangida pelo item 4.6 do Edital de Convocação da presente Assembleia. Em seguida, o senhor Secretário obteve dos acionistas a concordância para dispensa da transcrição dos dispositivos estatutários alterados, considerando que o Estatuto Social consolidado, passou a fazer parte integrante desta Ata como **Anexo II**.

....

....

Lavratura e Publicação da Ata: Autorizada a lavratura da Ata na forma de sumário, bem como a sua publicação, no jornal "Valor Econômico", único jornal onde a Companhia veicula todas as suas publicações legais, com a omissão das assinaturas dos acionistas participantes, na forma prevista nos Parágrafos Primeiro e Segundo do Artigo 130 da Lei nº 6.404/76, ficando consignada a autenticação, pela Mesa, de manifestação de voto da Acionista PREVI - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil, relativamente ao item "6" da pauta da Assembleia Geral Ordinária, a qual ficará arquivada na Sede Social, conforme disposições das alíneas "a" e "b" do já mencionado Parágrafo Primeiro do Artigo 130 da Lei nº 6.404/76. ***Quórum das Deliberações*****:** Aprovadas por maioria absoluta de votos, conforme se verifica do Mapa Final de Votação (**Anexo I**), que detalha as quantidades de aprovações, rejeições e abstenções de cada uma das deliberações, ficando registrado que os resultados contemplam, além dos votos proferidos pelos acionistas participantes dessa Assembleia 100% digital, também as votações por meio dos Boletins de Voto a Distância que a Companhia recebeu até 4.3.2024, de acordo com o estabelecido no Artigo 27 da Resolução CVM nº 81/22, bem como dos votos dos detentores de ADRs - *American Depositary Receipts*. ***Aprovação e Assinatura da Ata:*** Foi esta Ata aprovada por todos os acionistas participantes, sendo que, de acordo com o disposto na Resolução CVM nº 81/22, serão considerados assinantes os acionistas de que trata o Parágrafo Primeiro do Artigo 47 da supracitada norma. ***Mesa presente via participação digital, nos termos do Parágrafo Quinto do Artigo 28 da Resolução CVM nº 81/22:*** Presidente: Luiz Carlos Trabuco Cappi; Secretário: Antonio Campanha Junior; Auditor: Cláudio Rogélio Sertório; Administrador: Marcelo de Araújo Noronha. Declaramos para os devidos fins que a presente é cópia fiel de trecho da Ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. **Banco Bradesco S.A.** aa) Antonio Campanha Junior - Secretário. **Certidão** - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - JUCESP - Certifico o registro sob o número 300.314/24-3, em 8.8.2024. a) Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Anexo I - Mapa Final de Votação Sintético

Empresa: 00001 - BANCO BRADESCO S.A.
Tipo Assembleia: ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
Data da Assembleia: 11/03/2024 **Hora da Assembleia:** 16:00
Período de Votação: 09/02/2024 **Até:** 04/03/2024

Descrição da Deliberação	Quantidade de Ações		
	Aprovar (sim)	Rejeitar (não)	Abster-se
0001 - (Apenas ON) Aprovar o "Instrumento de Protocolo e Justificação de Incorporação", firmado entre esta Sociedade (Incorporadora) e a BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (Incorporada), incluindo seus anexos (Laudos de Avaliações dos patrimônios líquidos e respectivos balanços patrimoniais da Sociedade e da BRAM) em conformidade com o disposto nos Artigos 224 e 225 da Lei nº 6.404/76.	**4.469.825.936**	**131**	**8.576.576**
0002 - (Apenas ON) Ratificar a nomeação da KPMG Auditores Independentes para elaborar o Laudo de Avaliação do patrimônio líquido da BRAM.	**4.469.686.531**	**794**	**8.715.318**
0003 - (Apenas ON) Aprovar a incorporação da BRAM, por esta Sociedade, em conformidade com o disposto no artigo 227 da Lei nº 6.404/76.	**4.469.687.392**	**131**	**8.715.120**
0004 - (Apenas ON) Alterar parcialmente o Estatuto Social, em decorrência da inclusão de Parágrafo Único no Artigo 5º, como consequência da incorporação acima proposta, a fim de deixar expresso que as atividades atualmente desenvolvidas pela BRAM continuarão a ser exercidas de forma segregada das demais atividades da Sociedade.	**4.418.285.567**	**131**	**60.116.945**
0005 - (Apenas ON) Alterar parcialmente o Estatuto Social, em decorrência da inclusão do Parágrafo 3º ao Artigo 6º, para aumento do capital social mediante deliberação do Conselho de Administração independentemente de alteração estatutária (Capital Autorizado), até que o capital social da Sociedade atinja o limite de 17.200.000.000 (dezessete bilhões e duzentos milhões) de ações ordinárias e/ou preferenciais, sem guardar proporção entre as ações de cada espécie, observando-se, quanto às ações preferenciais, o limite máximo admitido em lei.	**4.304.179.292**	**118.499.912**	**55.723.439**
0006 - (Apenas ON) Alterar parcialmente o Estatuto Social, em decorrência da alteração do Parágrafo 4º do Artigo 7º para explicitar que o limite de idade constante no item "i" somente será aplicável ao Presidente do Conselho de Administração com mandato vigente na Assembleia Geral Ordinária/2023.	**4.474.080.091**	**717**	**4.321.835**
0007 - (Apenas ON) Alterar parcialmente o Estatuto Social no Parágrafo 2º do Artigo 8º, adaptando a redação às práticas atuais das reuniões do Conselho de Administração.	**4.474.080.400**	**272**	**4.321.971**
0008 - (Apenas ON) Alterar parcialmente o Estatuto Social, no Artigo 9º, que trata das atribuições e deveres do Conselho de Administração na letra f, adaptando a redação de modo a contemplar a renumeração do Parágrafo 6º do Artigo 6º para Parágrafo 7º.	**4.474.080.390**	**405**	**4.321.848**
0009 - (Apenas ON) Alterar parcialmente o Estatuto Social, no Artigo 9º, que trata das atribuições e deveres do Conselho de Administração na letra i, excluindo a necessidade de submissão de proposta à Assembleia para aumento de capital social mediante emissão de novas ações, em decorrência da previsão de Capital Autorizado.	**4.474.080.606**	**402**	**4.321.635**
00010 - (Apenas ON) Alterar parcialmente o Estatuto Social, no Artigo 9º, que trata das atribuições e deveres do Conselho de Administração incluindo a letra j, renumerando as demais, que trata da deliberação do aumento do capital social dentro do limite do Capital Autorizado ora proposto.	**4.474.080.390**	**405**	**4.321.848**
00011 - (Apenas ON) Alterar parcialmente o Estatuto Social, no Artigo 9º, que trata das atribuições e deveres do Conselho de Administração, excluindo a letra m, renumerando as demais, que trata da aplicação de recursos oriundos de incentivos fiscais, adaptando o Estatuto à efetiva utilidade dos dispositivos na prática.	**4.474.080.602**	**401**	**4.321.640**
00012 - (Apenas ON) Alterar parcialmente o Estatuto Social, no Artigo 9º, que trata das atribuições e deveres do Conselho de Administração, incluindo a letra t, que trata da deliberação sobre transações com partes relacionadas.	**4.474.080.612**	**391**	**4.321.640**
00013 - (Apenas ON) Alterar parcialmente o Estatuto Social, em decorrência da alteração do número de reuniões ordinárias do Conselho de Administração constante do *caput* do Artigo 11.	**4.474.080.397**	**393**	**4.321.853**
00014 - (Apenas ON) Alterar parcialmente o Estatuto Social, no *caput* do Artigo 12, em decorrência da redução dos números mínimo e máximo de membros na Diretoria e da renomeação dos cargos.	**4.474.080.402**	**393**	**4.321.848**
00015 - (Apenas ON) Alterar parcialmente o Estatuto Social, no Parágrafo 1º do Artigo 12º, aprimorando a redação e adaptando a referência cruzada de dispositivos estatutários, com proposta de exclusão dos Artigos 18 e 19.	**4.474.080.400**	**395**	**4.321.848**
00016 - (Apenas ON) Alterar parcialmente o Estatuto Social, excluindo o Parágrafo 2º do Artigo 12, em decorrência de proposta de exclusão dos Artigos 18 e 19.	**4.474.080.404**	**391**	**4.321.848**
00017 - (Apenas ON) Alterar parcialmente o Estatuto Social, incluindo novo Parágrafo 2º ao Artigo 12, demonstrando os cargos que compõem a Diretoria Executiva.	**4.474.080.404**	**391**	**4.321.848**
00018 - (Apenas ON) Alterar parcialmente o Estatuto Social, no *caput* do Artigo 13, adaptando a redação em decorrência da exclusão do Parágrafo 4º desse Artigo que está sendo proposta.	**4.474.080.332**	**391**	**4.321.920**
00019 - (Apenas ON) Alterar parcialmente o Estatuto Social, excluindo o Parágrafo 4º do Artigo 13, dando maior flexibilidade à representação da Sociedade.	**4.474.073.600**	**393**	**4.328.650**
00020 - (Apenas ON) Alterar parcialmente o Estatuto Social, no Artigo 14, que trata das atribuições da Diretoria em decorrência da nova nomenclatura de cargos, proposta no *caput* do Artigo 12.	**4.474.080.398**	**397**	**4.321.848**
00021 - (Apenas ON) Alterar parcialmente o Estatuto Social, no Artigo 15, modificando a periodicidade das reuniões ordinárias da Diretoria Executiva.	**4.474.080.398**	**397**	**4.321.848**
00022 - (Apenas ON) Alterar parcialmente o Estatuto Social, excluindo os Artigos 18 e 19 e renumerando os demais, de modo a flexibilizar à ascensão ou contratação de profissionais para os cargos de Diretoria.	**4.474.080.402**	**393**	**4.321.848**
00023 - (Apenas ON) Alterar parcialmente o Estatuto Social, no seu Artigo 21, que trata do Comitê de Auditoria da Sociedade, renumerando-o para Artigo 19 e adaptando-o à Resolução CMN nº 4.910/21.	**4.474.080.398**	**397**	**4.321.848**
00024 - (Apenas ON) Alterar parcialmente o Estatuto Social, no Parágrafo 6º do Artigo 23 (renumerado para Artigo 21), aprimorando sua redação.	**4.474.080.394**	**401**	**4.321.848**

Anexo II - Banco Bradesco S.A. - Estatuto Social

Título I - Da Organização, Duração e Sede. Artigo 1º) O Banco Bradesco S.A., companhia aberta, doravante chamado Sociedade, rege-se pelo presente Estatuto. **Parágrafo Único** - Com a admissão da Sociedade, em 26.6.2001, no segmento especial de listagem denominado Nível 1 de Governança Corporativa da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3), sujeitam-se a Sociedade, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal às disposições do Regulamento de Listagem do Nível 1 de Governança Corporativa da B3 (Regulamento do Nível 1). A Sociedade, seus administradores e acionistas deverão observar, ainda, o disposto no Regulamento para Listagem de Emissores e Admissão à Negociação de Valores Mobiliários, incluindo as regras referentes à retirada e exclusão de negociação de valores mobiliários admitidos à negociação nos Mercados Organizados administrados pela B3. **Artigo 2º)** O prazo de duração da Sociedade é indeterminado. **Artigo 3º)** A Sociedade tem sede e foro no núcleo administrativo denominado "Cidade de Deus", situado na Vila Yara, no município e comarca de Osasco, Estado de São Paulo. Artigo 4º) Poderá a Sociedade instalar ou suprimir Agências no País, a critério da Diretoria, e no Exterior, com a aprovação, adicional, do Conselho de Administração, doravante chamado também Conselho, a quem competirá, também, aprovar a constituição e/ou encerramento de quaisquer outras Dependências/Subsidiárias do Bradesco fora do território nacional. **Título II - Dos Objetivos Sociais. Artigo 5º)** O objetivo da Sociedade é efetuar operações bancárias em geral, inclusive câmbio, e administrar carteiras de valores mobiliários, nas categorias administrador fiduciário e gestor de recursos. **Parágrafo Único** - As atividades de administração fiduciária e de gestão de recursos de terceiros serão exercidas por meio de estruturas segregadas, conforme exigido pela legislação e regulamentação aplicáveis. **Título III - Do Capital Social. Artigo 6º)** O capital social é de R$87.100.000.000,00 (oitenta e sete bilhões e cem milhões de reais), dividido em 10.642.170.228 (dez bilhões, seiscentos e quarenta e dois milhões, cento e setenta mil, duzentas e vinte e oito) ações nominativas-escriturais, sem valor nominal, sendo 5.330.304.681 (cinco bilhões, trezentos e trinta milhões, trezentas e quatro mil, seiscentas e oitenta e uma) ordinárias e 5.311.865.547 (cinco bilhões, trezentos e onze milhões, oitocentas e sessenta e cinco mil, quinhentas e quarenta e sete) preferenciais. **Parágrafo Primeiro** - As ações ordinárias conferirão aos seus titulares os direitos e vantagens previstos em lei. No caso de oferta pública decorrente de eventual alienação do controle da Sociedade, as ações ordinárias não integrantes do bloco de controle terão direito ao recebimento de 100% (cem por cento) do valor pago por ação ordinária de titularidade dos controladores. **Parágrafo Segundo** - As ações preferenciais não terão direito a voto, mas conferirão, aos seus titulares, os seguintes direitos e vantagens: a) prioridade no reembolso do Capital Social, em caso de liquidação da Sociedade; b) dividendos 10% (dez por cento) maiores que os atribuídos às ações ordinárias; c) inclusão em oferta pública decorrente de eventual alienação do controle da Sociedade, sendo assegurado aos seus titulares o recebimento do preço igual a 80% (oitenta por cento) do valor pago por ação ordinária integrante do bloco de controle. **Parágrafo Terceiro** - A Sociedade está autorizada a aumentar o capital social, por deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, até que o capital social atinja o limite de 17.200.000.000 (dezessete bilhões e duzentos milhões) de ações ordinárias e/ou preferenciais, sem guardar proporção entre as ações de cada espécie, observando-se, quanto às ações preferenciais, o limite máximo admitido em lei. As emissões para venda em Bolsas de Valores, subscrição pública e permuta por ações em ofertas públicas de aquisição de controle poderão ser efetuadas sem a observância do direito de preferência dos antigos acionistas, ou com redução do prazo para o exercício desse direito. **Parágrafo Quarto** - Nos aumentos de capital, a parcela de, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) será realizada no ato da subscrição e o restante será integralizado mediante chamada da Diretoria, observados os preceitos legais. **Parágrafo Quinto** - Todas as ações da Sociedade são escriturais, permanecendo em contas de depósito, nela própria, em nome de seus titulares, sem emissão de certificados, podendo ser cobrado dos acionistas o custo do serviço de transferência da propriedade das referidas ações. **Parágrafo Sexto** - Não será permitida: a) conversão de ações ordinárias em ações preferenciais e vice-versa; b) emissão de partes beneficiárias. **Parágrafo Sétimo** - Poderá a Sociedade, mediante autorização do Conselho, adquirir ações de sua própria emissão, para cancelamento ou permanência temporária em tesouraria, e posterior alienação. **Título IV - Da Administração. Artigo 7º)** A Sociedade será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria. **Parágrafo Primeiro** - Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor-Presidente ou principal executivo não poderão ser acumulados pela mesma pessoa. **Parágrafo Segundo** - A posse dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria estará condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Administradores, nos termos do disposto no Regulamento do Nível 1, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis. **Parágrafo Terceiro** - Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria terão prazo de mandato unificado de 2 (dois) anos, permitida a reeleição, o qual estender-se-á até a posse dos novos administradores eleitos. **Parágrafo Quarto** - Os membros do Conselho de Administração exercerão seus mandatos até a data em que completarem 75 (setenta e cinco) anos de idade, exceto: i. o Presidente em exercício na Assembleia Geral Ordinária de 2023, o qual não terá limite de idade para o exercício de seu mandato; e ii. os demais membros com mandato em curso na Assembleia Geral Ordinária de 2023, em relação aos quais o limite para exercício de mandatos no Conselho de Administração será a data em que completarem 80 (oitenta) anos de idade. **Parágrafo Quinto** - Os membros da Diretoria exercerão seus mandatos até a data em que completarem 65 (sessenta e cinco) anos de idade. **Título V - Do Conselho de Administração. Artigo 8º)** O Conselho de Administração será composto de 6 (seis) a 11 (onze) membros eleitos pela Assembleia Geral, os quais escolherão, entre si, observado o disposto no Parágrafo Primeiro do Artigo 7º, 1 (um) Presidente e 1 (um) Vice-Presidente. **Parágrafo Primeiro** - O Conselho deliberará validamente desde que presente a maioria absoluta dos membros em exercício, inclusive o Presidente, que terá voto de qualidade no caso de empate. **Parágrafo Segundo** - Será admitida a participação de qualquer membro, por meio de teleconferência ou videoconferência ou por quaisquer outros meios de comunicação que possam garantir a efetividade de sua participação, sendo seu voto considerado válido para todos os efeitos legais. **Parágrafo Terceiro** - Na vacância do cargo e nas ausências ou impedimentos temporários do Presidente do Conselho, assumirá o Vice-Presidente. Nas ausências ou impedimentos temporários deste, o Presidente designará substituto dentre os demais membros. Vagando o cargo de Vice-Presidente, o Conselho nomeará substituto, dentre seus membros, que servirá pelo tempo que faltar para completar o mandato do substituído. **Parágrafo Quarto** - Nas hipóteses de afastamento temporário ou definitivo de qualquer dos outros Conselheiros, os demais poderão nomear substituto, para servir em caráter eventual ou permanente, observados os preceitos da lei e deste Estatuto. **Artigo 9º)** Além das previstas em lei e neste Estatuto, são também atribuições e deveres do Conselho: a) zelar para que a Diretoria esteja, sempre, rigorosamente apta a exercer suas funções; b) cuidar para que os negócios sociais sejam conduzidos com probidade, de modo a preservar o bom nome da Sociedade; c) sempre que possível, preservar a continuidade administrativa, altamente recomendável à estabilidade, prosperidade e segurança da Sociedade; d) fixar a orientação geral dos negócios da Sociedade, inclusive deliberar sobre a constituição e o funcionamento de Carteiras Operacionais, definindo políticas e limites a serem observados pela Administração; e) autorizar a Sociedade, bem como suas controladas diretas e indiretas a adquirir, onerar ou alienar participação societária ou bens integrantes do Ativo não Circulante, quando de valor superior a 0,5% (meio por cento) do Patrimônio Líquido da Sociedade, apurado no último balanço patrimonial auditado; f) deliberar sobre a negociação com ações de emissão da própria Sociedade, de acordo com o Parágrafo Sétimo do Artigo 6º; g) autorizar a concessão de qualquer modalidade de doação, contribuição ou auxílio, independentemente do beneficiário, observando-se as regras e alçadas estabelecidas em normas internas pelo Conselho de Administração; h) aprovar o pagamento de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio propostos pela Diretoria; i) submeter à Assembleia Geral propostas objetivando aumento do capital social sem emissão de ações, redução do capital social grupamento ou desdobramento de suas ações, operações de fusão, incorporação ou cisão e reformas estatutárias da Sociedade; j) aprovar, dentro do limite do capital autorizado, a emissão de ações ou bônus de subscrição ou qualquer outro título, instrumento ou valor mobiliário conversível em ações, mediante subscrição pública ou privada, fixando o preço de emissão, condições de integralização e demais condições da emissão, bem como aprovar aumento de capital mediante a capitalização de lucros ou reservas com bonificação de ações. k) manifestar-se em relação a qualquer oferta pública tendo por objeto ações ou valores mobiliários conversíveis ou permutáveis por ações da Sociedade, a qual deverá conter, entre outras informações relevantes, opinião da Administração sobre eventual aceitação da oferta pública e sobre o valor econômico da Sociedade; l) manifestar-se sobre eventos societários que possam dar origem a mudança de controle, consignando se eles asseguram tratamento justo e equitativo aos acionistas da Sociedade; m) deliberar sobre associações, envolvendo a Sociedade ou suas Controladas, inclusive participação em acordos de acionistas; n) examinar e deliberar sobre os orçamentos e demonstrações contábeis submetidos pela Diretoria; o) avocar para sua órbita de deliberação assuntos específicos de interesse da Sociedade e deliberar sobre os casos omissos; p) limitado ao montante global anual aprovado pela Assembleia Geral, realizar a distribuição das verbas de remuneração e previdenciária aos Administradores; q) fixar a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria, observando-se o disposto no Regimento Interno do Comitê de Auditoria; r) supervisionar o ambiente de gerenciamento de riscos e de controles internos; s) buscar, constantemente, alinhar o planejamento estratégico da Sociedade aos aspectos ASG (Ambiental, Social e Governança); e t) deliberar sobre transação com parte relacionada ou conjunto de transações com partes relacionadas, em conformidade com a legislação aplicável e com os critérios previstos nas políticas e normas internas. **Parágrafo Único** - O Conselho poderá atribuir funções especiais à Diretoria e a qualquer dos membros desta, bem como instituir comitês para tratar de assuntos específicos no âmbito do Conselho de Administração. **Artigo 10)** Compete ao Presidente do Conselho presidir as reuniões do Órgão, observadas as disposições do Parágrafo Terceiro do Artigo 8º. **Parágrafo Único** - O Presidente do Conselho poderá convocar a Diretoria e participar, com os demais Conselheiros, de quaisquer de suas reuniões. **Artigo 11)** O Conselho reunir-se-á ordinariamente 12 (doze) vezes por ano e, extraordinariamente, quando os interesses da sociedade assim o exigirem, por convocação do seu Presidente ou da metade dos demais membros em exercício, lavrando-se ata de cada reunião. **Título VI - Da Diretoria. Artigo 12)** A Diretoria da Sociedade é eleita pelo Conselho, e será composta de 60 (sessenta) a 100 (cem) membros, sendo 1 (um) Diretor-Presidente e os demais membros distribuídos, a critério do Conselho, entre os cargos de Diretor Vice-Presidente, Diretor Executivo, Diretor e Diretor Regional. **Parágrafo Primeiro** - O Conselho fixará, na primeira reunião do Órgão que se realizar após a Assembleia Geral Ordinária, e sempre que necessário, as quantidades de diretores a eleger, designando-os, nomeadamente, nos cargos previstos no "caput" deste Artigo, observado o disposto no Parágrafo Primeiro do Artigo 7º e os requisitos do Artigo 17, deste Estatuto. **Parágrafo Segundo** - A Diretoria Executiva, órgão executivo da Sociedade, será composta por membros com os cargos de Diretor-Presidente, Diretor Vice-Presidente e Diretor Executivo. **Artigo 13)** Aos diretores compete administrar e representar a Sociedade, com poderes para obrigá-la em quaisquer atos e contratos de seu interesse, podendo transigir e renunciar direitos e adquirir, alienar e onerar bens, observando o disposto na alínea "e" do Artigo 9º deste Estatuto. **Parágrafo Primeiro** - Ressalvadas as exceções previstas expressamente neste Estatuto, a Sociedade só se obriga mediante assinaturas, em conjunto, de no mínimo 2 (dois) diretores, devendo um deles estar no exercício do cargo de Diretor-Presidente ou Diretor Vice-Presidente. **Parágrafo Segundo** - A Sociedade poderá também ser representada por no mínimo 1 (um) diretor e 1 (um) procurador, ou por no mínimo 2 (dois) procuradores, em conjunto, especialmente constituídos por 2 (dois) diretores, conforme descrito no parágrafo anterior, devendo do respectivo instrumento de mandato constar os seus poderes, os atos que poderão praticar e o seu prazo. **Parágrafo Terceiro** - A Sociedade poderá ainda ser representada isoladamente por qualquer membro da Diretoria ou por procurador com poderes específicos, nos seguintes casos: a) mandatos com cláusula "ad judicia", hipótese em que a procuração poderá ter prazo indeterminado e ser substabelecida; b) recebimento de citações ou intimações judiciais ou extrajudiciais; c) participação em licitações; d) em Assembleias Gerais de Acionistas ou Cotistas de empresas ou fundos de investimento de que a Sociedade participe, bem como de entidades de que seja sócia ou filiada; e) perante órgãos e repartições públicas, desde que não implique na assunção de responsabilidades e/ou obrigações pela Sociedade; f) em depoimentos judiciais; g) perante as entidades certificadoras para obtenção de certificados digitais. **Artigo 14)** Além das atribuições normais que lhes são conferidas pela lei e por este Estatuto, compete especificamente a cada membro da Diretoria: a) ao Diretor-Presidente:

continua...















ibri
BBD LISTED NYSE
BBDO LISTED NYSE

INÊS 249

...continuação

bradesco

(i) coordenar a execução do planejamento estratégico delineado pelo Conselho de Administração; (ii) promover a distribuição das responsabilidades e das áreas pelas quais responderão os Diretores Executivos; (iii) supervisionar e coordenar, diretamente, as ações dos Diretores Vice-Presidentes e, indiretamente, dos demais membros da Diretoria Executiva; e (iv) presidir as reuniões da Diretoria Executiva; b) aos Diretores Vice-Presidentes: (i) colaborar com o Diretor-Presidente no desempenho das suas funções; (ii) substituir, quando nomeado pelo Conselho de Administração, o Diretor-Presidente em suas ausências ou impedimentos temporários; e (iii) supervisionar e coordenar, diretamente, as ações dos Diretores Executivos e, indiretamente, dos demais membros da Diretoria, no âmbito de sua linha de reporte; c) aos Diretores Executivos: desempenhar as funções que lhes forem atribuídas, supervisionando e coordenando as ações dos diretores que estejam no âmbito de sua linha de reporte; d) aos Diretores: desempenhar as funções que lhes forem atribuídas; e) aos Diretores Regionais: orientar e supervisionar os Pontos de Atendimento sob sua jurisdição e cumprir as funções que lhes forem atribuídas. **Artigo 15)** A Diretoria Executiva fará reuniões ordinárias quinzenalmente, e extraordinárias sempre que necessário, deliberando validamente desde que presente mais da metade dos seus membros em exercício, com a presença obrigatória do titular do cargo de Diretor-Presidente, ou seu substituto, que terá voto de qualidade, no caso de empate. As reuniões extraordinárias serão realizadas sempre que convocadas pelo Presidente do Conselho, pelo Presidente da Diretoria ou, ainda, pela metade dos demais Diretores Executivos em exercício. **Artigo 16)** Em caso de vaga, ausência ou impedimento temporário do Diretor-Presidente, caberá ao Conselho indicar o seu substituto. **Artigo 17)** Para o exercício da função de diretor é necessário dedicar-se à Sociedade, devendo observar as suas normas internas, sendo vedado o exercício de outras atividades que conflitem com os objetivos da Sociedade. **Título VII - Do Conselho Fiscal. Artigo 18)** O Conselho Fiscal, cujo funcionamento será permanente, compor-se-á de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e de igual número de suplentes. **Título VIII - Do Comitê de Auditoria. Artigo 19)** A Sociedade terá um Comitê de Auditoria composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros, de reconhecida competência técnica, sendo 1 (um) designado Coordenador, nomeados e destituíveis pelo Conselho de Administração. **Parágrafo Primeiro** - São requisitos básicos para o exercício no cargo de membro do Comitê de Auditoria: I - não ser e não ter sido nos últimos doze meses: a) diretor da Sociedade, de sua controladora ou de suas coligadas, controladas ou controladas em conjunto, direta ou indiretamente; b) funcionário da Sociedade, de sua controladora ou de suas coligadas, controladas ou controladas em conjunto, direta ou indiretamente; c) responsável técnico, diretor, gerente, supervisor ou qualquer outro integrante, com função de gerência, da equipe envolvida nos trabalhos de auditoria na Sociedade; e d) membro do conselho fiscal da Sociedade, de sua controladora ou de suas coligadas, controladas ou controladas em conjunto, direta ou indiretamente; II - não ser cônjuge, companheiro, ou parente em linha reta, em linha colateral ou por afinidade, até o segundo grau das pessoas referidas no inciso I, alíneas "a" e "c"; III - não receber qualquer outro tipo de remuneração da Sociedade, de sua controladora ou de suas coligadas, controladas ou controladas em conjunto, direta ou indiretamente, que não seja relativa à sua função de integrante do Comitê de Auditoria; e IV - não ocupar cargos, em especial, em conselhos consultivos, de administração ou fiscal, em sociedades que possam ser consideradas concorrentes no mercado ou nas quais possa gerar conflito de interesse. **Parágrafo Segundo** - Pelo menos um dos integrantes do Comitê de Auditoria, deve possuir comprovados conhecimentos na área de contabilidade que o qualifiquem para a função. **Parágrafo Terceiro** - Pelo menos um dos integrantes do Comitê de Auditoria, deve ser um membro do Conselho de Administração que não participe da Diretoria. **Parágrafo Quarto** - O membro do Comitê de Auditoria poderá ser destituído pelo Conselho de Administração a qualquer tempo, nos casos de conflito de interesse, descumprimento das obrigações inerentes ao seu cargo ou caso venha a apresentar desempenho aquém daquele esperado pela Organização. **Parágrafo Quinto** - O Regimento do Comitê de Auditoria, o qual permanecerá à disposição do Banco Central do Brasil, será aprovado pelo Conselho de Administração e regulará, dentre outras matérias, as atribuições do Comitê de Auditoria, os critérios de remuneração e o tempo de mandato de seus membros. **Título IX - Do Comitê de Remuneração. Artigo 20)** A Sociedade terá um componente organizacional denominado Comitê de Remuneração, podendo atuar em nome de outras sociedades integrantes da Organização Bradesco, composto de 3 (três) a 7 (sete) membros, nomeados e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de 2 (dois) anos, devendo um deles ser designado Coordenador. **Parágrafo Primeiro** - Os membros serão escolhidos dentre os integrantes do Conselho de Administração, com exceção de 1 (um) membro que será, necessariamente, não administrador. **Parágrafo Segundo** - Não serão remunerados pelo exercício do cargo de membro do Comitê de Remuneração os integrantes do Conselho de Administração e o membro não administrador quando funcionário da Organização Bradesco. Não sendo funcionário, quando nomeado, terá sua remuneração estipulada pelo Conselho de Administração, de acordo com parâmetros de mercado. **Parágrafo Terceiro** - Os membros do Comitê de Remuneração poderão ser reeleitos, vedada sua permanência no cargo por prazo superior a 10 (dez) anos. Cumprido esse prazo, somente poderá voltar a integrar o órgão após decorridos, no mínimo, 3 (três) anos. **Parágrafo Quarto** - O Comitê terá por objetivo assessorar o Conselho de Administração na condução da política de remuneração dos Administradores, nos termos da legislação vigente. **Título X - Da Ouvidoria. Artigo 21)** A Sociedade terá um componente organizacional de Ouvidoria, que atuará em nome de todas as Instituições integrantes da Organização Bradesco autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, tendo como responsável 1 (um) ocupante no cargo de Ouvidor, designado pelo Conselho de Administração, com mandato de 24 (vinte e quatro) meses, podendo ser renovado. **Parágrafo Primeiro** - A Ouvidoria não poderá estar vinculada a componente organizacional da Organização Bradesco que configure conflito de interesses ou de atribuições, a exemplo das unidades responsáveis por negociação de produtos e serviços, gestão de riscos, auditoria interna e conformidade (*compliance*). **Parágrafo Segundo** - Poderá ser designado Ouvidor o administrador ou funcionário da Organização Bradesco que possua: a) formação em curso de nível superior; b) amplo conhecimento das atividades desenvolvidas pelas instituições representadas e dos seus produtos, serviços, processos, sistemas etc.; c) capacidade funcional de assimilar as questões que são submetidas à Ouvidoria, fazer as consultas administrativas aos setores cujas atividades foram questionadas e direcionar as respostas obtidas em face dos questionamentos apresentados; d) condições técnicas e administrativas de dar atendimento às demais exigências decorrentes dos normativos editados sobre as atividades da Ouvidoria; e e) comprovada aptidão técnica para desempenhar as atividades abrangidas pelas finalidades e atribuições descritas nos Parágrafos terceiro e quarto a seguir. **Parágrafo Terceiro** - A Ouvidoria tem por finalidade zelar pela estrita observância das normas legais e regulamentares relativas aos direitos do consumidor, atendendo em última instância as demandas dos clientes e usuários de produtos e serviços que não tiverem sido solucionadas nos canais de atendimento primário da instituição e atuando como canal de comunicação entre as Instituições referidas no "caput" deste Artigo e os clientes e usuários de produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos. **Parágrafo Quarto** - As atribuições da ouvidoria abrangem as seguintes atividades: a) receber, registrar, instruir, analisar e dar tratamento formal e adequado às reclamações dos clientes e usuários de produtos e serviços das Instituições referidas no "caput" deste Artigo, que não forem solucionadas pelo atendimento habitual realizado pelas agências ou por quaisquer outros pontos de atendimento; b) prestar os esclarecimentos necessários e dar ciência aos reclamantes acerca do andamento de suas demandas e das providências adotadas; c) informar aos reclamantes o prazo previsto para resposta final, o qual não poderá ultrapassar 10 (dez) dias úteis, podendo ser prorrogado, excepcionalmente e de forma justificada, uma única vez, por igual período, limitado o número de prorrogações a 10% (dez por cento) do total de demandas no mês, devendo o reclamante ser informado sobre os motivos da prorrogação; d) encaminhar resposta conclusiva para a demanda dos reclamantes até o prazo informado na alínea "c"; e) propor ao Conselho de Administração medidas corretivas ou de aprimoramento de procedimentos e rotinas, em decorrência da análise das reclamações recebidas; e f) elaborar e encaminhar ao Conselho de Administração, ao Comitê de Auditoria e à Auditoria Interna, ao final de cada semestre, relatório quantitativo e qualitativo acerca da atuação da Ouvidoria, contendo proposições de que trata a alínea "e", quando existentes, além de mantê-los informados sobre o resultado das medidas adotadas pelos administradores da instituição para solucioná-los. **Parágrafo Quinto** - Nas suas ausências ou impedimentos temporários, o Ouvidor será substituído por funcionário integrante da Ouvidoria, que preencha os requisitos constantes do Parágrafo Segundo deste Artigo. No caso de vacância, o Conselho designará substituto pelo tempo que faltar para completar o mandato do substituído. **Parágrafo Sexto** - O Ouvidor poderá ser destituído pelo Conselho de Administração a qualquer tempo, nos casos de descumprimento das obrigações inerentes ao seu cargo ou caso venha a apresentar desempenho aquém daquele esperado pela Organização. **Parágrafo Sétimo** - A Sociedade: a) manterá condições adequadas para o funcionamento da Ouvidoria, bem como para que sua atuação seja pautada pela transparência, independência, imparcialidade e isenção; e b) assegurará o acesso da Ouvidoria às informações necessárias para a elaboração de resposta adequada às reclamações recebidas, com total apoio administrativo, podendo requisitar informações e documentos para o exercício de suas atividades. **Título XI - Das Assembleias Gerais. Artigo 22)** As Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias serão: a) convocadas com prazo mínimo de um mês de antecedência; b) conduzidas pelo Presidente do Conselho ou seu substituto estatutário ou, ainda, por pessoa indicada pelo Presidente do Conselho em exercício, que convidará um ou mais acionistas para Secretários. **Título XII - Do Exercício Social e da Distribuição de Resultados. Artigo 23)** O ano social coincide com o ano civil, terminando no dia 31 de dezembro. **Artigo 24)** Serão levantados balanços ao fim de cada semestre, nos dias 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, facultado à Diretoria, mediante aprovação do Conselho, determinar o levantamento de outros balanços, em menores períodos, inclusive mensais. **Artigo 25)** O Lucro Líquido, como definido no Artigo 191 da Lei nº 6.404/76, apurado em cada balanço semestral ou anual terá, pela ordem, a seguinte destinação: I. constituição de Reserva Legal; II. constituição das Reservas previstas nos Artigos 195 e 197 da mencionada Lei nº 6.404/76, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho e deliberada pela Assembleia Geral; III. pagamento de dividendos, propostos pela Diretoria e aprovados pelo Conselho que, somados aos dividendos intermediários e/ou juros sobre o capital próprio de que tratam os Parágrafos Primeiro e Segundo deste Artigo, que tenham sido declarados, assegurem aos acionistas, em cada exercício, a título de dividendo mínimo obrigatório, 30% (trinta por cento) do respectivo lucro líquido, ajustado pela diminuição ou acréscimo dos valores especificados nos Incisos I, II e III do "caput" do Artigo 202 da referida Lei nº 6.404/76. **Parágrafo Primeiro** - A Diretoria, mediante aprovação do Conselho, fica autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, à conta de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes. **Parágrafo Segundo** - Poderá a Diretoria, ainda, mediante aprovação do Conselho, autorizar a distribuição de lucros aos acionistas a título de juros sobre o capital próprio, nos termos da legislação específica, em substituição total ou parcial dos dividendos intermediários, cuja declaração lhe é facultada pelo parágrafo anterior ou, ainda, em adição aos mesmos. **Parágrafo Terceiro** - Os juros eventualmente pagos aos acionistas serão imputados, líquidos do imposto de renda na fonte, ao valor do dividendo mínimo obrigatório do exercício (30%), de acordo com o Inciso III do "caput" deste Artigo. **Artigo 26)** O saldo do Lucro Líquido, verificado após as distribuições acima previstas, terá a destinação proposta pela Diretoria, aprovada pelo Conselho e deliberada pela Assembleia Geral, podendo ser destinado 100% (cem por cento) à Reserva de Lucros - Estatutária, visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, até atingir o limite de 95% (noventa e cinco por cento) do valor do capital social integralizado. **Parágrafo Único** - Na hipótese da proposta da Diretoria sobre a destinação a ser dada ao Lucro Líquido do exercício conter previsão de distribuição de dividendos e/ou pagamento de juros sobre capital próprio em montante superior ao dividendo obrigatório estabelecido no Artigo 25, Inciso III, e/ou retenção de lucros nos termos do Artigo 196 da Lei nº 6.404/76, o saldo do Lucro Líquido para fins de constituição da reserva mencionada neste Artigo será determinado após a dedução integral dessas destinações. **Título XIII - Da Celebração de Contratos de Indenidade. Artigo 27)** Sem prejuízo da possibilidade da contratação de seguro específico para cobertura de riscos de gestão, a Sociedade poderá celebrar contratos de indenidade em favor de (i) membros do Conselho de Administração, da Diretoria, do Conselho Fiscal e de comitês de assessoramento da própria Sociedade ou de suas sociedades controladas, (ii) funcionários que exerçam função ou cargo de gestão na Sociedade ou em suas sociedades controladas e (iii) pessoas, funcionários ou não, que tenham sido indicados pela Sociedade para exercer cargos, estatutários ou não, em entidades das quais a Sociedade participe na qualidade de sócia, associada ou patrocinadora (em conjunto ou isoladamente "Beneficiários"), de modo a fazer frente a despesas, indenizações e outros valores por eles incorridos em razão de reclamações, inquéritos, investigações, procedimentos e processos arbitrais, judiciais ou administrativos, no Brasil ou no exterior, que envolvam atos praticados pelos Beneficiários no exercício regular de suas atribuições ou poderes, estabelecidos pela Sociedade. **Parágrafo Único** - Caberá ao Conselho de Administração aprovar as regras, procedimentos, condições e limitações a serem observados para a celebração e execução dos contratos de indenidade, bem como definir as pessoas com as quais serão celebrados os contratos de indenidade.

****

Declaramos que a presente é cópia fiel do estatuto social deste Banco, contendo a deliberação aprovada na Assembleia Geral Extraordinária de 11.3.2024. Banco Bradesco S.A. aa) Cassiano Ricardo Scarpelli - Diretor Vice-Presidente e Antonio Campanha Junior - Diretor.

BBDC B3 LISTED N1



ISEB3

abrasca



ITAG B3

Member of Dow Jones Sustainability Indices Powered by the S&P Global CSA



BBD LISTED NYSE

BBDO LISTED NYSE

Política

Eleições Para Jairo Nicolau, pleito municipal não é prévia da disputa presidencial, mas ajuda a antever as eleições parlamentares de 2026

Urnas devem fortalecer PL, PT e PSD, avalia cientista político

Camila Zarur
Do Rio

Quem espera que as eleições municipais sejam uma prévia da disputa presidencial de 2026 poderá se frustrar ao ver que a polarização entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) não deve se refletir nas urnas deste ano. O pleito de agora, diz o cientista político Jairo Nicolau, professor e pesquisador da FGV CPDOC, é um referendo das questões locais, e os dois líderes políticos não estão sob avaliação.

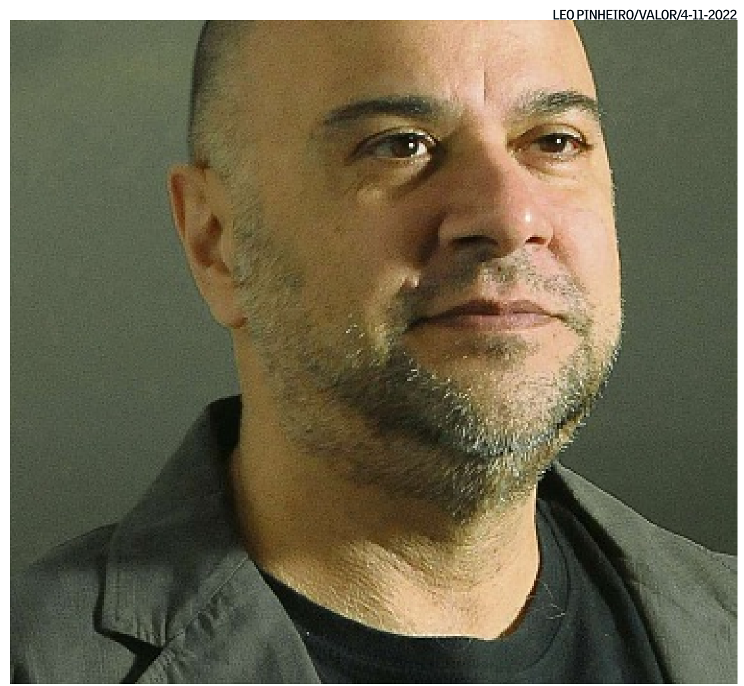
No entanto, pondera o especialista, a corrida eleitoral deste ano pode deixar antever as eleições parlamentares de daqui a dois anos. O motivo é a reorganização e reestruturação pelas quais os partidos passam na votação municipal, sobretudo pela proximidade que o pleito gera entre o político e a sigla com o eleitor.

"A análise corrente tende a olhar a eleição municipal como uma prévia da presidencial. E ela não é", diz Nicolau, em entrevista ao **Valor**. "É uma eleição importante na perspectiva do quadro partidário e da recomposição das forças".

Essa característica, contudo, não afugenta a polarização — ela já está presente e pode, ainda mais, se solidificar conforme o movimento dos partidos dos dois líderes. Nicolau projeta que tanto PL quanto PT se sairão como as forças partidárias da eleição, junto com o PSD, que deve se consolidar como uma sigla de centro-direita, "âncora num sistema polarizado".

Os outros partidos podem sair pior ou melhor de acordo com o desempenho agregado nacional. Mas nessas três forças [PL, PT e PSD] é que a política nacional vai se organizando em torno", explica.

LEO PINHEIRO/VALOR/4-11-2022



Nicolau: "Quem consegue se impor como alternativa [à polarização] é o PSD"

Pelo lado bolsonarista, Nicolau descreve o PL como o "partido de direita mais organizado depois da redemocratização". "Pelo menos está se desenhando como tal", diz.

Desde 2021, quando passou a abrigar Bolsonaro entre seus quadros, a legenda clássica do Centrão passou a se portar de forma mais ideológica, mais alinhada aos ideais conservadores e reacionários do ex-presidente. Isso somado à estruturação do partido, o PL elegeu 99 deputados em 2022; um feito, na avaliação do especialista, que há muito não ocorria.

Em relação ao partido do atual ocupante do Palácio do Planalto, Nicolau acredita que o PT continuará como a principal força da esquerda, ampliando a hegemonia conquistada pela sigla na eleição de 2022 ante o enfraquecimento das demais legendas do mesmo polo que tentavam se colocar como opção a Lula.

"Em 2022, na Câmara, a esquerda ficou mais ou menos do mesmo tamanho de quando entrou no pleito. Mas houve um fenômeno relevante, o enfraquecimento dos partidos rivais ao PT que estavam ali como uma tentativa de crescer e virar alternativa ao Partido dos Trabalhadores. É o caso do PSB, que foi mal [na eleição], e o PDT, que vive um processo de declínio", diz.

Os demais partidos, como PCdoB e Rede, acabaram ficando à sombra de Lula e do PT, seja por terem formado federação com a sigla do presidente, seja por terem seus líderes dentro da base do governo — como é o caso de Marina Silva, que tentou por anos se firmar como oposição ao petista, após os dois romperem em 2008, mas hoje é sua ministra do Meio Ambiente.

Nicolau, porém, pondera que ainda é preciso ver se a força de Lula vai ser suficiente para recuperar o tamanho que o PT tinha antes da derrocada que sofreu na operação Lava-Jato. O partido, que já chegou a terceira sigla com o maior número de prefeitos, teve seu pior desempenho em eleições municipais em 2020, tendo eleito apenas 183 prefeituras no país — nenhuma nas capitais.

"O partido estava vivendo um esvaziamento. No último pleito municipal, ele foi muito mal, mas dois anos depois, na eleição federal, ele foi bem", diz o cientista político, que ressalta a capacidade do partido em formar bancadas:

"Quando conta votos para vereança, que é um bom preditor do que vai acontecer nas eleições para deputado, o PT vai bem, ele tem capilaridade e está bem estruturado pelo país. Ninguém duvida que ele continuará nas eleições de 2026, seja com Lula ou sem Lula, como a maior bancada de esquerda."

Sobre o PSD, o pesquisador credita o crescimento da sigla de Gilberto Kassab ao vácuo deixado por PSDB e MDB: "À medida que esses partidos saem de cena, deixa-se espaço para um político de centro-direita, com fortes ambições políticas, que cria organização um pouco mais eficiente. O PSD cresceu em todas as eleições que disputa, ele elege mais deputados, mais vereadores, mais prefeitos."

"Quem está conseguindo se impor como alternativa [e meio à polarização] é o PSD, por conta das dificuldades de reconstrução do PSDB e de renovação do MDB."

A força da sigla também se dá, diz Nicolau, pela gestão de Kassab: "Como o PSD da República de 1946, os estados têm muita autonomia no partido. Ele dá autonomia para as lideranças estaduais operarem. Na eleição presidencial, o partido não fechou questão. O Kassab apoiou o Lula, mas não foi a bancada inteira".

Cenário é adverso para a esquerda, diz presidente do PSB

César Felício
De Brasília

Alinhado com o PT em 13 das 26 capitais nas eleições municipais deste ano, o PSB entra no processo eleitoral com expectativas conservadoras. Prevê eleger entre 230 e 250 prefeitos, patamar semelhante aos 236 que fez em 2020, e sua principal aposta continua em Pernambuco, onde lançou 75 candidatos às prefeituras e é favorito para reeleger o prefeito do Recife, João Campos.

Campos teve 76% de intenções de voto na última pesquisa Datafolha, divulgada na quinta-feira. O PSB governou o Estado entre 2006 e 2022, quando o candidato da sigla ao governo estadual, Danilo Cabral, sequer foi ao segundo turno, mas o partido conseguiu manter as suas bases e é a sigla que mais lançou candidatos a prefeito no Estado, 20 a mais do que o PSDB da governadora Raquel Lyra.

O foco principal do PSB é o reforço da votação para a Câmara dos Deputados, na qual a sigla precisa ter mais de 2,5% dos votos para ultrapassar a cláusula de barreira. O presidente nacional do partido, Carlos Siqueira, comenta que as perspectivas da esquerda na maioria das capitais brasileiras não são boas. "São eleições difíceis na maioria das cidades, com raras exceções", disse. "O fato de ter perspectivas de perder nos grandes centros nos traz grandes preocupações, porque qual será o simbolismo para a esquerda?"

Siqueira vê claro favoritismo do PT em Teresina, com Fábio Novo, e afirma que, em Porto Alegre, Maria do Rosário, também do PT, pode surpreender. Para por aí. Acha, contudo, que o resultado pouco influi na eleição presidencial de 2026. "A esquerda teve um péssimo desempenho nas urnas em 2020 e elegeu Luiz Inácio Lula da Silva dois anos depois. O PT naquela eleição fez menos prefeitos que o PDT", comenta.

Segundo o dirigente, o cenário em São Paulo ganhou complexidade com a ascensão de Pablo Marçal (PRTB), hoje empatado nas pesquisas com Guilherme Boulos (Psol) e Ricardo Nunes (MDB). A candidata do partido, Tabata Amaral, está estacionada no patamar de 10%. "O cenário é adverso para a esquerda no eixo São Paulo-Rio-Belo Horizonte."

Belo Horizonte é uma das raras capitais em que o PSB divergiu do PT e aliou-se com o emedebista Gabriel Azevedo. A aliança entre PSB e MDB em Minas Gerais está dentro de um contexto nacional, já que o MDB aderiu ao grupo de João Campos em Pernambuco. No Rio de Janeiro, tanto o PSB quanto o PT apoiam a reeleição de Eduardo Paes (PSD), que Siqueira situa fora do campo da esquerda. O dirigente afirmou também que a esquerda abriu mão de ter candidato em Salvador, onde o prefeito Bruno Reis (União Brasil) é favorito.

Em Fortaleza, Evandro Leitão (PT) está em terceiro, empatado com André Fernandes (PL) e bem atrás de José Sarto (PDT) e Capitão Wagner (União Brasil), que lidera. "Há ali um cenário de grande dificuldade", comentou. Em João Pessoa, Siqueira não vê chances para a esquerda, ainda que na Paraíba o partido controle o governo do Estado e tenha lançado candidatos em 113 municípios. O dirigente também não acredita em vitória da esquerda em Natal, onde Natalia Benevides (PT) disputa contra Carlos Eduardo (PSD) e Paulinho Freire (União Brasil).

Já o cenário nas sete capitais da região Norte é descrito por Siqueira como de "devastação" para a esquerda. Para o presidente do PSB, há uma mudança estrutural no eleitorado brasileiro, cujo principal fator é o crescimento da população evangélica. "Hoje quem tem militância convicta é a direita. A pauta mudou. A esquerda se recusa a fazer essa análise", comentou.



TRAGA SUA EMPRESA PARA O DEBATE
MAIS IMPORTANTE NO PLANETA ATUALMENTE.

O Valor Econômico, principal veículo de economia, finanças e negócios do Brasil, e a Amcham Brasil, maior Câmara Americana de Comércio fora dos Estados Unidos, irão reunir lideranças empresariais e autoridades brasileiras e internacionais para discutir a transição energética como eixo central frente às mudanças climáticas globais e explorar oportunidades econômicas para os dois países. Não deixe sua marca de fora!

19 DE SETEMBRO DE 2024

SEDE DA ONU EM NY (SALA: DELEGATES DINING ROOM)

Temas abordados

- Por que a transição energética é tão crítica?
- Brazil-US: liderando juntos a transição energética
- Brazil-US: desbloqueando o potencial Brazil-US em energias renováveis
- Powershoring: oportunidades de investimento em energia?

O EVENTO, EM PARCERIA COM AMCHAM, FAZ PARTE DAS COMEMORAÇÕES DOS 25 ANOS DO VALOR ECONÔMICO E DOS 200 ANOS DAS RELAÇÕES ENTRE BRAZIL-US



Acesse e saiba mais:
climatesummit.valor.com.br

Patrocínio Master





Realização





Apoio Institucional

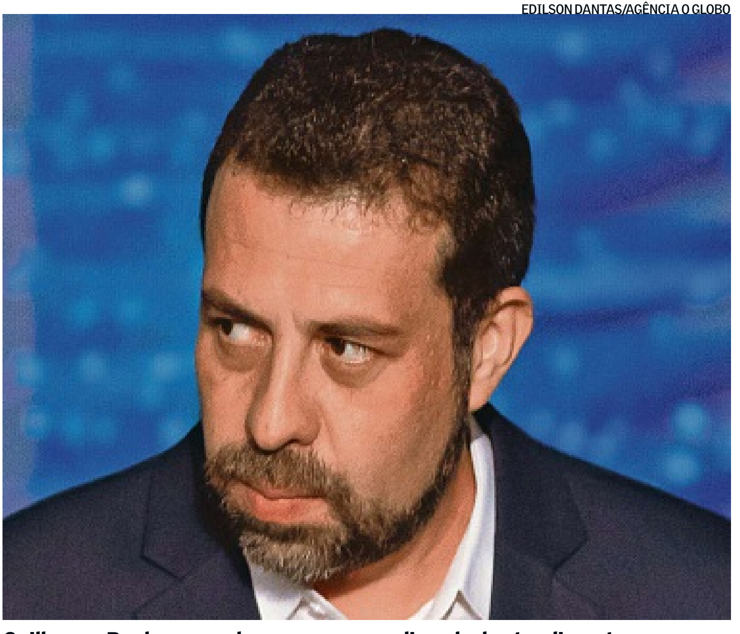
Atlantic Council

Eleições Candidatos à prefeitura tratam tema com reserva e não o incluem em seus planos de governo

Aborto legal em SP é limitado em meio ao avanço do conservadorismo na cidade



Lilian Venturini, Cristiane Agostine e Gabriela Guido*
De São Paulo

EDILSON DANTAS/AGÊNCIA O GLOBO

Guilherme Boulos: sem planos para expandir rede de atendimento

MARIA ISABEL OLIVEIRA/AGÊNCIA O GLOBO

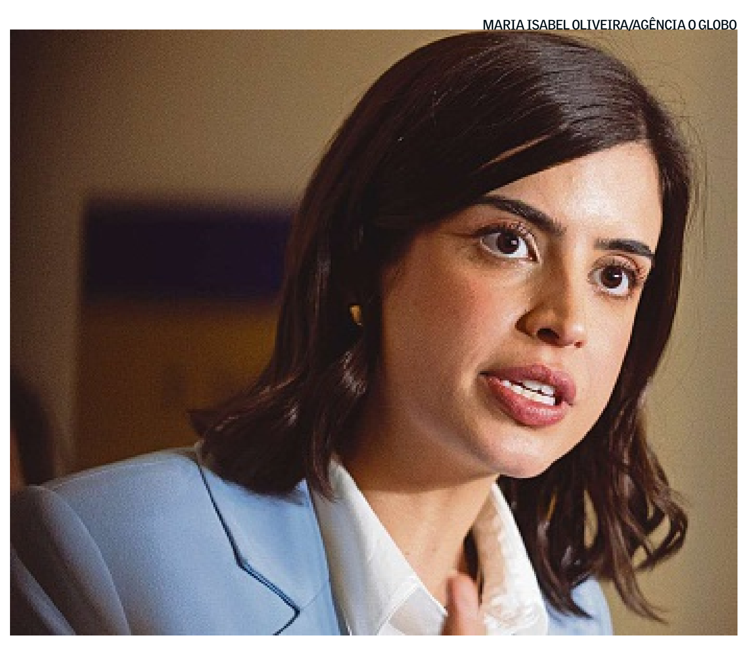
Pablo Marçal: um parágrafo para a saúde da mulher no programa de governo

EDILSON DANTAS/AGÊNCIA O GLOBO

Ricardo Nunes: nenhuma menção ao aborto legal em seu plano de governo

EDILSON DANTAS/AGÊNCIA O GLOBO

Datena:promete atendimento, mas não inclui tema entre seus projetos

MARIA ISABEL OLIVEIRA/AGÊNCIA O GLOBO

Tabata Amaral: diz não ter dados para falar do Vila Nova Cachoeirinha

MARIA ISABEL OLIVEIRA/AGÊNCIA O GLOBO

Marina Helena: abortos legais apenas até 22 semanas de gestação

A mãe de Maria (nome fictício) estranhou a irritação da filha e as roupas largas para esconder a barriga volumosa. Depois de muita insistência, a jovem de 14 anos contou que foi estuprada pelo companheiro da avó e que guardou em segredo por meses a violência sofrida. A família descobriu a gravidez da adolescente, registrou um Boletim de Ocorrência e procurou o Hospital da Mulher para fazer o aborto legal em São Paulo. Lá, começou a peregrinação. A menina, com 29 semanas de gestação, foi encaminhada para o hospital municipal Vila Nova Cachoeirinha, o único na cidade a interromper a gravidez avançada, acima de 22 semanas. O procedimento foi marcado três vezes, mas sempre cancelado. Pouco tempo depois, o hospital desativou o serviço e Maria teve que ir para Salvador, amparada por uma ONG, para fazer o aborto.

A peregrinação enfrentada por Maria tem se repetido na vida de outras meninas e mulheres na capital há meses, desde dezembro. Na primeira cidade do país a implementar um programa de aborto legal, São Paulo enfrenta um retrocesso, em meio ao avanço do conservadorismo e da aliança do prefeito e candidato à reeleição, Ricardo Nunes (MDB), com o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). E o debate sobre o aborto nos casos previstos em lei é tratado com reservas pelos candidatos à prefeitura.

A dificuldade de acesso ao que a lei garante ficou evidente a partir de dezembro de 2023, quando a gestão Nunes suspendeu o serviço de aborto legal no Hospital Vila Nova Cachoeirinha. A unidade até então era referência nacional e a única na capital capacitada a interromper gestações avançadas.

A legislação é clara. O aborto é autorizado em casos de estupro, de anencefalia fetal ou de risco à gestante. Para nenhuma dessas circunstâncias a legislação impõe prazo limite para interromper a gestação. A suspensão do atendimento no Vila Nova Cachoeirinha ocorreu antes mesmo do chamado PL do Aborto avançar na Câmara. Foi antes também de uma resolução do Conselho Federal de Medicina (CFM), em abril, tentar restringir a prática do aborto após as 22 semanas de gestação com a proibição do método de assistolia fetal, recomendado pela Organização Mundial da Saúde na interrupção de gravidez avançada. A resolução está suspensa por decisão do ministro Alexandre de Moraes, até que o Supremo Tribunal Federal (STF) julgue sua legalidade.

> “A secretaria atende [...] em observância à legislação”
> *Sec. de saúde*

Mas foi nesse período que as consequências da decisão da gestão Nunes ficaram mais evidentes. Vítimas de violência com gestação acima de 22 semanas precisaram ir a outras cidades ou enfrentaram dificuldades para serem atendidas, segundo relatos coletados pela Defensoria Pública, pelo Sindicato dos Médicos de São Paulo e pelo Projeto Vivas, ONG que auxilia adolescentes e mulheres a terem acesso ao aborto legal.

Em outro caso de gravidez em decorrência de estupro, uma mulher tentou ser atendida em três hospitais na capital, mas só conseguiu realizar o aborto legal em outro Estado, com a ajuda da Defensoria Pública. Na 24ª semana de gravidez, ela foi obrigada a ouvir os batimentos cardíacos do feto, em um dos hospitais municipais indicados pela prefeitura para o procedimento.

A prefeitura chegou a assumir ao STF ter ocorrido uma “negativa momentânea” de aborto de uma vítima de estupro após as 22 semanas, mas afirmou que ela, depois, foi procurada e realizou o procedimento em outra unidade. Segundo a Defensoria, o aborto aconteceu somente após ordem judicial, e a assistolia fetal, necessária nesse caso, foi feita em hospital federal.

O órgão avalia que a falta de informações da prefeitura, exigências não previstas em lei e a escassez de equipes capacitadas são os principais obstáculos hoje para a realização do aborto legal, especialmente de gestações avançadas. “O núcleo não tem informação de nenhum procedimento de assistolia fetal ter sido feito nos hospitais da rede municipal indicados para a realização do aborto legal”, afirma a defensora Fernanda Hueso.

Mais recentemente, em junho, uma outra mulher com gravidez avançada em decorrência de estupro só conseguiu fazer o aborto em uma unidade estadual, o Hospital da Mulher, após ter seis consultas remarcadas em órgãos municipais. Ela disse que foi dissuadida de seguir com sua decisão e ouviu que seria responsável pelo funeral do feto abortado.

A prefeitura foi investigada pela Polícia Civil após denúncias de acesso ilegal a prontuários de pacientes que fizeram aborto no Vila Nova Cachoeirinha. Os dados são sigilosos, mas foram consultados não só pela gestão como também foram repassados ao Conselho Regional de Medicina. A gestão também foi intimada duas vezes por Alexandre Moraes para comprovar que seguia a atual legislação.

Ao menos duas médicas tornaram-se alvo de procedimento do Conselho Regional de Medicina de São Paulo (Cremesp) e tiveram o registro suspenso temporariamente porque teriam realizado o procedimento legal com ordem judicial. O Sindicato dos Médicos, que acompanha o caso, criticou a ação da prefeitura. “Não houve denúncia de paciente nem nada que justificasse o acesso aos prontuários”, disse a médica Juliana Salles, dirigente do sindicato. “Os dados foram pegos por ilicitude.”

> “Os dados [sobre quem fez aborto] foram pegos por ilicitude”.
> *Juliana Salles*

O Cremesp afirmou que os processos estão sob sigilo e negou que tenha usado sua prerrogativa de fiscalizar o exercício da medicina para perseguir profissionais ou “reprimir ideologias de qualquer espectro político”.

O conselho disse respeitar o direito da mulher e que sua atuação é pautada pelo “pelo rigor técnico-científico e pela imparcialidade”, mas pondera que os médicos que “pretendem utilizar a medicina para fins escusos, antiéticos e ilegais serão sancionados pelo Conselho Regional de Medicina”.

No início deste mês, o autor da resolução questionada no STF, Raphael Câmara Parente, foi reeleito conselheiro do CFM no Rio. Seu material de campanha continha frases contra a esquerda e contra “matança de bebês”.

Parlamentares de oposição, a Defensoria Pública e o Ministério Público recorreram à Justiça para o serviço ser restabelecido na capital. Um apelo também foi enviado à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH).

Na Câmara Municipal, o tema foi alvo de discussões e investigações em uma CPI. O relatório final aprovado recomendou a retomada do atendimento no Vila Nova Cachoeirinha. No entanto, a prefeitura está amparada por uma decisão liminar do Tribunal de Justiça, de fevereiro, que manteve a suspensão. O desembargador Eduardo Prataviera determinou que o procedimento fosse reagendado para outras unidades municipais, o que não ocorre na prática.

“Há um prejuízo enorme para a saúde física e mental, principalmente de crianças vítimas de estupro que não conseguem fazer o procedimento. Elas são obrigadas a ter uma gestação ou a viajar para outro estado. É um sofrimento duplo, triplo para a legislação ser cumprida”, disse a vereadora Silvia Ferraro (Psol), relatora da CPI.

A Secretaria da Saúde disse na época que o serviço foi suspenso na unidade para dar lugar a outros procedimentos. “A secretaria informa que atende às demandas de procedimentos com determinação legal em observância à legislação, reafirmando seu compromisso com o acolhimento da população sem discriminação e com responsabilidade humanitária”, afirmou. A gestão disse que os dados “sobre atendimento de aborto legal são protegidos por sigilo visando resguardar o anonimato de pacientes”. E afirmou ainda que o aborto legal segue disponível em quatro hospitais municipais. O comunicado não faz menção à interrupção acima de 22 semanas.

> “É sofrimento duplo, triplo para a legislação ser cumprida”
> *Silvia Ferraro*

Não há informações claras de que havia sobrecarga no hospital em razão da realização do aborto legal. Nem que outros hospitais não poderiam realizar as cirurgias de endometriose que passaram a ser feitas no Vila Nova Cachoeirinha. Segundo a Defensoria Pública, o Sindicato dos Médicos e o Projeto Vivas, esses hospitais não têm realizado o procedimento acima de 22 semanas de gestação.

Do mesmo partido que o candidato Guilherme Boulos (Psol), a vereadora Silvia Ferraro afirma que a atuação da prefeitura nesse tema é reflexo da aproximação de Nunes com o eleitorado bolsonarista. De origem católica, Ricardo Nunes era conhecido por sua atuação mais conservadora como vereador. Em 2015, por exemplo, liderou a movimentação para que a palavra “gênero” ou temáticas sobre orientação sexual fossem excluídas do Plano Municipal de Educação. “Daqui para a frente, Nunes vai querer ser mais bolsonarista porque há uma disputa por esse voto entre ele e [Pablo] Marçal”, disse.

Neste mês, o Ministério Público de São Paulo foi acionado contra um dos hospitais municipais indicados pela prefeitura para a realização do aborto legal, depois de denúncias que a instituição teria dificultado o atendimento de uma mulher que tentava, há um mês, ser atendida.

Em nota, o Ministério das Mulheres disse que “tem acompanhado com preocupação as denúncias de barreiras ao acesso ao aborto legal” na cidade e que pediu informações sobre o serviço e a suspensão do registro de médicos. O Ministério da Saúde foi procurado, mas não se manifestou.

Na campanha eleitoral, a questão do aborto é tratada com reservas pelos candidatos e não é citada no programa de governo dos seis postulantes com mais intenções de voto – Guilherme Boulos (Psol), Pablo Marçal (PRTB), Ricardo Nunes (MDB), José Luiz Datena (PSDB), Tabata Amaral (PSB) e Marina Helena (Novo).

Nesses programas, não há um diagnóstico sobre como está o atendimento nos casos previstos em lei, nem ponderações sobre o fechamento do Vila Nova Cachoeirinha. O aborto legal também passa ao largo dos discursos. Candidatos só têm falado quando são questionados pela imprensa. Nem mesmo as duas candidatas trazem propostas sobre o tema.

Tabata Amaral disse ser pessoalmente contrária à legalização do aborto, mas se compromete a cumprir a lei e diz que os direitos estarão garantidos. Questionada se vai retomar o atendimento no Vila Nova Cachoeirinha e se vai ampliar o atendimento em outros hospitais, a candidata diz não ter dados suficientes da prefeitura para responder. “Não sabemos qual é a demanda e se o que está instalado hoje dá conta ou não”, afirmou.

Marina Helena disse que é pessoalmente contra a legalização do aborto. “Quanto aos casos de aborto legal, vamos seguir a recomendação médica de realizá-los até 22 semanas”, afirmou.

Nunes fala em seu programa de governo em ter “atenção especial com a saúde da mulher” e cita medidas para ampliar “serviços de prevenção, tratamento e planejamento familiar, além de campanhas educativas sobre direitos reprodutivos”, sem nenhuma menção ao aborto legal. Em entrevista ao G1, o prefeito afirmou que o serviço de aborto legal no Vila Nova Cachoeirinha foi interrompido por uma “decisão técnica”, para fazer cirurgias de endometriose, e negou qualquer tipo de pressão política nesse caso. Nunes disse que os pedidos de aborto dentro da legalidade serão realizados.

Boulos afirmou que vai respeitar o que está previsto em lei e que não pretende expandir a estrutura hospitalar para esses atendimentos. “A cidade já dispõe de infraestrutura e profissionais especializados para atender os casos previstos em lei, e nosso compromisso é garantir que a prestação do serviço seja retomada e cumprida na rede existente”, disse, em nota.

Marçal dedicou apenas um parágrafo de seu plano de governo com 100 páginas para a saúde da mulher e promete investir em “exames preventivos, pré-natal e em políticas para prevenir a gravidez precoce, HPV, rastreamento de câncer de mama e do colo de útero”, sem citar o aborto legal. Procurado pelo **Valor**, não respondeu.

Datena disse que “a cidade deve ter o número suficiente de unidades para atender os casos previstos em lei”. “Nenhuma menina ou mulher pode ficar sem acolhimento ao sofrer uma violência ou estar com sua vida em risco”, disse.

Estagiária sob supervisão de Fernanda Godoy

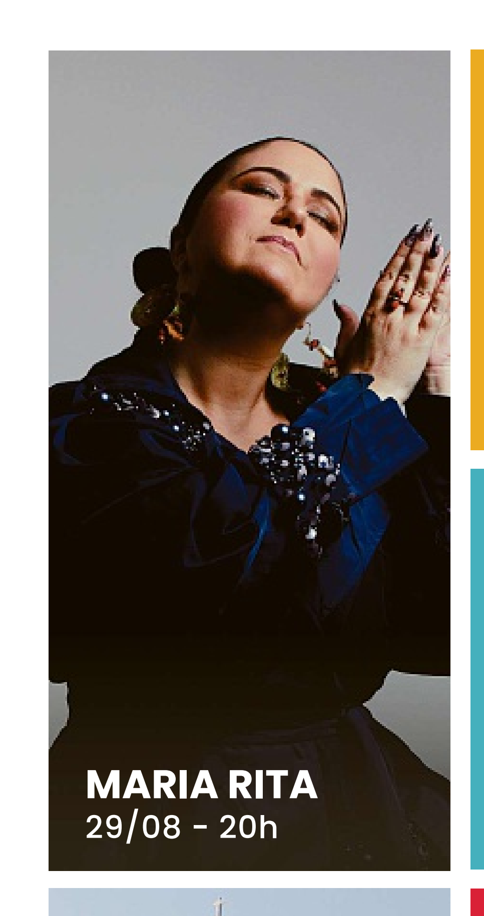
O GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA, ATRAVÉS DA LEI ESTADUAL DE INCENTIVO À CULTURA, PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E



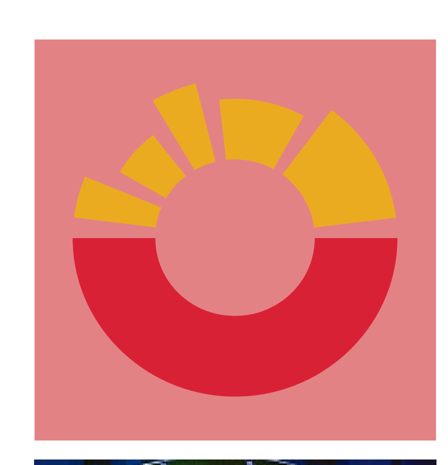


apresentam

RIO GASTRONOMIA



MARIA RITA
29/08 - 20h

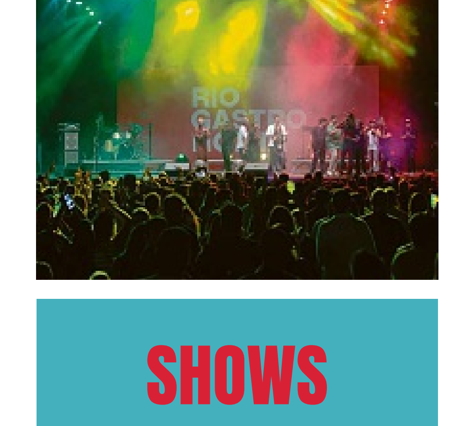


VAI COMEÇAR A ÚLTIMA SEMANA.

Achou que não ia ter mais Rio Gastronomia? Ainda tem uma semana inteirinha de festival pra você. Não fique de fora e garanta o ingresso para a terceira e última semana.







- Restaurantes premiados e estrelados
- + de 80 aulas com chefs renomados
- Feira de produtores regionais
- Shows todos os dias
- Tirolesa da Claro e Roda-Gigante
- Espaço Kids Colégio pH

ÚLTIMA SEMANA

29 a 01
ago set

Pião do Prado
Jockey Club Brasileiro

SHOWS PARA CURTIR E DANÇAR

Realização

O GLOBO 100



Confira a programação e adquira seus ingressos:
riogastronomia.com
@riogastronomia



XANDE DE PILARES
30/08 - 20h







GIUSEPPE GRILL



CHEFS INCRÍVEIS E SUAS RECEITAS

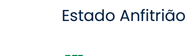


MEE



RG

Estado Anfitrião





Cidade Anfitriã



Patrocinador Master






Patrocínio










Apoio
















Participação







Produção



Shopping Oficial



Hotel Oficial



Parceria



Rádio Oficial












BEBA COM MODERAÇÃO. PRODUTO DESTINADO A MAIORES DE 18 ANOS

INÊS 249

Depois de conseguir uma rara liminar de suspensão das contas do candidato do PRTB, PSB enfrenta reação via mandado de segurança

Tabata e Marçal travam a principal batalha jurídica da campanha

Maria Cristina Fernandes
De São Paulo

Tabata Amaral e Pablo Marçal travam uma disputa jurídica que pode mudar os rumos da campanha paulistana. O candidato do PRTB à Prefeitura de São Paulo entrou com um mandado de segurança, menos de 48 horas depois de a candidata do PSB ter obtido uma liminar que suspendeu as redes sociais do adversário.

Com a liminar, o juiz da 1ª zona eleitoral de São Paulo, Antonio Maria Patiño Zorz, foi além do ministro Alexandre de Moraes que presidia o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) na campanha presidencial de 2022 e travou a maior disputa já registrada contra as redes sociais. O ministro suspendeu contas de apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro mas não as do candidato.

O recurso de Marçal caiu com um novo integrante do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, Claudio Langroiva, que ocupou vaga destinada a juristas. Indicado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Langroiva tomou posse na semana passada com um discurso em defesa das instituições democráticas e pela resistência à desinformação no processo eleitoral.

No mandado de segurança, a defesa de Marçal diz que a liminar configura censura prévia. Tanto o pedido de liminar quanto a decisão do juiz previram a criação de novos perfis sem o mesmo abuso do poder econômico denunciado. Apenas no Instagram, Marçal tinha 13 milhões de seguidores. Desde a liminar, porém, já recuperou 2 milhões deles nesta rede social e no TikTok com novos perfis.

"Não se está, nesta decisão, a se tolher a criação de perfis para propaganda eleitoral do candidato requerido, mas apenas suspender aqueles que buscaram a monetização dos 'cortes' por meio de terceiros interessados", diz o juiz. A decisão reforçou o discurso de Marçal, que convocou a reação: "Coloca pressão porque o sistema inteiro se assusta. Toda perseguição acelera o processo".

Tábata foi a única a acionar contra o registro eleitoral de Marçal. Presente em todos os debates e com uma campanha agressiva, em que vincula o candidato do PRTB ao PCC, não pode ser acusada de substituir a ofensiva política pela jurídica.

O candidato do Psol, Guilherme Boulos, tem focado em pedidos de direitos de resposta e retirada de conteúdo do ar. O prefeito e candidato à reeleição pelo MDB, Ricardo Nunes, não optou por nenhuma das duas estratégias. Embora não descartem vir a fazê-lo, os advogados de ambas as campanhas argumentam que a investida do PSB contra a candidatura de Marçal já preencheu os requisitos.

São duas as ações do PSB. A primeira, de 12 de agosto, pede a impugnação do registro da candidatura. Como Marçal se filiou ao PRTB em 4 de abril e a convenção que ratificou sua candidatura aconteceu em 4 de agosto, o candidato desrespeitou norma do estatuto do seu partido que exige seis meses de intervalo. A lei eleitoral considera a anterioridade de seis meses em relação à eleição, mas a ação aponta a infração ao estatuto como base da impugnação.

Esta ação não teve pedido de liminar mas dois filiados do PRTB pegaram carona, a requisitaram e tiveram seu pedido negado. Há uma disputa pelo espólio de Levy Fidélix, o fundador do partido que se tornou conhecido pela proposta do "aerotrem" e morreu em 2021.

A ação mais relevante, porém, que tanto foi acatada pelo Ministério Público Eleitoral quanto teve pedido de liminar deferido, com a respectiva resposta do mandado de segurança, é aquela que reclama abuso de poder econômico por Marçal. A ação pede cassação de registro ou diploma além da inelegibilidade por oito anos, mas o pedido de liminar é concentrado na suspensão dos perfis de Marçal que promovem concursos e remuneram influenciadores que mais circulem cortes do conteúdo produzido pelo candidato nas redes.

Como a regulamentação do TSE proibiu o impulsionamento, que é o pagamento às redes para a proliferação da propaganda eleitoral, Marçal achou um jeito de burlá-la remunerando, por conta própria, milhares de impulsionadores. Além disso, o fez a partir de 24 de maio, antes, portanto, do início da campanha, numa dupla infração.

A ação lista vídeos em que Marçal oferece até R$ 400 mil ao vencedor de seus concursos e traz depoimentos de influenciadores que registram pix recebido de Marçal pelos serviços prestados. Nesta empreitada, seu sócio é Renato Cariani, réu em ação por tráfico de drogas e lavagem de dinheiro.

"Identificamos muito cedo o potencial infrator de suas condutas, que se valem da exposição na principal vitrine do país para projetar seu desprezo pela política", diz o advogado Hélio Silveira, que já atuou em campanhas dos ministros Marina Silva (Meio Ambiente) e Fernando Haddad (Fazenda) e comanda o time jurídico do PSB.

"Dolosamente e de forma criminosa, atuou para tisnar a isonomia e a normalidade das eleições, viciando algoritmos e atingindo pessoas que não seriam atingidas pelo interesse em suas mensagens", diz a ação subscrita por Silveira e acatada por Patiño.

A defesa de Marçal é capitaneada pelo ex-juiz do TRE-SP Paulo Hamilton. O mandado de segurança, porém, tem a assinatura eletrônica de Thiago Marinho. O escritório, Pomini Advogados, foi fundado por Anderson Pomini, diretor-presidente da Autoridade Portuária de Santos. O que tem intrigado integrantes da campanha de Tábata é que Pomini foi indicado para o cargo pelo ministro do Microempreendedorismo, Márcio França, correligionário e um dos principais apoiadores de Tabata.

Este não é o primeiro embate de Marçal com a Justiça Eleitoral. Em 2022, tentou ser candidato a presidente pelo Pros, partido que também vivia uma intensa disputa interna e frustrou sua postulação. Transferiu o título eleitoral para São Paulo para disputar uma vaga na Câmara dos Deputados.

Conseguiu 243 mil votos, mas o hoje ministro Paulo Teixeira (Agricultura Familiar), à época também defendido por Silveira, entrou com ação sob a alegação de que o comando do partido que ratificou a candidatura estava sub-judice. O TRE manteve seu mandato, houve recurso e, num TSE presidido pelo hoje ministro Ricardo Lewandowski (Justiça), Marçal perdeu a cadeira para Teixeira, que recebeu menos da metade dos votos (122 mil).

ANTONIO MILENA/VEJA



Tabata Amaral (à esq.) enfrenta Pablo Marçal no debate da "Veja", observada pela mediadora e por Marina Helena

ÉPOCA NEGÓCIOS
EDIÇÃO DE AGOSTO 2024
RANKING: CONHEÇA AS EMPRESAS MAIS INOVADORAS DO BRASIL
INSPIRAÇÃO PARA INOVAR
ÉPOCA NEGÓCIOS
AGO 2024
O HOMEM QUE ACELEROU O MUNDO
QUAL O SEGREDO?
COMO JENSEN HUANG PERCEBEU O POTENCIAL DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL ANTES DE TODOS E LEVOU A NVIDIA À LIDERANÇA DA NOVA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL
ASSINE ÉPOCA NEGÓCIOS
NAS BANCAS, NO SITE E NO APP GLOBO+

Conflito Troca de agressões é a pior desde 2006, quando forças israelenses e o grupo Hezbollah travaram guerra que durou 34 dias

Em escalada no Oriente Médio, Israel ataca o sul do Líbano

James Shotter, Raya Jalabi e Steff Chávez
Financial Times, de Jerusalém, Beirute e Washington

O Exército de Israel lançou uma série de ataques aéreos contra o sul do Líbano na madrugada de domingo para, segundo o governo israelense, impedir um "amplo ataque" do Hezbollah.

Essa foi a maior troca de agressões entre Israel e o Hezbollah, grupo militante libanês apoiado pelo Irã, desde que as duas partes travaram uma guerra de 34 dias em 2006. Os ataques de domingo significam uma forte escalada nas hostilidades, que aumentaram após o início do conflito entre Israel e Hamas em Gaza, no ano passado.

O líder do Hezbollah, Hassan Nasrallah, anunciou a interrupção do ataque na noite de domingo, mas condicionou o fim efetivo das hostilidades à avaliação final dos resultados.

"Se o resultado tiver sido satisfatório e o objetivo pretendido tiver sido alcançado, consideraremos que a operação de resposta foi concluída", disse Nasrallah, em discurso transmitido pela televisão. "Se o resultado tiver sido insuficiente, exerceremos o direito de responder em outro momento."

Nasrallah disse que os libaneses que abandonaram suas casas com medo de uma escalada na guerra já podem retornar, acrescentando que agora podem "respirar e se acalmar".

Israel iniciou o ataque pouco antes das 5 horas da manhã pelo horário local, bombardeando 40 alvos no Líbano com 100 caças. Israel justificou o ataque dizendo que recebeu informações de que o Hezbollah estava se preparando para "disparar mísseis e foguetes" contra Israel.

Nasrallah afirmou que o grupo militante lançou, pouco depois do início da ofensiva israelense, mais de 340 foguetes Katyusha e um grande número de drones contra 11 alvos militares no norte de Israel e nas Colinas de Golã, que estão ocupadas por Israel. O ataque acionou sirenes de alerta contra ofensivas aéreas em toda a região.

Em reunião ministerial na tarde de ontem, o primeiro-ministro israelense, Benjamin Netanyahu, disse que o ataque de Israel destruiu milhares de foguetes de curto alcance e todos os drones lançados pelo Hezbollah — que, segundo ele, miravam um "alvo estratégico" no centro de Israel.

"[O líder do Hezbollah, Hassan] Nasrallah em Beirute e [o líder supremo iraniano, aiatolá Ali] Khamenei em Teerã precisam compreender que esse é um novo passo para mudar a situação no norte [de Israel] e devolver nossos moradores com segurança às suas casas", disse Netanyahu, ontem. "E reitero: a história não acabou."

Os ataques coincidem com uma reunião no Egito para discutir o fim da guerra. Os Estados Unidos e países árabes consideram que a negociação é a melhor chance de evitar uma guerra total no Oriente Médio.

A Casa Branca afirmou que o presidente dos EUA, Joe Biden, está "acompanhando de perto os eventos em Israel e no Líbano".

O secretário de Defesa dos EUA, Lloyd Austin, conversou duas vezes com o ministro da Defesa israelense, Yoav Gallant, em menos de 24 horas "para discutir as ações israelenses de defesa contra ataques do Hezbollah", segundo o Pentágono.

Washington enviou navios de guerra e caças à região em meio à estratégia de dissuasão voltada ao Hezbollah e ao Irã e para ajudar na defesa de Israel.

Austin informou seu homólogo que ordenou a permanência de duas frotas com porta-aviões na região, como parte do apoio americano à defesa de Israel.

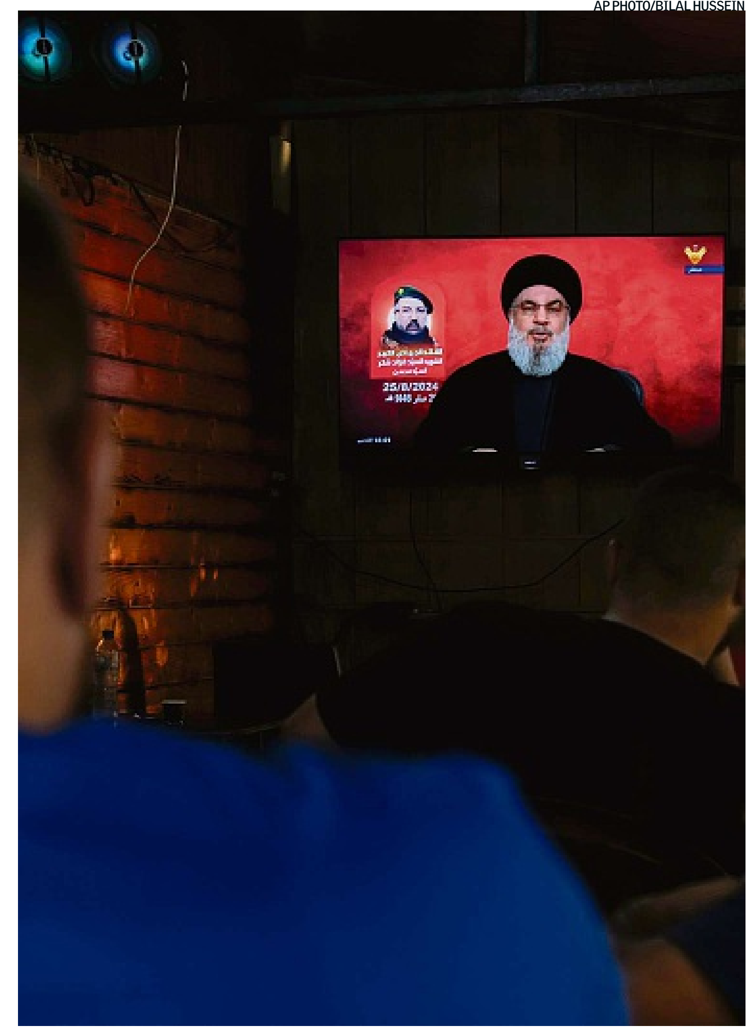
O embaixador israelense nos EUA, Michael Herzog, disse ontem ao programa "Face the Nation", da CBS, que a ampliação da presença militar dos EUA na região ajudou a impedir um ataque iraniano ao Estado judeu. Segundo ele, Teerã preferiu colocar o ataque "em compasso de espera" por enquanto.

O Hezbollah afirmou que a ofensiva foi uma retaliação pelo assassinato, no mês passado, de Fuad Shukr, um de seus comandantes mais importantes, em um ataque aéreo em Beirute.

No dia seguinte à morte de Shukr, o líder político do grupo militante palestino Hamas, Ismail Haniyeh, foi assassinado em Teerã. As duas mortes levaram Hezbollah e Irã a prometerem uma retaliação contra Israel, ampliando o temor de uma guerra total na região.

Nasrallah reconheceu que a retaliação do Hezbollah foi adiada, em parte, devido à mobilização das forças militares israelenses e americanas. Ele disse que o Irã e seus aliados houthis no Iêmen responderão no futuro.

O aeroporto Ben Gurion em Tel Aviv suspendeu voos durante o conflito na madrugada de domingo, e o ministro da Defesa israelense declarou em todo o país "situação especial", espécie de estado de emergência que confere a ele o poder de impedir reuniões e restringir o acesso a determinadas áreas.


AP PHOTO/BILAL HUSSEIN
Em Beirute, transmissão do discurso de Nasrallah, líder do Hezbollah, pela TV

No entanto, segundo avaliações iniciais do Exército de Israel, o bombardeio do Hezbollah causou "muito poucos" danos.

Ambos os lados reportaram baixas limitadas. Um soldado israelense foi morto por estilhaços de interceptores de mísseis israelenses, segundo o embaixador do país nos EUA, e outros dois ficaram feridos. No Líbano, morreram três pessoas que, supostamente, integravam o grupo militante.

No início da tarde de ontem, os voos saindo de e com destino a Tel Aviv foram retomados, e a maioria das restrições em Israel foi suspensa. Alguns voos com origem e destino a Beirute foram cancelados ou atrasaram, mas o aeroporto permaneceu aberto.

Os ataques israelenses atingiram cerca de 30 alvos diferentes no sul do Líbano, a maioria próxima à fronteira, mas alguns no interior. Imagens divulgadas pela imprensa local mostraram fumaça sobre várias áreas arborizadas — provavelmente onde estão posicionados lançadores estáticos do Hezbollah — e em vilarejos ao longo da fronteira.

Nasrallah afirmou que o ataque do Hezbollah saiu "conforme o planejado" e negou que o grupo pretendia disparar milhares de projéteis, como afirmaram as autoridades israelenses. Nem Israel nem o Hezbollah apresentaram provas para sustentar suas afirmações.

O líder do Hezbollah usou boa parte do discurso de cerca de uma hora para tentar convencer o público de que o ataque havia sido bem-sucedido, enfatizando a decisão de atingir apenas alvos militares e evitar baixas civis.

Aparentemente, o discurso foi pensado para tranquilizar a população, cansada da guerra que deslocou mais de 100 mil pessoas em áreas fronteiriças e matou mais de 120 civis.

Nasrallah disse que o principal alvo do grupo era a base de inteligência militar de Glilot, nos arredores de Tel Aviv. A base fica a cerca de 110 quilômetros da fronteira com Israel. O Exército israelense, por sua vez, afirmou que a base de Glilot não foi atingida.

No domingo, o secretário-geral da Organização das Nações Unidas, António Guterres, disse estar "profundamente preocupado" com a escalada do conflito entre Israel e Hezbollah e pediu a ambas as partes o fim imediato das hostilidades, segundo seu porta-voz.

Equipe de Kamala tem dificuldade para traçar plano de governo crível

Andrew Restuccia e Tarini Parti
Dow Jones Newswires, de Chicago

Joe Biden assumiu a Presidência dos EUA alardeando uma agenda ampla para resgatar a combalida economia americana, com seus assessores comparando essas ambições às de Lyndon Johnson e Franklin Roosevelt. Quase quatro anos depois, Kamala Harris enfrenta um momento muito diferente.

Se ganhar a Presidência, assumirá com uma economia relativamente forte e o apetite político por mudanças legislativas caras bastante diminuído. Biden já gastou trilhões de dólares implementando uma agenda ousada.

Agora, Kamala tenta mapear uma agenda que corresponda às ambições de Biden, mas se enquadrem nessa realidade muito mais restrita — especialmente se o Congresso estiver divido ou totalmente sob controle republicano.

"Será muito difícil para ela", diz Mark Zandi, economista-chefe da Moody's Analytics. "Ela não terá o mesmo tipo de carta branca para gastar. Ela não poderá ser tão ousada. Não há a possibilidade de outro plano de US$ 2 trilhões."

Os assessores econômicos da vice-presidente estão se esforçando para montar uma agenda política rapidamente. Há cinco semanas, ela e sua equipe ainda esperavam desempenhar um papel de apoio a um Biden eventualmente reeleito.

Um processo de traçar planos que geralmente leva meses, ou até mesmo anos, para candidatos presidenciais acertarem, foi truncado a pouco mais de 70 dias da eleição de novembro. Kamala enfrenta o desafio de apresentar um plano diferente enquanto ainda serve sob um chefe impopular, o que torna difícil rejeitar posições de Biden.

E cada proposta de política que ela apresenta dá munição política ao seu adversário, o ex-presidente Donald Trump. O candidato republicano vem atacando Kamala por não ser específica o suficiente em seus planos, embora ele também venha evitando fornecer detalhes de muitas de suas propostas.

Até agora, Kamala adotou muitas das sobras de Biden — o conjunto de propostas que ele não conseguiu aprovar no Congresso, como licença parental remunerada e cuidados infantis acessíveis.

Ela também propôs versões reformuladas ou ampliadas de outras políticas de Biden, como um crédito fiscal infantil mais generoso, numa agenda que pode ser resumida como "Biden 2.0 plus". Kamala planeja desenvolver as políticas do governo Biden que ela quer enfatizar, com uma mensagem econômica que busca uma conexão melhor com os eleitores.

"É claro que não podemos descartar o fato de que ela é a vice em exercício, mas isso [usar planos não aprovados ainda] vai parecer diferente e uma mudança material", diz Rohini Kosoglu, um assessor político de Kamala, sobre um possível governo dela.

A mensagem de Kamala na campanha eleitoral se concentra na construção do que ela chama de uma "economia de oportunidade" em que "cada americano possa ter uma casa, começar um negócio e construir riqueza".

Na semana passada, Kamala divulgou um plano que estabelece a meta de três milhões de novas moradias em seus quatro anos de mandato, para enfrentar o déficit habitacional que vem contribuindo para os preços altos dos imóveis. Ela também propôs incentivos fiscais para ajudar as pessoas que compram imóveis pela primeira vez, incluindo uma ajuda de pagamento inicial de US$ 25 mil.

A Casa Branca e diretores de campanha analisaram pesquisas que mostram que o custo do aluguel e as altas taxas dos financiamentos imobiliários são uma grande frustração para os eleitores, mesmo com a inflação recuando em outras partes da economia.

Kamala ganhou as manchetes ao propor o que ela chamou de a primeira proibição federal de aumento abusivo dos preços de alimentos e mantimentos. O plano foi recebido com escárnio por Trump e seus aliados, que o compararam aos controles de preços ao estilo soviético e a apelidaram de "camarada Kamala".

> "Ela não poderá ser muito ousada. Não há outro plano de US$ 2 trilhões"
> *Mark Zandi*

O líder da maioria no Senado, o democrata Chuck Schumer, disse a jornalistas na semana passada que se Kamala vencer, os senadores do partido pretendem se concentrar em aumentar a oferta de moradias disponíveis, reduzir as emissões dos gases do efeito estufa e eliminar os cortes de impostos da era Trump.

Os assessores políticos de Kamala estão trabalhando em propostas adicionais que poderão ser lançadas nas próximas semanas, incluindo um plano para estimular pequenas empresas. Mas assessores disseram não esperar que sua agenda inclua o nível de detalhes desejado pelos especialistas em política de Washington. Os eleitores, eles dizem, estão interessados apenas em traços gerais.

"Pessoas comuns não têm tempo para notas de rodapé", disse Chauncey McLean, presidente do Future Forward, um super PAC que apoia Kamala. "Eles não estão em busca de documentos técnicos."

Arqui-inimigos rumam para uma guerra total?

Financial Times

A última vez que Israel entrou em guerra com o Hezbollah, em 2006, ameaçou "fazer o Líbano retroceder em 20 anos" e expulsar o movimento militante da fronteira. Quando o conflito terminou, o Hezbollah estava espancado e machucado, mas seus combatentes permaneceram no local.

Os assassinatos consecutivos de figuras importantes do Hezbollah e seu aliado Hamas no mês passado intensificaram os temores de que os arqui-inimigos estejam em direção a uma guerra total.

Esses medos ganharam novo ímpeto ontem, quando as partes se envolveram na maior troca de agressões desde 2006.

Um conflito total colocaria as Forças Armadas mais sofisticadas do Oriente Médio, reforçadas por hardware e armamentos avançados, contra o que é o ator não estatal mais fortemente armado do mundo. As capacidades de Israel e do Hezbollah, apoiado pelo Irã, evoluíram nos últimos 18 anos.

"A dinâmica mudou desde 2006. O que tornaria esse momento pior é que uma guerra hoje não seria um conflito apenas entre Israel e o Hezbollah, mas, sim, com outros membros do 'eixo de resistência' liderado pelo Irã se envolvendo", diz Sanam Vakil, do centro de estudos Chatham House.

"Esse grupo, que inclui rebeldes houthi do Iêmen e milícias no Iraque e na Síria, bem como o Hamas, está operando de forma transnacional, o que significa que a guerra não ficaria limitada a uma área e impactaria todo o Oriente Médio."

Israel está entre os exércitos mais bem equipados do mundo, equivalente aos padrões da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) e com armamento feito nos Estados Unidos, como caças F35 e defesas aéreas de ponta. Tem ainda indústria doméstica de armas bem desenvolvida que produz tanques, veículos blindados, defesas aéreas, mísseis e drones.

US$ 12 bi
é a ajuda militar dos EUA para Israel

Mas o Hezbollah, que analistas estimam ter entre 20 mil e 40 mil combatentes, também apresenta força mais temível do que em 2006. Possui arsenal mais sofisticado de mísseis e drones — muitos fornecidos pelo Irã — para criar uma força de combate superior ao Hamas, grupo militante que Israel combate em Gaza há 10 meses.

O Center for Strategic and International Studies (CSIS), nos EUA, estima que o Hezbollah tenha entre 120 mil e 200 mil projéteis, incluindo mísseis guiados de precisão e drones armados, bem como mísseis antitanque e antiaéreos.

O grupo também é capaz de atacar Israel e calibrar alvos com precisão — o que significa que nenhuma cidade estaria segura.

Desde o ataque de 7 de outubro, que deu início à guerra de Israel em Gaza, os dois lados trocam ataques diários. O grupo libanês enviou drones para o interior de Israel e usou um míssil terra-ar feito pelo Irã, obrigando os caças israelenses a recuarem.

Kassem Kassir, analista libanês próximo ao Hezbollah, diz que o grupo implantou 5.000 mísseis de seu estoque desde outubro, mantendo muitos projéteis avançados em reserva. E estima que o grupo usou 10% da capacidade militar.

Israel também apresenta uma proposta diferente de 2006, com nova tecnologia e maior determinação. Seus líderes alertaram que, se um conflito total eclodisse, suas ações seriam muito mais duras do que em 2006, com consequências devastadoras para o Líbano.

Israel é o maior beneficiário da ajuda externa dos EUA, que vem principalmente na forma de assistência militar. Washington forneceu cerca de US$ 12,5 bilhões em ajuda militar desde 7 de outubro.

Israel também é o único Estado do Oriente Médio com armas nucleares — embora não o admita.

O presidente dos EUA, Joe Biden, reposicionou forças no Oriente Médio como parte dos esforços para proteger Israel de ataques do Irã ou aliados.

Mas, com as tensões altas e as chances de o conflito sair do controle aumentando a cada incidente, todas as partes correm o risco de pagar um alto preço.

Corrida à Casa Branca


AP PHOTO/JACQUELYN MARTIN
Kamala Harris arrecadou mais de US$ 500 milhões desde que entrou na corrida presidencial americana, impulsionada pelo entusiasmo de doadores na Convenção Democrata, na semana passada. A vice-presidente dos EUA recebeu US$ 540 milhões em doações desde que substituiu o presidente Joe Biden para a eleição de novembro, incluindo US$ 82 milhões na convenção. Jen O'Malley Dillon, chefe de campanha da democrata, classificou a arrecadação como "um recorde para qualquer campanha na história". Na foto, Kamala cumprimenta eleitores em Chicago.

INÊS 249

ECONÔMICO
Valor

Brasil perde prestígio com a eleição fraudada de Maduro

Após 25 dias de intensas articulações diplomáticas e pressões políticas sobre o regime venezuelano, o Tribunal Supremo da Justiça do país declarou que o presidente Nicolás Maduro foi reeleito com 51,95%, ante 43,18% de Edmundo González, candidato da oposição. O tribunal chavista fez mais: deixou claro, para as dezenas de países que exigiram que Maduro divulgasse as atas eleitorais que comprovassem sua vitória, como o Brasil, que isto simplesmente não vai acontecer. Elas ficarão sob a guarda da Justiça, ou seja, não serão públicas. Com o desfecho, a Venezuela repudia a ação de aliados compreensivos, como o Brasil, e confirma seu caráter autoritário para o resto das nações que já desconfiavam de uma farsa eleitoral, mas mesmo assim aguardavam um pleito justo.

O governo Maduro está fechando todas as frestas domésticas pelas quais alguma contestação política ainda pode ser possível. O Tribunal orientou a Procuradoria Geral chavista a investigar a oposição por supostos crimes cometidos ao divulgar 80% das atas que atestariam a vitória de seu candidato. Eles podem ser enquadrados legalmente por usurpação de funções do Comitê Nacional Eleitoral, falsificação de documentos públicos e instigação à desobediências das leis. Como se fosse pouco, o Tribunal disse ter constatado o ataque hacker que interrompeu a divulgação dos resultados em 28 em julho e jogou toda a suspeição sobre a oposição, que poderá ter incorrido com isso em prática criminosa e conspiração.

Brasil e Colômbia, após a desistência do México, eram os dois últimos países a insistir em um acordo entre governo e oposição, além de cobrarem a divulgação das atas. Tratado com ironia por Maduro quando se preocupou com a ameaça do chavista de dar "um banho de sangue" se perdesse, Lula, mesmo após muitos indícios de falsificação nos resultados, ainda assim disse que o país vizinho não era uma ditadura — era "um regime muito desagradável". O assessor especial Celso Amorim defendeu que a Venezuela realizasse novas eleições, ideia que foi recebida com indignação tanto pelo governo como pela oposição venezuelanos.

A crise política venezuelana precipitou mudanças com consequências a longo prazo. O Brasil, aliado de longa data dos chavistas, sai do episódio com a imagem arranhada e com seu poder regional enfraquecido. Os governos petistas justificavam a tolerância com os desmandos antidemocráticos chavistas como o preço a pagar pela influência moderadora que o Brasil poderia ter sobre o regime. A democracia venezuelana foi sendo desmontada pedaço a pedaço ao longo de anos com o aval brasileiro e não se conhece um único exemplo de ação moderadora que tenha sido acatado por Hugo Chávez antes, e por Maduro depois.

Houve o primeiro cisma entre aliados de esquerda do governo brasileiro, deixando de lado o rompimento de relações formais entre Nicarágua e o Brasil. No Mercosul, o Brasil ficou isolado na questão, não sem antes ter provocado irritação dos governos do bloco por estender um tapete vermelho para Maduro em sua visita ao Brasil, no fim de maio de 2023, e ter condenado "narrativas" sobre o suposto autoritarismo da Venezuela. Outro expoente da esquerda na América do Sul, Gabriel Boric, presidente do Chile, qualificou a decisão do TSJ chavista de "infame". Resta Gustavo Petro, da Colômbia, que articulava uma saída com Lula, mas não lhes resta muita coisa a fazer a não ser continuar não reconhecendo a vitória de Maduro. No Mercosul, Lula conta com o apoio da Bolivia, recentemente admitida ao bloco. Uruguai, Argentina e Paraguai condenaram o desfecho eleitoral como uma farsa.

O desrespeito à cláusula democrática, que já a havia suspendido a Venezuela do Mercosul, encerra a participação do país no bloco. O rompimento do acordo de Barbados, no qual Maduro prometeu eleições justas, limpas e verificáveis, trará de volta a maior parte das sanções americanas que haviam sido suspensas. Logo após a eleição, Maduro pediu a expulsão de pessoal diplomático de Argentina, Chile, Costa Rica, Peru, Panamá, República Dominicana e Uruguai. Em seguida, rompeu relações com o Peru.O regime chavista já se apoia e se tornará ainda mais dependente dos sócios do Brasil no Brics ampliado — China, Rússia e Irã. Ao amparar a ditadura chavista, a China garante outra fonte de abastecimento de petróleo e influência na América Latina, que é obtida em outros países da região por meio de investimentos vultosos, não apoio político explícito. O apoio a Maduro reafirma que os Brics são agora um conjunto de países em que a maioria é de regimes não democráticos. O Brasil é uma exceção e tem interesse em não desagradar a seu maior parceiro comercial, a China.

O Brasil sai também do episódio mais isolado — desagradou a países governados pela esquerda, como Chile, sem cativar os países dirigidos por conservadores, como Uruguai, Argentina e Paraguai. Com isso perdeu parte de seu poder geopolítico na região em que deveria liderar, por seu peso econômico e dimensão. Um trabalho sério pode reverter a médio prazo esse desgaste, desde que o Planalto tenha tirado as lições corretas do malogro.

GRUPO GLOBO

Conselho de Administração
Presidente: João Roberto Marinho

Vice-presidentes:
José Roberto Marinho e Roberto Irineu Marinho

Valor ECONÔMICO
é uma publicação da Editora Globo S/A

Diretor Geral: Frederic Zoghaib Kachar

Diretora de Redação: Maria Fernanda Delmas
Princípios editoriais do Grupo Globo: http://glo.bo/pri_edit

Editor-executivo de Opinião
José Roberto Campos
(jose.campos@valor.com.br)
Editores-executivos
Catherine Vieira
(catherine.vieira@valor.com.br)
Fernando Torres
(fernando.torres@valor.com.br)
Robinson Borges
(robinson.borges@valor.com.br)
Sergio Lamucci
(sergio.lamucci@valor.com.br)
Zinia Baeta
(zinia.baeta@valor.com.br)
Sucursal de Brasília
Fernando Exman
(fernando.exman@valor.com.br)
Sucursal do Rio
Francisco Góes
(francisco.goes@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Política e Internacional
Fernanda Godoy
(fernanda.godoy@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Finanças
Talita Moreira
(talita.moreira@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Empresas
Mônica Scaramuzzo
(monica.scaramuzzo@valor.com.br)
Editora de Tendências & Tecnologia
Cynthia Malta
(cynthia.malta@valor.com.br)
Editor de Brasil
Eduardo Belo
(eduardo.belo@valor.com.br)
Editor de Agronegócios
Patrick Cruz
patrick.cruz@valor.com.br

Editor de S.A.
Nelson Niero
(nelson.niero@valor.com.br)
Editora de Carreira
Stela Campos
(stela.campos@valor.com.br)
Editor de Cultura
Hilton Hida
(hilton.hida@valor.com.br)
Editor de Legislação & Tributos
Arthur Carlos Rosa
(arthur.rosa@valor.com.br)
Editora Visual Multiplataformas
Luciana Alencar
(luciana.alencar@valor.com.br)
Editora Valor Online
Paula Cleto
(paula.cleto@valor.com.br)
Editora Valor PRO
Roberta Costa
roberta.costa@valor.com.br
Coordenador Valor Data
William Volpato
(william.volpato@valor.com.br)
Editora de Projetos Especiais
Célia Rosemblum(celia.rosemblum@valor.com.br)
Repórteres Especiais
Adriana Mattos
(adriana.mattos@valor.com.br)
Alex Ribeiro (Brasília)
(alex.ribeiro@tvalor.com.br)
César Felício
(cesar.felicio@valor.com.br)
Daniela Chiaretti
(daniela.chiaretti@valor.com.br)
Fernanda Guimarães
(fernanda.guimaraes@valor.com.br)
João Luiz Rosa
(joao.rosa@valor.com.br)
Lu Aiko Otta
(lu.aiko@valor.com.br)
Marcos de Moura e Souza
(marcos.souza@valor.com.br)
Maria Cristina Fernandes
(mcristina.fernandes@valor.com.br)
Marli Olmos
(marli.olmos@valor.com.br)
Correspondente internacional
Assis Moreira (Genebra)
(assis.moreira@valor.com.br)
Correspondentes nacionais
Cibelle Bouças (Belo Horizonte)
(cibelle.boucas@valor.com.br)
Marina Falcão (Recife)
(marina.falcao@valor.com.br)

VALOR INVESTE
Editora: Daniele Camba
(daniele.camba@valor.com.br)

PIPELINE
Editora: Maria Luíza Filgueiras
(maria.filgueiras@valor.com.br)

VALOR INTERNATIONAL
Editor: Samuel Rodrigues
(samuel.rodrigues@valor.com.br)

NOVA GLOBO RURAL
Editor-executivo:
Cassiano Ribeiro
cassianor@edglobo.com.br

Valor PRO / Diretor de Negócios Digitais Tarcísio J. Beceveli Jr. (tarcisio.junior@valor.com.br)
Para assinar o serviço em tempo real Valor PRO: falecom@valor.com.br ou 0800-003-1232

Filiado ao IVC (Instituto Verificador de Comunicação) e à ANJ (Associação Nacional de Jornais)
Valor Econômico Av. 9 de Julho, 5229 – Jd. Paulista – CEP 01407-907 – São Paulo - SP. **Telefone** 0 xx 11 3767 1000

Departamentos de Publicidade Impressa e On-line
SP: Telefone 0 xx 11 3767-7955, **RJ** 0 xx 21 3521 1414, **DF** 0 xx 61 3717 3333.
Legal SP 0 xx 3767 1323
Redação 0 xx 11 3767 1000. **Endereço eletrônico** www.valor.com.br
Sucursal de Brasília SCN Quadra 05 Bloco A-50 – Brasília Shopping – Torre Sul – sala 301 – 3º andar – Asa Norte – Brasília/DF - CEP 70715-900
Sucursal do Rio de Janeiro Rua Marques de Pombal, 25 – Nível 2 – Bairro: Cidade Nova – Rio de Janeiro/RJ – CEP 20230-240

Publicidade - Outros Estados
BA/SE/PB/PE e Região Norte Canal Chetto Comun. e Rep.
Tel./Fax: (71) 3043-2205
MG/ES - Sat Propaganda
Tel./Fax: (31) 3264-5463/3264-5441
PR - SEC - Soluções Estratégicas em Comercialização
Tel./Fax: (41) 3019-3717
RS - HRM Representações
Tel./Fax: (51) 3231-6287 / 3219-6613
SC - Marcucci & Gondran Associados
Tel./Fax: (48) 3333-8497 / 3333-8497

Para contratação de assinatura e atendimento ao assinante, entre em contato pelos canais: Call center: **0800 7018888**, whatsapp e telegram: **(21) 4002 5300.** Portal do assinante: **portaldoassinante.com.br.** Para assinaturas corporativas e-mail: **corporate@valor.com.br**
Aviso: o assinante que quiser a suspensão da entrega de seu jornal deve fazer esse pedido à central de atendimento com 48 horas de antecedência

Preço de nova assinatura anual (impresso + digital) para as regiões Sul e Sudeste: **R$ 1.738,80 ou R$ 144,90 mensais.** Demais localidades, consultar o Atendimento ao Assinante. **Tel: 0800 7018888.** Carga tributária aproximada: 3,65%



É inaceitável o debate ainda limitado, a pouca transparência com a sociedade. Por **Pedro de Camargo Neto**

Pacto com a coerência ambiental

A terra não é plana. Os gases efeito estufa desempenham um papel crucial na regulação da temperatura da Terra. Essencial foco e coerência no enfrentamento da grave questão. O Brasil sediara a Conferência das Partes (COP) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC) em Belém em novembro de 2025. Precisará exercer liderança na defesa da correta inserção geopolítica e ambiental do país.

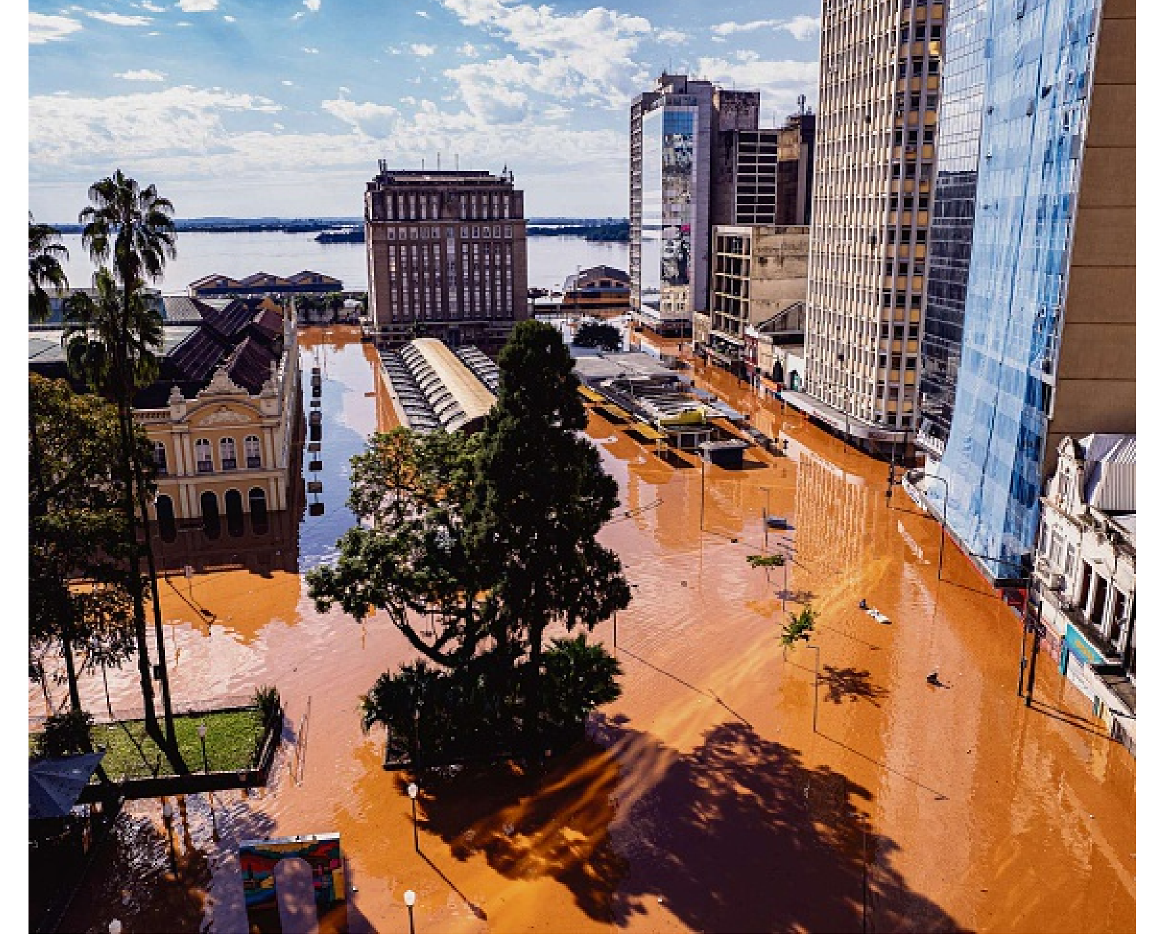
O Brasil tem características únicas que exigem um posicionamento também único. Uma matriz energética onde os combustíveis fósseis têm participação limitada. Um grande produtor de alimentos que atende mais do que sua população. O país ocupa a maior parte do bioma amazônico. Sua preservação é nosso maior desafio.

Qual será o posicionamento do Brasil? O momento e localização do evento nos oferece uma especial oportunidade. Exerceremos nossa tão necessária liderança? Honraremos o papel que tivemos na Cúpula da Terra (ECO92), realizada em 1992 no Rio de Janeiro? Liderança exige antes de tudo coerência. Infelizmente vejo posicionamentos confusos por parte do Poder Executivo. Inaceitável o debate ainda limitado, a pouca transparência com a sociedade, certamente resultado da ausência de consensos e clareza nas posições.

Os temas serão muitos, independente do que for decidido em Baku, na COP29. A correta inserção do Brasil nesse mundo em rápida evolução é a nossa obrigação. Terá reflexos nas gerações futuras. O Brasil, em anos recentes, onde incluo a COP28 em Dubai, tem participado fragilmente, aceitando as prioridades de uma agenda que não é a nossa. Como exemplo cito misturar temas que entendo distintos, como as emissões de carbono da agricultura com as do uso da terra. Sim, ambos emitem carbono, porém essa interligação claramente pressiona a produção de alimentos. Projeções do crescimento da demanda mundial por alimentos indicam que teremos que crescer mais do que já vimos crescendo. Felizmente possuímos tecnologias e produtividades que já caminham na direção correta da redução de emissão de carbono.

O momento, crítico da questão climática, exige um novo posicionamento. Vamos parar de um esconder atrás do outro. Questões simples precisam por nós já estarem resolvidas. Para começar, desmatamento ilegal e perfuração de petróleo. A crescente concentração de gases de efeito estufa (GEE) devido a atividades humanas está exacerbando o aquecimento global, resultando em impactos ambientais e sociais significativos. A intensificação do efeito estufa resulta em mudanças climáticas; aumento da frequência e intensidade de eventos climáticos extremos; alterações nos padrões de precipitação e temperatura, afetando ecossistemas, produtividades na agricultura com potencial de recrudescimento da fome no mundo; extinção de espécies e perda de biodiversidade.

A principal fonte de emissão de GEE no mundo são os combustíveis fósseis. É a extração do carbono armazenado há milhares de anos que, retirados das profundezas, são queimados, gerando gases que sobem na atmosfera. As emissões de GEE do Brasil não chegam a 2 % do global. No maior problema global, as emissões de combustíveis fósseis, temos um percentual ínfimo em termos globais.


GUSTAVO MANSUR/PALACIO PIRATINI

A maneira como estamos tratando a questão desmatamento é simplista. Apresentam em conjunto dados do desmatamento legal com o ilegal. Em termos de emissão de carbono são iguais, porém politicamente devem ser tratados de maneira distinta. O desmatamento no Brasil é estimado através dos sistemas de monitoramento do INPE: o Deter e o Prodes. São excelentes sistemas, porém não foram desenvolvidos para separar o que é legal do ilegal. Devem ser usados para o que foram desenvolvidos. Não para confundir o desafio a ser enfrentado. Parecem estar se escondendo pela incapacidade de enfrentar o ilegal?

Equacionada a criminalidade, o debate técnico sobre a questão ambiental da cobertura vegetal pode e precisa acontecer. O necessário debate do que ocorre nos biomas somente será obtido após o enfrentamento do desmatamento ilegal, muito superior ao permitido pelo Código Florestal, legislação aprovada no Congresso Nacional. A ordem aqui altera o produto.

Extração madeireira ilegal, garimpo ilegal, grilo de terras públicas não tem o necessário empenho. Melhoraram o esforço em limitar aprovações de supressão vegetal, correto, em fazer valer o Código Florestal em terras privadas. Enfrentar a crescente criminalidade na região amazônica exige maior estatura.

Cumpre ao Brasil liderar em Belém o enfrentamento das emissões dos combustíveis fósseis. Não exercer na plenitude sua liderança iniciada em 1992, será um grande desperdício. Exige prioridade na grande questão a nível global que são os gases efeito estufa resultado dos combustíveis fósseis. Importante não equiparar a gravidade em termos mundiais das emissões dos combustíveis fósseis com as do desmatamento, e ainda sobrecarregar a produção de alimentos.

Pretender liderar o debate climático incentivando a exploração de petróleo é incompatível, é incoerente, é jogar fora a liderança que precisamos. Exige que tenhamos debatido e decidido a ainda polêmica questão da exploração de petróleo na margem equatorial. Desejamos ir contra a compreensão científica que deixa clara a responsabilidade dos combustíveis fósseis?

Relatório da Agência Internacional de Energia apresentou que o crescimento da capacidade de produção de petróleo deve ultrapassar a demanda a partir do ano que vem, atingindo em 2030 um excesso de 8 milhões de barris por dia. Mais petróleo do Brasil significa preços mais baixos, indo contra o interesse dos biocombustíveis.

O posicionamento brasileiro precisa estar na valorização dos biocombustíveis. Em apoiar restrições, encarecimento dos combustíveis fósseis, acelerando sua substituição. Estão aqui as possibilidades de liderar a nova economia, atrair empregos e desenvolvimento econômico.

O pacto que precisamos é com a coerência. Um documento bem redigido com boas intenções, mesmo que assinado pelos três poderes da República, não resolve.

Pedro de Camargo Neto foi presidente da Sociedade Rural Brasileira e secretário do Ministério da Agricultura e Pecuária.

Subir ou não subir, eis a questão

Gustavo Loyola



Estão divididas as expectativas dos analistas sobre a decisão a respeito da taxa Selic que o Copom adotará em sua próxima reunião, em meados de setembro próximo. Isso ocorre porque, no momento, podem ser considerados tanto fatores que apontam para o início de um processo de alta de juros quanto para a manutenção da taxa em seus patamares atuais.

A última pesquisa Focus trouxe elevação das estimativas para o IPCA em 2024 pela quinta semana consecutiva (de 4,20% para 4,22%), embora tenha havido redução das expectativas para 2025 pela segunda semana consecutiva (de 3,97% para 3,91%). Considerando todo o horizonte de tempo contemplado na pesquisa, não se prevê a convergência da inflação para a meta de 3% ao ano.

Não obstante a atual taxa Selic (10,5% ao ano) possa ser considerada restritiva do ponto de vista monetário, a verdade é que não parece ser suficiente para assegurar a convergência da inflação para a meta no horizonte relevante para a política monetária. Em princípio, dadas as dificuldades de estimativa da taxa neutra de juros — variável não observável — trata-se de uma situação que exige cautela do Banco Central (BC), não se podendo descartar, a priori, um ajuste para cima da taxa Selic já na próxima reunião do Copom.

A questão principal, a meu ver, é a persistente política fiscal expansionista que não somente tem afetado negativamente os prêmios de risco como também atuado em sentido contrário ao pretendido pelo Banco Central na política monetária. A taxa de desemprego encontra-se no momento em seu menor nível dos últimos dez anos, ao mesmo tempo que as projeções de crescimento do PIB de 2024 têm sido revistas para cima (de 2,20% para 2,23% na última pesquisa Focus), no que parece ser reflexo da instância expansionista política fiscal nos últimos meses.

Não é crível se esperar uma melhora substantiva do resultado fiscal nos próximos dois anos. Ao contrário, as expectativas são de que a situação orçamentária do próximo ano possa ser até mais desafiadora do que em 2024, a não ser que o governo encontre fontes adicionais de arrecadação, hipótese com baixa probabilidade de ocorrência, se considerado o comportamento até aqui do atual Congresso.

Em tal contexto, a consecução dos objetivos da política monetária pelo BC com níveis de juros abaixo dos atuais torna-se muito difícil, a não ser que ocorram eventos positivos de origem externa como, por exemplo, queda do preço em dólar das commodities e/ou apreciação da moeda brasileira.

Nesse sentido, porém, há alguns sinais positivos no horizonte externo. O início da trajetória de derrubada de juros pelo Federal Reserve parece cada vez mais próximo. A ata da última reunião do FOMC deixou claro que o tema foi discutido e sinalizou que, se os próximos dados a serem divulgados estiverem dentro do esperado, o recomendável seria reduzir a taxa dos Fed funds já em setembro. Por outro lado, a atividade e o emprego mantêm-se resilientes, afastando o risco de "crash landing" da economia norte-americana. Tal cenário, se materializado, é benigno para o Brasil, pois abriria espaço para alguma apreciação do real e redução da pressão nos preços domésticos das commodities.

Por outro lado, há a questão da comunicação do Banco Central e das expectativas sobre a mudança, a partir de janeiro, na presidência da Instituição. As últimas informações parecem apontar que o economista Gabriel Galípolo, atual diretor de política monetária do BC, será o indicado para o cargo pelo presidente Lula e, por isso, principalmente sobre ele é que recaem as atenções do mercado, na busca de pistas sobre os passos seguintes a serem adotados pelo Banco Central.

A questão principal é a política fiscal expansionista, que atua em sentido contrário ao pretendido pelo BC

Nesse sentido, Galípolo assinalou recentemente que vê um balanço de riscos assimétricos e que toda a diretoria do BC está disposta a fazer o que for possível para perseguir a meta de inflação. Tal declaração, secundada por manifestações no mesmo sentido de outros dirigentes da Instituição (inclusive do seu atual presidente Roberto Campos Neto), foi lida como um sinal forte de que o Copom vai elevar os juros em sua reunião de setembro e, como esperado, os preços dos ativos reagiram a essa percepção.

Em consequência, embora o presidente do BC tenha dito que nada teria mudado desde a divulgação da última ata do Copom, a Instituição acabou criando uma armadilha para si própria, pois uma eventual decisão de manutenção dos juros em setembro pode prejudicar a credibilidade do BC e até influenciar negativamente sobre as expectativas de inflação futura, notadamente em razão da próxima mudança na direção do BC.

Contudo, como um erro não deve justificar um outro, uma eventual dissonância em relação à comunicação com mercado não seria motivo suficiente para elevação dos juros, caso os indicadores macroeconômicos e os modelos de projeção do BC recomendem a preservação do atual patamar da Selic.

De todo modo, duas questões me parecem claras. O BC deve reagir aos dados e jamais se autoimpor uma data para agir na política monetária. E, no regime de metas, a qualidade e a dosagem na comunicação dos dirigentes do BC podem fazer uma enorme diferença quando se trata da preservação da credibilidade da instituição.

Gustavo Loyola é Doutor em Economia pela EPGE/FGV, ex-presidente do Banco Central e Sócio-diretor da Tendências Consultoria Integrada, em São Paulo.

Recorde de preço reflete preocupações com inflação e instabilidade. Por **John Gapper**

A nova corrida do ouro



Quando a marinha holandesa navegou pelo estuário do Tâmisa em 1667 e lançou um ataque surpresa a navios britânicos, o administrador naval e diarista Samuel Pepys entrou em pânico, temendo que todo o reino estivesse condenado. Ele mandou sua esposa e seu pai para fora de Londres carregando peças de ouro, que configuravam sua riqueza, para serem enterradas em um jardim.

Hoje, os compradores chineses e indianos de joias e barras de ouro não são as primeiras pessoas a confiar no metal como uma forma de proteção financeira. Ele não paga dividendos e é muito pesado, mas em tempos de guerra, crises, inflação e turbulências, é reconfortante tê-lo por perto. "Quando coisas ruins acontecem, o ouro se destaca", diz John Reade, estrategista de mercado do Conselho Mundial do Ouro (World Gold Council).

Então, é um reflexo preocupante dos tempos que o ouro esteja voltando a ser valorizado, depois de ter sido descartado como um anacronismo por muitos investidores. O preço do ouro atingiu ao nível recorde de US$ 2.531 a onça troy na terça-feira, cinco vezes o preço ajustado à inflação que o Reino Unido obteve quando vendeu algumas reservas de ouro há um quarto de século (a Suíça também foi uma grande vendedora de ouro na época).

Os bancos centrais voltaram a comprar ouro, especialmente os da China, Rússia e outros países que querem reduzir sua dependência do dólar. Os pequenos investidores chineses, aflitos com uma crise imobiliária e incertezas econômicas, estão correndo para comprar o metal. Os ricos do mundo também estão comprando mais ouro e os fundos hedge dos Estados Unidos vêm seguindo essa tendência de mercado.

Se esta semana teve os ingredientes de uma outra corrida do ouro, com todos os tipos de compradores lutando para não ficar de fora, o entusiasmo ainda não chegou às mineradoras de ouro. Ao contrário do que aconteceu na Califórnia em 1848 e na África do Sul nos anos 1880, as companhias de exploração e mineração vêm tendo dificuldades para garantir investimentos. Negociar ouro e derivativos é mais fácil do que minerar e refinar mais metal.

"Continuamos desanimados", me disse Nick Brodie, presidente-executivo da Golconda Gold, uma pequena companhia mineradora canadense de capital aberto. Em maio, a Golconda começou a produzir concentrado (minério de ouro em pó) de uma parte de uma mina sul-africana que ela comprou quando esta se encontrava dormente em 2015. A mina originalmente se chamava Agnes, em homenagem à esposa de um garimpeiro britânico que encontrou ouro lá em 1888.

Enquanto países como Rússia, China e Índia tentam se 'desdolarizar', a compra de ouro pelos BCs aumentou. Os BCs afirmam que estão preocupados com os riscos de longo prazo de inflação mais alta. Isso não é reconfortante, já que é trabalho deles controlar a inflação

O problema para empresas menores como a Golconda é que os custos de produção aumentaram e, como disse Brodie, "cada centavo que ganho é investido de volta na mina". O concentrado de minério precisa ser enviado para a China para ser refinado e, embora preços mais altos um dia irão produzir lucros maiores, ela não atingirá a produção total antes de três anos. A mineração de ouro não é um esquema para se enriquecer rapidamente.

Já há muito ouro no mundo: os cofres do Federal Reserve de Nova York contêm 507.000 barras, avaliadas em cerca de US$ 510 bilhões pelos preços desta semana (o peso é suportado pelo leito rochoso da ilha de Manhattan, 15 metros abaixo do nível do mar). Os cofres de Londres, incluindo os do Banco da Inglaterra, guardam outras 8.650 toneladas avaliadas em US$ 690 bilhões. Muito ouro é extraído e depois enterrado novamente.

O ouro guardado pelo Fed de Nova York não é de sua propriedade: grande parte dele chegou lá da mesma forma como a riqueza de Pepys foi levada para um jardim. Durante e depois da Segunda Guerra Mundial, muitos governos e investidores transportaram seu ouro para o que eles confiavam ser um porto seguro no exterior. Ele é extremamente bem guardado e muitos não viram necessidade de movê-lo novamente.

O estoque está se tornando mais precioso, o que demonstra um grande temor entre os investidores. O preço do ouro tende a subir durante crises, como a invasão da Ucrânia pela Rússia em 2022, à medida que os investidores fogem de ativos de risco. O efeito persistiu depois que os países do G7 responderam à invasão congelando as reservas cambiais da Rússia: o ouro mantido na Rússia teria sido menos vulnerável.

Enquanto países como Rússia, China, Índia e Cazaquistão tentam se "desdolarizar", a compra de ouro pelos bancos centrais aumentou nos últimos dois anos. Os bancos centrais afirmam que também estão comprando mais ouro porque estão preocupados com os riscos de longo prazo representados pela inflação mais alta. Isso não é uma notícia reconfortante, já que é o trabalho deles manter a inflação sob controle.

Os entusiastas do ouro alertam lugubremente para uma desvalorização cambial e um colapso financeiro. Robert Kiyosaki, escritor e investidor, escreveu sobre uma "bolha de tudo" em abril. "Proteja-se. Compre mais ouro real, prata, bitcoins". Para os preocupados, tem havido muito com o que se preocupar este ano: o bitcoin também subiu, encorajado pela crença renovada nas criptomoedas e dúvidas sobre o dólar.

Mas a memória é curta. O ouro estava em alta após a crise financeira de 2008-2009, quando os temores de que a inflação seria alimentada pela flexibilização da política monetária levaram o preço a superar US$ 1.900 a onça em 2011 (mais alto em termos reais do que hoje), antes de cair novamente. O entusiasmo desta semana poderá ser mostrar igualmente temporário: a inflação poderá continuar caindo e as tensões geopolíticas diminuindo.

Ainda assim, o ouro é valorizado quando o mundo vai mal. "À noite, minha esposa e eu caminhamos e conversamos novamente sobre o nosso ouro, que eu não considero seguro", escreveu Pepys poucos dias depois do ataque holandês. Felizmente, a Inglaterra resistiu e ele recuperou a maior parte dele. ***(Tradução de Mário Zamarian)***

John Gapper é colunista de Negócios do Financial Times Weekend.

Frase do dia

"Do mesmo jeito que tivemos o 'Dia do Fogo', há forte suspeita de que agora esteja acontecendo de novo".

Da ministra Marina Silva, ao relacionar as queimadas em SP ao incêndio proposital de florestas na Amazônia, em 2019

Cartas de Leitores

Imposto reserva

Isto é inédito, imposto reserva: se a arrecadação referente a suprir a desoneração da folha de pagamentos de 17 setores da economia não for suficiente, entra o "imposto reserva", o aumento do JCP e CSLL.

Como será acionado este "imposto reserva"?

Vital Romaneli Penha
vitalromaneli@gmail.com

Armas

Numa grande publicação nos jornais americanos o investidores em tecnologia Charles Ferguson deixou os diretores do Pentágono de cabelo em pé, com as novas armas utilizadas e fabricadas pelos chineses, iranianos, Turquia e Rússia, com relação aos drones baratos produzidos por esses países, o que está levando o Ocidente a buscar novas tecnologias para abater esse tipo de arma cujo custo é muito baixo, de US$ 1 mil a 10 mil.

O que mais assustou os americanos e a OTAN foi que para cada drone de fabricação barata, eles gastam via Israel, Otan e o Pentágono, aproximadamente US$ 100 mil cada artefato antimísseis e o Domo de Ferro, utilizado por Israel.

Esse é o mundo que vivemos hoje, as guerras não param, as armas ficam mais potentes e perigosas, principalmente quando explodem nas cidades densamente povoadas. Com tristeza pela forma de agir daqueles que fazem as guerras para depois chegarem à paz, normalmente com grande destruição bélica dos dois lados.

José Pedro Naisser
jpnaisser@gmail.com

Moro

No mínimo estranho e de total incoerência, o senador Sérgio Moro ser favorável à anistia e liberdade dos criminosos que invadiram as instituições federais da República e atentaram contra a Democracia em 8 de Janeiro de 2023.

Um político que até então atuou como magistrado e agora quer minimizar os graves atentados lesa pátria que os golpistas cometeram praticando invasão, destruição e depredação dos prédios dos poderes constituídos, inclusive do Senado, do qual o ex-juiz faz parte. É frustrante e até causa revolta a posição politiqueira que o senador pratica.

O que nós, cidadãos brasileiros, eleitores e que prezamos a Democracia e ordem pública, esperamos de todos políticos, independente de sigla partidária, é a defesa das instituições, e a condenação de toda prática golpista que atenta contra o Estado de direito.

Célio Borba
celioborbacwd@gmail.com

Demografia

Segundo as previsões do IBGE, o Brasil está envelhecendo mais rápido e a partir de 2042 terá invertida a pirâmide populacional entre nós. São vários fatores que contribuirão para tal acontecimento, entre eles a diminuição da fecundidade das mulheres, potencializando tal processo de envelhecimento entre nós.

José de Anchieta Nobre de Almeida

Correspondências para Av. 9 de Julho, 5229 - Jardim Paulista - CEP 01407-907 - São Paulo - SP, ou para cartas@valor.com.br, com nome, endereço e telefone. Os textos poderão ser editados.

INÊS 249

Especial

Ambiente Ed Miliband, ministro do setor de energia britânico, busca parcerias com o Brasil

Após anos de retrocesso, Reino Unido quer voltar a liderar clima



Edward Miliband: 'Em todo o mundo, a tarefa é pôr o clima no centro das preocupações políticas e econômicas'

Daniela Chiaretti
De São Paulo

O Reino Unido quer voltar à liderança climática depois de anos de retrocesso. Em sua primeira visita internacional, o ministro para segurança energética e net zero Edward Miliband escolheu o Brasil para vir costurar o que chama de "uma nova era" de colaboração entre os dois países. "Uma nova era de parceria baseada em nossos valores comuns de justiça social e proteção ambiental", diz Ed Miliband, como é conhecido.

Em visita à Amazônia, ao Ceará e a Brasília, Miliband assinou com o governo brasileiro uma declaração em que os dois países se comprometem a liderar pelo exemplo na crise climática global, no desenvolvimento sustentável, a interromper e reverter a perda de florestas e biodiversidade e a agir para limitar o aumento da temperatura a 1,5° C.

No plano concreto, Brasil e Reino Unido prometeram assumir compromissos climáticos (as chamadas NDCs) ambiciosos e bem antes do prazo de fevereiro de 2025. Concordaram que a nova meta de financiamento climático a ser fechada na conferência do clima de Baku, no Azerbaijão, em novembro, "deve ser uma mudança de paradigma" — algo que salte dos US$ 100 bilhões atuais para trilhões que serão necessários para transformar sociedades.

Na declaração, os dois governos mencionam "esforços para se afastar dos combustíveis fósseis nos sistemas energéticos de maneira justa, ordenada e equitativa", assim como "eliminar gradualmente subsídios ineficientes a combustíveis fósseis".

Miliband lembra que está seguindo essa cartilha em casa, com ações destinadas a descarbonizar o sistema energético do Reino Unido até 2030. "E, se não tivermos liderança nacional, não poderemos liderar globalmente", diz.

Aos 54 anos, ex-jornalista e membro do Parlamento desde 2005, é um dos ministros mais poderosos do gabinete de Keir Starmer. A seguir os principais pontos da entrevista ao **Valor**:

Valor: *Como o senhor avalia a visita ao Brasil?*

Edward Miliband: Foi excelente. Estou aqui para iniciar uma nova parceria entre o governo do Reino Unido e o governo do Brasil. Uma nova era de parceria, creio, baseada em nossos valores comuns de justiça social e proteção ambiental. É por isso que quis fazer minha primeira viagem internacional ao Brasil, país que está no centro de questões que o mundo enfrenta — redução da pobreza, combate à desigualdade global, proteção ambiental. Obviamente temos um vínculo muito forte entre o Partido Trabalhista e o Partido dos Trabalhadores. O presidente Lula é uma figura mundialmente admirada, inclusive no Reino Unido. E também pela COP 30, é claro, eu estava ansioso por vir.

Valor: *Foi sua primeira vez na Amazônia?*

Miliband: Estive na Amazônia em 2009 quando era ministro de Mudança Climática, mas não na mesma área. Fomos visitar comunidades amazônicas quilombolas, o que foi fantástico. Essa comunidade quilombola é incrível, liderada por mulheres, e mostra, na prática, o que significa combater a pobreza, melhorar os padrões de vida das pessoas e combater o desmatamento. Também vimos desenvolvimentos econômicos de hidrogênio verde no Porto de Pecém e tivemos uma série de reuniões em Brasília com os ministros Marina Silva (Meio Ambiente), Alexandre Silveira (Energia) e Celso Amorim (assessor especial da Presidência). É o começo do que, espero, seja uma parceria bem-sucedida.

Valor: *Como vê a diferença no tratamento do clima entre o G20 e a UNFCCC, a Convenção do Clima das Nações Unidas?*

Miliband: Precisamos de todos os fóruns que temos em nossas mãos para lidar com essa questão. Precisamos do G20 assim como precisamos do processo das COPs. Uma das coisas que mais me impressionou em Brasília é a relação muito próxima, que acredito não ter precedentes, entre o Ministério da Fazenda e o do Meio Ambiente sobre questões relacionadas ao clima. Essa relação é tão doméstica quanto vem sendo expressa por meio do G20. Participarei da reunião em outubro, em Washington, que será o encontro entre os ministros do Meio Ambiente e das Finanças do G20, e acho que essa é uma das melhores iniciativas que o Brasil está tomando. Sem juntar o setor financeiro com o ambiental não conseguiremos resolver os problemas que enfrentamos.

Valor: *O senhor vê pontes entre as demandas de financiamento climático dos países em desenvolvimento e os dos desenvolvidos, ponto que será crucial na COP 29?*

Miliband: Sem dúvida. Este é um dos motivos pelos quais quis vir ao Brasil, para simbolizar a parceria que precisa existir entre o Norte Global e o Sul Global. Parte disso tem que vir dos países desenvolvidos garantindo que cumpramos uma meta robusta de NCQG, a nova meta coletiva e quantificada [do financiamento climático], a sucessora dos US$ 100 bilhões, na COP 29. Estamos concentrados nisso, assim como na mobilização de financiamento em uma série de áreas, incluindo o combate ao desmatamento como parte e além da NCQG. Se não obtivermos esses fluxos financeiros, não teremos sucesso, como mundo, no enfrentamento desse enorme desafio. Essas são, não há dúvida, questões difíceis. Finanças públicas são limitadas em todos os países. Mas levamos muito a sério esses pontos. Isso faz parte de uma agenda mais ampla do novo governo do Reino Unido, que é a de demonstrar liderança nacional, em clima e energia, porque acreditamos que é o certo para o nosso país, para a segurança energética, para as contas, para os empregos. E também porque se não tivermos essa liderança nacional, não poderemos liderar globalmente. E se não liderarmos globalmente, não conseguiremos enfrentar a crise climática. O Reino Unido quer voltar à liderança global, e é disso que tratou parte da minha viagem.

Valor: *Em seu primeiro mês no cargo o senhor tomou muitas decisões. Há legislação para se criar uma nova empresa de energia pública, decisões em solar e eólica.*

Miliband: No primeiro mês revogamos a proibição que havia desde 2015 de energia eólica onshore e aprovamos um grande número de projetos de energia solar de mais de 1 GW. Iniciamos a legislação para a GB Energy e estabelecemos o que chamamos de Fundo de Riqueza Nacional para fornecer investimento público em projetos de energia limpa. Tudo isso é parte do nosso esforço para obter a energia limpa que acreditamos precisar, porque é a coisa certa para a segurança energética e para o clima.

> "Reino Unido e Brasil têm algo em comum: precisam fazer a transição com base na justiça social"

Valor: *E sobre a exploração de petróleo e gás?*

Miliband: Em nosso manifesto (programa de governo apresentado pelos partidos a cada eleição) afirmamos que não emitiríamos novas licenças de petróleo e gás, e manteremos esse compromisso como parte de uma transição equilibrada no Mar do Norte. Queremos ver a transição, mas também levamos a sério o compromisso assumido pelo mundo na COP 28 de se distanciar dos combustíveis fósseis. E levamos a sério o que a Agência Internacional de Energia disse sobre novas licenças para combustíveis fósseis. Teremos planos de transição para todas as grandes empresas e instituições financeiras consistentes com o limite de 1,5º C, porque é importante que o setor privado faça sua parte. Estamos tentando mostrar liderança. Ganhamos a eleição com base nessa agenda. O Partido Conservador queria ir muito mais devagar nas questões climáticas e energéticas, e perdeu porque acho que o povo britânico quer ver avanços. Queremos fazer tudo isso por motivos domésticos, mas esperamos que também nos ajude a preencher parte da liderança global que é necessária.

Valor: *O senhor enfrenta críticas por suas posições sobre a descarbonização da economia britânica. Como essa agenda pode avançar apesar das posições políticas e do medo das pessoas no mundo inteiro?*

Miliband: Passamos os últimos dois anos e meio no Reino Unido com uma terrível crise no custo de vida. As contas de energia dispararam. Isso aconteceu porque somos muito dependentes de combustíveis fósseis. Produzimos alguns deles, mas o preço é definido no mercado internacional. Nosso argumento, portanto, é o da segurança energética, é o de ter contas de energia menores, empregos e proteger o clima. São pontos que o povo britânico entende. E parte da prova disso é o que aconteceu na campanha eleitoral: não funcionou para os conservadores. No Reino Unido nos orgulhamos de ter consenso bipartidário sobre o clima. Mas há cerca de um ano os conservadores tentaram romper esse consenso dizendo "Queremos ir mais devagar", e queriam causar divisão. Mas não funcionou para eles. As pessoas entendem a necessidade de avançarmos, mas querem fazer isso da forma que julgam justa. Reino Unido e Brasil são países diferentes, mas têm uma semelhança: precisamos fazer a transição com base na justiça social.

Valor: *Como o senhor vê a questão do petróleo, que é importante e controversa no Brasil, de abrir novas frentes?*

Miliband: Diferentes países têm de seguir seus próprios caminhos com base em suas necessidades de desenvolvimento, segurança energética, e assim por diante. Não estou aqui para dizer o que os outros deveriam fazer. Apenas refleti sobre nossa experiência e o que estamos tentando fazer. Com o ministro Silveira falamos sobre os muitos campos em que podemos trabalhar juntos, como o hidrogênio verde. Também tive reuniões proveitosas com a ministra Marina Silva, que é uma figura admirada mundialmente. Acredito que as parcerias podem ser na área industrial, energética, climática. Creio que as oportunidades são imensas e saio do Brasil muito animado.

Valor: *Quais são suas expectativas em relação aos resultados do G20, da COP 29, em Baku, e da COP 30, no Brasil?*

Miliband: O G20 tem um papel incrivelmente importante em finanças antes da COP 29, que precisa entregar resultados. E a tarefa fundamental da COP 30 é implementar as implicações do global stock take, o balanço global de onde estamos e que nos diz que o mundo está muito longe de manter viva a meta de 1,5º C. O mundo precisa de uma COP 30 bem-sucedida e, não apenas, precisa que a COP 30 faça uma mudança radical. Eu me sinto confiante pelo Brasil ser o anfitrião da COP 30, porque acho que maximiza as chances de sucesso que o mundo tanto precisa. As discussões que temos tido giram em torno de como podemos criar um impulso, a partir da COP 29 e por meio de NDCs [os compromissos climáticos dos países] ambiciosas. Estamos comprometidos em ter uma NDC ambiciosa para 2035 e sei que o Brasil também está. A tarefa central da COP 30 é criar esse impulso. Não podemos discutir com a ciência e com a matemática, e ambas nos dizem onde o mundo precisa estar. Claro que se fez muito progresso, mas o mundo está muito fora do caminho. Parte da parceria que o Brasil e o Reino Unido querem realizar é para levar isso adiante.

Valor: *O senhor acha que chegará o dia em que não se falará mais sobre a agenda climática porque estará totalmente incorporada ao curso da economia, da sociedade, das nossas vidas?*

Miliband: É uma das cinco missões de nosso governo ser uma superpotência de energia limpa, como parte de nosso compromisso de atacar a crise climática, mas também de ter segurança energética em casa e independência energética. A tarefa em todo o mundo é colocar o clima no centro de nossas políticas econômicas, nossas políticas de segurança energética e também nossas políticas de segurança nacional. Esse é o maior desafio global que enfrentamos, e estamos em um momento único em que sabemos como a situação é ruim, mas também temos o poder de fazer algo a respeito. Temos muita tecnologia à nossa disposição para enfrentar o problema e podemos fazer isso de forma que seja boa para as gerações futuras e também para as gerações atuais.

Indústria
CSN planeja investimentos de R$ 23 bilhões entre 2023 e 2028
B5



Travelex Bank
ABRA SUA CONTA NO BANCO QUE MAIS CRESCE EM CÂMBIO NO BRASIL.
travelexbank.com.br
(11) 3004-0490

Valor B
Sábado, domingo e segunda-feira, 24, 25 e 26 de agosto de 2024

Empresas

Gestão Voltar a conseguir financiamento com taxa atraente é dificuldade para companhias que passaram pelo processo e seguem em operação

Capacidade de previsão e planejamento ajudam a sair de recuperação

Ana Luiza Tieghi
De São Paulo

Os pedidos de recuperação judicial tendem a bater recorde em 2024 e o cenário que indica a manutenção de juros altos por mais algum tempo não facilita os planos das empresas que querem encerrar o processo e retomar a vida normal. Exemplos de empresas que conseguiram vencer essa dura fase revelam um caminho que exige planejamento, correção de rumo e estar preparada para encolher e até mudar de dono.

Segundo o monitor de recuperações judiciais da consultoria RGF & Associados, a parcela de empresas que voltaram a operar, dentre aquelas que encerraram a recuperação no segundo trimestre, foi de 74%. É um índice maior do que o registrado nos três trimestres anteriores, desde que o monitor começou a ser realizado.

A fabricante de telhas Eternit, por exemplo, encerrou sua recuperação neste mês. A companhia alega que foi afetada por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que proibiu o uso de amianto no país — era um dos principais materiais das suas telhas, e iniciou a recuperação judicial em 2018. A empresa também já fabricava telhas com polipropileno, mas precisou transformar toda a produção e destinar o amianto só ao mercado externo.

Samy Wakrat, sócio da consultoria Íntegra Associados, que acompanhou a Eternit, diz que o planejamento e a antecipação da empresa foram importantes. A companhia conseguiu continuar investindo durante a recuperação judicial: comprou uma fábrica, inaugurou outra e fez ampliações, com recursos próprios.

A antecipação também foi chave para outra empresa acompanhada pela Íntegra, a tecelagem Santaconstancia, cujo processo começou em 2020 e terminou em abril. Terceira geração a comandar o negócio, Luca Pascolato conta que, quando a pandemia começou, os shoppings fecharam e os bancos ofereceram adiamento de 60 dias para empréstimos, houve um alerta. A indústria tinha se endividado para investir na modernização de equipamentos. "Vimos que não era algo de curto prazo."

A recuperação foi uma "medida protetiva". Com 75 anos de operação, a empresa tinha fornecedores antigos, e Pascolato conta que negociou um plano que não prejudicasse demais seus credores. "Se você exagera demais no 'haircut' (corte da dívida), penaliza o crédito futuro, porque os credores têm memória", afirma. O corte foi de 30%.

A Santaconstancia alongou a dívida para 10 anos. Fora da recuperação judicial, Pascolato diz que operam com normalidade. A empresa também aproveitou o período para mudanças operacionais.

Rodrigo Gallegos, sócio da RGF, afirma que um erro comum nas empresas que passam pela recuperação judicial, e que pode fazer com que retornem à ela, é focar nas questões financeiras e não mudar a origem dos problemas, como falhas operacionais ou estratégicas.

A partir do momento em que há um desarranjo na operação e o endividamento cresce demais, o fator mais crítico são os juros. "A taxa de juros mata a empresa, porque o custo financeiro come o caixa", afirma. Por isso, a possibilidade de novos aumentos da Selic preocupa. "Um aumento poderia fazer mais empresas entrarem em RJ", diz Gallegos.

> "Se você exagera demais no 'haircut' (corte da dívida), penaliza o seu crédito futuro"
> *Luca Pascolato*

A interrupção do ciclo de queda da Selic também dificulta saídas do processo. "As empresas precisam de crédito ou de investimento direto, mas o crédito está caro e o investimento direto não é tão atrativo", afirma Camilo Gerosa, sócio da área de reestruturação do Machado Meyer.

Por outro lado, há instrumentos judiciais que facilitam o término dos processos. Renata Oliveira, também sócia do Machado Meyer, explica que, na recuperação, a empresa pode vender ativos sem que haja sucessão nas dívidas trabalhistas, cíveis e tributárias, ou seja, sem que o ativo responda por elas. Porém, as empresas querem esperar o momento mais adequado para fazer as vendas, e algumas recuperações são mantidas por isso.

Agora, a justiça tem possibilitado que a venda do ativo ocorra depois do fim do processo, por meio de uma carta de sentença, afirma a advogada.

Oliveira cita a mineradora Samarco como exemplo de empresa que pode encerrar sua recuperação em breve. O plano foi homologado no ano passado.

No entanto, ela ressalta que sempre podem ocorrer problemas após essa fase. Há um prazo mínimo de dois anos de acompanhamento judicial depois da homologação. Se a empresa não cumprir o acordado, é preciso chamar uma nova assembleia e colocar aditivos no plano ou refazê-lo, o que atrasa a saída.

Em nota, a Samarco afirma que todas as obrigações de curto prazo do seu plano já foram cumpridas, inclusive a reestruturação da dívida financeira, e que aguarda a conclusão do relatório de cumprimento do plano pelos administradores judiciais.

A Eternit recorreu a um aditivo antes de finalizar seu processo. No caso da fabricante, a medida ampliou a proteção contra novas ações trabalhistas. "Como temos exposição ao amianto, podemos ter surpresas desagradáveis", disse o CEO Paulo Roberto Andrade ao **Valor**, no início do mês.

Encerrar a recuperação judicial não significa deixar os problemas para trás. Além da dívida a ser paga, novas concessões de crédito podem ser afetadas pelo histórico do negócio.

É o maior problema da PDG hoje, segundo o CEO Augusto Reis. A empresa encerrou o processo em 2021. A Viver, incorporadora que também saiu da recuperação naquele ano, sente dor parecida. "Já estamos em país de crédito caro, se você ainda tem questão que prejudica a análise de crédito, fica ainda mais caro", diz o CEO Claudio Hermolin.

A PDG segue com patrimônio líquido negativo. Reis afirma que não foi possível incluir no plano da empresa a conversão de parte da dívida em ações, só o alongamento dos prazos de pagamento, o que atrapalha a virada. "Hoje os credores são mais tolerantes, grandes bancos aceitam conversão em ações", afirma. A Viver, que homologou seu plano depois da PDG, usa o instrumento.

As duas empresas voltaram a lançar projetos e fazem campanhas para reforçar que o operacional está em dia. As novas vendas são importantes para fortalecer o caixa, que sai fragilizado da recuperação. Gallegos lembra que, em geral, os credores não permitem que uma empresa em recuperação faça uma reserva grande de caixa. "Eles vão preferir que você os pague, a empresa fica muito apertada", diz.

O próprio termo "recuperação judicial" assusta. Hermolin afirma que há consumidores que confundem o processo de recuperação com a falência.

As duas incorporadoras operam com tamanho muito menor do que no passado. A PDG chegou a ter 12,5 mil funcionários e hoje emprega 140. Ambas focaram em projetos em São Paulo.

Há quem tenha de mudar até de controlador. A agroindustrial Atvos encerrou sua recuperação no ano passado e, durante o processo, trocou de dono. A empresa nasceu no grupo Odebrecht, e já se chamou ETH Bioenergia e Odebrecht Agroindustrial. Gerosa, que atuou no caso, conta que o plano previa a troca de controle. O fundo Mubadala, de Abu Dhabi, negociou com credores da empresa e se tornou o novo controlador. "A empresa passou por crise, mas era nítido que poderia se recuperar", diz Oliveira.



GABRIEL REIS/ VALOR

Para Samy Wakrat, sócio da Íntegra Associados, conseguir se antecipar à recuperação ajuda na saída do processo

Destaques

Tomorrowland no Brasil

A tradicional marca de festivais Tomorrowland, que tem seu carro chefe na Bélgica, está se movimentando para realizar um evento de reconciliação com o público brasileiro em outubro. Depois de ficar anos fora do Brasil, o festival voltou para o país no ano passado, mas fortes chuvas, muita lama, filas, trânsito e um dia de evento cancelado provocaram uma enxurrada de críticas nas redes sociais. "O projeto não está no Brasil para um movimento de curto prazo. O Tomorrowland quer se perpetuar aqui, assim como fez na Bélgica", disse Rodrigo Mathias, CEO da DC Set Group, empresa sócia da marca no Brasil junto do grupo belga We Are One World. A estimativa é ter casa cheia no evento, marcado para o intervalo de 10 a 13 de outubro e reunir cerca de 200 mil pessoas nos quatro dias. Considerando investimentos públicos e dos organizadores, são mais de R$ 30 milhões apenas em melhorias na infraestrutura de estradas e deslocamento dentro do Parque Maeda, em Itu, no interior de SP. "Estamos ampliando e antecipando investimentos. A gente sabe que esse é o ano de reconquistar o cliente que foi no ano passado. Vamos fazer uma entrega de excelência", disse Mathias, em conversa com o **Valor**. Neste ano, uma parceria com o governo do Estado e com a Prefeitura de Itu está em vias de concluir o asfaltamento dos acessos ao parque. O barro nas estradas foi um dos principais percalços no ano passado. O investimento é de R$ 22 milhões para asfaltar 20 km de vias de acesso. A obra estará pronta até o evento, segundo o executivo. Já o próprio grupo vai investir cerca de R$ 10 milhões em melhorias de infraestrutura no parque, sobretudo asfalto para evitar problemas com lama e deslocamento.

Piani na Sabesp

Atual presidente do conselho da Equatorial, Carlos Piani será o presidente da Sabesp, agora privatizada e que deverá ser assumida pela nova administração nos próximos dias. A estatal paulista de saneamento foi privatizada em julho e terá a Equatorial como acionista de referencia com 15% das ações. Nessa condição, a Equatorial pode indicar um terço do conselho de administração e outros cargos-chave da companhia. A informação foi publicada na manhã de domingo (25) pelo colunista Lauro Jardim, de O Globo, e confirmada posteriormente pelo **Valor**. Piani tem 51 anos e é formado em Administração de Empresas e Ciências da Computação, com experiência no setores financeiros, energia, imobiliário e varejo. O plano de investimentos da Sabesp para os próximos cinco anos soma R$ 70 bilhões.

RJ da Metalloys

Com dívidas que somam R$ 220 milhões, a Metalloys, tradicional distribuidora de produtos químicos e metais, entrou em recuperação judicial na última semana. O grupo está trabalhando na reestruturação de suas operações e pode trazer um novo sócio para o negócio, como parte dos esforços para se reerguer. O pedido de recuperação, deferido no dia 14 de agosto, foi apresentado na 3ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo. O grupo já havia sido alvo de três pedidos de falência por parte de credores. Com isso, a Metalloys terá 60 dias para propor um plano de recuperação, que deve contemplar alongamento das dívidas e potencial venda de ativos, ou a busca de um investidor estratégico ou financeiro. "Já estamos conversando com interessados", diz o CEO da Quist Investimentos, Douglas Duek, que está à frente do processo de reestruturação. Entre os principais credores da Metalloys aparecem o Banco do Brasil, Itaú, Daycoval e Sofisa, além de fornecedores nacionais e estrangeiros. Cerca de metade da dívida se refere às instituições financeiras. A elevação dos juros e a forte desvalorização do câmbio, em um momento de margens comprimidas na indústria química, agravaram a situação financeira do grupo, que fatura cerca de R$ 1,2 bilhão por ano. Embora a Metalloys tenha uma carteira pulverizada, o segmento responde por mais da metade do negócio, com uma fatia de cerca de 60%.

TI na receita das teles

Serviços de tecnologia da informação, como computação em nuvem, internet das coisas e cibersegurança, ainda representam menos de um terço da receita de operadoras brasileiras no segmento corporativo. Já na Europa, esse percentual se aproxima de 60%, no caso das teles mais bem posicionadas no mercado de serviços digitais voltados para empresas. A comparação aparece em relatório da consultoria Oliver Wyman sobre o futuro do mercado corporativo (B2B, na sigla em inglês) de telecomunicações. O estudo engloba 14 operadoras, das quais quatro (Vivo, Oi, Algar e Unifique) atuam no Brasil. O ranking geral é encabeçado pelo grupo TIM (a antiga Telecom Italia), que tinha 58% de sua receita corporativa proveniente de serviços de tecnologia da informação (TI). Em segundo e terceiro lugares aparecem, respectivamente, BT (57%) e Swisscom (50%). Os percentuais se referem às receitas de 2023. Já no caso das operadoras brasileiras, o período analisado foi dos últimos 12 meses até o fim do segundo trimestre de 2024.

CBN Professional Convidada do podcast esta semana, Giovana Pacini, da Merz Aesthetics, fala sobre a síndrome de impostora e outros desafios

'Eu senti desconforto e medo ao assumir a cadeira de CEO'

Fernanda Gonçalves
De São Paulo

Foi dentro de casa que o interesse pelo setor farmacêutico surgiu para Giovana Pacini. Filha de um executivo da área, ela acompanhava a vida profissional do pai com admiração. "Eu cresci escutando o meu pai falar das experiências dele no trabalho, e achava lindo porque ele viajava muito", comenta a CEO da Merz Aesthetics. "Ao mesmo tempo, ele sempre foi muito presente na nossa família", recorda.

A referência paterna foi seguida por Pacini. Formada em administração pela PUC e com MBA em marketing pela ESPM, ela acumulou mais de 20 anos de experiências em companhias como Eurofarma, Cristália e Neo Química, até migrar para a Galderma. Lá, passou cinco anos até ir para a Merz Aesthetics, empresa global de medicina estética, como diretora de marketing do Brasil. Logo assumiu a diretoria para a América Latina e, em janeiro de 2020, se tornou country manager da empresa no Brasil.

Assim como o pai, Pacini tenta equilibrar seu tempo entre a família e o trabalho, mas não pretende ser perfeita. "É uma utopia pensar que vamos encontrar esse equilíbrio. O importante é não deixar sempre os mesmos pratinhos caírem", pontua em entrevista a Stela Campos, editora de Carreira do **Valor**, e Juliana Prado, da "CBN", no novo episódio do podcast CBN Professional, uma parceria do **Valor** com a rádio "CBN". "É primordial estarmos bem com nós mesmos, porque quando entendemos isso, tudo flui melhor."

Um dos "pratinhos" que a executiva tem nas mãos são os grupos de mulheres dos quais participa, entre eles o "Líder She", de lideranças femininas na indústria farmacêutica. Segundo ela, é preciso ter disciplina e organização para manter os grupos vivos. "É muito importante que as mulheres façam isso, porque os homens têm muito mais facilidade em marcar um almoço, um happy hour, se encontrar, jogar futebol", nota. "Nosso papel é fomentar e fazer com que o 'mindset' das mulheres mude, para que coloquem esses encontros como algo muito importante, não só para elas, mas para a corporação também."

Pacini revela que passou pela síndrome de impostora ao assumir como CEO na Merz. "Eu tinha um pouco de desconforto e medo de assumir uma cadeira tão grande e de tanta responsabilidade. Teria que entender e organizar diversas áreas da empresa nas quais não tinha expertise. Me senti uma farsa em alguns momentos", relata.

A solução foi contar com a ajuda de um coach. "Durante esse processo, ficou muito claro para mim que eu estava insegura, mas que sim, eu era capaz", conta. "Isso mudou drasticamente a maneira como passei a encarar não só aquele desafio, mas todos os outros."

Um de seus principais desafios como CEO surgiu logo após assumir o cargo, com a chegada da pandemia. "Deixei totalmente de lado a parte técnica. Comecei, por exemplo, a mandar vídeos para as pessoas da minha casa. Eu estava com roupa normal, meus filhos passavam correndo pela casa. Então, elas foram vendo a minha realidade, que era a mesma que a delas. Isso trouxe uma aproximação incrível com a empresa toda", conta.


GABRIEL REIS/VALOR

"É utopia pensar que vamos encontrar esse equilíbrio [entre família e trabalho]. O importante é não deixar cair sempre os mesmos pratinhos" *Giovana Pacini*

Durante esse período, a executiva conseguiu dobrar o faturamento da Merz no Brasil. Um dos motivos foi o aumento significativo de procedimentos estéticos no meio da pandemia. "O espelho passou a ser o computador, porque passávamos oito, dez horas em reunião e ficávamos nos olhando. Foi o que a gente chamou de 'efeito Zoom', porque as pessoas começaram a se incomodar com o que estavam vendo", explica. "Hoje, continuamos colhendo os frutos de um trabalho que foi muito bem planejado, sustentável e que garante a base para manter o crescimento."

Além disso, Pacini vem se esforçando para mudar a percepção do público em relação ao mercado estético. "Há muitos anos, havia um tabu imenso. Esse mercado era considerado fútil. A mulher que procurava fazer um tratamento estético era julgada negativamente", lembra. "Hoje, há estudos que provam que os tratamentos estéticos melhoram uma parte emocional das pessoas, [é algo que] faz realmente com que elas se sintam e vivam melhor."

Para ouvir o episódio completo é só acessar o site da "CBN", as principais plataformas de streaming, como Spotify e Apple Podcasts, ou assistir pelo YouTube do **Valor** e da "CBN".

Remuneração anual de CEO pode chegar a R$ 67 milhões

Índice Ibovespa

Adriana Fonseca
Para o Valor, de São Paulo

Quinze milhões de reais é o valor médio da remuneração anual de um CEO de companhia de capital aberto no Brasil. Para membros de conselhos de administração desse mesmo grupo de empresas, os ganhos por ano ficam em R$ 1,7 milhão, em média. Enquanto a remuneração do CEO permaneceu praticamente igual em relação a 2023, quem atua nos "boards" viu seus ganhos subirem 1%. Quando se analisa apenas o presidente do conselho ("chair"), a remuneração média subiu 13%.

Os dados, disponíveis em documentos públicos, foram compilados no estudo Liderança Empresarial 2024, da Vila Nova Partners, especializada em recrutamento executivo para alta liderança e conselhos, e obtido com exclusividade pelo **Valor**. O mapeamento analisou 83 empresas com ações listadas no índice Ibovespa da B3.

Vale ressaltar que esses são valores médios, e há uma grande variação nas remunerações quando se analisa cada empresa separadamente. O ganho anual de um conselheiro pode ir de R$ 14 mil a R$ 57 milhões. Entre os CEOs também há grande variação, inclusive dentro de um mesmo setor. As maiores remunerações estão em saúde e serviços financeiros, chegando a R$ 67 milhões por ano.

O estudo calculou, ainda, o múltiplo da remuneração do CEO, que é a proporção entre a remuneração recebida pelo executivo que ocupa o cargo mais alto na empresa em relação à remuneração recebida pelos demais membros da diretoria estatutária. Em média, o valor de remuneração dos CEOs é cerca de 2,8 vezes o valor da remuneração paga aos demais membros da diretoria — em 2023 era 2,9. Sendo assim, enquanto o presidente de uma empresa do setor de consumo e varejo ganha, em média, R$ 1,4 milhão por mês, um membro da diretoria recebe R$ 515 mil mensais. Entre os conselheiros, o múltiplo de remuneração do "chair" é de 4,8 em relação aos demais membros do "board".

A análise da Vila Nova Partners mostra, ainda, que houve poucas mudanças — ou quase nenhuma — em relação à composição dos conselhos de administração. Homens continuam sendo ampla maioria nos assentos, com as mulheres ocupando 19,6% das cadeiras — praticamente a mesma porcentagem de 2023 (19,4%). Superam essa média os setores de tecnologia, mídia e comunicações — com as mulheres representando 30,6% dos assentos —; serviços, educação e governo (25%); consumo e varejo (25%); e serviços financeiros (21,1%). Entre todos os conselhos analisados, 9,6% não têm mulheres entre os membros.

Fernando Carneiro, sócio da Vila Nova Partners e um dos responsáveis pelo estudo, observa que as pautas de diversidade e sustentabilidade caíram de prioridade nas reuniões de conselhos. "Na Vila Nova, um terço dos 'placements' são mulheres, mas de fato percebemos que a pauta perdeu um pouco de espaço", comenta o executivo, que participa de conselhos há mais de duas décadas e é membro do WCD Brasil — Women Corporate Directors, uma fundação dedicada ao fomento da diversidade de gênero em conselhos de administração.

No posto de CEO, são quatro mulheres apenas, ou 5% do total: Tarciana Medeiros, no Banco do Brasil; Jeane Tsutsui, no Fleury; Cristina Betts, na Iguatemi Shopping Center; e Magda Chambriard, na Petrobras.

4
mulheres CEOs nas companhias listadas

Ainda nos conselhos de administração, 84% se autodeclararam brancos (eram 88% em 2023); 3%, pardos (2% em 2023); 1%, amarelos (se manteve); 1%, pretos (se manteve); e 11% preferiram não responder. A idade média dos membros dos "boards" é de 59,3 anos — era 58,4 no ano passado. A análise mostra que 61% dos conselheiros têm entre 50 e 69 anos, 16% têm entre 70 e 79 anos e somente 2% têm entre 30 e 39 anos. "Os conselhos estão ficando 'mais velhos', e não só no Brasil, um reflexo do aumento da longevidade", comenta Carneiro. Trata-se de uma função, ele diz, onde a experiência é valorizada.

No recorte dos CEOs, 45% têm entre 50 e 59 anos; 27% têm entre 40 e 49 anos; e 23%, entre 60 e 69 anos — sendo a idade média 54,8 anos.

Em média, os conselhos realizam 16,5 reuniões por ano — um número alto, se comparado a empresas nos Estados Unidos e Europa, pontua Carneiro. Ele comenta que, por padrão, no Brasil há uma reunião por mês — contra uma por bimestre nos Estados Unidos e Europa — mais as extraordinárias. Tecnologia, mídia e comunicações (19,8 reuniões por ano) e saúde (19) são os segmentos com mais encontros.

Em 2024, os conselhos estão ligeiramente menores (3%). Em 2023 eram 801 posições. Este ano, 775. Sendo assim, o conselho médio tem 9,3 integrantes e 48% das posições são ocupadas por membros independentes. Considerando apenas os independentes, as mulheres representam 26% do total.

Em relação à formação acadêmica, engenharia é a mais comum entre os conselheiros, seguida por administração de empresas, economia e direito. Esse grupo representa 82% do total. Nesse aspecto, Carneiro comenta que uma diversidade maior na composição seria importante, principalmente com a presença de alguém especialista em pessoas. "É cada vez mais importante ter conselheiros e conselheiras representando experiência em RH [recursos humanos], mas ainda tem muito pouco."

No recorte dos CEOs, o cenário é bastante parecido. Engenharia é a formação de 46% dos presidentes, em seguida aparecem administração de empresas (31%) e economia (13%). O estudo mostra, ainda, que 61% dos CEOs foram promovidos internamente; 46% estão de 1 a 5 anos no cargo atual; e 42% têm experiência internacional.

Organizações mentalmente doentes podem causar grandes danos

Banda Executiva



Marcelo Cardoso

A cada nova edição dos jogos olímpicos vemos reaparecer com mais força o tema da saúde mental e do equilíbrio psicoemocional nos desafios esportivos. Atletas de elite como Simone Biles, Rebeca Andrade e Rayssa Leal ressaltaram o papel da terapia em suas preparações, reforçando que os desempenhos físico, emocional e mental estão interligados.

Considero muito positiva essa exposição pública para a importância dos cuidados psicológicos para a vida e carreira. Especialmente em um país como o Brasil, que bate recordes de distúrbios da mente, qualquer publicidade que inspire as pessoas a buscarem ajuda e cuidados especializados é algo para se comemorar.

Creio que a pandemia foi um divisor de águas que colocou em evidência a crise de saúde mental, que tem crescido de forma alarmante em casos de estresse, depressão, ansiedade, esgotamento, compulsões por substâncias ou por jogos de azar. O tema ganhou força tanto na sociedade como na agenda das organizações.

Vemos proliferar iniciativas como campanhas de conscientização, o uso de aplicativos de meditação e outros benefícios do tipo. Se há 50 anos atrás houve uma espécie de revolução em favor da saúde organizacional, com a ergonomia e prevenção de acidentes, que efetivamente reduziu drasticamente a mortalidade e afastamentos por invalidez nas organizações, temos que incentivar a intenção em favor da saúde mental que está surgindo no mundo do trabalho.

Porém, a saúde física é relativamente mais simples de se tratar do que a saúde mental, que envolve nuances e complexidades, com grande variedade de aspectos sistêmicos, que colocam em xeque o próprio modus operandi das organizações e a mentalidade que sustenta os seus mecanismos de incentivo.

Como dizia o pensador J. Krishnamurti, "não é sinal de saúde estar bem adaptado a uma sociedade doente", e isso vale para as organizações também. Se as organizações não se perguntarem em que medida elas próprias são mentalmente doentes, irão tratar estes temas delicados com leviandade, o que pode tornar as suas iniciativas ineficazes, ou pior, causar ainda mais danos.

Em primeiro lugar, as organizações deveriam se perguntar por que seus ambientes estão produzindo doenças e desequilíbrios psicoemocionais ao invés de satisfação e qualidade de vida. Sendo o trabalho e o exercício do propósito algo inerente e vital para as pessoas, algo de muito errado acontece quando nos organizamos em uma estrutura formal, transformando pessoas em "engrenagens". Temos visto organizações causando externalidades não somente ambientais, mas também sociais e psicológicas. As crises das mudanças climáticas, de saúde mental e de desigualdade social andam juntas e se interconectam, com o patrocínio das empresas.

Além do aspecto informativo e preventivo, as iniciativas de promoção de saúde mental deveriam ter uma abordagem integral, que considere a inteligência emocional e autorregulação; a qualidade de sono, alimentação e descanso; as práticas meditativas; a questão do pertencimento, solidão e a segurança psicológica; a promoção da vida com significado; e o endereçamento responsável das questões terapêuticas, como é o caso de traumas. Essencial também considerar a qualidade dos ambientes de trabalho, e o papel do estresse financeiro, que envolve a revisão de remuneração e os mecanismos de incentivo predatórios, como as bonificações por metas individuais.

Sobretudo, as organizações devem fazer tudo isso com muito respeito à dignidade humana e intenção genuína de promover bem-estar e impacto positivo em primeiro lugar. Ninguém se beneficia e se engaja quando fica evidente que estão lhe oferecendo alguma "solução" para mascarar alguma forma de abuso financeiro, moral e psíquico.

Acredito que somente teremos alguma chance de prosperar verdadeiramente como sociedade quando a saúde mental e o desenvolvimento psicoemocional forem levados a sério. Deveria ser tema central na saúde pública e objetivo real de impacto para as organizações.

Marcelo Cardoso é fundador da consultoria Chie e presidente do Instituto Integral Brasil

Varejo Fundo da MAM não informa quem é novo dono alegando sigilo; Justiça questiona ‘segredo’

Controle do Dia vira foco de discordâncias

Adriana Mattos
De São Paulo

Divergências em relação ao controle da rede de supermercados Dia não avançaram em primeira instância e agora, a questão precisará ser definida em tribunal de segundo grau. O fundo de participações gerido pela MAM Asset, gestora que faz parte do Banco Master, se negou a apresentar ao juiz da recuperação judicial o nome do novo controlador da varejista.

O investidor é cotista do Lyra II Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, que anunciou, no fim de maio, a compra da rede do grupo espanhol.

Segundo informações arquivadas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), há apenas um cotista no Lyra II FIP.

Na resposta ao pedido das informações da Justiça, o fundo diz que seu dever é proteger o sigilo das informações pessoais de seus investidores, sob pena de serem responsabilizados. E não há previsão na lei 11.101/2005, que trata de falências e recuperação judicial, que o obrigue a abrir a informação.

A Justiça, por sua vez, diz nos autos que há uma relação entre “transparência versus segredo na identificação do investidor-adquirente”. E que se essa estratégia for aceita, isso bastará para que acionistas constituam fundo para contornar “deveres básicos legalmente exigíveis” de ex-controladores. Frente à divergência, a questão foi parar em segunda instância, onde deve ser julgada, ainda sem prazo.

É possível que a assembleia de credores ocorra, em 12 setembro, sem se saber o nome do controlador direto. Os maiores credores da rede são, nesta ordem: Ambev, JBS, Coca, Nestlé, Jussara, Unilever, Modelez e BRF. As dívidas concursais da rede somam R$ 1,1 bilhão.

Inicialmente, o Lyra II FIP informou nos autos ser o novo controlador do Dia, e o veículo, por sua vez, é controlado pelo Lyra Fundo de Investimento Financeiro Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior.

Na visão da gestora, essa informação esclarece a questão, e ela se respalda na Lei Complementar 105/2001, que define que instituições financeiras conservarão sigilo de investidores em suas operações e serviços prestados. “Todos os documentos relativos à administração e à gestão foram devidamente apresentados”, diz nos autos.

Para o juiz Amorim, no entanto, “não impressiona o argumento de sigilo bancário”. Ele diz ainda que essa garantia de sigilo “é substancialmente mitigada em processos de recuperação judicial, em que até os sócios e administradores do empresário coletivo têm de revelar seus bens particulares”.

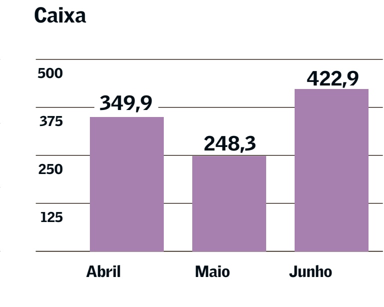
No entendimento do juiz, ao se impetrar uma recuperação, o devedor se submete voluntariamente a um regime com fiscalização dos seus atos. E tem a obrigação jurídico-legal de exibir todos os documentos e informações necessários à concretização do ideal de transparência ou “full disclosure”.

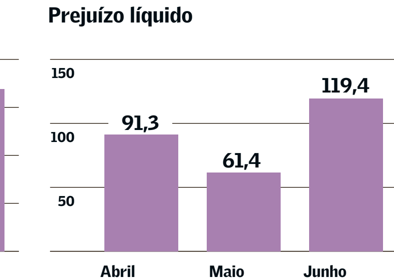
> “Constituição de fundo contorna deveres básicos exigíveis”
> *Juiz Jomar Amorim*

Desempenho da rede após recuperação judicial
Perda mensal cresce, após pedido na Justiça, em milhões de R$

Receita operacional

Mês	Receita operacional
Abril	197,3
Maio	132,1
Junho	127,7





Fonte: Relatório mensal do administrador judicial Expertisemais Serviços Contábeis e Administrativos

Por conta disso, Amorim negou embargos do fundo em julho. E afirmou que, antes de determinar alguma medida mais coercitiva, como a quebra de sigilo, pediu que a gestora cumprisse a determinação de forma voluntária em 15 dias. Esse período terminou na metade de agosto.

Neste mês, já após o fim do prazo, o próprio juiz, no entanto, concedeu efeito suspensivo da decisão de apresentar a informação. Ainda determinou que os dados não fossem divulgados até julgamento colegiado do recurso interposto pelo fundo, em segunda instância. O juiz não dá mais detalhes sobre a decisão.

Sobre as discordâncias entre Justiça e fundo, a empresa informa que não irá comentar sobre o processo de recuperação judicial, “que segue rigorosamente os trâmites legais”. Procurada, a MAM volta a reforçar que tem o dever de cumprir a lei e a regulamentação da CVM sobre sigilo fiscal, e que não há dúvida sobre esse entendimento, mas seguirá o que o Judiciário determinar.

O **Valor** apurou que a decisão da gestora causou divergências dentro da própria rede Dia.

O ex-CEO, Sébastien Durchon, demitido pela MAM semanas atrás para a entrada de outro executivo no cargo, era contra a decisão de enviar apenas o nome do FIP como resposta ao pedido judicial, mas a gestora determinou o envio desta forma.

Nos documentos enviados, são representantes do Lyra II, Rafael Fornari, chefe de investimentos da MAM, e Pedro Racioppi Junior, analista de investimentos sênior da MAM. Além deles, João Paulo de Carvalho, ex-Master e sócio da Vega Asset, conhecido no mercado como “JPC”, teria participado de decisões estratégicas da empresa.

Para pessoas próximas, Carvalho garante que apenas assessorou a venda da rede de supermercados por meio da CK Partners, outra empresa ligada à ele.

Na época do anúncio da venda da rede, no fim de maio, também surgiram informações no mercado de que o investidor Nelson Tanure seria o cotista do fundo. Interlocutores próximos ao empresário negam o seu envolvimento. O Banco Master já informou que não tem qualquer ligação com o Dia.

Enquanto questões jurídicas permanecem em suspenso, a operação sente a fase de transição, até possível aprovação do plano de recuperação judicial, ainda não votado. A assembleia de credores está prevista para 12 de setembro, na primeira convocação, e 26 de setembro, numa segunda convocação, se necessário.

Em relatório mensal de resultados, publicado no dia 20, a administradora judicial do caso, Expetisemais, chama a atenção para a ruptura de estoques, que “permanece como um dos principais desafios para o Dia”.

> Fotos anexadas ao relatório mostram prateleiras vazias de carnes, leites e chocolates

Ela afirma que, nas visitas às lojas, em julho, viu problemas de meses anteriores, como a falta de variedade de marcas e baixo abastecimento das lojas. Diz que apesar de avanços no fornecimento, a negociação com fabricantes “ainda é um grande obstáculo a ser superado, pois compromete a margem”.

Em razão de atrasos de pagamento, e pelo fato de ainda não ter um plano de recuperação debatido e aprovado, as indústrias relutam em continuar a fornecer para o grupo nas condições anteriores à crise, diz ela. Nas fotos anexas ao relatório, há prateleiras vazias de carnes, chocolates, cervejas e leites.

Para a equipe da administradora, liderada por Eliza Fazan, “há dificuldade de levar o cliente às lojas”, e o faturamento está abaixo do projetado pela gestão.

Há a expectativa de que com a homologação do plano, a situação seja normalizada, diz ela. No momento, após a saída do CEO anterior, o presidente interino é o diretor financeiro, Fabio Farina.

Procurada, a empresa informa que, atualmente possui o seu menor índice de ruptura em 24 meses, com as suas 244 lojas “completamente abastecidas”, e um faturamento mensal estável em R$ 160 milhões, “muito próximo de seu ponto de equilíbrio”.

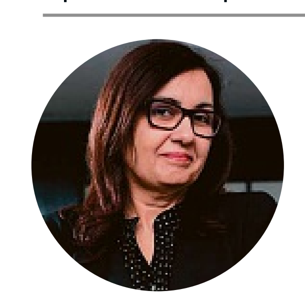
Para a administradora, mesmo com o enxugamento da operação, o nível de custos e despesas tem se mantido em patamares “incompatíveis” com o atual nível da operação, prejudicando o resultado. O melhor indicador é o caixa, em mais de R$ 420 milhões, após capitalização de ex-controladores na rede acertada antes da venda.



COMO SUPERAR A SÍNDROME DE IMPOSTORA

GIOVANA PACINI
CEO da Merz Aesthetics Brasil

Apresentado por:

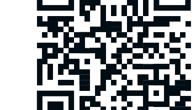



STELA CAMPOS
VALOR ECONÔMICO



JULIANA PRADO
CBN

ACESSE AGORA no site ou nas principais plataformas de streaming.
cbn.globo.com/professional



Novos episódios toda segunda-feira, às 9h

PARCERIA Valor Econômico

INÊS 249

Alimentos Disparada na cotação da commodity pode influenciar custo até dos ovos de Páscoa de 2025

Alta do cacau vai puxar preço dos chocolates

Helena Benfica e Paulo Santos
De São Paulo

Os fabricantes de chocolate esperam um segundo semestre mais desafiador devido ao aumento de custos relacionados ao cacau, que enfrenta uma das maiores crises de oferta das últimas décadas. Em resposta, o preço do chocolate, que no Brasil já acumula alta de até 18% entre janeiro do ano passado e maio deste ano, segundo a empresa de pesquisa de mercado Kantar, deve sofrer novos aumentos.

"Veremos o preço da commodity continuar subindo. E, nesse caso, ajustaremos os preços", disse Ana Manz, diretora financeira da Nestlé, em teleconferência com analistas. A companhia, que se beneficiou de preços mais favoráveis nos primeiros meses do ano devido a estratégias de proteção (hedge, em inglês), não vê esse cenário se repetir daqui em diante, e espera margens menores na segunda metade do ano.

Segundo projeções da Organização Internacional do Cacau (ICCO, na sigla em inglês), a demanda mundial pelo produto deve superar a oferta em 439 mil toneladas na safra 2023/24 (de outubro de 2023 a setembro de 2024), a terceira temporada consecutiva com déficit na produção global.

Como resultado dessa crise na oferta mundial da principal matéria-prima do chocolate, os preços alcançaram patamares recordes na bolsa de Nova York. Em abril, a tonelada do cacau alcançou pela primeira vez o valor de US$ 11.878. Nos últimos 12 meses encerrados em julho, a valorização da commodity no mercado internacional chega a 121%, segundo cálculos do **Valor Data**.

ANA LEE/DIVULGAÇÃO



Em abril, a tonelada do cacau alcançou pela primeira vez o valor de US$ 11.878

Em nota, a Nestlé diz que "tem o compromisso de adotar ações mitigadoras para ajustar preços com responsabilidade e apenas quando necessário". A companhia também reforça sua aposta na expansão do Nestlé Cocoa Plan no Brasil, programa de sustentabilidade de cacau criado em 2009 que reúne mais de 6,5 mil fornecedores em nove Estados.

Um dos principais desafios da indústria será equilibrar o aumento de preços com a manutenção do volume de vendas. A Mondelez, dona das marcas Lacta e Oreo, diz que vai "proteger pontos de preço críticos e limiares-chave, enquanto utilizamos da gestão de receita para implementar mais preço nos segmentos e ocasiões de consumo menos elásticos", afirmou o diretor-financeiro, Luca Zaramella, em teleconferência.

"Temos desenvolvido alternativas para continuar oferecendo ao consumidor produtos em diferentes formatos, seja para consumo individual, em pequenas porções, até embalagens promocionais e tamanho família", disse a Mondelez, em nota. Essa tem sido uma estratégia comum a outras empresas do setor para tentar reduzir os repasses. A companhia afirma que está concentrando seus esforços em "promover iniciativas que alavanquem a produção brasileira e estimulem, ainda mais, que os produtores tenham acesso à pesquisa e às boas práticas agrícolas".

Apesar do cenário inflacionário, o consumo de chocolate pelos brasileiros não sofreu impacto significativo até o momento. O produto cresceu 15,5% em volume de janeiro a maio deste ano, em relação ao mesmo período do ano passado, segundo levantamento da Kantar. A categoria foi a única a avançar por meio do aumento de consumo na cesta de indulgência, que considera tabletes, bombons, caixas/pacotes, snacks, candy bars e confeitos.

"Os consumidores e a economia brasileira continuam resilientes", disse Dirk Van de Put, CEO da Mondelez, a analistas. Por outro lado, o executivo pontua que está havendo um aumento gradual nas elasticidades no Brasil, o que significa que a demanda dos consumidores está se tornando mais sensível às mudanças de preço e que a manutenção desse cenário não está garantida.

121%
foi a alta no preço do cacau em 12 meses

O chocolate compete com outros produtos nas compras do mês. Na medida em que os preços sobem, "o consumidor tende a racionalizar mais a escolha", afirma Matheus Macedo, gerente de novos negócios da Kantar.

Para suavizar os repasses, "as empresas vão ter de pensar em alternativas que utilizem o cacau em menor quantidade", sugere Macedo. Isso inclui produtos como waffers, que trazem o biscoito junto com o chocolate, bombons ou até snacks de castanhas cobertas com chocolate.

Essa lógica também já está valendo para a Páscoa de 2025, tendo em vista que o produto mais tradicional da festividade, os ovos, são basicamente chocolate e que as compras de cacau para o período serão feitas nesse contexto de preços elevados.

Em abril deste ano, por exemplo, as vendas cresceram 15% puxadas, principalmente, por caixas de bombom (45,3%) e barras (22,5%), segundo a Kantar. Os ovos, por sua vez, representaram apenas 12,6% do volume de mercado. "O grande ponto de atenção é equilibrar a cesta de indulgência dentro dessa elasticidade de preços", diz Macedo.

Essa estratégia se torna ainda mais relevante se considerada que a situação de abastecimento de cacau no Brasil é crítica, segundo produtores e consultores de mercado, que afirmam não haver matéria-prima suficiente para atender às indústrias.

O setor reconhece a dificuldade de encontrar matéria-prima no mercado, mas isso ainda não é um impeditivo para a operação de grandes processadoras de cacau no país, como a Cargill e a Barry Callebout, por exemplo. É o que afirma Anna Paula Losi, presidente-executiva da Associação Nacional das Indústrias Processadoras de Cacau (AIPC).

"Até o momento, nenhuma empresa [associada à AIPC] reportou falta de produto e que pode parar [as operações]. Isso não existe ainda. Não estou dizendo que não tenha risco, mas a escassez de cacau vai ficar rondando o setor até que tenhamos volumes mais tranquilos na safra", afirma Losi.

Dados da associação mostram que no primeiro semestre de 2024 houve queda de 37,4% no volume recebido de amêndoas nacionais pela indústria processadora de cacau. Foram 58,3 mil toneladas recebidas no período, em comparação com as 93,3 mil toneladas nos seis primeiros meses de 2023.

"Tivemos recuo no recebimento devido à falta de produto. Para o segundo semestre o número também pode ser negativo pela expectativa de queda na demanda nos próximos meses, já que o déficit reflete em preços mais altos no mercado externo e interno", detalha.

Ela lembra que a produção brasileira foi prejudicada por perdas na safra de cacau temporã, geralmente colhida entre abril e agosto. O clima adverso e a presença de pragas, especialmente em lavouras da Bahia, minou o potencial de produção do fruto.

'Multifamily' deve crescer 31% em um ano

Imóveis

Ana Luiza Tieghi
De São Paulo

Pesquisa inédita da consultoria imobiliária SiiLA aponta que o mercado de locação residencial para renda, chamado de "multifamily", deve crescer 31,5% em número de unidades até agosto de 2025. O setor já reúne 9,2 mil apartamentos no país, dos quais 30% foram entregues nos últimos 12 meses. Mais 2,9 mil unidades ficarão disponíveis em até um ano. Há ainda outras 2,6 mil em projeto.

O diferencial do multifamily para a locação tradicional de residências é que são investidores institucionais que compram prédios inteiros para alugar. Os aluguéis podem ir diretamente para a empresa que comprou o prédio, e que gere o empreendimento, ou para um fundo de investimento imobiliário (FII).

O mercado ainda é concentrado no Estado de São Paulo, com 89% das unidades em operação. "São Paulo é o maior tubo de ensaio para qualquer tese, mas aprendemos que a demanda existe para qualquer cidade do Brasil", afirma Giancarlo Nicastro, CEO da SiiLA.

A taxa de vacância do segmento multifamily foi de 21,26% no segundo trimestre, seguindo a taxa de São Paulo, de 21,4%. Outros Estados que também têm estoque desse tipo de projeto, como Minas Gerais e Rio Grande do Sul, estão com 5,9% e 6% de vacância.

Para Nicastro, a média nacional é alta. Uma vacância "interessante" para o mercado é abaixo de 12%. "Houve acúmulo de entregas e o mercado demora para absorver, mas a tendência é que diminua rapidamente", diz.

Já faz alguns anos que os primeiros investimentos nesse setor começaram a aparecer, mas concorrer com um mercado difuso de locação, composto por pequenos proprietários e milhares de imobiliárias, não é simples.

Quem investe em "multifamily" mira no mercado americano, onde o segmento é o maior dentro dos FIIs. Por aqui, lembra Nicastro, esse tipo de FII ainda não tem 1% de participação.

Entre os maiores detentores de unidades "multifamily" estão negócios abastecidos por capital estrangeiro, como a canadense Brookfield. A empresa anunciou nesta semana a compra de cinco prédios da Planta Inc, que reforma edifícios antigos. Também compra prédios da Luggo, empresa da MRV&Co especializada em construir ativos "multifamily".

A Brookfield tem 1,8 mil unidades em operação e outras 3,2 mil em desenvolvimento, conta André Lucarelli, vice-presidente sênior de investimentos em real estate.

Outra empresa do setor, a Vila 11 tem o fundo americano Evergreen como parceiro. Há ainda a marca Ayra, cujos projetos têm recursos do Canada Pension Plan Investment Board (CPPIB) e gerenciamento da americana Greystar.

Entre os investidores nacionais com mais peso está a JFL Living, empresa de Jorge Felipe Lemann, e a incorporadora Vitacon, que tem uma empresa-irmã, a Housi, para gerenciar unidades para locação.

A taxa de juros alta inibe o desenvolvimento nacional desse tipo de ativo, porque é mais desafiador bater a rentabilidade da renda fixa. No aluguel residencial, a taxa média de rentabilidade está em 5,96% ao ano, segundo o índice FipeZap de julho. Negócios abastecidos por capital estrangeiro lidam melhor com essa perspectiva, e entram com "paciência" para aguardar uma virada dos juros.

Para Nicastro, investidores brasileiros estão esperando ter mais certeza sobre a taxa de retorno desse tipo de ativo antes de elevar investimentos na área. "Temos convicção de que vai pegar aqui, não é uma aposta", diz Lucarelli.

O "multifamily" é mais caro que o aluguel tradicional. O valor médio do metro quadrado para locação, segundo a pesquisa da SiiLA, é de R$ 169,03 — um imóvel de 50 m² custaria R$ 8.450 ao mês. Como comparação, o índice FipeZap de julho encontrou um valor médio de R$ 55,96/m² para a locação em São Paulo, que reúne a maior parte do portfólio de "multifamily".

Os ativos encontrados pela SiiLA são 29% de classe A, 37% de B e 34% de C. Segundo Nicastro, o maior potencial está nas classes B e C, cujos aluguéis vão de R$ 75 a R$ 150 por metro quadrado.

Lucarelli afirma que a Brookfield tem conseguido subir seus aluguéis além do previsto e cobrar até 30% mais do que a locação tradicional. As unidades em operação são principalmente para a classe B, com aluguel de R$ 2 mil a R$ 3 mil, mas já foram comprados prédios de classe A. "Vamos focar em alguns bairros de São Paulo, talvez tenhamos algo no Rio ou outra capital, mas o foco é classe B".

Para convencer o locatário a gastar mais, os ativos "multifamily" dispensam fiadores, têm contratos mais flexíveis do que os 30 meses de um aluguel típico e possuem gestão "profissional" do prédio, com oferta de serviços, por exemplo. As áreas comuns também são caprichadas. Segundo a pesquisa da SiiLA, 65% dos ativos têm piscina e 96% lavanderia compartilhada. Cozinhas compartilhadas estão presentes em 42% dos prédios, 92% têm sala de coworking e em 87% é possível alugar bicicletas.

Os imóveis também são mobiliados ou têm ao menos armários, geladeira e fogão. "Atende muito a divorciados e famílias em formação", diz Nicastro.

ROGERIO VIEIRA/VALOR



"São Paulo é o maior tubo de ensaio para qualquer tese"
Giancarlo Nicastro

Unidades pequenas são mais comuns. De acordo com a pesquisa, 37% têm menos de 30 m² e 47% têm entre 30 e 50 m², para evitar um custo final alto demais. "Se vou pagar R$ 10 mil de aluguel, pago uma parcela de financiamento, a cabeça ainda é essa", diz Nicastro.

EDITORA GLOBO S.A.
CNPJ 04.067.191/0001-60 – NIRE 33.3.0032640-5

Convocação - Ficam convocados os Srs. Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária na sede social desta Companhia, na Rua Marques de Pombal, 25 sala 201, Centro, cidade e estado do Rio de Janeiro ("Companhia"), CEP: 20230-240, às 10h, do dia 04 de setembro de 2024, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) o resgate automático da totalidade das Ações Ordinárias Classe B da companhia, nos termos do Art. 44 da Lei 6.404/64 e da Cláusula 4.3 do Estatuto Social da Companhia; (ii) alteração da Cláusula 4 do Estatuto Social da Companhia; e (iii) a consolidação do Estatuto Social da Companhia. Rio de Janeiro, 26 de agosto de 2024. Ass.: Diretoria.



Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN
CNPJ/MF nº 08.324.196/0001-81 | NIRE 24.300.000.502
COMPANHIA ABERTA - CVM nº 01813-9

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 16 DE SETEMBRO DE 2024

Ficam convocados os Senhores Acionistas da Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") a ser realizada em 16 de setembro de 2024 às 15:00 horas, sob a forma exclusivamente presencial na sede social da Companhia, localizada na Rua Mermoz, 150, Cidade Alta, Natal, Rio Grande do Norte, nos termos da Lei nº 6.404/76, nos termos da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"), para deliberar sobre a seguinte matéria constante da Ordem do Dia: (i) Resgate e cancelamento das ações de emissão da Companhia que remanesceram em circulação no mercado após o leilão da OPA para Conversão de Registro de Categoria A para Categoria B da Companhia realizado em 21 de agosto de 2024, pelo mesmo preço por ação pago no âmbito da OPA, ajustado pela Taxa SELIC acumulada, pro rata basis, desde a data de liquidação do leilão da OPA até a data do efetivo pagamento do preço do resgate, nos termos do art. 4º, § 5º, da Lei da S.A.; e (ii) Autorização à administração da Companhia para praticar todos os atos necessários à efetivação e implementação da deliberação do item (i) da ordem do dia. **Informações Gerais:** Os Acionistas poderão participar da AGE por si ou, se for o caso, por seus representantes legais ou procuradores. Todas as informações detalhadas sobre as regras e procedimentos para participação na AGE constam do respectivo Manual de Participação e da Proposta da Administração divulgados nesta data e disponível nos websites da Companhia (www.ri.neoenergia.com), da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br). Natal, 24 de agosto de 2024. Ana Teresa Lafuente González - **Presidente do Conselho de Administração**.

Curta

Elera assina com Corsan

A empresa de saneamento Corsan, controlada pela Aegea, se juntou com a Elera, empresa do grupo canadense Brookfield, e migrou para o segmento de autoprodução de energia. Neste modelo de negócios, o consumidor passa a deter uma participação acionária em uma usina e recebe outorga para produzir energia elétrica destinada a seu uso exclusivo. O contrato de autoprodução por arrendamento tem duração de 15 anos e prevê que a Corsan detenha 144 megawatts (MW) de capacidade do Complexo Solar Janaúba. Neste contrato, a Elera é remunerada pelo aluguel de duas Sociedades de Propósito Específico (SPEs). Atualmente, o complexo é o maior da América Latina, com capacidade instalada total de 1,2 GWp, que deverá crescer para 1,6 GWp em 2025, com a expansão para 27 SPEs. A Corsan é responsável por prestar serviços de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário em 317 dos 497 municípios do Rio Grande do Sul e usa energia renovável para reduzir suas emissões. Só no segmento de saneamento, no último ano, a Elera firmou contratos com outras três empresas: a Iguá, para 50 MW de capacidade entre 2024 a 2038; Águas do Rio, para 100 MW entre 2024 a 2038; e com a BRK, entre 2025 e 2039.

Agenda Tributária

Mês de Agosto de 2024

Data de vencimento: data em que se encerra o prazo legal para pagamento dos tributos administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

Data de Vencimento	Tributos	Código Darf*/GPS**	Período de Apuração do Fato Gerador (FG)
Diária	Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)		
	Rendimentos do Trabalho		
	Tributação exclusiva sobre remuneração indireta	2063*	FG ocorrido no mesmo dia
	Rendimentos de Residentes ou Domiciliados no Exterior		
	Royalties e Assistência Técnica - Residentes no Exterior	0422*	FG ocorrido no mesmo dia
	Renda e proventos de qualquer natureza	0473*	"
	Juros e Comissões em Geral - Residentes no Exterior	0481*	"
	Obras Audiovisuais, Cinematográficas e Videofônicas (L8685/93) - Residentes no Exterior	5192*	"
	Aplicações financeiras - Recolhimento na data da remessa	5286*	"
	Fretes internacionais - Residentes no Exterior	9412*	"
	Remuneração de direitos	9427*	"
	Previdência privada e Fapi	9466*	"
	Aluguel e arrendamento	9478*	"
	Outros Rendimentos		
	Pagamento a beneficiário não identificado	5217*	FG ocorrido no mesmo dia
Diária	Imposto sobre a Exportação (IE)	0107*	Exportação, cujo registro da declaração para despacho aduaneiro tenha se verificado 15 dias antes.
Diária	Cide - Combustíveis - Importação - Lei nº 10.336/01		
	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação de petróleo e seus derivados, gás natural, exceto sob a forma liquefeita, e seus derivados, e álcool etílico combustível.	9438*	Importação, cujo registro da declaração tenha se verificado no mesmo dia.
Diária	Contribuição para o PIS/Pasep		
	Importação de serviços (Lei nº 10.865/04)	5434*	FG ocorrido no mesmo dia
Diária	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)		
	Importação de serviços (Lei nº 10.865/04)	5442*	FG ocorrido no mesmo dia
Diário (até 2 dias úteis após a realização do evento)	Pagamento de parcelamento de clube de futebol - CNPJ - (5% da receita bruta destinada ao clube de futebol)	4316**	Data da realização do evento (2 dias úteis anteriores ao vencimento)
Até o 2º dia útil após a data do pagamento das remunerações dos servidores públicos	Contribuição do Plano de Seguridade Social Servidor Público (CPSS)		
	CPSS - Servidor Civil Licenciado/Afastado, sem remuneração	1684*	Julho/2024
26	Contribuição do Plano de Seguridade Social Servidor Público (CPSS)		
	CPSS - Servidor Civil Ativo	1661*	11 a 20/agosto/2024
	CPSS - Servidor Civil Inativo	1700*	"
	CPSS - Pensionista Civil	1717*	"
	CPSS - Patronal - Servidor Civil Ativo - Operação Intra-Orçamentária	1769*	"
	CPSS - Patronal - Servidor no Exterior - Operação Intra-Orçamentária	1814*	"
26	Contribuição do Plano de Seguridade Social Servidor Público (CPSS)		
	CPSS - Servidor Civil Ativo - Precatório Judicial e Requisição de Pequeno Valor	1723*	11 a 20/agosto/2024
	CPSS - Servidor Civil Inativo - Precatório Judicial e Requisição de Pequeno Valor	1730*	"
	CPSS - Pensionista - Precatório Judicial e Requisição de Pequeno Valor	1752*	"

Fonte: Secretaria da Receita Federal

Obs.: Em caso de feriados estaduais e municipais, os vencimentos deverão ser antecipados ou prorrogados de acordo com a legislação de regência

Siderurgia Grupo de Benjamin Steinbruch planeja investir R$ 23 bilhões até 2028 e segue avaliando potenciais M&As no país, incluindo a InterCement

CSN reitera plano de investimentos e eleva tom contra Ternium

Stella Fontes
De São Paulo

Dona de uma das maiores carteiras de investimento do setor no país nos últimos anos, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) segue com apetite por crescimento. Depois de comprar a Elizabeth Cimentos, a LafargeHolcim Brasil, hidrelétricas e a geradora gaúcha CEEE-G, além de anunciar aportes bilionários em suas operações de aço e minério, a companhia de Benjamin Steinbruch avalia oportunidades e mantém conversas com a Mover (ex-Camargo Corrêa) para potencial aquisição da InterCement, apesar do encerramento do período de exclusividade.

Com a conclusão, em 2023, de um ciclo de investimentos que chegou a quase R$ 20 bilhões em três anos, a CSN concretizou o plano de se tornar um conglomerado, com operações em aço, mineração, cimento, energia e logística. Apesar da alavancagem financeira elevada, hoje o principal ponto de atenção de investidores e agências de classificação de risco, a companhia reitera o pacote de desembolsos previsto para os próximos anos, com controle dos índices de alavancagem. Olhando até 2028, serão mais R$ 23 bilhões em desembolsos, iniciados a partir de 2023 e sem considerar potenciais aquisições, que continuam no radar, sobretudo no negócio de cimentos.

"Vamos fazer um M&A, desde que respeite nossos níveis de alavancagem. Estamos comprometidos com os credores e com o mercado. Vamos continuar perseguindo a desalavancagem", afirmou ao **Valor** o diretor de Finanças e Relações com Investidores da siderúrgica, Marco Rabello. Ao fim de junho, a alavancagem financeira da companhia, medida pela relação entre dívida líquida e Ebitda (sigla em inglês para resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização), estava em 3,36 vezes, frente a 3,13 vezes em março, pressionada sobretudo pela desvalorização cambial e apesar dos fortes resultados operacionais nos negócios na mineração e na siderurgia. A meta é levar esse índice para 2,5 vezes até o fim do ano.

Na semana passada, a S&P Global Ratings reduziu a perspectiva das notas de crédito da CSN, de estável para negativa, por causa da alavancagem elevada. A agência manteve a nota de crédito global em "BB", mas ponderou que a alavancagem financeira da companhia saltou nos últimos trimestres, diante das margens menores no negócio de aço, dos pesados investimentos e juros e remuneração aos acionistas.

Conforme Rabello, a melhora de resultados e a venda de uma fatia minoritária na CSN Mineração e de uma participação mais relevante na C-EEE, operações que devem ser concretizadas ainda em 2024, vão contribuir para a desalavancagem. A siderúrgica se associou à EDF na corrida pela privatização da elétrica gaúcha, mas pouco antes do leilão, os franceses desistiram do negócio. "A primeira ferramenta [para buscar a desalavancagem] é a melhora dos resultados. A CSN encerrou o segundo trimestre com excelência em termos de operação em mineração e cimento. Em siderurgia, fez investimentos pesados no ano passado e vai colher frutos no segundo semestre, com performance e redução de custos", disse.

> "Vamos fazer um M&A, desde que a operação respeite nossos níveis de alavancagem" *Marco Rabello*

A segunda fonte, acrescentou, serão as "operações estratégicas que podem fazer uma reciclagem de capital". "Vender uma fatia minoritária na mineração, e esperamos fazer isso ainda neste ano. E estamos perseguindo, ainda em 2024, a venda de uma parcela importante da C-EEE", reiterou. A venda das ações detidas na Usiminas também está no radar. No balanço, os papéis estão lançados na conta de aplicações, o que indica que o grupo vai de desfazer deles.

Além da esperada venda de ativos, a CSN está investindo cerca de R$ 8 bilhões na modernização em sua operação siderúrgica, especialmente na Usina Presidente Vargas, em Volta Redonda (RJ). Outros R$ 15,3 bilhões serão aportados na expansão da mina de Casa de Pedra, em Congonhas (MG), para ampliar a produção de minério de ferro. "A CSN vinha se preparando para esse crescimento e vislumbrou que precisava crescer também em outros segmentos. Então, entrou em cimentos e geração de energia, que assim como logística, têm muita sinergia com os demais negócios".

Os planos de investimento da CSN ganharam nova conotação, recentemente, como resposta à Ternium, que sofreu sua primeira derrota na disputa com em torno da Usiminas, um conflito que se arrasta há mais de uma década, e avisou que vai reavaliar sua estratégia para o país se o veredito for mantido. "A ameaça dessa empresa estrangeira de retirar investimentos do Brasil é inusitada, inaceitável e ofensiva à nação. Nós somos uma empresa 100% brasileira e não deixaremos de investir no Brasil", disse o presidente e chairman da CSN, Benjamin Steinbruch, em nota ao **Valor**.


ROGERIO VIEIRA/VALOR

Benjamin Steinbruch: Ameaça da Ternium de retirar investimentos do Brasil é "inusitada, inaceitável e ofensiva à nação"

Em operação consumada em 2012, a Ternium comprou fatia inicial de 27,7% da Usiminas, que pertencia a Votorantim e Camargo Corrêa e à Caixa dos Empregados da Usiminas, que estavam no bloco de controle da siderúrgica mineira junto com a Nippon Steel. Enquanto a Ternium defende que não houve troca de controle, a CSN alega que houve alteração de direitos políticos e, por isso, busca uma compensação de R$ 5 bilhões.

A disputa sofreu reviravolta em de junho, quando o Superior Tribunal de Justiça (STJ), depois de já haver decidido a favor da Ternium, acabou condenando o grupo ítalo-argentino a indenizar a CSN. Conforme informou ao **Valor** o CEO da Ternium, Máximo Vedoya, o grupo vai rever seus investimentos no país se o veredito for mantido, uma vez que estabelece um ambiente de insegurança jurídica. Até então, Justiça e Comissão de Valores Mobiliários (CVM) tiveram o mesmo entendimento do grupo ítalo-argentino, no qual não seria necessário estender a oferta de compra de ações da Usiminas para os demais acionistas (OPA), incluindo a CSN.

A CSN informou que não comentaria o processo, "respeitando o sigilo imposto pela Justiça", mas Steinbruch se posicionou. "Em respeito à sociedade brasileira, a companhia repudia qualquer tentativa de utilizar ameaças como mecanismo para pressionar o Judiciário, buscando impor interesses mercantis acima das leis nacionais".

Procurada, a Ternium disse que, desde 2014, "a CSN se nega a vender as ações do seu principal concorrente Usiminas, compradas de forma ilegal". "Essa postura contraria todas as regras de defesa da concorrência e prejudica a Usiminas". O grupo apontou que, "com mais 16 mil funcionários diretos no país e investimento de R$ 25 bilhões desde 2012, respeita o Judiciário do Brasil e vai continuar tomando as iniciativas para defender o marco regulatório brasileiro que só é necessário uma OPA quando há mudança de controle". "Reviravolta na jurisprudência que cria uma multa de R$ 5 bilhões para beneficiar a CSN, que permanece ilegalmente no capital da Usiminas, cria insegurança jurídica e tira investimento e desenvolvimento econômico do Brasil. No país desde 1947, o grupo Techint aposta que a Justiça irá prevalecer no final", acrescentou.

Samba embala segundo fim de semana do Rio Gastronomia

Entretenimento

Ana Carolina de Souza
O Globo, do Rio

Já foram dois de três! Neste domingo (25), encerrando seu penúltimo fim de semana, o Rio Gastronomia foi embalado pelo samba. E o grupo que animou a noite de domingo tinha tudo a ver com a pegada do festival gastronômico. No Palco Sesc, montado no Pião do Prado, no Jockey Club Brasileiro, na Gávea, o Cozinha Arrumada mostrou um repertório que passeou por nomes como Jorge Aragão e Arlindo Cruz. Essa receita, claro, deu samba! Tanto é que, mesmo no friozinho e debaixo da chuva que caía na cidade, o público não arredou o pé e fez questão de curtir até o último minuto.



BRUNO KAIUCA

"É muito legal o samba estar tendo esse espaço dentro da programação desse evento, que é importante para a cidade. A gente ficou feliz de ter sido convidado, e vemos que o gênero está bem representado. Quanto mais o samba tiver espaço, melhor pra gente", festejou João Pedro Borsoi, um dos integrantes da banda.

Como domingo tem tudo a ver com samba, é justamente ele que tem dado o tom nos encerramentos dos fins de semana de Rio Gastronomia. Ontem, além do Cozinha Arrumada, o evento contou com a presença de Marcos Sacramento, com o show "Samba do Sacramento", um oferecimento Sesc RJ. E em 1º de setembro, último dia do festival gastronômico, é a roda do SIBC que animará o público.

Até o próximo domingo, no entanto, ainda tem muita coisa para acontecer no Rio Gastronomia, que faz desta sua 14ª edição a maior de todas, com um total de 12 dias de atrações.

> Evento retorna na quinta-feira (29) para os últimos quatro dias com show de Maria Rita

Neste domingo, após a extensa programação do fim de semana, incluindo a aula que reuniu no Auditório Senac os chefs franceses Roland Villard, Frédéric Monnier, David Mansaud, Damien Montecer, Didier Labbé e Frédéric De Maeyer, o evento deu mais uma pausa.

Na próxima quinta-feira (29), o evento estará de volta para seus últimos quatro dias, quando receberá artistas como Maria Rita, Xande de Pilares, Mariana Aydar e a Grande Rio.

A programação nos auditórios no próximo fim de semana contará com aulas de Heaven Delhaye, Kátia Barbosa, Claude Troisgros, Rafa Costa e Silva, João Diamante, Carole Crema e Janaína Torres.

Realizado pelo jornal O Globo, o Rio Gastronomia 2024 tem apresentação do governo do Rio de Janeiro, Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa, Prefeitura do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Sesc RJ e Senac RJ.

> **12 dias** foi a duração do Rio Gastronomia nesta sua 14ª edição

O patrocínio master é do Santander, Naturgy, Claro e Light. E patrocínio de Stella Pure Gold, Maturatta, Refit 70 anos, BYD, Rio Jogos, Secretaria Municipal de Cultura e Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa (Sececrj) através de Lei Estadual de Incentivo à Cultura.

O evento ainda recebeu o poio da Secretaria de Estado de Turismo, Rede D'Or, Garrafaria, Chandon, Água Pouso Alto, Andorinha, Colégio pH, Prezunic, Coca-Cola, Matte Leão, Tron, Présidente e Planos de Saúde SulAmérica.

Há ainda a participação de Getnet, Arpo Gin, Granado, Musquée, Granfino, Frescatto, Três Corações, Quero Chuva, Aperol e Combrasil. A produção RKF; Shopping Oficial Rio Sul; Hotel Oficial Fairmont Rio; parceria do SindRio.

Metais e Petróleo

Comparativos de preços

Metais não-ferrosos - US$/ton. (1)	Cotações 23/08/24	Há uma semana	Fim de julho	2023	Há um ano	Var. até a última data indicada - em % Semana	Mês	Ano	12 meses	Cotação em 12 meses Menor	Maior
Alumínio high grade											
Disponível	2.499,0	2.293,5	2.252,0	2.335,5	2.129,0	8,96	10,97	7,00	17,38	2.082,5	2.695,0
Três meses	2.509,0	2.342,5	2.297,0	2.382,0	2.180,0	7,11	9,23	5,33	15,09	2.124,0	2.741,0
Alumínio secundário (liga)											
Disponível	2.461,0	2.478,0	2.527,0	1.550,0	1.450,0	-0,69	-2,61	58,77	69,72	1.482,0	2.755,0
Três meses	2.370,0	2.370,0	2.380,0	1.550,0	1.503,0	0,00	-0,42	52,90	57,68	1.535,0	2.560,0
Chumbo											
Disponível	2.086,0	1.975,0	2.024,0	2.031,0	2.190,0	5,62	3,06	2,71	-4,75	1.905,0	2.314,0
Três meses	2.104,0	2.015,0	2.060,0	2.068,0	2.178,0	4,42	2,14	1,74	-3,40	1.959,0	2.343,0
Cobre grade A											
Disponível	9.072,0	8.938,0	9.014,5	8.476,0	8.377,5	1,50	0,64	7,03	8,29	7.812,5	10.857,0
Três meses	9.196,0	9.052,0	9.152,0	8.580,0	8.406,0	1,59	0,48	7,18	9,40	7.890,0	10.930,0
Estanho high grade											
Disponível	32.825,0	31.560,0	29.610,0	25.175,0	25.635,0	4,01	10,86	30,39	28,05	22.910,0	35.685,0
Três meses	32.825,0	31.650,0	30.025,0	25.500,0	25.825,0	3,71	9,33	28,73	27,11	23.275,0	35.350,0
Níquel											
Disponível	16.410,0	15.905,0	16.255,0	16.300,0	20.525,0	3,18	0,95	0,67	-20,05	15.470,0	21.275,0
Três meses	16.655,0	16.175,0	16.505,0	16.570,0	20.775,0	2,97	0,91	0,51	-19,83	15.825,0	21.650,0
Zinco special high grade											
Disponível	2.841,5	2.694,0	2.634,5	2.640,5	2.328,5	5,48	7,86	7,61	22,03	2.285,5	3.093,0
Três meses	2.885,0	2.751,0	2.687,0	2.654,0	2.352,0	4,87	7,37	8,70	22,66	2.311,0	3.142,5
Petróleo - US/barril (2)	**23/08/24**	**Há uma semana**	**Fim de julho**	**2023**	**Há um ano**	**Semana**	**Mês**	**Ano**	**12 meses**	**Menor**	**Maior**
WTI - mercado futuro	73,93	75,54	76,84	71,84	78,59	-2,13	-3,79	2,91	-5,93	68,85	91,30
Brent - mercado futuro	78,15	78,87	80,84	76,91	82,84	-0,91	-3,33	1,61	-5,66	73,52	94,36

Fontes: LME e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. (1) Métrica. (2) Segunda posição

Movimento falimentar

Falências Requeridas

Requerido: **Alexander Rodrigues Romanski Me, Nome Fantasia Romanski Service -** CNPJ: 09.569.755/0001-86 - Endereço: Rua Viena, 160, Bairro Utinga - Requerente: Alexander Rodrigues Romanski ME - Vara/Comarca: 6a Vara de Santo André/SP - Observação: Pedido de auto falência.

Requerido: **F. A. da Costa Máquinas e Equipamentos Industriais Ltda. Epp -** Endereço: Não Consta - Requerente: Cda Comércio e Indústria de Metais Ltda. - Vara/Comarca: 12a Vara de Campinas/SP

Falências Decretadas

Empresa: **Mqs Pães e Conveniências Ltda. ME -** CNPJ: 14.483.560/0001-59 - Endereço: Quadra Eqnp 05/01, Bloco F, Lotes 03 e 04, Ceilândia - Administrador Judicial: Dr. Adelino Silva Neto - Vara/Comarca: Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Distrito Federal, Brasília/DF

Processos de Falência Extintos

Requerido: **Camino Education Corp. Brazil S/A -** CNPJ: 32.303.888/0001-28 - Endereço: Rua Clélia, 634, Parte 01, Bairro Água Branca - Requerente: Leograf Gráfica e Editora Ltda. - Vara/Comarca: 3a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Homologado acordo celebrado entre as partes.

Requerido: **Itc Comércio de Grama Sintética e Engenharia Ltda. -** CNPJ: 33.381.140/0001-06 - Requerente: Everomm Indústria e Comércio Ltda. - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Homologado acordo celebrado entre as partes.

Requerido: **Pnu Nações Unidas Desenvolvimento Imobiliário S/A -** CNPJ: 31.646.092/0001-05 - Endereço: Av. Francisco Matarazzo, 1705, 1º Andar, Sala 07, Bairro Água Branca - Requerente: Valebeton Concreto Ltda. - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Homologado acordo celebrado entre as partes, aguardando em cartório seu cumprimento.

Recuperação Extrajudicial Requerida

Empresa: **Utilplast Comércio de Plásticos Ltda. -** CNPJ: 43.367.390/0001-45 - Endereço: Alameda Lorena, 1931, Bairro Cerqueira César - Vara/Comarca: 3a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Recuperação Judicial Deferida

Empresa: **Intercroma S/A -** CNPJ: 00.557.713/0001-50 - Endereço: Rua Conde D'eu, 800, Bairro Alpino, São Bento do Sul/sc - Administrador Judicial: Von Saltiél Administração Judicial Ltda. - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais de Jaraguá do Sul/SC

INÊS 249

Marketing Sensores e redes móveis identificam o fluxo de celulares em pontos de ônibus, metrô, shoppings centers e elevadores

Tecnologia ajuda a medir a audiência que está na rua

Daniela Braun, Natália Flach e Luana Dandara
De São Paulo

A tecnologia vem ajudando empresas de mídia externa (OOH, na sigla em inglês) a identificar com mais precisão como anúncios exibidos em outdoors, relógios de rua, elevadores e em novos formatos são recebidos, de fato, pelo consumidor.

Uma das estratégias de empresas como JCDecaux, Neooh e ClearChannel tem sido a instalação de sensores capazes de identificar quantas pessoas com celulares se aproximam de anúncios no mobiliário urbano e em quais horários. Os celulares são captados por redes Wi-Fi. Paralelamente, o cruzamento de diferentes bases de dados permite que essas empresas acompanhem de perto a jornada do consumidor, desde o transporte público até o elevador do trabalho e o shopping no fim do dia. Assim, podem oferecer campanhas cada vez mais segmentadas.

A precisão nas medições de audiência é fundamental para anunciantes que estão investindo um total de US$ 479 milhões em publicidade externa no Brasil neste ano, um avanço de 7,6% em relação a 2023, segundo dados da consultoria Statista. No mercado americano, espera-se que o investimento alcance US$ 9,34 bilhões em 2024.

O crescimento do mercado de OOH no Brasil pode ser atribuído, em parte, ao avanço da economia nos últimos anos, que elevou o poder de compra do consumidor criando um ambiente favorável à publicidade. Também contribuiu a rápida urbanização e o desenvolvimento da infraestrutura no país, que elevaram o número de espaços disponíveis para anúncios.

Dentre os tipos de OOH, o investimento em canais digitais — que contemplam peças conectadas à internet — é o que mais tem crescido nos últimos anos e quase se iguala à verba publicitária dedicada a mobiliários tradicionais. Ainda assim, os outdoors têm a maior fatia da verba do segmento (38%), seguidos por telas em elevadores, ônibus e trens urbanos (30%) e telões em pontos de venda (24%).

"Estamos no momento de uma revolução", diz a diretora de marketing da JCDecaux, Silvia Ramazzotti. A multinacional francesa conta com sensores em todas as peças de mobiliário urbano sob sua gestão nas cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro. Neste ano, os sensores devem ser instalados em outras capitais.

A brasileira Neooh e a americana ClearChannel também ampliam a inserção de sensores em suas peças de rua. "Combinando dados captados pelos sensores a informações das gestoras de aeroportos, por exemplo, criamos campanhas mais relevantes e criativas", diz a diretora de planejamento da Neooh, Juliana Marques.

Para o diretor-executivo de vendas da Eletromidia, Marcelo Pacheco, a principal revolução na mídia externa é a capacidade de agrupar perfis de consumidores com novas fontes de dados e pesquisas.

"Estamos conversando com institutos de pesquisas para entender como buscar novas fontes de informações sobre o comportamento do consumidor", diz Pacheco. Em parceria com a operadora Claro, em dados coletados por antenas de telefonia móvel, a Eletromidia consegue identificar, por exemplo, pessoas, de determinado perfil sócio-econômico, interessadas em comprar carros utilitários esportivos (SUV).

"Antes, a mídia externa falava com todo mundo. Hoje, consigo indicar onde é o melhor lugar e horário para alcançar um perfil demográfico de consumidores", compara o diretor de marketing da ClearChannel, Wlamir Lino.

Empresas do setor também estão engajadas em um novo padrão de métricas de campanhas, que a associação setorial Mapa OOH pretende lançar em outubro.

Além da padronização, o setor tem de garantir a privacidade da audiência. "O cruzamento de fontes de dados de sensores e operadoras é encriptado e anonimizado, respeitando a Lei Geral de Proteção de Dados", afirma o responsável pelo Mapa OOH, Marco Frade.

A conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) também é uma preocupação do setor e começa por garantir que os dados sejam anonimizados e não pessoais. "Os dados estatísticos não poderão ser afunilados a ponto de indivíduos poderem passar a ser identificáveis", explica a advogada Luiza Sato, sócia na área de cibersegurança e proteção de dados do TozziniFreire Advogados. Ela alerta que "as empresas que comercializam bases de dados devem garantir que as informações foram coletadas com respaldo em uma base legal, como a do consentimento, e que haja a transparência aos titulares quanto à forma de tratamento de seus dados".

|A tecnologia também proporciona interação da mídia externa com o público. Um exemplo é o "Abrigo Amigo", da Eletromidia, criado pela AlmapBBDO em março de 2023, para oferecer companhia e segurança a pessoas que aguardam o transporte. As 80 instalações em pontos de ônibus de São Paulo e do Rio de Janeiro contam com câmeras e um botão que aciona uma central de atendimento por videochamada. A iniciativa, que recebeu um leão de ouro e outro de bronze no festival Cannes Lions 2023, deve alcançar 2 mil pontos nos próximos anos. "É um serviço que suporta o desenvolvimento da sociedade e das cidades modernas através da mídia exterior e de marcas", diz a vice-presidente de marketing da AlmapBBDO, Rafaela Alves.

Os dados não podem ser afunilados a ponto dos indivíduos serem identificados
Luiza Sato

Já a ação "Patrocínio Limpo", criada pela agência DM9 para a Consul, marca da Whirlpool, tirou o emblema de todos os patrocinadores da camisa do Juventus para celebrar o centenário do time de futebol. "Deixamos em destaque o que era mais importante no momento: o brasão do clube", diz a líder de marca e comunicação da Whirlpool, Bertha Fernandes. Para a vice-presidente de criação da DM9, Laura Esteves, a campanha premiada no Cannes Lions 2024, mostra que a mídia externa se tornou "um parque de diversões" na criação publicitária.

Fora de casa
Investimento em publicidade externa** no Brasil (em US$ milhões)

	Digital	Tradicional	Total
2017	112	284	396
2018	126	282	408
2019	141	280	421
2020	123	207	330
2021	140	218	358
2022	166	243	409
2023	186	259	445
2024*	206	273	479
2025*	226	285	511
2026*	243	294	537
2027*	259	300	559
2028*	272	303	575
2029*	281	304	585

Fonte: Statista. *Projeção, ** Publicidade externa é composta, por exemplo, de outdoors, painéis em pontos de ônibus, elevadores, relógios de rua

DIVULGAÇÃO/JCDECAUX



Empresas como a JCDecaux colocam seus sensores no mobiliário urbano

Brasil chega a Paris com chance de ter melhor campanha paralímpica

Esporte

Rafael Rosas
Do Rio

O Brasil inicia na quarta-feira (28) sua trajetória na Paralimpíada de Paris com uma expectativa que, caso concretizada, poderá significar o maior número de pódios da história para uma delegação do país. O Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB) vai levar para a capital francesa o total de 279 atletas e busca uma campanha entre 70 e 90 pódios, com o objetivo de obter pelo menos a oitava posição no ranking de medalhas.

A projeção não foge à realidade de um país que figura entre as principais potências paralímpicas e que teve em Tóquio, em 2021, sua melhor colocação no quadro de medalhas, com o sétimo lugar, com 22 ouros, 20 pratas e 30 bronzes — 70 pódios no total.

Para tentar superar o resultado de Tóquio, os 279 atletas estarão divididos em 254 esportistas com deficiência, 19 atletas-guia (sendo 18 do atletismo e 1 do triatlo), três calheiros da bocha, dois goleiros do futebol de cegos e um timoneiro do remo.

"Vale notar que esta será a nossa maior missão em uma edição do evento fora do Brasil. Antes, a maior delegação em uma edição dos Jogos Paralímpicos fora do Brasil havia sido formada por 259 convocados, que representaram o país nos Jogos de Tóquio-2020", diz o presidente do CPB, Mizael Conrado, no cargo desde março de 2017 e bicampeão paralímpico no futebol de cegos, em 2004, em Atenas, e 2008, em Pequim.

A única delegação paralímpica brasileira maior que aquela que estará em Paris foi a do Rio de Janeiro, em 2016, que contou com 278 atletas. Conrado ressalta que, na capital fluminense, o Brasil teve classificação garantida em todas as modalidades por ser o país-sede da competição.

Conrado acrescenta que, para alcançar a meta de medalhas traçada, o CPB contou com um orçamento de R$ 469,5 milhões no atual ciclo paralímpico, que foi de três anos, entre 2022 e 2024, devido à pandemia, que atrasou em um ano a realização da Paralimpíada de Tóquio, disputada em 2021 e não em 2020, como inicialmente previsto.

"Esses recursos foram aplicados tanto na preparação dos atletas para a participação nos Jogos Paralímpicos, quanto na concepção e execução do calendário esportivo nacional", diz Conrado, lembrando que no ciclo anterior, de 2017 a 2021, o orçamento foi de aproximadamente R$ 390 milhões.

Os dois ciclos juntos somaram R$ 859,5 milhões e, desse total, Conrado explica que R$ 145 milhões foram captados por meio de patrocínios, enquanto o restante foi proveniente de repasses previstos em lei, como as loterias.

O CPB conta com o patrocínio de Havaianas, Asics, Toyota, Braskem e Caixa Econômica Federal. Tem como parceiros Sesi, Sebrae, KPMG, Aliança Francesa, Adecco, EY Institute, Cambridge, Estácio e o governo do Estado de São Paulo. A Ajinomoto é apoiadora e a Max Recovery, fornecedora do Comitê.

"Esses valores financiaram tanto a preparação para os Jogos Paralímpicos quanto o calendário esportivo, a manutenção do Centro de Treinamento Paralímpico, em São Paulo, e o trabalho com a base nos mais de 70 centros de referência paralímpica que o CPB mantém em todas as unidades da federação", afirma Conrado ao **Valor**.

Em toda a história da Paralimpíada, o Brasil já conquistou 373 medalhas, sendo 109 de ouro, 132 de prata e 132 de bronze. Entre esses pódios, em cinco modalidades o Brasil se destacou ao longo da história da competição, com 170 medalhas no atletismo, 125 na natação, 25 no judô, 11 na bocha e oito no tênis de mesa.

Conrado ressalta que essas modalidades continuaram conquistando resultados positivos para o Brasil ao longo do último ciclo paralímpico. No atletismo, por exemplo, foram 42 pódios conquistados no Campeonato Mundial realizado na cidade japonesa de Kobe, em maio. O Brasil conquistou 19 medalhas de ouro na ocasião e ficou em segundo no quadro geral de medalhas, atrás apenas da China, maior potência mundial e líder do quadro de medalhas de todos os Jogos Paralímpicos desde Atenas, em 2004.

No atletismo, destaque para Petrúcio Ferreira, atleta paralímpico mais rápido do mundo, que vai buscar o tricampeonato em Paris, e o arremessador mineiro Claudiney Batista, também dono de duas medalhas de ouro.

ALE CABRAL/CPB



Carol Santiago ganhou cinco medalhas em Tóquio e é favorita na piscina de Paris

Na natação, a equipe brasileira teve o melhor desempenho da história no Mundial de 2022, na Ilha da Madeira, em Portugal. Foram 53 pódios, sendo 19 ouros, 10 pratas e 24 bronzes e a terceira colocação na classificação geral.

Entre os principais destaques brasileiros nas piscinas está a pernambucana Carol Santiago, que conquistou três medalhas de ouro, uma de prata e uma de bronze em Tóquio, saindo da capital japonesa como a brasileira mais laureada nos Jogos. Outro destaque esperado é o mineiro Gabriel Araújo, que ganhou dois ouros e uma prata em Tóquio.

Outro esporte em que o Brasil é franco favorito é o futebol de cegos, modalidade que era praticada por Conrado. O esporte foi introduzido nos Jogos em 2004, em Atenas, e, desde então, apenas o Brasil conquistou a medalha de ouro. Atualmente, o Brasil tem um projeto pioneiro realizado em parceria com a Confederação Brasileira de Desportos de Deficientes Visuais que adota o modelo de Seleção Permanente. Todos os jogadores e suas famílias ficaram concentrados em João Pessoa desde janeiro deste ano, em preparação para os Jogos de Paris.

Da frustração de um radialista, nasceu o Ibope



História

Natália Flach
De São Paulo

O dicionário descreve o Ibope, sigla de Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística, como um índice de audiência e destaca que a palavra tornou-se sinônimo de prestígio e reconhecimento no país. Essa notoriedade, no entanto, não surgiu da noite para o dia. A história começou em 1942, quando o radialista Auricélio Penteado decidiu rodar uma pesquisa inspirada em técnicas do American Institute of Public Opinion para descobrir a aceitação dos ouvintes à sua rádio.

Para sua surpresa, a programação da Kosmos era a menos ouvida de São Paulo. Frustrado, ele vendeu a emissora e criou uma entidade para medir audiências.

O Ibope expandiu o escopo de atuação para além das rádios em 1951, um ano após a chegada da televisão ao Brasil. Naquele momento, o instituto colocou pesquisadores para ir de casa em casa perguntar em qual canal a TV estava ligada, uma técnica chamada de 'método flagrante'.

Segundo a presidente do Inteligência em Pesquisa e Consultoria Estratégica (Ipec), Márcia Cavallari Nunes, ao longo do tempo, Penteado fez parceria com quatro sócios — entre eles, Paulo Montenegro, que depois assumiu a empresa — para investir em evolução tecnológica. Na década seguinte, a entidade passou a usar medidores automáticos de audiência.

Nos anos 1990 foram instalados os primeiros modelos que permitiam a medição de audiência por indivíduo, além da tecnologia para as emissoras medirem a recepção em tempo real. A década também marcou a expansão internacional da empresa, que iniciou operações na América Latina.

O Ibope continuou sua trajetória de inovação, com transmissão de dados via internet e, em 2012, um modelo mais moderno de reconhecimento de áudio. Em 2014, a Kantar comprou a divisão de audiência do Ibope, da família Montenegro, formando a Kantar Ibope Media.



Clima De acordo com a Defesa Civil, 48 municípios do Estado estão em alerta máximo para queimadas

Risco de incêndio persiste nesta semana em SP

Nayara Figueiredo, Isadora Camargo, Raphael Salomão e Fabio Murakawa
De São Paulo e Brasília

Até o início da noite de ontem, ainda havia seis cidades com focos ativos de incêndio no Estado de São Paulo, segundo dados de monitoramento do Centro de Gerenciamento de Emergências (CGE) da Defesa Civil. No total, conforme o centro, 48 municípios estão em alerta máximo para queimadas, após a onda de incêndios que afetou principalmente áreas rurais nas regiões nordeste e norte do Estado na semana passada.

Uma frente fria, seguida de chuvas, no fim de semana ajudou o trabalho de bombeiros e brigadistas no combate ao fogo, que deixou dois mortos e atingiu canaviais, áreas de usina e lavouras de grãos e café.

Mas a volta prevista do calor eleva o risco de mais queimadas até o fim desta semana, segundo a Defesa Civil. Com base em previsões da Climatempo, o órgão afirmou que a maioria dos municípios paulistas deve entrar em estado de emergência pelo risco de fogo. Segundo a previsão, o dia mais crítico será a sexta-feira. "O calor vai voltar no fim de agosto e a seca (e o risco de incêndio) voltam a aumentar", alertou a Climatempo em boletim.

A intensidade das queimadas no Estado de São Paulo foi tamanha que levou a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, a comparar as ocorrências com o chamado "dia do fogo", quando grileiros e produtores rurais incendiaram áreas da Amazônia de forma coordenada, em 2019. "Você começa a ter em uma semana, praticamente em dois dias, vários municípios queimando ao mesmo tempo. Isso não faz parte da nossa experiência", afirmou a jornalistas ontem.

Diante de suspeitas de que os incêndios tenham sido criminosos, a Polícia Federal abriu investigação.

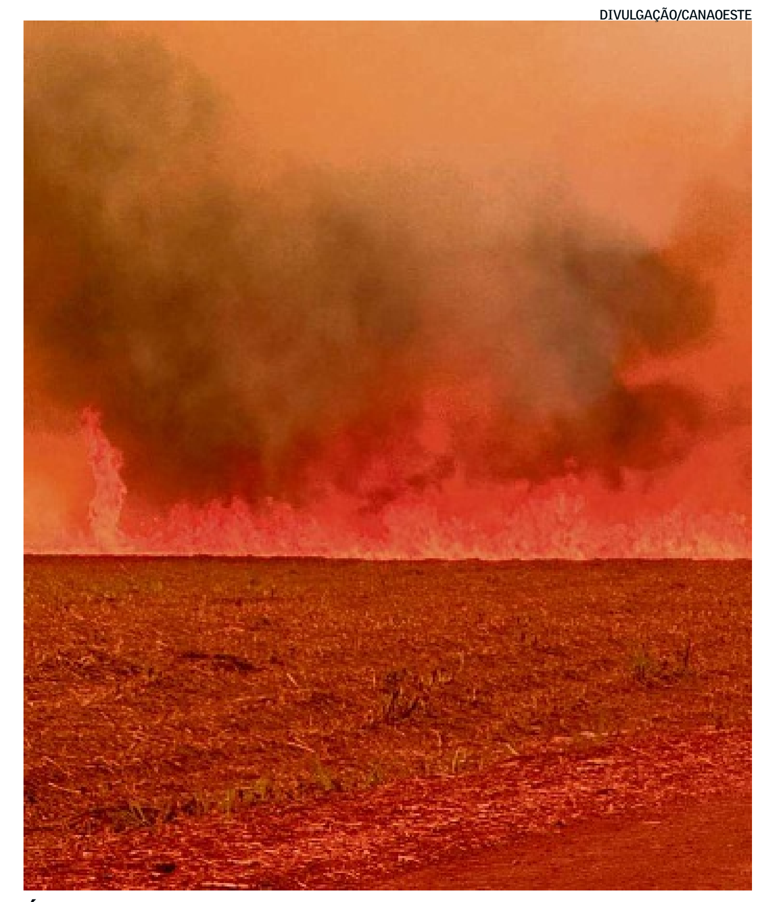
2,3
mil é o número de pontos de queimada

O Estado de São Paulo registrou mais de 2,3 mil pontos de queimada, conforme o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). Há relatos de perdas em lavouras de cana, café, grãos e em fazendas de criação de gado bovino.

O governo paulista montou um gabinete de crise para monitorar a situação, com autoridades estaduais e setor privado, e anunciou que vai lançar um pacote de medidas de apoio a produtores que tiveram fazendas atingidas.

Uma das frentes de atuação é a do crédito. Segundo comunicado do governo, produtores que tiveram plantações atingidas pelo fogo poderão ter acesso a R$ 50 mil por meio do Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista (Feap). O recurso, com taxa zero, poderá ser aplicado em custeio emergencial, despesas de manutenção e de recuperação das lavouras.

Em nota, a Organização de Associações de Produtores de Cana do Brasil (Orplana) disse que repudia veemente os "incêndios criminosos que vêm atingindo propriedades rurais na região de Ribeirão Preto", em São Paulo.

DIVULGAÇÃO/CANAOESTE

Áreas de cana foram as mais atingidas pelo fogo no Estado de São Paulo

Usinas como a São Martinho tiveram áreas afetadas. A Raízen informou que teve a usina de canade Bioparque Santa Elisa atingida, com impacto em estoques de biomassa, equipamentos e uma área de preservação ambiental (APP).

A Associação dos Plantadores de Cana do Oeste do Estado de São Paulo (Canaoeste) afirmou que as queimadas não foram causadas pelos agricultores. "Quem em sã consciência colocaria fogo em sua própria casa? Sabendo de todos os riscos e prejuízos que podem ocorrer, você atearia fogo em seu próprio canavial?", questionou em nota o gestor-executivo da Canaoeste, Almir Torcato.

No Paraná, os produtores também estão em alerta, pois mais de 9,3 mil focos de incêndios foram registrados em 2024 até a semana passada, segundo o Corpo de Bombeiros. As queimadas são agravadas pela seca e altas temperaturas em pleno inverno.

Mais à página A2

Porto de Rio Grande investe em dragagem após enchentes no RS

Logística

Marcelo Beledeli
Para o Valor, de Porto Alegre

Embora não tenha parado as atividades durante as enchentes que afetaram o Rio Grande do Sul em abril e maio, o Porto de Rio Grande, principal via de exportação da produção agrícola gaúcha, também sofreu os impactos da tragédia. A grande quantidade de sedimentos reduziu o calado do complexo, limitando operações. Agora, a Portos RS, empresa pública que administra o sistema hidroviário do Estado, está investindo em dragagem, para permitir a volta de navios de maior capacidade.

Em junho, o calado chegou a um mínimo de 11,9 metros. Antes das chuvas, a profundidade era de 14,2 metros. "Todo o sedimento levado pelos rios durante as enchentes veio parar aqui, na saída da Lagoa dos Patos para o mar. Durante o pior período das enchentes, alguns navios não conseguiram entrar no porto devido a esse acúmulo de sedimentos. Eles precisaram descarregar em outros portos antes de vir aqui, para não ter risco de encalhe", afirma o presidente da Portos RS, Cristiano Klinger.

Cerca de R$ 25 milhões foram investidos pela Portos RS, com recursos próprios, em dragagens emergenciais para aumentar o calado após as enchentes, com a retirada de 593 mil metros cúbicos de sedimentos em um trecho de cerca de três quilômetros. Atualmente, o calado está em 12,8 metros. No entanto, novos aportes de até R$ 52 milhões serão necessários para deixar a profundidade entre 14,5 metros e 15 metros, diz.

"A primeira obra foi com recursos próprios da Portos RS, pela urgência e a necessidade de manter a condição de navegação. Mas esse novo investimento está muito acima dos parâmetros e foge da nossa capacidade financeira de execução. Por isso, estamos negociando esses recursos junto ao governo federal", acrescenta.

No primeiro semestre, o Porto de Rio Grande movimentou 18,532 milhões de toneladas. Mesmo com os problemas devido às chuvas, o resultado foi só 3% menor que as 19,097 milhões de igual período de 2023.

Dos portos gaúchos, o mais atingido pelas enchentes foi o da capital do Estado, Porto Alegre, que paralisou as atividades durante todo o mês de maio.

valor.com.br

Transportes
Custos do frete de grãos têm alta

Os preços dos fretes de grãos nas principais rotas do país subiram em julho, com exceção do Paraná, onde a demanda por transporte foi negativa em grande parte do Estado. A alta reflete, sobretudo, o avanço da colheita do milho segunda safra, segundo a Conab.

valor.com.br/agro



A logística do agro de ponta a ponta

Viajamos do norte ao sul do país e agora vamos nos encontrar para discutir os pontos principais da logística nacional. Embarque neste debate e entenda melhor sobre as condições e o futuro da infraestrutura para a produção agropecuária brasileira. Não perca.

28 de agosto
8h às 12h30
BRASÍLIA

ACESSE AQUI E INSCREVA-SE

VAGAS LIMITADAS

PAINEL 1: DO CAMPO AO PORTO, OS NOVOS CAMINHOS DA SAFRA
Moderação: Raphael Salomão, editor-assistente Globo Rural e Valor Econômico

Thiago Péra
Coordenador da EsalqLog/USP

Elisângela Pereira Lopes
Assessora Técnica da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

Rafael Vitale Rodrigues
Diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT)

Anderson Pomini
Presidente da Autoridade Portuária de Santos

PAINEL 2: INOVAÇÕES E SUSTENTABILIDADE NA LOGÍSTICA
Moderação: Fernanda Pressinott, editora-assistente Valor Econômico e Globo Rural

Leonardo Belotti
Diretor comercial corporate São Paulo da TIM

Cléverton Vieira
Presidente da SCPar Porto de São Francisco do Sul (SC)

Paulo Caleffi
Diretor da Transportes Bertolini

Ricardo Tomczyk
Diretor de relações institucionais da Amaggi



PATROCÍNIO


APOIO INSTITUCIONAL


REALIZAÇÃO
GLOBORURAL Valor CBN O GLOBO 100

Agronegócios

Por 



Cenários Enchentes no RS e seca na região Norte provocaram prejuízos à agricultura e à pecuária; número pode crescer com estiagem persistente

Extremos climáticos já causaram perdas de R$ 6,7 bilhões ao agro

Nayara Figueiredo, Marcelo Beledeli e Cleyton Vilarino
De Manaus, Porto Alegre* e São Paulo

Extremos climáticos, como as enchentes no Rio Grande do Sul e a seca que castiga a região Norte, já causaram ao menos R$ 6,67 bilhões em prejuízos para o agronegócio brasileiro. Seja por danos estruturais ou por impacto nas atividades agrícolas e na pecuária, a conta é alta e os efeitos ainda devem perdurar.

Além das perdas de vidas, a tragédia das enchentes no Rio Grande do Sul em abril e maio causou prejuízos de R$ 5,4 bilhões à agricultura e à pecuária do Estado, segundo a Confederação Nacional dos Municípios (CNM). Na região Norte, onde a falta de chuvas reduz o volume d'água em rios antes caudalosos, os danos à agricultura e à pecuária somam quase R$ 1,3 bilhão, conforme o CNM. Como a seca persiste, a confederação diz que o montante deve aumentar à medida que novas informações sejam reportadas pelas cidades.

"Municípios de todo o Brasil estão vivenciando desastres recorrentes, e a estiagem histórica na região Norte evidencia a urgência de atuação federativa para enfrentar a emergência climática", afirma o presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, ao **Valor**.

Na Amazônia, ribeirinhos vêm afirmando que a estação seca chegou mais cedo este ano, mas na verdade ela sequer foi embora, avalia Ana Paula Cunha, pesquisadora do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden). Segundo ela, a seca completou um ano em diversas regiões do bioma.

"A pobreza aprofunda o impacto da seca no Norte. Os grandes produtores conseguem passar por isso, mas entre os pequenos muitos não têm acesso à assistência técnica e energia", afirma.

Na comunidade Santa Helena do Inglês, em Iranduba (AM), onde a economia se baseia no cultivo de mandioca e na pesca, o líder Nelson Brito conta que os ribeirinhos estão trabalhando em reservas de água na tentativa de se preparar para a período mais crítico da seca, a partir de setembro.

"Por ano, produzimos 1 tonelada de subprodutos de mandioca. Vendemos a farinha, o tucupi, a goma e a tapioca, e os produtos são todos feitos na comunidade. Ano passado, com a seca, caiu pela metade a produção de mandioca e ficou só para autoabastecimento. Não tivemos lucro nenhum, e também não tinha como transportar até Manaus (AM) pelo rio", lembra Brito à reportagem, que esteve na região no início deste mês.

A pesquisadora do Cemaden diz que, nos últimos dez anos, as secas estão se repetindo em intervalos cada vez mais curtos na Amazônia, no semi-árido e no Pantanal.

> "Municípios de todo o Brasil estão vivenciando desastres recorrentes"
> *Paulo Ziulkoski*

O bioma pantanal é outra região a sofrer com a falta de chuvas e incêndios. Só o Pantanal do Mato Grosso do Sul já teve 1,2 milhão de hectares consumidos pelo fogo neste ano, incluindo áreas produtivas de pasto e infraestruturas. Lá, a seca também afeta as pastagens, o que significa menos alimento para o gado bovino e menos animais prontos para abate.

O vice-presidente do Sindicato das Indústrias de Frios, Carnes e Derivados do Estado (Sicadems), Sergio Capuci, já considera a possibilidade de redução no número de abates. "Além da seca severa, Mato Grosso do Sul é o Estado que menos tem animais confinados. Temos vários confinamentos que não estão com a capacidade total".

Nesse cenário de escassez de alimento para o gado, vários produtores estão vendendo fêmeas para abate. "Ainda não sei precisar a dimensão disso, mas é um dos grandes problemas que temos hoje porque está comprometendo no médio prazo o rebanho do pantanal", reconhece o secretário de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado, Jaime Verruck.

Segundo ele, o governo estadual pediu à Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco) a liberação de crédito emergencial para auxiliar produtores do Pantanal atingidos pela seca. "A proposta que estamos apresentando inicialmente é de R$ 200 milhões com juros de 6,5% ao ano, mas ainda precisamos ver qual vai ser a proposta do Mato Grosso, porque será um auxílio extensivo a todo o bioma pantanal".

No Rio Grande do Sul, onde os produtores com perdas acima de 30% terão descontos nas dívidas de crédito rural, a Emater/RS estima que 206 mil empreendimentos foram afetados pelas enchentes nas zonas rurais, em 405 municípios.

Entre os mais atingidos está Estrela, município de 32 mil habitantes às margens do Rio Taquari. Na comunidade de Arroio do Ouro, visitada pela reportagem em junho, o cenário era de guerra. Montes de lama e areia cobriram terras que antes eram usadas para lavouras. Casas, galpões e outras estruturas foram destruídas pela força das águas, que arrastaram animais, carros e máquinas agrícolas.

O produtor Airton José Dieter e sua esposa, Anastácia, ambos de 58 anos, tiveram de se refugiar com outros vizinhos no segundo andar de sua casa. Dieter diz não saber por onde começar a recuperação. Dos 35 hectares plantados com soja, uma parte teve o solo arrancado. A enchente também matou todos os seus 50 animais, entre bovinos de corte, de leite e búfalos.

"Terras que custavam de R$ 50 mil a R$ 60 mil o hectare não valem nada, ninguém vai querer comprar (...). Como buscar apoio para arrumar a terra e plantar de novo? Não sei o que fazer", lamenta.

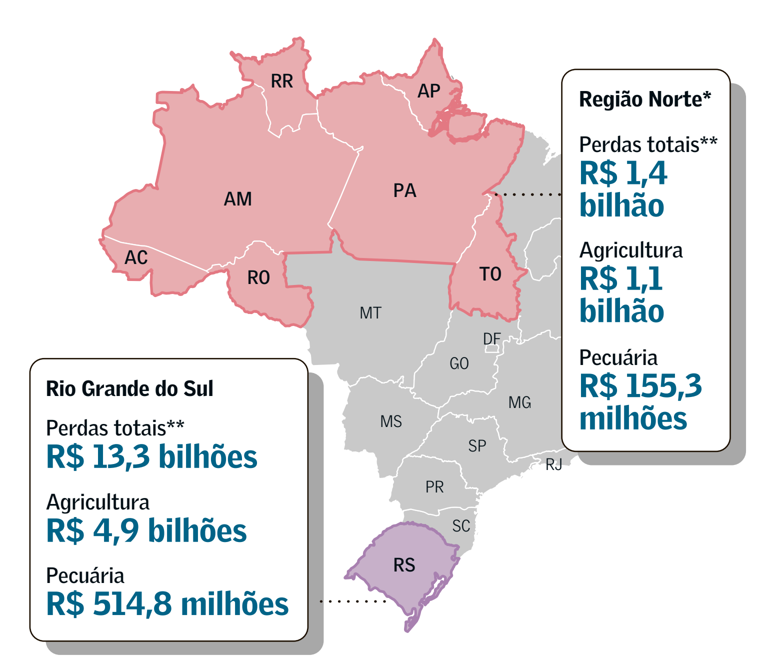
A maior parte da produção de grãos do Rio Grande do Sul já havia sido colhida quando ocorreram as enchentes. No entanto, na região central e no sul do Estado, ainda havia lavouras, especialmente de soja, no campo. Nessas áreas, as perdas foram dramáticas.

Em sua propriedade de 560 hectares em São Sepé, na região central do Rio Grande do Sul, a produtora Graziele de Camargo estava iniciando a colheita de soja quando vieram as chuvas, no fim de abril. A área não foi afetada pelas enchentes, mas as chuvas impossibilitaram o acesso das máquinas às lavouras. Com excesso de umidade, a soja apodreceu no campo, e 70% da produção foi perdida.

"Se estou quebrada, com uma dívida de R$ 2 milhões, não foi por uma incapacidade administrativa. Estou impossibilitada de seguir na atividade agrícola por causa de uma tragédia climática, que o governo deveria ter uma solução para mitigar", reclama. ***Para o Valor***

Mais sobre o RS à página B7

Extremos climáticos
Prejuízos causados pela seca no Norte e por chuvas no RS em 2024



Fonte: Confederação Nacional dos Municípios (CNM)
*Resultado parcial. **Considera perdas em todos os setores econômicos

MARCELO CURIA/VALOR



O agricultor Airton José Dieter, de Estrela (RS), perdeu toda a produção

No AM, seca afeta o manejo do pirarucu

De São Paulo e Iranduba (AM)

Na chegada à comunidade Santa Helena do Inglês, em Iranduba (AM), embarcações que vêm pelo Rio Negro já não alcançam a plataforma de madeira para que as pessoas possam descer até o solo. Após uma das maiores secas da história na Amazônia, em 2023, o nível do rio não voltou ao que era antes e, além de afetar a navegação, trouxe prejuízos para a principal atividade econômica dos ribeirinhos: a pesca.

Atualmente, na região de Iranduba, o rio encontra-se cerca de dois metros abaixo do nível em que deveria estar nesta época do ano. Nas margens da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Rio Negro, onde está Santa Helena do Inglês, o chão se divide entre gramado verde e terra vermelha, esta última ocupando o espaço que era do rio.

As famílias locais vivem da pesca de jaraqui, no período de março a junho, e cultivam mandioca para subsistência e venda dos subprodutos em Manaus. Mas o clima mudou a dinâmica da produção.

"Estamos muito preocupados. Ano passado secou bastante o rio em um período em que já tínhamos feito a pesca, porém, acreditamos que por causa dessa estiagem de 2023 não veio o volume de pescado suficiente que a gente esperava para este ano", conta Nelson Brito, líder da comunidade.

Em anos normais, os ribeirinhos da Santa Helena pescam pouco mais de cem toneladas de peixe por ano. Uma tonelada é comercializada entre R$ 3 mil e R$ 4 mil. Na temporada de 2024, no entanto, Brito estima que a produção caiu em torno de 50%.

"E a gente acredita que neste ano vai vir a mesma seca do ano passado, que vai afetar no pescado do ano que vem", afirma.

Em Tefé, na região central do Amazonas, a seca de 2023 impactou pela primeira vez, em 25 anos, a pesca do pirarucu, espécie protegida e cujo manejo depende de autorização do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente). Dos 12 grupos de pescadores habilitados a capturar a espécie na região, só cinco conseguiram pescar a quantidade a que tinham direito e dois sequer se arriscaram a realizá-la.

"A logística de entrega desse peixe ficou muito difícil sem ter acesso ao lago. Por isso ficamos muitos dias esperando encher o rio", conta o ribeirinho e presidente da colônia de pescadores de Maraã, a 190 quilômetros de Tefé, Raimundo Torres. Segundo ele, a comunidade atingiu um resultado 20% abaixo do esperado.

Estima-se que mais de 280 comunidades e seis mil pescadores dependam da pesca do pirarucu para o seu sustento no Amazonas. A pesca foi proibida completamente na década de 1990, e no início dos anos 2000 um plano de manejo foi criado para garantir a exploração sustentável da espécie. A temporada começa em novembro, mas com a seca os pescadores só conseguiriam iniciá-la em janeiro, após duas prorrogações do prazo de autorização pelo Ibama.

"Ficamos esse tempo todo no porto da cidade esperando o nível da água subir para acessar o lago, o que aumentou muito o custo da pesca", diz Torres.

Se antes o volume total era capturado em menos de 20 dias, na última temporada foram necessários 54 dias, sendo 40 deles esperando o melhor momento para a pesca. "Nesse tempo todo o mato cresceu e, quando alagou, o pirarucu ficou dentro do pasto, impedindo a captura com rede", conta.

NAYARA FIGUEIREDO/VALOR

Após uma das maiores secas da história na Amazônia, em 2023, o nível do Rio Negro não voltou ao que era antes

Com um custo duas vezes maior, a decisão do pescadores de Maraã foi vender a produção no próprio local, o que reduziu o valor de R$ 8 o quilo quando entregue ao frigorífico para R$ 6,20.

A coordenadora do manejo do pirarucu do Instituto Mamirauá, Ana Claudia Gonçalves, diz que a pesca do peixe é uma importante fonte de renda para essas comunidades. A instituição foi uma das responsáveis por elaborar o plano de manejo da espécie na região.

"Ainda que haja pouca possibilidade de realizar essa pesca ou a preparação seja cara, ainda assim alguns grupos vão fazer todo esforço necessário para realizarem a captura", afirma.

Com respiração dupla e até 220 quilos de peso vivo, o pirarucu precisa subir até a superfície, o que facilita sua captura. Por isso, todos os anos, os grupos autorizados a realizar a pesca precisam enviar relatório com a contagem da população total de peixes ao Ibama, que após a validação do dado emite a autorização de captura de até 30% dos indivíduos adultos.

Com a seca de 2023 se estendendo, Torres estima que, só na sua região, haja uma queda entre mil e 1.500 indivíduos este ano. Para evitar perdas ainda maiores, o seu grupo avalia pedir a antecipação da autorização de pesca para escapar do período mais crítico da seca. ***(CV e NF)***

A jornalista viajou a convite da Expedição Amazônia

Clima
Com volta do calor no fim da semana em SP, há novos riscos de queimadas, diz Defesa Civil
B7

INÊS 249

Investimentos Em nova fase, Santander, de Chagas, aposta em 'pegada' de plataforma para atrair pessoa física C6



Jackson Hole Com 'pouso suave' em vista, BCs agora buscam ritmo 'certo' para corte de juros C2

Regulação 'Conselhinho' quer se aproximar do CMN para aprimorar normas C5

Estratégia BTG estreia em carteiras de crédito de fundos de pensão e RPPS C6

Finanças

Mercados Principal índice da bolsa atinge 137 mil pontos e ainda enseja visão de preços descontados

Com cortes de juros nos EUA a caminho, Ibovespa tem espaço para novos recordes

Maria Fernanda Salinet e Victor Rezende
De São Paulo

O bom desempenho do Ibovespa nas últimas semanas, com direito a máximas históricas, pode ser apenas o início de um movimento mais sustentado de valorização da bolsa brasileira. A proximidade do ciclo de flexibilização monetária nos Estados Unidos, o alívio nos prêmios de risco embutidos nos juros de longo prazo e a melhora na lucratividade das empresas dão apoio à percepção de que a bolsa pode ter mais ganhos pela frente, embora as incertezas, sobretudo as macroeconômicas, ainda sejam relevantes, o que pode indicar uma maior volatilidade à frente.

Enquanto o real continua a ser uma das moedas de pior desempenho do ano contra o dólar e os juros de longo prazo também exibem alta expressiva no ano, o Ibovespa tem se destacado entre os outros ativos domésticos e se valoriza no ano, ainda que de forma tímida (alta de 1,06%). Na semana passada, o índice chegou a ultrapassar os 137 mil pontos momentaneamente, em nova máxima histórica intradiária, e, na avaliação de analistas ouvidos pelo **Valor**, pode ter um caminho adicional de elevação.

Ainda durante a temporada de balanços do segundo trimestre, os resultados acima do esperado das empresas brasileiras deram apoio à valorização da bolsa, em um momento ajudado pelo cenário externo, com as indicações mais claras de cortes de juros nos Estados Unidos em breve, e de um alívio nos prêmios de risco locais, após o diretor de política monetária do Banco Central, Gabriel Galípolo, endurecer o discurso e indicar a possibilidade de alta da Selic, o que reduziu as chances implícitas nos preços dos ativos de a próxima composição do BC ser mais leniente com a inflação.

"O Brasil está muito barato e a bolsa é o melhor ativo que se poderia ter, porque estava muito descontada", afirma o chefe da corretora de ações do Scotiabank Brasil, Michel Frankfurt. Ele cita que, em um estudo recente feito pelo banco, os múltiplos indicavam uma bolsa brasileira muito descontada em relação a outros mercados pares, como o do México e o do Chile. "E isso já nos dava algum sinal de que, se um dia o mercado fosse ajustar, haveria espaço para o Ibovespa ir para os 150 mil pontos, por exemplo. Ainda vemos muito espaço para a bolsa andar."

ROGERIO VIEIRA/VALOR



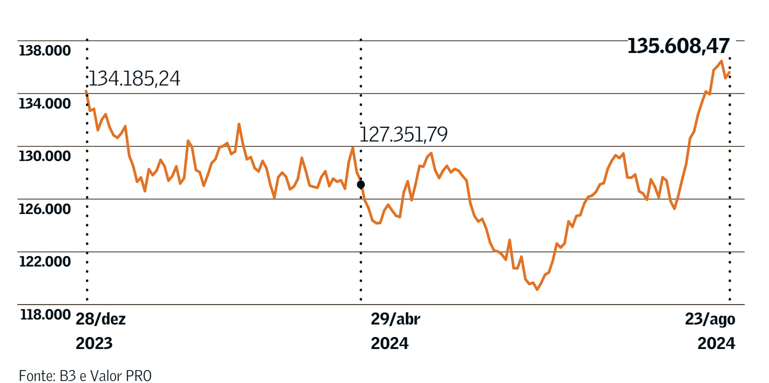
Frankfurt: bolsa estava muito descontada e índice pode ir a 150 mil pontos

"Imagino que o estrangeiro vai continuar aportando [na bolsa]"
Gilberto Nagai

A visão não é isolada. Não foi por acaso que, logo após o fim da temporada de balanços do segundo trimestre, a equipe de estratégia de ações brasileiras do J.P. Morgan, liderada por Emy Shayo Cherman, elevou a projeção para o Ibovespa no fim deste ano de 135 mil para 143 mil pontos. Na esteira da safra de balanços e com um crescimento econômico mais forte esperado para o ano — de 2,9% —, "o Ibovespa alcançaria facilmente nosso cenário otimista ('bull') anterior, de 140 mil pontos, até mesmo superando-o para tocar os 143 mil pontos", dizem os estrategistas do banco americano.

Frankfurt, do Scotiabank, observa que, durante a primeira metade do ano, a ausência de gatilhos para uma melhora da bolsa foi relevante, ao mesmo tempo em que o mercado mexicano "era o 'queridinho' e o que vinha para emergentes ia para lá, enquanto o Brasil ficava em segundo plano". Ele diz, contudo, que tem havido uma reavaliação desse cenário.

Novos recordes
Ibovespa volta a renovar máximas históricas (em pontos)



Fonte: B3 e Valor PRO

Como comparação, ele nota que, no início do ano, a relação entre o principal fundo de índice (ETF) de ações mexicanas em dólar, o EWW, e o EWZ, o principal ETF de ações brasileiras em Wall Street, estava em 2,10, e, agora, está em torno de 1,82. Além disso, os fluxos de entrada de capital estrangeiro na bolsa brasileira têm se fortalecido desde julho. Frankfurt nota que, somando o mercado secundário à vista e o futuro, houve uma entrada de US$ 3,93 bilhões de julho até o início da semana passada, após uma saída expressiva de US$ 10,16 bilhões no primeiro semestre.

Não há uma métrica semelhante para se medir os fluxos de capitais no México, mas, de acordo com o profissional, alguns dados têm indicado saída de capitais de lá. "Se estamos vendo saída do México, entrada no Brasil e o 'ratio' entre o EWW e o EWZ está caindo, é muito possível que estejamos vendo uma alocação de México para Brasil."

Além disso, com a possibilidade de os EUA escaparem de uma recessão e a economia americana convergir para um pouso suave ("soft landing"), o Federal Reserve (Fed, o banco central americano) deve começar a reduzir os juros de forma tranquila. "E isso beneficia os mercados emergentes como um todo. Se o juro está caindo lá, isso funciona como um gatilho para recebermos mais fluxo de investidor internacional, que é o que move os moinhos. O brasileiro aqui é relevante, claro, mas não adianta: o fluxo internacional é muito pesado."

Apesar disso, o executivo do Scotiabank nota que o investidor local "também está comprando e está mais animado porque tivemos um esforço — combinado ou não — do governo em relação a entregar a meta fiscal e do Banco Central, com a mudança de discurso focado em levar a inflação para a meta". "É raro local e estrangeiro estarem na mesma ponta. Está interessante ver isso", diz Frankfurt.

O superintendente de renda variável da SulAmérica Investimentos, Gilberto Nagai, concorda que o cenário externo é o que mais tem impulsionado a bolsa brasileira nas últimas semanas, ao notar a entrada expressiva de capital estrangeiro, especialmente na comparação com a primeira metade do ano. Com a sinalização clara de um início do ciclo de redução de juros pelo Fed em setembro, Nagai avalia que, no curto prazo, o investidor não residente deve continuar a aportar na bolsa brasileira.

"Como eu acho que os EUA estão em uma desaceleração suave e como o Brasil não deve subir tanto a Selic, imagino que o estrangeiro vai continuar aportando. Não tanto quanto já foi visto, mas deve seguir por mais algum tempo o fluxo", diz.

Ele também observa fatores locais que têm dado apoio à bolsa, como o crescimento do lucro das empresas, especialmente após a safra de resultados corporativos do segundo trimestre. "Foi, em geral, uma temporada boa, que conversa bastante com o que está acontecendo na economia. O setor doméstico está pujante. Foram resultados bons, nada espetaculares, mas decentes", aponta o executivo.

Nagai, inclusive, diz que as companhias brasileiras se fortaleceram após a pandemia e não estão tão alavancadas, por terem se preparado para uma possível crise econômica. "O nível de despesas está baixo também, então tudo o que avança de receita aparece muito fortemente no lucro. Assim, o valor do negócio aumenta, porque aumenta o lucro, o que valoriza a ação", afirma.

Diante do cenário esperado de queda dos juros americanos, o gestor de ações Tiago Cunha, da Ace Capital, também avalia que o cenário externo está por trás da dinâmica recente da bolsa brasileira. Ele diz que os setores mais atrativos são os ligados à economia doméstica, "justamente o que o estrangeiro está procurando em função da queda de taxa de juros lá fora". Cunha cita como exemplos os bancos, o setor de varejo e o imobiliário. "Já os menos interessantes são as empresas ligadas às commodities, que estão mais expostas às variações dos preços no mercado internacional."

Na visão de Cunha, a queda dos juros americanos deve fazer com que o custo de oportunidade caia ao redor do globo e, assim, o efeito nas ações de empresas ligadas à economia doméstica tende a ser maior. "O mercado já trabalha com um corte nos juros em setembro [nos EUA] e é mais provável que venha uma redução de 0,25 ponto", afirma. O gestor, porém, cita alguns riscos, como a eleição presidencial americana no início de novembro, algum número mais fraco de atividade nos EUA e a dinâmica da taxa de juros no Japão.

'Desaceleração lá fora deve limitar aperto da Selic'

Victor Rezende
De São Paulo

Não foi com surpresa que o economista-chefe da ARX Investimentos, Gabriel Leal de Barros, viu a sinalização do Federal Reserve (Fed) para um início de ciclo de cortes de juros nos EUA no próximo mês. Antes mesmo da participação do presidente do Fed, Jerome Powell, em Jackson Hole, o economista já mostrava cautela com a atividade econômica americana, o que se traduz em seu cenário base de aceleração do ritmo de flexibilização do Fed mais adiante, com consequências para o Brasil, como um aperto monetário limitado, em que a Selic deve subir a 11% e ficar parada.

"O Fed errou lá atrás e alimentou uma espiral inflacionária. Powell teve que encarnar o [ex-presidente do Fed] Paul Volcker para tentar corrigir o diagnóstico. E, como erraram lá atrás, reconheceram e corrigiram e, agora, vão tentar não errar de novo e, assim, vão cortar os juros devagar", avalia o economista, que espera, assim, um início de ciclo de flexibilização monetária nos EUA com uma redução de 0,25 ponto nas taxas. O problema, contudo, reside em um novo erro na avaliação dos indicadores econômicos, aponta Leal.

"Estão olhando os dados coincidentes, que não vão antecipar o que acontecerá com a economia. Esses dados só vão mostrar quando o leite estiver derramando. E, como o Fed está dependente de dados, vão esperar o dado, de fato, vir fraco para reagir", afirma. E a repercussão na condução da política monetária é clara: por agir tarde demais, e com o mercado de trabalho sendo a última etapa a ser afetada pelos juros, se o Fed esperar um esfriamento maior no emprego "pode ser tarde demais".

Ao longo da semana passada, poucos indicadores econômicos foram expostos e a divulgação que mais repercutiu no mercado foi a revisão nos números do mercado de trabalho americano, que mostrou 818 mil empregos a menos no período de abril de 2023 a março de 2024, a maior desde 2009. "E, se desconsiderarmos a revisão para cima de saúde, educação e governo, a revisão baixista teria sido ainda pior, de 906 mil empregos a menos", observa. "Foi enorme."

É justamente ao fazer uma análise "bottom-up" (de baixo para cima) do mercado de trabalho americano que Leal se mostra preocupado com o fôlego da economia e diz acreditar que o Fed terá de acelerar o ritmo de corte até o fim do ano. Ele nota que há volatilidade elevada nos dados econômicos, com revisões expressivas ao longo do tempo, e observa que são só os setores de saúde, educação e governo os responsáveis pela geração de empregos mais forte. "Sem eles, o desaquecimento é acentuado."

"Estamos cada vez mais céticos e mais preocupados com uma desaceleração mais intensa da economia americana. Isso não quer dizer que a economia vai entrar em uma recessão agora, até porque, se o Fed cortar os juros em 0,5 ponto, atuaria de forma anticíclica… Mas a perda de fôlego é tão grande que, se nada for feito, há uma probabilidade relevante de a economia entrar em recessão", diz. Ele nota ainda que mesmo pontos fortes, como o consumo resiliente demonstrado nas vendas no varejo, podem emitir um sinal de alerta, já que o resultado pode estar ancorado em um aumento do endividamento.

E, em um contexto que também abarca uma economia chinesa bastante fraca, "tudo me diz que o juro é para baixo, não para cima". Para ele, porém, o Banco Central do Brasil será obrigado a elevar a Selic.

"Até entendo o movimento que o [diretor de política monetária do BC] Gabriel Galípolo fez, ao adotar um discurso muito 'hawkish' [duro] para tentar ganhar credibilidade. Entendo a posição dele de mostrar que tem autonomia. É a estratégia de um agente racional, que vai tentar maximizar isso para, em 2025, só dar notícia boa. E, aparentemente, o Palácio do Planalto está 'ok' com isso. Existe uma janela de oportunidade para subir juros. Ficou fácil dar a indicação 'hawkish'."

Para o economista, porém, a forma e a calibragem usadas anteriormente por Galípolo mostraram exagero. "Ele se amarrou de tal forma que, se não der a alta, o Brasil terá muito problema. A forma como a comunicação estava sendo colocada por ele, ainda que o BC diga ser dependente de dados, deixou muito claro que haverá uma alta de juros na próxima reunião, mesmo que as condições até o próximo Copom estejam diferentes", avalia.

"O tom inicial do Galípolo nos indicava que era praticamente certa uma alta, enquanto o [presidente do BC Roberto] Campos Neto foi mais ponderado. No entanto, com o hiato do produto cada vez mais positivo e expectativas de inflação cada vez mais desancoradas, se o BC entregar só um aumento de 0,25 ponto parece pouco", avalia.

Para Leal, com esse conjunto da obra, "um agente econômico racional entregaria uma alta de 0,5 ponto e isso sim seria um choque de credibilidade". A ARX projeta uma alta da Selic para 11% em setembro e vê o juro parado nesse nível, já que a piora externa deve impedir novas elevações na taxa.

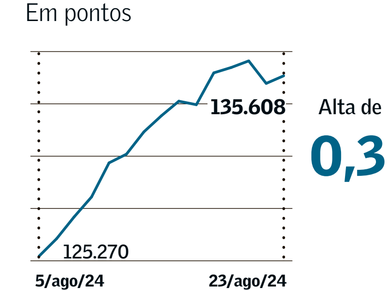
LEO PINHEIRO/VALOR



"[Alta da Selic de 0,5 ponto] seria um choque de credibilidade"
Gabriel Leal de Barros

INÊS 249

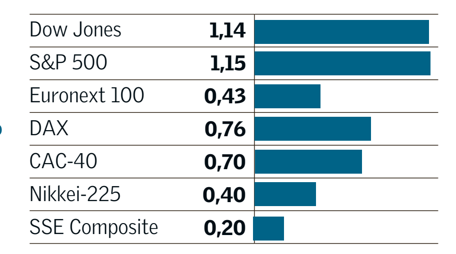
Ibovespa
Em pontos



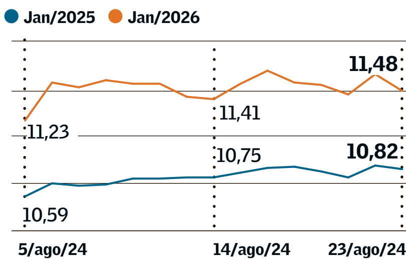
Alta de **0,32%**

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

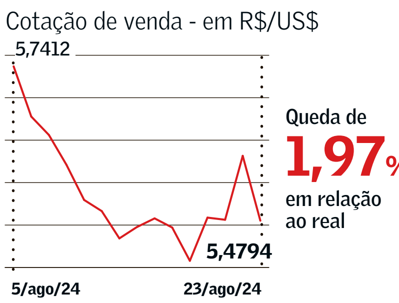
Bolsas internacionais
Variações no dia 23/ago24 - em %



Juros
DI-Over futuro - em % ao ano



Dólar comercial
Cotação de venda - em R$/US$



Queda de **1,97%** em relação ao real

Índice de Renda Fixa Valor
Base = 100 em 31/12/99

2.145,04 · 2.155,33 · 2.157,77
5/ago/24 · 14/ago/24 · 23/ago/24

Política monetária Dirigentes encerram simpósio nos EUA com otimismo cauteloso, atentos a riscos

BCs mudam postura em Jackson Hole com 'pouso suave' em vista


NATALIE BEHRING/BLOOMBERG

Bailey, do BoE, e Powell, do Fed: inflação mais perto da meta, mas incerteza sobre ritmo correto de cortes de juros

Colby Smith
Financial Times

Contra o dramático pano de fundo da cordilheira de Teton, algo que muitos consideravam impossível pareceu próximo para os principais banqueiros centrais do mundo que viajaram ao estado do Wyoming, nos Estados Unidos, para o simpósio de Jackson Hole. Após enfrentarem o pior choque inflacionário em quatro décadas, aqueles que participaram da conferência anual da distrital de Kansas City do Federal Reserve (Fed, o banco central americano) neste fim de semana estavam esperançosos que iriam superar as chances desfavoráveis e conquistar um "pouso suave" para a economia global.

Andrew Bailey, o presidente do Banco da Inglaterra (BoE), e sua contraparte do Fed, Jerome Powell, responderam aos temores de que o crescimento precisaria ser sacrificado para alcançar as suas metas de inflação. À medida que começam a cortar os custos de empréstimo, ambos sinalizaram que ainda estão no caminho de evitar uma recessão.

Os economistas na audiência ecoaram esse otimismo. "Ninguém sabe ao certo o que vai acontecer nos próximos meses, mas os dados indicam que haverá desemprego baixo e força [da economia] contínuos", disse Heather Boushey, um membro do Conselho de Assessores Econômicos do governo do presidente americano, Joe Biden.

Há dois anos, os prognósticos eram sombrios. Esperava-se que o aumento agressivo das taxas de juros para acabar com o pior surto de inflação nas economias avançadas desde a década de 1980 desencadeasse uma recessão dolorosa que custaria o emprego de milhões de pessoas.

À época, os formuladores de política monetária alertaram que aquele era o cenário econômico mais desafiador que teriam de navegar em memória recente. Mas os últimos 12 meses foram cruciais.

A inflação caiu drasticamente no segundo semestre de 2023, afastando-se bastante dos picos de 2022, e agora parece estar no caminho certo para atingir as metas de 2% dos bancos centrais. Em alguns casos, como no Reino Unido, ela já atingiu essa meta. Durante todo esse tempo, os mercados de trabalho permaneceram em uma base sólida.

Ainda assim, as autoridades estão cientes dos desafios futuros, principalmente no que diz respeito ao ritmo correto dos cortes nas taxas de juros.

Os mercados se moveram para refletir as expectativas de custos de empréstimos mais baixos, ajudando a reduzir as taxas de juros cobradas sobre hipotecas e outros produtos financeiros. Mas os bancos centrais ainda precisam confirmar essas medidas.

> "Em princípio, essa flexibilização pode ser boa para o crescimento global"
> *Pierre Gourinchas*

Um surto de turbulência no mercado no início de agosto, após dados fracos sobre o mercado de trabalho nos Estados Unidos e uma virada surpreendentemente conservadora do Banco do Japão (BoJ), destacou a angústia dos investidores em relação às perspectivas econômicas.

A liquidação de ações no início de agosto foi uma "amostra inicial" de um possível "evento de aversão a risco", especialmente se a moderação contínua do crescimento econômico der lugar a uma desaceleração mais séria, alertou Pierre-Olivier Gourinchas, economista-chefe do Fundo Monetário Internacional (FMI), em uma entrevista ao Financial Times. "Veremos alguma volatilidade, porque o mercado precisa se ajustar a uma nova fase do ciclo de desinflação, que é a normalização da política monetária."

Gourinchas endossou a mudança de direção dos bancos centrais, dizendo que era a medida "certa". "Em princípio, essa flexibilização pode ser boa para o crescimento global, pois ajudará a estabilizar a atividade", disse. Ele acrescentou que as economias dos mercados emergentes, em particular, se beneficiariam de um dólar mais fraco — uma provável consequência das taxas de juros mais baixas dos Estados Unidos.

O Banco Central Europeu (BCE), o BoE e o Banco do Canadá (BoC) já cortaram os seus juros neste verão (no hemisfério norte) e é esperado que eles voltem a reduzi-los nos próximos meses.

O Fed deve se juntar a eles em setembro, conforme Powell sinalizou na sexta-feira (23). Essa reunião acontece apenas seis semanas antes das eleições presidenciais nos Estados Unidos, cujo resultado deve ter ampla influência sobre o rumo da maior economia global.

O fato de ter levado tanto tempo para o Fed e outros bancos centrais começarem a fazer cortes mostra a extensão do problema da inflação que os tem perseguido nos últimos três anos.

Inicialmente vista como uma provação "transitória" e de curta duração, a inflação rapidamente se transformou em um problema explosivo e persistente para os consumidores de todo o mundo. O caminho de volta para a meta de 2% tem sido acidentado, agravado pelas guerras na Ucrânia e no Oriente Médio. Recentemente, no início do ano, um ressurgimento inesperado das pressões sobre os preços abalou as autoridades americanas.

Há muito tempo, os bancos centrais têm se fixado no risco de que a redução das taxas de juros muito cedo deixaria a inflação presa acima da meta — ou, pior ainda, ela aumentaria novamente à medida que as expectativas de aumento de preços se tornassem inerentes. Eles ainda não estão prontos para dar um fim à pior onda de pressões inflacionárias em uma geração.

Bailey, na sexta-feira, reiterou que tomaria uma abordagem cautelosa no processo de cortes de juros, reforçando as expectativas de que o BoE deve manter a sua taxa bancária em setembro antes de reduzi-la novamente em novembro. No sábado, o economista-chefe do BCE, Philip Lane, alertou que a meta de inflação "ainda não está garantida". As autoridades dos Estados Unidos também apoiam o corte gradual das taxas. Mas também deixaram a porta entreaberta para medidas mais agressivas, se necessário.

Após terem subido os juros muito tarde para conter a inflação, os banqueiros centrais reconhecem os riscos de mover as taxas muito lentamente nesta fase do ciclo econômico.

"Estou preocupado com o fato de estarmos mais apertados do que nunca durante todo esse ciclo", disse Austan Goolsbee, presidente do Fed de Chicago, ao Financial Times, observando que as taxas de juros ajustadas pela inflação aumentaram à medida que as pressões sobre os preços diminuíram, embora os custos nominais de empréstimos nos Estados Unidos tenham sido os mesmos por mais de um ano.

"Você só quer ser tão rígido por um motivo — se teme um superaquecimento — e o cenário atual não parece ser de superaquecimento", disse Goolsbee.

Embora Susan Collins, presidente do Fed de Boston, acreditasse que havia um "caminho claro" para atingir a meta de inflação de 2% sem uma "desaceleração desnecessária", ela reconheceu que os riscos para a maior economia do mundo poderiam se materializar. "Sou realista com relação a isso", disse. "A humildade não é algo ruim para nós."

2%
é a meta de inflação de Fed, BoE e BCE

Ironicamente, atitude de Powell encoraja ainda mais volatilidade

Análise

Mohamed El-Erian
Financial Times

Muitas questões se concentraram em torno da maneira como o presidente do Federal Reserve, Jerome Powell, expressaria seus muito aguardados comentários em Jackson Hole, entre eles os que dizem respeito ao equilíbrio entre tática e estratégia. No evento, Powell optou por um foco duplo naquilo que será encarado como seu segundo discurso mais marcante — o primeiro foi a fala de oito minutos em 2022, que enfatizou o "sofrimento" que estava por vir.

Primeiro, ele formalizou a opinião aceita de forma generalizada de que "chegou a hora de ajustar a política" e de que "a direção da viagem é clara". Em segundo, ofereceu uma avaliação histórica sobre a inflação de 2021 a 2024, que hoje significa que ele ficou mais "confiante de que a inflação está em rumo sustentável para voltar à meta de 2%".

Esse enfoque permite que o Fed mantenha um volume considerável de opções táticas e estratégicas. Em particular, o discurso bem escrito para Jackson Hole resistiu ao desejo de muitos de que Powell se guiasse pelo tamanho do corte de juros em setembro e, mais importante, o destino das taxas. No entanto, ironicamente, a reação imediata do mercado foi insistir ainda mais na noção de cortes agressivos nas taxas para um Fed que ainda é visto como um banco central de mandato único, mas com a qualificação crucial de que agora seu foco está mais em evitar desemprego maior do que em baixar a inflação.

Powell foi claro sobre por que chegou o momento de uma virada na política, ao observar que "o mercado de trabalho esfriou de modo considerável". Como resultado, o equilíbrio de risco hoje vê uma ameaça menor de que a inflação fique mais alta e "um aumento nos riscos de impacto negativo no emprego". Ele enfatizou ainda que o Fed "não busca nem recebe bem mais esfriamento nas condições do mercado de trabalho", para dissipar quaisquer dúvidas. Palavras fortes para um BC que, compreensivelmente, é cauteloso para declarar que a missão está cumprida no que diz respeito à batalha contra uma alta da inflação que "trouxe dificuldades prolongadas, em especial para os menos capazes de arcar com custos mais altos de itens de primeira necessidade, como alimentação, moradia e transporte".

Powell reconheceu que o Fed cometeu um erro em sua avaliação inicial (de 2021) de que a inflação mais alta seria temporária e reversível rapidamente. Ainda assim, o BC dos EUA estava longe de ser o único. Afinal, como o presidente do Fed aponta, "o bom navio transitório era um navio lotado, com a maioria dos analistas convencionais e dirigentes de BCs de economias avançadas a bordo".

Tão interessante quanto o que Powell disse é o que ele se absteve de falar e como os mercados reagiram apesar disso.

Muitos de nós esperávamos que ele fosse mais longe na busca de recuperar as narrativas política e econômica. Powell poderia ter feito isso ao ser mais claro a respeito de onde ele vê a nova taxa de juro neutra, do que será a jornada até essa taxa e do que significa na prática a meta de inflação de 2%, dada a posição da política fiscal e as condições do lado da oferta. Sem isso, os mercados e a comunidade de analistas terão dificuldade em deixar o modo "narrativa pingue-pongue" no qual, em menos de 30 dias, a visão de consenso mudou de pouso suave para recessão, em que alguns até defenderam um corte emergencial no intervalo entre as reuniões do Fed, apenas para voltar a um pouso suave.

Embora eu suspeite que o Fed deseja consolidar a mudança de política de mandato único (vencer a batalha contra a inflação) para duplo (estabilidade de preços e emprego máximo), não é aí que o mercado está. De fato, a reação imediata foi insistir ainda mais na avaliação de que o Fed cortaria as taxas em cerca de 1 ponto percentual nos próximos quatro meses, com um aumento da chance de um corte inicial de 0,5 ponto em setembro, que seria seguido por mais 1 ponto nos seis meses seguintes. Operadores têm dobrado a aposta em um Fed de mandato único, focado no emprego e muito disposto a implementar "cortes como medida de segurança" para reduzir de modo concreto o risco de recessão.

Logo antes de Jackson Hole, os mercados já operavam com base na noção de uma mudança de política que resultaria em cortes consideráveis ao longo dos próximos 12 meses. Ironicamente, o discurso de Powell os encorajou a operarem ainda mais rápido e com mais confiança. Nesse processo, os mercados têm ignorado, pelo menos até agora, suas importantes observações finais de que "os limites do nosso conhecimento... exigem humildade e um espírito questionador, focado em aprender lições do passado e em aplicá-las de maneira flexível aos nossos desafios atuais". Em suma, eles criam o risco de mais volatilidade do mercado e da narrativa nos meses adiante.

Mercado de trabalho aquecido é desafio, diz Campos Neto

Bloomberg

O presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, disse que um mercado de trabalho aquecido tem tornado a tarefa de controlar a inflação um desafio. Segundo ele, o processo de levar a inflação de volta à meta tem sido mais lento do que o esperado.

"Tem sido desafiador ter um processo de desinflação com o mercado de trabalho aquecido, especialmente em mercados emergentes como o Brasil", disse no sábado, durante o simpósio do Federal Reserve em Jackson Hole, nos EUA. Ele também afirmou que os aumentos de preços ao consumidor estão acelerando em toda a América Latina.

"O Brasil sempre teve histórico de inflação mais alta do que outros emergentes, mas estamos neste momento em que o processo de desinflação está estagnado", disse. Parte disso "tem a ver com como você continua esse processo com o mercado de trabalho aquecido".

O BC manteve a Selic estável em 10,5% após suspender, em junho, um ciclo de flexibilização que durou quase um ano. A inflação anual atingiu o teto da meta em julho, e os indicadores de atividade superaram as estimativas. Além disso, os dirigentes têm monitorado o mercado de trabalho em busca de sinais de novas pressões inflacionárias, à medida que os custos dos serviços aumentam.

Programas de transferência de renda do governo, antes usados para suavizar os impactos da pandemia no mercado de trabalho, aumentaram recentemente, disse Campos Neto no sábado. No entanto, a melhoria nas expectativas sobre o cenário fiscal do país ajudou a reduzir as taxas de juros do Brasil no passado, apoiando a ideia de que, quanto mais coordenadas são as políticas fiscal e monetária, "mais eficaz você é", disse.

Banqueiros centrais em todo o mundo "precisam entender que a inflação está convergindo, mas o processo teve um custo significativo para a sociedade", disse ele.

Em discursos públicos na semana passada, membros do BC disseram que seguem dependentes de dados. Campos Neto afirmou que a inflação deve desacelerar nos próximos meses. Ainda assim, traders e economistas esperam que o BC comece a elevar a Selic em setembro. O diretor de política monetária, Gabriel Galípolo, visto como favorito a suceder Campos, disse que uma alta está em pauta.

CURSO LIVE 3ª EDIÇÃO MASTER CLASS

Formação Executivos de Valor

Um gestor pronto para agir diante das transformações do século 21 precisa estar alinhado às megatendências que impactam as empresas e a sociedade. Venha se preparar para ser esse líder, com aulas de professores renomados e com a experiência e o conhecimento de executivos brilhantes em encontros especiais.

Talentos premiados guiando sua carreira para a liderança



WORKSHOP DE ABERTURA - total 4h
O novo contexto dos negócios
Com MILTON MALUHY (ITAÚ) e ANA FONTES (RME)

MÓDULO 1 - total 15h
Tendências da nova economia
MASTER CLASS
com PAULA BELLIZIA (AWS)

MÓDULO 2 - total 15h
Papel do líder na agenda ESG
MASTER CLASS
com MIGUEL SETAS (CCR)

MÓDULO 3 - total 15h
Da estratégia à execução
MASTER CLASS
com GUSTAVO WERNECK (GERDAU)

MÓDULO 4 - total 15h
Gestão de pessoas e liderança
MASTER CLASS
com CRISTINA PALMAKA (SAP)

100% REMOTO
FORMATO LIVE
64 horas de curso

AULAS AO VIVO
2 POR SEMANA

DE **12/09** A **24/10**

MATRÍCULAS ABERTAS

Saiba mais e inscreva-se:
executivosdevalor.valor.com.br
Para inscrições corporativas:
cursos@valor.com.br





INÊS 249

Finanças Indicadores

IMA - Índices de Mercado Anbima

Em 23/08/24

Índice	Referência	Valor do índice	Var. no dia %	Var. no mês %	Var. no ano %
IRF-M	1*	16.146,5171140	0,07	0,66	6,19
IRF-M	1+**	20.596,3419820	0,37	1,48	3,28
IRF-M	Total	18.681,0383060	0,27	1,21	4,11
IMA-B	5***	9.430,0256410	0,20	0,75	5,05
IMA-B	5+****	11.637,4046800	0,41	2,29	0,28
IMA-B	Total	10.150,9093560	0,33	1,47	2,46
IMA-S	Total	6.840,5010200	0,04	0,69	7,04
IMA-Geral	Total	8.339,9005720	0,17	1,06	4,91

Fonte: Anbima. Elaboração: Valor Data. * Prazo menor ou igual a 1 ano ** Prazo maior que 1 ano *** Prazo menor ou igual a 5 anos **** Prazo maior que 5 anos

Crédito

Taxas - em % no período

Linhas - pessoa jurídica	09/08	08/08	Há 1 semana	No fim de julho	Há 1 mês	Há 12 meses
Capital de giro pré até 365 dias - a.a.	32,42	32,58	32,48	29,63	33,15	35,33
Capital de giro pré sup. 365 dias - a.a.	25,02	25,91	25,20	24,96	24,65	27,04
Conta garantida pré - a.a.	49,35	46,51	36,70	38,67	40,31	44,49
Desconto de duplicata pré - a.a.	21,83	21,70	21,79	21,70	22,17	27,04
Vendor pré - a.a.	18,41	15,55	15,92	15,28	17,72	18,60
Capital de giro flut. até 365 dias - a.a.	14,15	14,60	16,73	16,30	18,65	21,03
Capital de giro flut. sup. 365 dias - a.a.	19,54	19,57	18,14	18,30	17,89	18,01
Conta garantida pós - a.a.	24,84	24,75	24,65	24,76	24,20	27,87
ACC pós - a.a.	8,50	8,50	7,85	8,30	8,00	8,83
Factoring - a.m.	3,23	3,23	3,25	3,25	3,24	3,52

Fontes: Banco Central, Anfac e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Juros externos

Empréstimos - em % ao ano

	23/08/24	22/08/24	Há 1 semana	No fim de julho	Há 1 mês	Há 12 meses
SOFR - empréstimos interbancários em dólar *						
Atual	-	5,3100	5,3200	5,3800	5,3400	5,3000
1 mês	-	5,3488	5,3532	5,3512	5,3481	5,2876
3 meses	-	5,3676	5,3670	5,3612	5,3595	5,1631
6 meses	-	5,3940	5,3935	5,3905	5,3894	5,0220
€STR - empréstimos interbancários em euro **						
Atual	-	3,6640	3,6640	3,6530	3,6650	3,6550
1 mês	-	3,6688	3,6686	3,6681	3,6672	3,5680
3 meses	-	3,7361	3,7519	3,7943	3,8116	3,3934
6 meses	-	3,8480	3,8562	3,8781	3,8876	3,1099
1 ano	-	3,9127	3,9125	3,9106	3,9055	2,1792
Euribor ***						
1 mês	-	3,608	3,595	3,630	3,598	3,642
3 meses	-	3,541	3,560	3,647	3,698	3,826
6 meses	-	3,408	3,367	3,579	3,652	3,953
1 ano	-	3,133	3,139	3,390	3,528	4,082
Taxas referenciais no mercado norte-americano						
Prime Rate	8,50	8,50	8,50	8,50	8,50	8,50
Federal Funds	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50
Taxa de Desconto	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50
T-Bill (1 mês)	5,30	5,29	5,42	5,37	5,37	5,38
T-Bill (3 meses)	5,14	5,16	5,22	5,27	5,31	5,46
T-Bill (6 meses)	4,87	4,93	4,98	5,09	5,15	5,51
T-Note (2 anos)	3,92	4,00	4,05	4,26	4,43	4,97
T-Note (5 anos)	3,65	3,72	3,76	3,91	4,16	4,37
T-Note (10 anos)	3,80	3,85	3,88	4,03	4,29	4,20
T-Bond (30 anos)	4,09	4,13	4,14	4,31	4,54	4,27

Fontes: ECB, EMMI, FRBNY e Valor PRO. Elaboração: Valor Data * Taxa baseada em transações de empréstimos overnight garantidos por títulos do Tesouro EUA. ** A taxa reflete os custos de empréstimos overnight sem garantia. ***Taxas da BBA e da Federação Bancária da União Europeia

Evolução das aplicações financeiras

Rentabilidade no período em %

Renda Fixa	ago/24*	jul/24	Mês jun/24	mai/24	abr/24	mar/24	Acumulado Ano*	Acumulado 12 meses**
Selic	0,67	0,91	0,79	0,83	0,89	0,83	6,88	11,50
CDI	0,67	0,91	0,79	0,83	0,89	0,83	6,88	11,50
CDB (1)	0,72	0,72	0,71	0,73	0,73	0,75	6,04	10,12
Poupança (2)	0,57	0,57	0,54	0,59	0,60	0,53	4,59	7,24
Poupança (3)	0,57	0,57	0,54	0,59	0,60	0,53	4,59	7,24
IRF-M	1,21	1,34	-0,29	0,66	-0,52	0,54	4,11	8,37
IMA-B	1,47	2,09	-0,97	1,33	-1,61	0,08	2,46	4,38
IMA-S	0,69	0,94	0,81	0,83	0,90	0,86	7,04	11,71
Renda Variável								
Ibovespa	6,23	3,02	1,48	-3,04	-1,70	-0,71	1,06	4,68
Índice Small Cap	7,83	1,47	-0,39	-3,38	-7,76	2,15	-6,83	-13,36
IBrX 50	5,65	3,15	1,63	-3,11	-0,62	-0,81	2,30	6,82
ISE	8,68	2,84	1,10	-3,61	-6,02	1,21	0,43	-4,44
IMOB	9,70	4,82	1,06	-0,73	-11,56	1,10	-4,38	-8,60
IDIV	6,17	1,90	1,99	-0,99	-0,56	-1,20	4,50	11,06
IFIX	0,70	0,53	-1,04	0,02	-0,77	1,43	2,33	5,25
Dólar Ptax (BC)	-2,40	1,86	6,05	1,35	3,51	0,26	14,15	19,42
Dólar Comercial (mercado)	-3,09	1,18	6,46	1,09	3,54	0,86	12,92	19,56
Euro (BC) (4)	0,78	2,92	4,73	2,89	2,37	0,07	15,41	17,29
Euro Comercial (mercado) (4)	0,21	2,23	5,07	2,79	2,43	0,71	14,19	17,68
Ouro (BC)	1,15	5,98	5,97	2,87	7,18	8,62	38,75	46,76
Inflação								
IPCA	-	0,38	0,21	0,46	0,38	0,16	2,87	4,50
IGP-M	-	0,61	0,81	0,89	0,31	-0,47	1,71	3,82

Fontes: Anbima, Bacen, B3, Focus, FGV, IBGE e Valor PRO. Elaboração: Valor Data
* Rendimento até o dia 23/ago. ** Até jul/24. (1) rendimento bruto do 1º dia útil do mês (2) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos até 03/05/12. (3) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos a partir de 04/05/12. (4) Variação sobre o Real

Fundos de Investimento

Análise diária da indústria - em 20/08/24

Categorias	Patrimônio líquido R$ milhões (1)	Rentabilidade nominal - % no dia	no mês	em 2024	em 12 meses	Estimativa da captação líquida - R$ milhões no dia	no mês	no ano	em 12 meses
Renda Fixa	3.678.447,55					-9.382,12	59.538,61	319.661,45	290.168,76
RF Indexados (2)	146.145,11	-0,07	0,73	4,18	7,65	-272,47	-1.043,69	-10.721,56	-15.592,30
RF Duração Baixa Soberano (2)	702.409,06	0,04	0,51	6,22	10,47	-4.501,63	14.260,56	53.942,32	47.190,74
RF Duração Baixa Grau de Invest. (2)	893.834,57	0,04	0,58	7,11	11,95	419,04	19.338,48	85.630,05	89.424,18
RF Duração Média Grau de Invest. (2)	190.439,45	0,04	0,05	7,18	12,01	-174,55	3.932,22	81.292,20	85.684,51
RF Duração Alta Grau de Invest. (2)	169.941,73	-0,02	0,65	5,92	9,36	-1.604,13	-902,30	-4.884,28	-6.433,43
RF Duração Livre Soberano (2)	213.708,91	0,00	0,59	5,90	10,02	-472,09	-6.378,77	-17.771,30	-34.895,37
RF Duração Livre Grau de Invest. (2)	665.388,38	0,01	0,62	6,42	10,73	34,24	10.887,31	-20.821,56	-39.935,19
RF Duração Livre Crédito Livre (2)	393.987,10	-0,02	0,76	6,61	11,26	-119,62	7.547,48	103.194,19	144.183,89
Ações	653.617,29					-319,24	-2.239,10	1.523,04	44.935,35
Ações Indexados (2)	10.968,66	0,24	6,66	1,46	17,40	-15,06	177,85	296,99	-829,07
Ações Índice Ativo (2)	31.542,98	0,31	6,64	0,40	14,09	-308,54	-907,39	-6.222,97	-5.642,02
Ações Livre	237.592,00	0,25	6,15	3,00	14,31	34,21	-1.466,71	-1.151,00	-5.770,10
Fechados de Ações	126.027,06	-0,08	2,01	-2,90	-0,57	0,59	-9,61	-2.038,80	29.536,06
Multimercados	1.634.709,01					-1.970,63	-29.675,77	-136.285,82	-265.757,17
Multimercados Macro	138.321,00	-0,03	0,86	3,05	7,21	-198,06	-4.720,68	-41.441,45	-62.490,40
Multimercados Livre	631.283,15	0,07	0,95	5,98	10,66	-778,90	-1.676,39	-16.004,60	-77.894,86
Multimercados Juros e Moedas	48.357,41	0,03	0,54	6,18	10,82	-76,87	-503,81	-10.051,68	-15.590,71
Multimercados Invest. no Exterior (2)	733.896,75	0,47	0,27	7,09	12,25	-947,79	-22.965,40	-70.204,25	-105.842,54
Cambial	6.368,70	1,52	-2,20	17,31	17,16	-313,44	142,35	-538,70	-1.125,90
Previdência	1.467.545,43					-45,28	3.041,74	26.144,46	41.402,82
ETF	43.846,84					103,25	-763,22	-3.142,42	-3.983,09
Demais Tipos	2.100.475,96					-2.735,63	15.096,36	88.000,81	85.646,37
Total Fundos de Investimentos	**7.484.534,81**					**-11.927,46**	**30.044,61**	**207.361,99**	**105.640,77**
Total Fundos Estruturados (3)	**1.807.414,86**					**771,32**	**12.681,21**	**99.633,75**	**163.983,85**
Total Fundos Off Shore (4)	**50.481,47**					-	-	-	-
Total Geral	**9.342.431,14**					**-11.156,14**	**42.725,82**	**306.995,74**	**269.624,62**

Fonte: ANBIMA. (1) PL e captação líquida de cada tipo exclui os Fundos em Cotas, evitando dupla contagem. (2) Para os tipos que iniciaram em 01/10/2015, as rentabilidades do ano e 12 meses foram estimadas com base na amostra atual de fundos. (3) FIDC, FII, FIP e FMIEE. (4) PL dos tipos imobiliários e Off-Shore referentes ao mês de junho de 2024 * Rentabilidade sem período completo.Obs.: Fundos de Investimentos regidos pela ICVM 555/14, ICVM 522/12, ICVM 409/04, ICVM 359/02 e ICVM 141/91. Dados sujeitos a retificação em razão da representatividade da amostra ou cadastramento de novos fundos. PL de cada tipo considera, adicionalmente, a estimativa dos fundos que não informaram o PL na data de emissão do relatório

Custo do dinheiro

Em % no período

Taxas referenciais	23/08/24	22/08/24	Há 1 semana	No fim de julho	Há 1 mês	Há 12 meses
Selic - meta ao ano	10,50	10,50	10,50	10,50	10,50	13,25
Selic - taxa over ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,15
Selic - taxa over ao mês	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,4711
Selic - taxa efetiva ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,19
Selic - taxa efetiva ao mês	0,8675	0,8675	0,8675	0,9071	0,9071	1,1375
CDI - taxa over ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,15
CDI - taxa over ao mês	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,4711
CDI - taxa efetiva ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,19
CDI - taxa efetiva ao mês	0,8675	0,8675	0,8675	0,9071	0,9071	1,1375
CDB Pré - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	11,39
CDB Pré - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	0,9027
CDB Pós - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	12,26
CDB Pós - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	0,9683
Taxa de juros de referência - B3						
TJ3 - 3 meses (em % ao ano)	10,57	10,65	10,62	10,50	10,49	12,67
TJ6 - 6 meses (em % ao ano)	10,96	11,11	11,06	10,83	10,77	12,05
Taxas referenciais de Swap - B3						
DI x Pré-30 - taxa efetiva ao ano	10,46	10,47	10,45	10,42	10,43	13,03
DI x Pré-60 - taxa efetiva ao ano	10,54	10,54	10,52	10,45	10,45	12,88
DI x Pré-90 - taxa efetiva ao ano	10,65	10,65	10,62	10,50	10,49	12,69
DI x Pré-120 - taxa efetiva ao ano	10,78	10,81	10,76	10,59	10,56	12,46
DI x Pré-180 - taxa efetiva ao ano	11,05	11,08	11,04	10,81	10,75	12,09
DI x Pré-360 - taxa efetiva ao ano	11,42	11,51	11,53	11,38	11,31	10,96

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Mercado futuro

Em 23/08/24

DI de 1 dia	PU de ajuste	Taxa efetiva - em % ao ano	Contratos negociados	Cotação - em % ao ano Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em set/24	99.764,53	10,408	241.927	10,404	10,410	10,408
Vencimento em out/24	98.938,62	10,472	130.910	10,466	10,478	10,466
Vencimento em nov/24	98.026,47	10,568	17.061	10,556	10,578	10,556
Vencimento em dez/24	97.261,02	10,675	13.751	10,665	10,700	10,670
Vencimento em jan/25	96.396,39	10,823	1.013.482	10,800	10,850	10,810
Vencimento em fev/25	95.484,52	10,956	244	10,935	10,980	10,945
Vencimento em mar/25	94.643,63	11,082	1.623	11,070	11,105	11,070
Vencimento em abr/25	93.847,53	11,179	118.127	11,145	11,220	11,145
Vencimento em mai/25	93.020,11	11,252	107	11,240	11,275	11,265
Vencimento em jun/25	92.165,67	11,302	254	11,295	11,315	11,305
Vencimento em jul/25	91.342,25	11,365	405.771	11,335	11,420	11,340
Dólar comercial	**Ajuste do dia**	**Var. no dia em %**	**Contratos negociados**	**Cotação - R$/US$ 1.000,00 Mínimo**	**Máximo**	**Último**
Vencimento em set/24	5.487,17	-1,94	260.780	5.479,50	5.595,50	5.480,00
Vencimento em out/24	5.504,07	-1,94	4.775	5.503,50	5.526,00	5.507,00
Vencimento em nov/24	5.524,07	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em dez/24	5.540,60	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em jan/25	5.560,55	-	0	0,00	0,00	0,00
Euro	**Ajuste do dia**	**Var. no dia em %**	**Contratos negociados**	**Cotação - R$/€ 1.000,00 Mínimo**	**Máximo**	**Último**
Vencimento em set/24	6.140,34	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em out/24	6.168,05	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em nov/24	6.199,93	-	0	0,00	0,00	0,00
Ibovespa	**Ajuste do dia**	**Var. no dia em %**	**Contratos negociados**	**Cotação - pontos do índice Mínimo**	**Máximo**	**Último**
Vencimento em out/24	137.705	0,43	91.975	137.330	138.485	137.750
Vencimento em dez/24	139.923	0,42	10	140.125	140.235	140.235
Vencimento em fev/25	142.014	-	0	0	0	0

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Indicadores do mercado

Em 23/08/24

Indicador	Compra	Venda	Variações % No dia	No mês	No ano	12 meses
Dólar (Ptax - BC) - (R$/US$)	5,5257	5,5263	-0,47	-2,40	14,15	12,83
Dólar Comercial (mercado) - (R$/US$)	5,4788	5,4794	-1,97	-3,09	12,92	12,87
Dólar Turismo (R$/US$)	5,5185	5,6985	-1,85	-2,73	12,90	12,73
Euro (BC) - (R$/€)	6,1750	6,1762	0,09	0,78	15,41	16,10
Euro Comercial (mercado) - (R$/€)	6,1308	6,1314	-1,24	0,21	14,19	16,27
Euro Turismo (R$/€)	6,2097	6,3897	-1,14	0,42	13,96	15,95
Euro (BC) - (US$/€)	1,1175	1,1176	0,57	3,25	1,10	2,89
Ouro*						
Banco Central (R$/g)	445,9806	446,0291	0,65	1,15	38,75	47,62
Nova York (US$/onça troy)¹	-	2.511,35	1,09	2,68	21,60	30,94
Londres (US$/onça troy)¹	-	2.500,30	-0,19	3,34	21,23	31,28

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. ¹ Última cotação

Índices de ações Valor-Coppead

Em pontos

Índice	23/08/24	22/08/24	No fim de jul/24	No fim de dez/23	Variação - em % dia	mês	Ano
Valor-Coppead Performance	178.029,18	176.383,39	164.489,50	173.997,89	0,93	8,23	2,32
Valor-Coppead Mínima Variância	105.657,16	105.478,50	101.224,36	93.533,91	0,17	4,38	12,96

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Captações de recursos no exterior

Últimas operações realizadas no mercado internacional *

Emissor/Tomador	Data de liquidação	Data do vencimento	Prazo meses	Valor US$ milhões	Cupom/ Custo em %	Retorno em %	Spread pontos-base **
BTG Pactual	08/04/24	08/04/29	60	500	6,25	-	-
Nexa	09/04/24	09/04/34	120	600	6,75	-	-
Movida	11/04/24	11/04/29	60	500	-	7,85	-
Aegea (1) (3)	25/06/24	20/01/31	79	300	9,0	8,375	-
República Federativa do Brasil (2)	27/06/24	22/01/32	91	2.000	6,125	6,375	212,8
Vale	28/06/24	28/06/54	360	1.000	6,4	6,458	210,0
XP	04/07/24	04/07/29	60	500	-	7	-

Fontes: Instituições e agências internacionais. Elaboração: Valor Data. * Atualizada em 23/08/24. ** Sobre o título do Tesouro americano de mesmo prazo. (1) Desenvolvimento sustentável (sustainabillity linked bond). (2) Títulos sustentáveis (green bonds). (3) Reabertura

ADR - Índices

Em 23/08/24

Índice	23/08/24	22/08/24	Em 31/07/24	Em 29/12/23	Em 23/08/23	Variação - em % dia	mês	ano	12 meses
S&P BNY	188,76	186,19	185,23	165,54	154,96	1,38	1,90	14,03	21,81
S&P BNY Emergentes	360,58	354,98	350,11	312,75	292,33	1,58	2,99	15,29	23,34
S&P BNY América Latina	198,50	195,66	189,19	225,28	202,89	1,45	4,92	-11,89	-2,16
S&P BNY Brasil	199,16	196,97	186,11	232,95	202,60	1,11	7,01	-14,51	-1,70
S&P BNY México	296,01	289,43	295,36	331,67	326,20	2,27	0,22	-10,75	-9,26
S&P BNY Argentina	245,80	239,30	223,58	178,27	156,17	2,72	9,94	37,88	57,39
S&P BNY Chile	143,84	141,21	139,05	162,12	168,75	1,87	3,45	-11,27	-14,76
S&P BNY Índia	3.109,56	3.084,29	3.096,48	2.923,01	2.804,76	0,82	0,42	6,38	10,87
S&P BNY Ásia	221,05	217,17	218,49	189,60	175,33	1,79	1,17	16,59	26,08
S&P BNY China	316,49	316,79	306,01	336,11	331,58	-0,09	3,43	-5,84	-4,55
S&P BNY África do Sul	206,70	213,24	221,65	199,87	196,03	-3,07	-6,74	3,42	5,44
S&P BNY Turquia	32,72	33,21	36,85	22,45	24,01	-1,49	-11,21	45,71	36,24

Fonte: S&P BNY Mellon. Elaboração: Valor Data

TR, Poupança e TBF

Variações % no período

Período	TR	Poupança *	Poupança **	TBF
06/08 a 06/09	0,0742	0,5746	0,5746	0,8425
07/08 a 07/09	0,0743	0,5747	0,5747	0,8439
08/08 a 08/09	0,0706	0,5710	0,5710	0,8068
09/08 a 09/09	0,0671	0,5674	0,5674	0,7720
10/08 a 10/09	0,0670	0,5673	0,5673	0,7713
11/08 a 11/09	0,0707	0,5711	0,5711	0,8082
12/08 a 12/09	0,0744	0,5748	0,5748	0,8451
13/08 a 13/09	0,0744	0,5748	0,5748	0,8451
14/08 a 14/09	0,0744	0,5748	0,5748	0,8445
15/08 a 15/09	0,0708	0,5712	0,5712	0,8085
16/08 a 16/09	0,0672	0,5675	0,5675	0,7729
17/08 a 17/09	0,0673	0,5676	0,5676	0,7736
18/08 a 18/09	0,0710	0,5714	0,5714	0,8107
19/08 a 19/09	0,0759	0,5763	0,5763	0,8477
20/08 a 20/09	0,0751	0,5755	0,5755	0,8466
21/08 a 21/09	0,0745	0,5749	0,5749	0,8454
22/08 a 22/09	0,0708	0,5712	0,5712	0,8091

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. * Depósitos até 03/05/12 ** Depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012

B3 - Brasil, Bolsa, Balcão

Índices de ações em 23/08/24

	Índice	No dia	No mês	No ano	Em 12 meses
Variação % em reais					
Ibovespa	135.608	0,32	6,23	1,06	14,79
IBrX	57.180	0,36	6,07	1,29	15,03
IBrX 50	22.729	0,12	5,65	2,30	16,34
IEE	94.302	0,95	5,74	-0,69	8,05
SMLL	2.192	2,40	7,82	-6,83	-4,31
ISE	3.780	1,66	8,69	0,43	7,79
IMOB	966	3,39	9,70	-4,38	0,59
IDIV	9.482	0,67	6,17	4,50	20,03
IFIX	3.388	0,29	0,70	2,33	6,23
Variação % em dólares					
Ibovespa	24.539	0,80	8,84	-11,47	1,73
IBrX	10.347	0,83	8,68	-11,26	1,94
IBrX 50	4.113	0,59	8,24	-10,38	3,11
IEE	17.064	1,43	8,34	-13,00	-4,24
SMLL	397	2,88	10,47	-18,38	-15,19
ISE	684	2,14	11,36	-12,02	-4,47
IMOB	175	3,87	12,40	-16,23	-10,85
IDIV	1.716	1,14	8,78	-8,46	6,38
IFIX	613	0,76	3,18	-10,36	-5,85

Fontes: B3, Banco Central e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Prêmio de risco do EMBI+*

Spread em pontos base **

País	Spread 30/07/24	Spread 29/07/24	Variação - em pontos No dia	No mês	No ano
Geral	412	408	4,0	9,0	67,0
África do Sul	328	323	5,0	1,0	2,0
Argentina	1.558	1.558	0,0	103,0	-349,0
Brasil	228	225	3,0	-3,0	33,0
Colômbia	314	312	2,0	8,0	49,0
Filipinas	83	81	2,0	15,0	25,0
México	190	186	4,0	4,0	23,0
Peru	108	106	2,0	6,0	6,0
Turquia	258	251	7,0	5,0	-18,0
Venezuela	19.547	19.429	118,0	978,0	-4.545,0

Fonte: JP Morgan. Elaboração: Valor Data. *Calculado pelo JP Morgan. **Sobre o título do tesouro americano. Obs.: último dado disponível pelo fornecedor em 30/07/24

Reservas internacionais

Liquidez Internacional *, em US$ milhões

Fim de período		Diário	
dez/23	355.034	13/08/24	367.023
jan/24	353.563	14/08/24	367.554
fev/24	352.705	15/08/24	366.347
mar/24	355.008	16/08/24	366.858
abr/24	351.599	19/08/24	367.652
mai/24	355.560	20/08/24	368.375
jun/24	357.827	21/08/24	368.997
jul/24	363.282	22/08/24	368.187

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. *Agrega, aos valores do conceito Caixa, haveres como títulos de exportação e outros de médio e longo prazos

Índice de Renda Fixa Valor

Base = 100 em 31/12/99

	23/08/24	22/08/24	21/08/24	20/08/24	19/08/24	16/08/24
Índice	2.157,77	2.152,82	2.157,96	2.155,94	2.156,36	2.152,03
Var. no dia	0,23%	-0,24%	0,09%	-0,02%	0,20%	0,00%
Var. no mês	1,27%	1,04%	1,28%	1,18%	1,20%	1,00%
Var. no ano	4,48%	4,24%	4,49%	4,39%	4,41%	4,20%

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Câmbio

Em 23/08/24

Moeda	Em US$ * Compra	Em US$ * Venda	Em R$ ** Compra	Em R$ ** Venda
Baht (Tailândia)	34,0000	34,0200	0,16240	0,16250
Balboa (Panamá)	1,0000	1,0000	5,5257	5,5263
Bolívar Soberano (Venezuela)	36,6050	36,6967	0,1506000	0,1510000
Boliviano (Bolívia)	6,8600	6,9900	0,7905	0,8056
Colon (Costa Rica)	520,2200	532,0000	0,010390	0,010620
Coroa (Dinamarca)	6,6756	6,6761	0,8277	0,8278
Coroa (Islândia)	136,3600	136,5400	0,04047	0,04053
Coroa (Noruega)	10,4773	10,4815	0,5272	0,5275
Coroa (Rep. Tcheca)	22,3980	22,4210	0,2465	0,2467
Coroa (Suécia)	10,1827	10,1864	0,5425	0,5427
Dinar (Argélia)	133,8754	134,4270	0,04111	0,04128
Dinar (Kuwait)	0,3053	0,3054	18,0933	18,1012
Dinar (Líbia)	4,7493	4,7716	1,1580	1,1636
Direitos Especiais de Saque ***	1,3460	1,3460	7,4376	7,4384
Dirham (Emirados Árabes Unidos)	3,6726	3,6736	1,5042	1,5047
Dirham (Marrocos)	9,6379	9,6629	0,5718	0,5734
Dólar (Austrália)***	0,6777	0,6778	3,7448	3,7457
Dólar (Bahamas)	1,0000	1,0000	5,5257	5,5263
Dólar (Belize)	1,9982	2,0332	2,7177	2,7656
Dólar (Canadá)	1,3514	1,3515	4,0886	4,0893
Dólar (Cayman)	0,8250	0,8350	6,6176	6,6985
Dólar (Cingapura)	1,3025	1,3033	4,2398	4,2428
Dólar (EUA)	1,0000	1,0000	5,5257	5,5263
Dólar (Hong Kong)	7,7961	7,7962	0,7088	0,7089
Dólar (Nova Zelândia)***	0,6212	0,6213	3,4326	3,4335
Dólar (Trinidad e Tobago)	6,7579	6,8260	0,8095	0,8178
Euro (Comunidade Européia)***	1,1175	1,1176	6,1750	6,1762
Florim (Antilhas Holandesas)	1,7845	1,8200	3,0361	3,0968
Franco (Suíça)	0,8491	0,8492	6,5069	6,5084
Guarani (Paraguai)	7590,1300	7608,8000	0,0007262	0,0007281
Hryvnia (Ucrânia)	41,2200	41,5000	0,1331	0,1341
Iene (Japão)	144,8600	144,8700	0,03814	0,03815
Lev (Bulgária)	1,7501	1,7512	3,1554	3,1577
Libra (Egito)	48,7300	48,8300	0,1132	0,1134
Libra (Líbano)	89500,0000	89600,0000	0,000062	0,000062
Libra (Síria)	13000,0000	13003,0000	0,00043	0,00043
Libra Esterlina (Grã Bretanha)***	1,3194	1,3195	7,2906	7,2920
Naira (Nigéria)	1550,0000	1600,0000	0,00345	0,00357
Lira (Turquia)	33,9672	33,9702	0,1627	0,1627
Novo Dólar (Taiwan)	31,8650	31,8950	0,17320	0,17340
Novo Sol (Peru)	3,7403	3,7486	1,4741	1,4775
Peso (Argentina)	944,5000	945,0000	0,00585	0,00585
Peso (Chile)	908,1600	909,1500	0,006078	0,006085
Peso (Colômbia)	4024,1700	4029,9900	0,001371	0,001373
Peso (Cuba)	24,0000	24,0000	0,2302	0,2303
Peso (Filipinas)	56,4000	56,4200	0,09794	0,09798
Peso (México)	19,0926	19,1031	0,2893	0,2894
Peso (Rep. Dominicana)	59,4400	59,8200	0,09237	0,09297
Peso (Uruguai)	40,3500	40,3800	0,13680	0,13700
Rande (África do Sul)	17,7313	17,7367	0,3115	0,3117
Rial (Arábia Saudita)	3,7520	3,7524	1,4726	1,4729
Rial (Irã)	42000,0000	42005,0000	0,0001315	0,0001316
Ringgit (Malásia)	4,3720	4,3780	1,2622	1,2640
Rublo (Rússia)	91,4955	91,5045	0,06039	0,06040
Rúpia (Índia)	83,7810	83,8360	0,06591	0,06596
Rúpia (Indonésia)	15485,0000	15495,0000	0,0003566	0,0003569
Rúpia (Paquistão)	278,9700	279,2800	0,01979	0,01981
Shekel (Israel)	3,6847	3,6899	1,4975	1,4998
Won (Coréia do Sul)	1327,1500	1328,7800	0,004159	0,004164
Yuan Renminbi (China)	7,1244	7,1255	0,7755	0,7757
Zloty (Polônia)	3,8178	3,8216	1,4459	1,4475
	Cotações Ouro Spot (2)	**Cotações Paridade (3)**	**Em R$(1) Compra**	**Em R$(1) Venda**
Dólar Ouro	2509,62	0,01239	445,9806	446,0291

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: Valor Data
* Cotações em unidades monetárias por dólar. ** Cotações em reais por unidade monetária. *** Moedas do tipo B (cotadas em dólar por unidade monetária). (1) Por grama. (2) US$ por onça. (3) Grama por US$. Observações: As taxas acima deverão ser utilizadas somente para coberturas específicas de acordo com a legislação vigente. As contratações acima referidas devem ser realizadas junto às regionais de câmbio do Rio e de São Paulo. O lote mínimo operacional, exclusivamente para efeito das operações contratadas junto à mesa de operações do Banco Central em Brasília, foi fixado para hoje em US$ 1.000.000. Nota: em 29/03/10, o Banco Central do Brasil passou a divulgar, para a maior parte das moedas presentes na tabela, as cotações com até quatro casas decimais, padronizando-as aos parâmetros internacionais

Bolsas de valores internacionais

País	Cidade	Índice	23/08/24	22/08/24	Variações % No dia	No mês	No ano	Em 12 meses	Em 12 meses Menor índice	Em 12 meses Maior índice
Américas										
EUA	Nova York	Dow Jones	41.175,08	40.712,78	1,14	0,81	9,25	19,44	32.417,59	41.198,08
EUA	Nova York	Nasdaq-100	19.720,87	19.491,84	1,18	1,85	17,21	30,19	14.109,57	20.675,38
EUA	Nova York	Nasdaq Composite	17.877,79	17.619,35	1,47	1,58	19,10	30,29	12.595,61	18.647,45
EUA	Nova York	S&P 500	5.634,61	5.570,64	1,15	2,03	18,13	27,02	4.117,37	5.667,20
Canadá	Toronto	S&P/TSX	23.286,08	23.037,47	1,08	0,76	11,11	17,13	18.737,39	23.286,08
México	Cidade do México	IPC	53.490,92	53.316,20	0,33	0,67	-6,79	-0,27	48.197,88	58.711,87
Colômbia	Bogotá	COLCAP	1.331,01	1.334,96	-0,30	-1,09	11,36	21,05	1.046,70	1.441,68
Venezuela	Caracas	IBVC	94.746,62	93.092,05	1,78	5,05	63,83	156,88	36.599,96	94.746,62
Chile	Santiago	IPSA	6.463,24	6.476,39	-0,20	0,35	4,28	4,42	5.407,50	6.810,91
Peru	Lima	S&P/BVL General	28.428,88	28.371,18	0,20	-3,75	9,51	23,00	21.451,73	30.891,77
Argentina	Buenos Aires	Merval	1.606.967,38	1.577.419,84	1,87	6,58	72,85	161,08	514.073,77	1.715.609,97
Europa, Oriente Médio e África										
Euro	-	Euronext 100	1.483,63	1.477,32	0,43	-0,38	6,31	10,36	3.425,66	4.149,65
Alemanha	Frankfurt	DAX-30	18.633,10	18.493,39	0,76	0,67	11,23	18,47	14.687,41	18.869,36
França	Paris	CAC-40	7.577,04	7.524,11	0,70	0,60	0,45	4,56	6.795,38	8.239,99
Itália	Milão	FTSE MIB	33.650,17	33.310,93	1,02	-0,34	10,87	19,18	27.287,45	35.410,13
Bélgica	Bruxelas	BEL-20	4.112,91	4.109,04	0,09	-0,42	10,93	13,52	3.290,68	4.142,40
Dinamarca	Copenhague	OMX 20	2.724,65	2.740,88	-0,59	-0,98	19,32	24,74	2.059,59	2.952,52
Espanha	Madri	IBEX-35	11.278,10	11.156,30	1,09	1,93	11,64	21,07	8.918,30	11.444,00
Grécia	Atenas	ASE General	1.432,60	1.436,11	-0,24	-3,08	10,78	10,73	1.111,29	1.502,79
Holanda	Amsterdã	AEX	908,56	908,36	0,02	-1,31	15,47	22,66	714,05	944,91
Hungria	Budapeste	BUX	72.949,64	73.239,70	-0,40	-1,49	20,34	28,15	55.055,60	74.051,15
Polônia	Varsóvia	WIG	84.158,33	84.170,37	-0,01	-0,22	7,26	23,48	63.776,83	89.414,00
Portugal	Lisboa	PSI-20	6.698,07	6.645,03	0,80	-0,15	4,71	11,26	5.824,40	6.971,10
Rússia	Moscou	RTS*	915,64	940,61	-2,65	-14,95	-15,49	-12,89	915,64	1.211,87
Suécia	Estocolmo	OMX	2.559,27	2.541,10	0,72	-1,92	6,72	18,78	2.049,65	2.641,47
Suíça	Zurique	SMI	12.347,46	12.305,45	0,34	0,24	10,86	12,52	10.323,71	12.365,18
Turquia	Istambul	BIST 100	9.668,10	9.921,40	-2,55	-9,12	29,42	27,17	7.260,44	11.172,75
Israel	Tel Aviv	TA-125	-	2.032,71	-	1,74	8,37	8,34	1.608,42	2.069,46
África do Sul	Joanesburgo	All Share	84.351,56	83.620,81	0,87	1,92	9,70	13,95	69.451,97	84.351,56
Ásia e Pacífico										
Japão	Tóquio	Nikkei-225	38.364,27	38.211,01	0,40	-1,89	14,64	19,85	30.526,88	42.224,02
Austrália	Sidney	All Ordinaries	8.249,10	8.258,10	-0,11	-0,86	5,36	11,96	6.960,20	8.343,80
China	Shenzhen	SZSE Composite	1.506,22	1.505,08	0,08	-6,49	-18,04	-20,80	1.433,10	1.981,63
China	Xangai	SSE Composite	2.854,37	2.848,77	0,20	-2,87	-4,05	-7,28	2.702,19	3.177,06
Coréia do Sul	Seul	KOSPI	2.701,69	2.707,67	-0,22	-2,49	1,75	7,83	2.277,99	2.891,35
Hong Kong	Hong Kong	Hang Seng	17.612,10	17.641,00	-0,16	1,54	3,31	-1,31	14.961,18	19.636,22
Índia	Bombaim	S&P BSE Sensex	81.086,21	81.053,19	0,04	-0,80	12,25	23,92	63.148,15	81.867,55
Indonésia	Jacarta	JCI	7.544,30	7.488,68	0,74	3,98	3,73	9,00	6.642,42	7.554,59
Tailândia	Bangcoc	SET	1.354,87	1.341,03	1,03	2,57	-4,31	-12,53	1.274,01	1.576,67
Taiwan	Taipé	TAIEX	22.158,05	22.148,83	0,04	-0,19	23,58	33,67	16.001,27	24.390,03

Fontes: Valor PRO, Bolsas de Bangcoc, Bogotá, Bombaim, Budapeste, Istambul, Jacarta, Joanesburgo, Lima, Madri, Moscou e Zurique. Elaboração: Valor Data
* Índice expresso em dólares



Governança Depois de reduzir estoque de processos, órgão terá área técnica para fazer propostas

‘Conselhinho’ quer estar mais perto do CMN para aprimorar regulação

Guilherme Pimenta
De Brasília

Reconduzida recentemente à presidência do Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional (CRSFN) por mais três anos, Adriana Teixeira de Toledo quer aprofundar a governança do órgão e aproximar o colegiado do Conselho Monetário Nacional (CMN) para sugerir aperfeiçoamentos regulatórios no mercado de capitais e no bancário.

O CRSFN, conhecido como Conselhinho, é um órgão vinculado ao Ministério da Fazenda que julga recursos de condenações aplicadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), pelo Banco Central (BCB) e pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) a companhias abertas, bancos, administradores e investidores. Após reduzir o estoque de processos no seu primeiro mandato, ela contou em entrevista ao **Valor** que o foco, agora, é acelerar processos internos para dar mais efetividade ao colegiado, para consolidar os resultados obtidos até aqui.

À frente do órgão desde 2021, Toledo foi reconduzida à presidência do Conselhinho pelo secretário-executivo da Fazenda, Dario Durigan. Ela trabalhou na formulação de um novo regimento interno que está prestes a ser assinado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Com a nova estrutura, o CRSFN terá uma área técnica, cujo principal papel é a construção de propostas para sugerir mudanças de regulação ao CMN, órgão composto pelo presidente do Banco Central e pelos ministros da Fazenda e do Planejamento, responsável pela regulação do mercado de crédito e bancário do país.

Além de sugerir ao CMN mudanças na regulação do mercado, esse novo departamento, que será diretamente vinculado à presidência do CRSFN, também vai aprofundar a interação com os órgãos de primeira instância, bem como acompanhar projetos de lei que tenham relação com os mercados regulados.

“Como a gente é a ponta final para a aplicação das normas do processo de supervisão, quando detectamos que uma regra não está clara o suficiente ou que está gerando algum conflito aparente, a nova área [Cotec] agora vai fazer os devidos encaminhamentos com proposta para a melhoria das normas”, explicou a presidente. “Estamos estabelecendo um novo fluxo e fiz questão de colocar isso como uma atribuição regimental”, complementou.

O Conselhinho é um órgão paritário, composto por oito conselheiros: quatro representantes da administração pública e quatro de associações que representam diversos segmentos do setor privado.

Quando assumiu o comando do conselho, em 2021, o órgão tinha um estoque de 218 processos a julgar, número que se mantinha constante desde 2018. Há duas semanas, no início de agosto, o acervo do CRSFN apontava para um total de 85 processos a serem analisados, representando uma redução de estoque de 61% em três anos.

Essa queda, diz, deve-se a algumas mudanças que implementou durante sua gestão, como sessões 100% virtuais, controles de risco e da produtividade dos conselheiros, metas de julgamento e reorganização de funções na secretaria-geral do órgão.

A gestão de riscos também está na pauta deste segundo mandato, diz Toledo. A intenção é que uma área do órgão aprofunde o desenvolvimento de meios de controle para monitoramento dos processos, já que o conselho lida com diversas informações sigilosas.

Nesse contexto, o departamento vai controlar, de forma mais rigorosa, os prazos processuais do CRSFN, já que pode haver prescrição se um processo ficar parado durante muito tempo. Por último, essa área vai monitorar se determinado conselheiro estaria impedido para julgar algum caso — o que ocorre nas hipóteses de o conselheiro ter interesse no resultado do julgamento, por ser ou ter sido advogado de recorrentes em outra demanda, seja empresa ou pessoa física, por exemplo.

“Quando assumi, uma das coisas mais críticas era a falta de separação entre a gestão processual e gestão organizacional na Secretaria Geral, e agora temos uma divisão clara das atribuições. As responsabilidades são bem definidas”, explicou.

A presidente também contou que o Conselhinho tem julgado cada vez mais matérias novas que desafiam os conselheiros, o que deve se aprofundar em seu segundo mandato.

Como exemplo, citou temas relacionados a criptoativos, derivativos e outras inovações no sistema financeiro, como instituições integrantes do sistema de pagamentos. O conselho tem tentado também “harmonizar” as sanções relacionadas à prevenção de lavagem de dinheiro aplicadas pelos órgãos de primeira instância, contou.

Nos últimos anos, também começaram a chegar no Conselhinho processos oriundos da primeira instância com a aplicação de multas majoradas. Isso porque, desde 2017, uma nova lei elevou o teto de multas aplicadas tanto pelo BC como pela CVM.

Passados sete anos, os recursos começam a ser analisados pelo órgão colegiado e, de acordo com ela, há um aumento natural da judicialização das decisões do órgão. Dessa forma, a presidente tem tentado fazer agendas com magistrados para explicar ao Judiciário o que é o Conselhinho.

Além de presidir o CRSFN, Toledo do comanda o Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Aberta e de Capitalização (CRSNSP), que julga recursos da Superintendência de Seguros Privados (Susep). Aplicando as mesmas medidas de gestão, conseguiu reduzir o estoque de processos, que caiu de 1.154 em 2021, para 86 em agosto deste ano — uma redução de 90% do volume.

“Nos primeiros anos, o foco foi em produtividade, quantidade e velocidade. Agora, será na qualidade”, afirmou Toledo.

“A redução do estoque é um feito importante, permite a diminuição do tempo médio de julgamento dos processos sancionadores em fase de recurso. Assim, as decisões do conselho têm mais contemporaneidade com os fatos”, disse Fabiano Jantalia, sócio-fundador do Jantalia Advogados, especialista em direito bancário e ex-procurador do BC. “A diminuição do tempo entre os fatos e a decisão final dá mais referência de comportamento aos agentes econômicos, com os julgamentos se tornando mais eficazes”, complementou.

Para o futuro, Jantalia avalia que o desafio do órgão está na relação dos conselheiros com os advogados. Ele concorda que temas envolvendo criptomoedas e “tokenização” de ativos, que em breve serão analisados pelo CRSFN, serão desafiadores.

> “Decisões têm mais contemporaneidade com os fatos [após redução de prazos]” *Fabiano Jantalia*

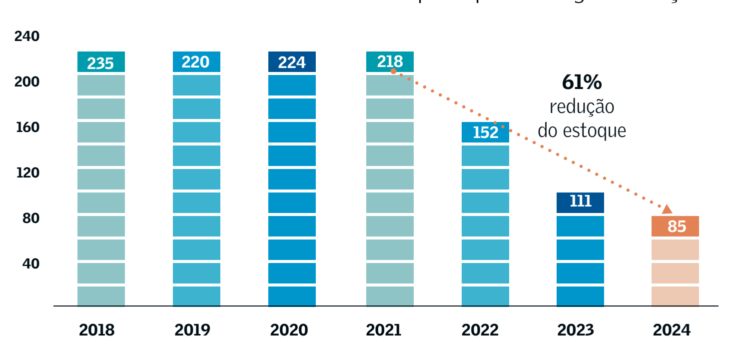


WENDERSON ARAUJO/VALOR

Toledo: quando Conselhinho detectar regra que não esteja clara ou gere conflito, nova área técnica vai fazer encaminhamentos para propostas de melhoria

Estoque de processos a julgar no CRSFN

Conselhinho reduziu acervo em 61% e quer aprimorar governança



Fonte: Ministério da Fazenda

Curtas

Debêntures da Cemig

A Cemig Distribuição, controlada da Cemig, entrou com pedido de registro automático para uma oferta de debêntures que deve movimentar R$ 2 bilhões. A emissão será feita em duas séries: uma de R$ 1 bilhão, com prazo de sete anos, e outra também de R$ 1 bilhão, com vencimento em 12 anos. A empresa pretende pagar, no máximo, DI mais 0,60% ao ano na série mais curta. Na segunda, a remuneração pode ser a taxa interna do IPCA+ acrescido de 0,10% ou 6,50% ao ano. *(Felipe Laurence)*

Itaú vende ações da XP

O Itaú Unibanco informou na noite de sexta-feira que concluiu a alienação da totalidade das ações Classe A da XP que detinha. Ainda assim, permanece com 8.285.060 ações Classe B da XP, que representam 1,54% do capital social total da corretora. “Referida alienação não deve acarretar efeitos materiais nos índices de capital e nos resultados da companhia neste exercício social”, diz o Itaú. A ação classe A da XP fechou a sexta-feira cotada a US$ 19,60 na Nasdaq. *(Álvaro Campos)*

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – INSTITUTO DE MATEMÁTICA E ESTATÍSTICA
ABERTURA DE LICITAÇÃO
A Universidade de São Paulo através do Instituto de Matemática e Estatística torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO, sob n°: 07/2024 – IME**, do tipo menor preço, cujo objeto é **contratação de empresa para aquisição de livros**, conforme especificações e condições constantes deste Edital e seus Anexos, cuja data para início do prazo de Recebimento das Propostas Eletrônicas será o **dia 26/08/2024 a partir das 10h00**, estando a sessão de disputa agendada para **o dia 09/09/2024 às 09h30**, sendo o acesso à sessão por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado **“Portal de Compras do Governo Federal”** através do sítio **www.gov.br/compras/pt-br**. O Edital na íntegra se encontrará disponível a partir do **dia 26/08/2024**, além da página do **ComprasGov**, citada anteriormente, nos seguintes endereços: **www.usp.br/licitacoes** e **www.imprensaoficial.com.br**.



Ultrapar Participações S.A.
Companhia Aberta
CNPJ nº 33.256.439/0001-39 - NIRE 35.300.109.724
Ata da Reunião do Conselho de Administração
Realizada em: 07/08/2024. **Certidão:** Secretaria de Desenvolvimento Econômico - JUCESP. Certifico o Registro sob o número 304.611/24-4 em 19.08.2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

AQUI, SEU ANÚNCIO ENCONTRA O PÚBLICO CERTO. ANUNCIE!
EDITORAGLOBONEGOCIOS.COM.BR

Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal
Secretaria Executiva de Gestão Integrada
Subsecretaria de Administração Geral
Coordenação de Planejamento, Licitações e Compras Diretas

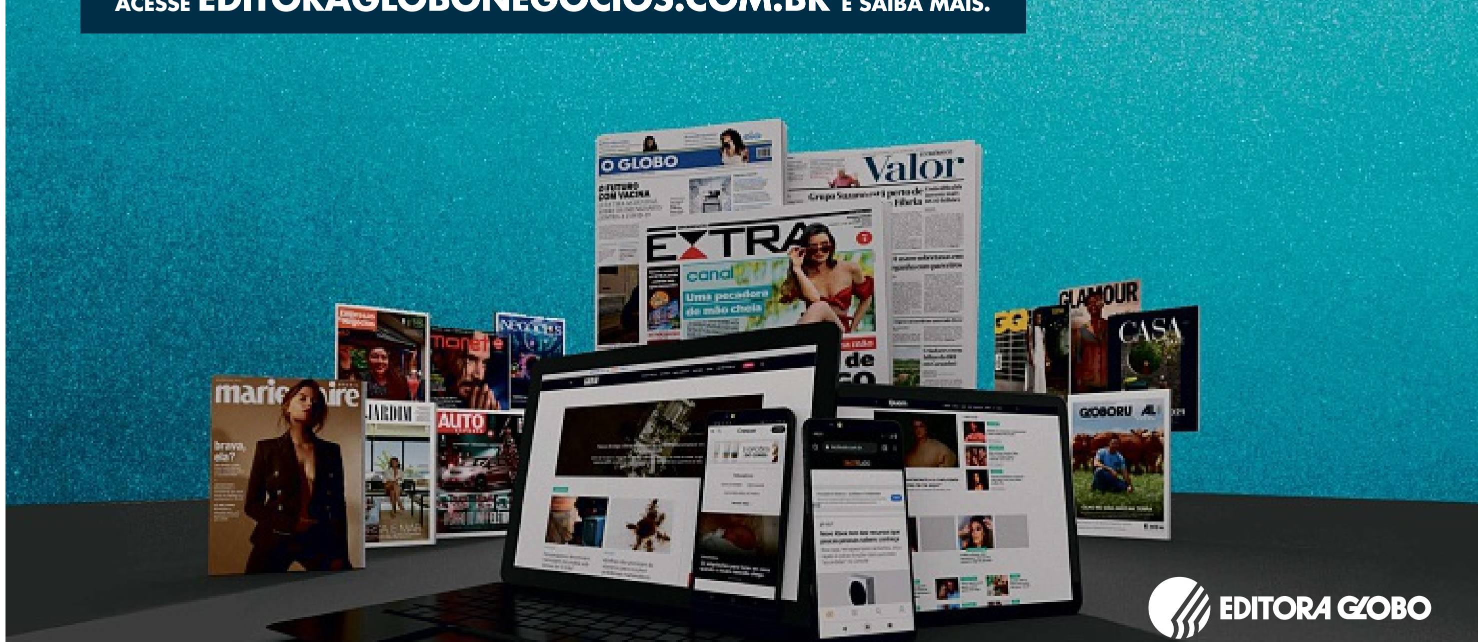


AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2024
PROCESSO SEI-GDF: 00054-00136163/2023-35. TIPO: Menor Preço. Modo de disputa: Aberto. OBJETO: Aquisição de material permanente para o Centro Médico da Polícia Militar do Distrito Federal, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos. VALOR ESTIMADO: R$ 525.892,06. DOTAÇÃO: UO 44.90.52 FONTE: 392, 321, 121 PROGRAMA: 06.181.6217.4220.0010. PRAZO de entrega: 90 (noventa) dias a contar da assinatura do contrato. Vigência do contrato: 12 (doze) meses a partir da assinatura. DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 05/09/2024, às 9h30, no https://www.gov.br/compras/pt-br/. UASG 450107. O Edital está disponível no endereço acima e no portal http://www.ssp.df.gov.br/licitacoes/.
Brasília/DF, 23 de agosto de 2024.
GABRIELLA ALVES DA CUNHA ROCHA
Pregoeira

AQUI, SEU ANÚNCIO ENCONTRA O PÚBLICO CERTO. ANUNCIE!

EM DIFERENTES PLATAFORMAS E EM DIVERSOS CONTEXTOS, AS MARCAS DA EDITORA GLOBO SÃO A MELHOR OPÇÃO PARA O SEU ANÚNCIO, PORQUE ENTREGAM O QUE CADA PÚBLICO QUER: CONTEÚDOS DE QUALIDADE COM CREDIBILIDADE.

ACESSE EDITORAGLOBONEGOCIOS.COM.BR E SAIBA MAIS.



INÊS 249

Estratégia Depois de ampliar assessoria própria, ideia é usar tecnologia para jornada mais fluida

‘Pegada’ de plataforma é nova tática do Santander para atrair investidor

Adriana Cotias
De São Paulo

O Santander começa a colher resultados da estratégia de dar mais peso à área de investimentos dentro do grupo no Brasil. Depois de espalhar os escritórios “AAA”, com assessores especialistas, por 180 cidades, o próximo passo é colocar no ar o aplicativo repaginado da corretora. Será a tecnologia da plataforma de investimentos Toro, operação adquirida em 2021 pelo banco — com fatia remanescente em janeiro último —, que promete uma experiência mais fluida e integrada para os clientes.

No segundo trimestre, o banco captou R$ 9,4 bilhões junto à pessoa física no segmento de varejo, um incremento de quase 65% em relação ao mesmo período do ano passado. Dentro desse conjunto, nas carteiras sob aconselhamento com aplicações acima de R$ 100 mil, o ingresso líquido médio por assessor dos escritórios quase duplicou, a R$ 4,2 milhões. Hoje, são 1,7 mil profissionais dedicados nessas estruturas, e a ambição é encerrar o ano com 2 mil pessoas.

“Com os resultados, dá para falar com convicção que o banco virou o jogo em investimentos”, afirma Alessandro Chagas, diretor de investimentos da divisão de “wealth management”, criada no início de 2023, sob a vice-presidência de Carlos André — também presidente da Anbima, que representa o mercado de capitais e de investimentos.

Nos dois últimos anos, o grupo espanhol passou a dar ênfase à agenda de passivos no Brasil, estimulando um olhar mais transversal da diretoria de investimentos sobre as diversas áreas e assim “ligar os pontos”, identificando oportunidades para fazer crescer o bolo, diz Chagas.

“Cada vez mais a gente vê a plataforma de investimento migrando para um modelo menos verticalizado, possibilitando o ‘cross sell’ [vendas cruzadas] com outros produtos”, afirma. Ele avalia que o desenho do AAA de assessoria financeira atingiu um certo grau de maturidade e está pronto para se consolidar, ganhando velocidade e consistência. “E a captação é o principal reconhecimento, a nossa bússola.”

> “Dá para falar com convicção que banco virou o jogo em investimentos” *Alessandro Chagas*

A distribuição via especialistas, inspirada no modelo dos antigos agentes autônomos, foi uma forma de o Santander se defender da migração de investidores dos grandes bancos para plataformas de varejo, como XP e BTG Pactual. Esses distribuidores ganharam o mercado principalmente no período de juros para baixo, entre 2016 até o fim da pandemia de covid-19. “Já houve uma virada grande. Em alguns momentos, o banco chegou a ter um certo nível de evasão, e hoje repatria recursos de outras corretoras”, afirma Chagas. É certo que as taxas mais altas no último ciclo monetário também ajudaram a atrair e reter o cliente apegado à renda fixa mais “vitaminada”.

O plano de ter assessores de investimentos externos, que chegou a ser cogitado pelo Santander, saiu de cena. “A gente não aposta no modelo ‘B2B’, colocamos as nossas fichas no ‘B2C’, na Toro também. O grande diferencial do AAA é que tem trazido aquele empreendedor que era assessor do B2B no modelo de sócio para o nosso, com carteira de clientes do Santander, com remuneração atrelada à carteira, sem intermediário”, diz Chagas. Em geral, o banco atribui de 100 a 150 clientes por profissional.

A valorização dos assessores internos veio casada com a modernização da tecnologia, afirma Chagas. Isso significou adaptar a plataforma a uma oferta mais aberta e, ao mesmo tempo, amigável. “A gente percebe em pesquisas sobre a nova experiência digital que o investidor, no fim do dia, quer uma oferta simples, com retorno associado ao perfil de risco.”

Uma das inovações que a pessoa física vai perceber em breve será o Santander Trader, a experiência da jornada digital da Toro embarcada no aplicativo da corretora do banco. “Vai ser uma evolução gigantesca em relação ao app atual. O investidor poderá fazer ordens customizadas, ver a sua posição em tempo real, a evolução dos preços, calcular o preço médio e ter à mão uma calculadora de IR. Tudo pegando o chassis da Toro, um dos apps mais bem avaliados.” Vai estar integrado à conta do banco, sem a necessidade de transferências para comprar e vender ativos. O relacionamento com a instituição serve de base para os limites que o cliente terá para operar na bolsa.

Outro reforço foi na grade de produtos. No fim de junho, o Santander passou a distribuir sete fundos de investimentos no exterior sob gestão da asset do grupo em Miami, para aplicações a partir de US$ 100 mil. A oferta veio na sequência do fim do diferimento tributário em fundos fechados exclusivos, veículos que eram muito usados por famílias de alto patrimônio para uma melhor eficiência fiscal e que neste ano passaram a pagar o “come-cotas” (o imposto semestral) das carteiras abertas de renda fixa, multimercados e cambiais.

“É uma oferta simples, mas aderente do perfil do cliente, que se provou vencedora”, diz Chagas. Nesse conjunto há desde carteiras mais conservadoras de “money market”, equivalentes aos fundos DI no Brasil, crédito voltado para emergentes até carteiras mais arrojadas. “Se resumir, o Santander está, de fato, com outra pegada de investimentos e os números estão aí, batendo recorde atrás de recorde. Isso é fruto da estratégia executada.”


ROGERIO VIEIRA/VALOR
Chagas, do Santander: banco chegou a ver saída de investidores, mas hoje repatria recursos de outras corretoras

65% foi alta da captação no varejo de pessoa física

BTG estreia em carteiras de crédito de fundos de pensão


DIVULGAÇÃO
Cutolo: “Para esse crédito desenvolvemos uma esteira de produtos específicos”

Liane Thedim
Do Rio

O BTG Pactual está entrando no segmento de carteiras administradas de crédito de fundos de pensão e Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS). A primeira operação, com a Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo (Prevcom), dos servidores públicos de São Paulo, foi este mês para a rua, depois de dois anos de discussões jurídicas na elaboração do formato do contrato.

Segundo Sergio Cutolo, sócio do banco, as restrições regulatórias aumentaram o tempo de preparação, mas, agora, essa operação abre caminho para “muitas outras que estão entrando em linha de produção”. O executivo afirma que o banco tem, no momento, dez mandatos em andamento.

Cutolo, que foi ministro da Previdência no governo Itamar Franco e presidente da Caixa Econômica Federal de Fernando Henrique Cardoso, afirma que a base do BTG congrega 185 instituições do setor, sendo o maior número de RPPS, com 115, o que, para ele, forma um “universo razoável”, que vem ganhando dedicação da área de crédito e outros setores do banco. “Somente da área técnica são oito pessoas diretamente ligadas a esse produto”, disse.

Pelo sistema, os recursos para os empréstimos são das próprias fundações e RPPS, nos limites permitidos pela meta atuarial, o que corresponde, respectivamente, a até 15% das reservas ou até 10%, explica Cutolo. Por ter regras muito específicas, o BTG fechou parceria com a Universidade de São Paulo (USP) para administrar esse passivo. “Para esse crédito desenvolvemos uma esteira de produtos específicos, mas vai depender de essas instituições se sentirem confortáveis em navegar em outros mares.”

Na Prevcom, o cálculo do empréstimo a que o participante tem direito é feito com base no saldo de contribuição pessoal, excluindo a parcela investida mensalmente pelo patrocinador, explica o presidente Sylvio Eugênio de Araujo Medeiros.

A linha foi aberta no início de agosto para um total de 51 mil participantes. Ele comenta que é uma linha prefixada, com prazo de 36 meses, e que há outras modalidades em estudo, como crédito imobiliário. “Levamos dois anos até chegar ao formato jurídico e operacional perfeito. Foi um aprendizado que permite olhar para os próximos passos.”

185 são as entidades do setor na base do BTG

A diretora de investimentos, Francis Nascimento, conta que o processo é totalmente digital, com reconhecimento facial, e começa pela plataforma da Prevcom. Depois, o participante é levado ao ambiente do BTG. A política de investimentos da fundação permite que os empréstimos representem até 15% das reservas. No total, a Prevcom tem patrimônio de R$ 3,5 bilhões, sendo que todos os planos são de contribuição definida, o que faz com que a fundação não tenha déficit atuarial. A rentabilidade alvo é de IPCA mais 4% ao ano.

Desde 2017, a fundação tem autorização para gerir planos de outros Estados e municípios. Hoje atua em São Paulo, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Rondônia, Pará e 24 cidades, inclusive a de São Paulo, com nove planos em funcionamento.

Vale a pena investir em imóveis para aluguel?

Consultório financeiro

Vale a pena investir em imóveis para aluguel, como uma forma de diversificação?

Hellen Vidal, CFP, responde:

Está pensando em comprar um imóvel para alugar e diversificar seu portfólio de investimentos? A decisão dependerá das suas circunstâncias pessoais, mas, para ajudá-lo, este artigo abordará algumas vantagens e desafios em se tornar um proprietário.

De acordo com o FipeZap (2024), o Índice FipeZap de Locação Residencial, que foi desenvolvido em parceria pela Fipe e pelo Zap, é um índice de preços de imóveis residenciais e comerciais com abrangência nacional, acompanhando o preço médio de locação de apartamentos prontos em 25 cidades brasileiras, com base em anúncios veiculados na internet. O índice registrou alta de 1,38% no aluguel residencial em abril e, incorporando os resultados mais recentes no cálculo, passou a acumular uma valorização de 14,84% nos últimos 12 meses.

Comparativamente, o comportamento do índice nesse recorte temporal se manteve acima das variações acumuladas pelo IPCA, do IBGE (+3,69%), e pelo IGP-M, da FGV (-3,04%).

Imóveis com um dormitório se valorizaram bem acima da média nesse intervalo (+18,21%), contrastando com o aumento relativamente menor entre unidades com três ou mais dormitórios (+13,45%).

Em termos de abrangência geográfica, todas as 25 cidades que integram a cesta do índice registraram valorização do aluguel nos últimos 12 meses, incluindo 11 capitais: Curitiba (+20,98%), Goiânia (+20,20%), Brasília (+19,29%), Florianópolis (+16,07%), Recife (+15,54%), Porto Alegre (+15,46%), Rio de Janeiro (+14,81%), Salvador (+14,35%), Fortaleza (+13,95%), Belo Horizonte (+13,19%) e São Paulo (+12,59%).

Algumas vantagens que se pode ter são, por exemplo, a renda passiva, em que o aluguel mensal gera renda constante, complementando sua renda principal ou servindo como fonte de renda principal; a valorização do imóvel, pois com o tempo o valor do imóvel tende a aumentar, tornando o investimento mais seguro contra a inflação; a diversificação de investimentos, pois investir em imóveis diversifica seu portfólio, reduzindo os riscos e aumentando a segurança financeira. Além disso, trata-se de um patrimônio tangível, em que você investe em um bem físico, criando um patrimônio sólido e tangível.

Vale destacar alguns desafios a serem considerados: investimento inicial elevado, pois a compra de um imóvel exige um aporte financeiro inicial significativo, incluindo entrada, impostos e taxas; gestão ativa, pois ser proprietário exige tempo e esforço para gerenciar o imóvel, lidar com inquilinos, reparos e manutenções; e baixa liquidez, pois vender um imóvel pode levar tempo, dificultando o acesso rápido ao dinheiro em caso de necessidade. Temos que considerar também o risco de vacância e inadimplência, que podem gerar perdas de renda. Alguns custos contínuos adicionais para considerar são: impostos, seguros, reformas e manutenções.

Embora comprar um imóvel para alugar seja uma opção tradicional, vale considerar outras alternativas, como os fundos imobiliários. Eles oferecem uma forma acessível e conveniente de investir no mercado imobiliário.

Investir em imóveis exige uma gestão ativa, não possui liquidez imediata, demanda um investimento inicial elevado e há tributação sobre o aluguel. Já a compra de cotas de fundos imobiliários proporciona acesso facilitado ao mercado imobiliário, liquidez e gestão profissional. Cada dono de cotas recebe um valor dos aluguéis de forma proporcional, sendo esse o rendimento do fundo. Além da renda periódica, o investidor também pode obter lucro ao vender as cotas por um valor superior ao preço de compra.

Por fim, avalie seus objetivos financeiros, perfil de risco e disponibilidade de tempo antes de tomar uma decisão. Considere as vantagens e os desafios abordados neste artigo, veja o que funciona melhor para você e busque sempre a ajuda de profissionais qualificados.

Hellen Vidal é planejadora financeira pessoal e possui a certificação CFP (Certified Financial Planner), concedida pela Planejar - Associação Brasileira de Planejamento Financeiro
E-mail: hellenvgui@hotmail.com

As respostas refletem as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico ou da Planejar. O jornal e a Planejar não se responsabilizam pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso destas informações. Perguntas devem ser encaminhadas para: **consultoriofinanceiro@planejar.org.br**

Agenda do STF
Ministros devem julgar exclusão do ISS do cálculo do PIS e da Cofins
valor.globo.com/legislacao



Opinião Jurídica
Tributação de ativos ambientais e o G20
E2

STF
Ministros voltam a analisar "revisão da vida toda"
valor.globo.com/legislacao



Valor E
Sábado, domingo e segunda-feira, 24, 25 e 26 de agosto de 2024

Tributário Fisco deve seguir julgamento com publicação de acórdão sobre quebra de decisões definitivas

Empresas podem usar decisão do STF para afastar multas em cobranças tributárias

Marcela Villar
De São Paulo

Empresas afetadas pelo julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a "quebra" de decisões definitivas agora têm munição para afastar multas punitivas e de mora na cobrança de tributos de forma retroativa. Fiscais federais, estaduais e municipais vinham mantendo as penalidades nas autuações fiscais, negando-se a aplicar o entendimento dos ministros. A alegação era, até então, de que o acórdão referente aos embargos de declaração não havia sido publicado — o que ocorreu na semana passada, após espera de quatro meses.

O afastamento das multas só na tese sobre a cobrança de CSLL, pano de fundo do julgamento, reduz o impacto previsto em R$ 1 bilhão (de R$ 7,2 bilhões para R$ 6,2 bilhões), conforme consta no sistema de dívida ativa da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN). Os números foram mencionados pelo ministro decano Gilmar Mendes, no julgamento dos embargos de declaração, em abril.

No recurso, o Supremo negou a modulação de efeitos, que restringiria a aplicação da decisão para o futuro. Os ministros, porém, por maioria, acolheram um dos pleitos dos contribuintes, de afastar multas punitivas (que chegam até 100% do valor do tributo devido) e moratórias (teto de 20%), para só exigir os juros de mora e correção monetária.

A decisão da instância mais alta da Justiça, contudo, não estava, até então, sendo seguida, de acordo com tributaristas. Os autos de infração vinham sendo enviados de forma automática com multas e sem respeitar as regras de anterioridade, previstas no Código Tributário Nacional (CTN), que impedem a cobrança imediata de um novo imposto ou aumento dele. Como a decisão do STF tem força de lei, afirmam advogados, deve-se respeitar o prazo de 90 dias ou um ano para se exigir a cobrança.

Com a publicação do acórdão, porém, as companhias podem apresentar a prova da decisão e questionar as penalidades aplicadas pelos fiscais. "É um reforço de argumento do contribuinte", afirma o advogado Luiz Antonio Bettiol, da Bettiol Advocacia, que representa a Braskem em uma das ações julgadas pelo STF. De acordo com ele, como a Braskem tem sentença definitiva afastando incidência de CSLL desde 2003, mas decidiu recolher o tributo, não sofrerá impactos.

Em fevereiro de 2023, o STF decidiu, por maioria, que sentenças tributárias transitadas em julgado deixam de ter efeito sempre que houver um julgamento posterior dos ministros em sentido contrário, em repercussão geral ou com efeito erga omnes, como em ação direta de constitucionalidade (RE 955227 e RE 949297). Antes a "quebra" não ocorria de forma automática. Era preciso entrar com uma ação rescisória, que prescreve em dois anos e pode não ser aceita pela Justiça.

No caso da CSLL, a cobrança foi declarada constitucional pelo STF em 2007 (ADI 15). Desde aquele ano, o imposto seria devido, mesmo para quem tinha sentença afastando o recolhimento. As empresas queriam, no julgamento dos embargos, que a decisão só valesse a partir de 2023, não retroagindo a 2007. Mas o pedido foi negado.

A "vitória" dos contribuintes foi afastar pelo menos as multas, segundo tributaristas. Medida que não estava sendo observada pelas autoridades fiscais. O tributarista Anderson Mainates, sócio do Cascione Advogados, tem cinco casos no escritório em que foram cobradas das multas e não houve aplicação da anterioridade. Dois deles envolvem a CSLL e outros três são de uma tese afetada pela coisa julgada, envolvendo a cobrança de ISS sobre contratos de franquias, que foi mantida pelo Supremo, em maio de 2020 (RE 603136).


DIVULGAÇÃO

Segundo Mainates, a exigência do ISS para seus clientes, que tinham decisão favorável definitiva, só poderia iniciar em janeiro de 2021, pela anterioridade anual. Após recurso administrativo, ele conseguiu fazer com que a regra fosse cumprida, o que resultou, em um dos casos, em uma redução de um terço da cobrança de R$ 30 milhões. "O segundo pedido é a revisão para afastar as multas", completa Mainates, que já apresentou essa argumentação no processo contra a prefeitura de Barueri.

"Não conseguimos cancelar as multas. Os fiscais estavam muito resistentes, dizendo que o acórdão não tinha sido publicado e em abril só saiu a decisão de provimento em si, sem maiores detalhes", afirma. A multa equivale a cerca de 15% do valor restante no auto de infração. Outros motivos que os fiscais usaram para manter a penalidade foram que "o contribuinte já conhecia sua situação de devedor" e que ainda não houve o trânsito em julgado nos temas 881 e 885 (coisa julgada).

No acórdão, a justificativa para o relator, ministro Luís Roberto Barroso, presidente do STF, afastar as multas foi a "ausência de dolo ou má-fé na conduta daquele que deixou de recolher a contribuição nessas circunstâncias". Pelo menos outras 15 teses serão impactadas pela decisão, como incidência de

> "Multa tem caráter punitivo e a empresa estava acobertada por decisão favorável"
> *Anderson Mainates*

ICMS sobre venda de veículos (RE 1025986) e contribuição social sobre terço de férias (RE 1072485). Elas foram elencadas no voto do ministro Dias Toffoli.

O acórdão trouxe outra clareza: o recorte temporal para o afastamento das multas. Elas não podem ser exigidas para quem tinha sentença favorável transitada em julgado e cujo fato gerador é até 13 de fevereiro de 2023, data do julgamento de mérito da tese. "A multa tem caráter punitivo e o contribuinte estava acobertado por decisão favorável, não teve conduta errada. É diferente dos juros e correção que foram mantidos, porque eles só recompõem o valor", diz o tributarista Anderson Mainates.

Para a tributarista Ariane Guimarães, sócia do Mattos Filho que também atua no caso da CSLL, mas pela Têxtil Bezerra de Menezes (TBM), juízes têm sido mais abertos em afastar as multas em alguns casos. "Mas não é uma uniformidade", afirma. No âmbito administrativo, é praxe os autos de infração chegarem com multa. "Como não tinha nada na legislação para afastar [as multas], todas as cobranças, a partir do não pagamento tempestivo do tributo, devem ser acompanhados de multa", completa Ariane.

Agora, diz, "isso vai ser definitivo, porque a própria procuradoria não deve mais recorrer". Caso haja resistência, ela recomenda entrar com uma reclamação no próprio Supremo. "Se chegaram [com as multas], não deveriam, porque estão contrários à decisão do Supremo." Na visão dela, a tese da coisa julgada vale para outros temas tributários, não só da CSLL. E o julgamento de mérito, em fevereiro de 2023, é que deve ser considerado como "ponto de surpresa".

Um caminho que as empresas devem buscar, segundo o advogado Luiz Antonio Bettiol, para pagar o principal, é parcelar a dívida. "Cada empresa pode negociar, pela previsão legal do parcelamento de débitos em atraso", diz. Além disso, daqui para frente, acrescenta, é preciso dobrar a atenção quanto aos julgamentos do STF. "Além de acompanhar o Poder Legislativo, tem que acompanhar o Supremo, porque a decisão tem a mesma força de lei criadora do tributo."

Procuradas pelo **Valor**, a PGFN e a Receita Federal não deram retorno até o fechamento da edição.

Julgamento sobre ITCMD pode impactar a reforma tributária

Arthur Rosa e Marcela Villar
De São Paulo

O Supremo Tribunal Federal (STF) começou a julgar uma questão importante e que poderá impactar a reforma tributária: a incidência do ITCMD sobre os planos de previdência privada VGBL e PGBL em caso de morte do titular. Especialistas preveem nova onda de judicialização se os ministros decidirem contra a tributação, entendimento adotado pelo relator, ministro Dias Toffoli, e acompanhado até agora pelos ministros Alexandre de Moraes e Flávio Dino.

Os votos estão em sentido contrário ao que, por ora, está previsto no Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 108/2024, que regulamenta a Emenda Constitucional nº 132, aprovado na Câmara dos Deputados — estão pendentes apenas destaques. Ainda não há definição sobre quais serão as alíquotas do tributo (que hoje variam de 4% a 8%), mas já se sabe que haverá tributação progressiva, a depender do valor a ser transferido aos herdeiros.

Segundo advogados, qualquer que seja a decisão do STF neste julgamento, não derruba o texto do Congresso Nacional, mas sinaliza qual é o entendimento a ser adotado pelo Judiciário. Até que a nova lei entre em vigor, dizem, valerá a decisão do Supremo.


DIVULGAÇÃO

> "Lei nova pode ser questionada e o STF vai aplicar o mesmo racional"
> *Rodrigo Martone*

Após a nova legislação ser sancionada, ela é que deverá ser cumprida, sob pena dos contribuintes serem multados pelos Estados. A solução, portanto, de acordo com tributaristas, seria buscar proteção na Justiça, que já estaria com entendimento uniformizado pelos ministros.

"A lei nova [se estabelecer a tributação] certamente vai ser questionada no Judiciário e vai chegar no Supremo de novo. E, quando chegar, vai se aplicar o mesmo racional, porque a natureza jurídica da discussão é a mesma", afirma o advogado Rodrigo Martone, sócio do Pinheiro Neto Advogados.

Na visão dele, ou cada contribuinte ingressará com um processo para afastar a incidência, ou uma entidade do setor entrará com ação no STF para afastar a eficácia do dispositivo aprovado.

Para ele, a incidência não deve ser aplicada porque os valores enviados aos beneficiários não ocorrem de forma automática após a morte do titular. "Então não tem acréscimo de patrimônio no seu acervo." Ele lembra ainda que esse ganho de capital posterior terá outra tributação, na declaração de Imposto de Renda.

O tema está em julgamento no Plenário Virtual do STF até sexta-feira, 30. Toffoli segue o parecer da Procuradoria-Geral da República (PGR), contra a tributação dos planos. O argumento central é que o VGBL e o PGBL, na transmissão a herdeiros, "passam a cumprir finalidade acessória e a funcionar como verdadeiro seguro de pessoa/vida".

Nesse caso, acrescenta o ministro, deveria ser aplicado o artigo 794 do Código Civil. O dispositivo estabelece que "no seguro de vida ou de acidentes pessoais para o caso de morte, o capital estipulado não está sujeito às dívidas do segurado, nem se considera herança para todos os efeitos de direito".

"Nessa toada, o ITCMD não incide sobre os direitos e os valores repassados aos beneficiários no caso de falecimento do titular do VGBL ou do PGBL", diz ele, ao considerar inconstitucional dispositivos da Lei do Rio de Janeiro nº 7.174, de 2015 (RE 1363013).

Toffoli propõe a seguinte tese: "É inconstitucional a incidência do imposto sobre transmissão causa mortis e doação (ITCMD) sobre o repasse aos beneficiários de valores e direitos relativos ao plano vida gerador de benefício livre (VGBL) ou ao plano gerador de benefício livre (PGBL) na hipótese de morte do titular do plano".

Na Câmara dos Deputados, porém, a tributação ainda pode cair por meio de emenda. Os destaques podem ser apreciados nesta semana. Um deles é do deputado Domingos Neto (PSD-CE), apoiado pelo bloco União-PP. A proposta pretende retirar a incidência do ITCMD sobre todos os planos de previdência complementar.

"Se o STF enquadrar o VGBL e o PGBL, na herança, como seguro, não daria para manter, na reforma, a tributação. Só se falar também que seguro está sujeito a ITCMD", diz o advogado Eduardo Suessmann, sócio do SBP Law. "Se for mantido, o texto poderá ser questionado judicialmente, gerando novo contencioso."

O tributarista Luiz Gustavo Bichara, sócio do Bichara Advogados, que defende a Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados, de Capitalização e de Previdência Complementar Aberta (Fenaseg) no processo, destaca que o voto do relator é claro no sentido de que "transmissão, nos termos da Constituição, não pode ser considerado algo além da herança, sendo certo que PGBL e VGBL não se sujeitam aos efeitos sucessórios".

Ele também avalia que "a fundamentação do voto reafirma, também para o futuro, a impossibilidade da pretendida incidência". "Esse ponto é especialmente relevante, na medida em que a reforma tributária pretende instituir essa inusitada cobrança. O voto é preciso e um enorme alívio ao mercado."

Em nota, a Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg), que é parte interessada (amicus curiae) na ação, diz que a decisão impactará 11 milhões de famílias aderentes aos planos de seguro e previdenciários, "penalizando um comportamento de responsabilidade financeira que deveria ser incentivado".

Tributação de ativos ambientais e o G20

Opinião Jurídica

Igor Nascimento de Souza e Bernardo Ribeiro Tarabini Castellani

O ano de 2024 representa um marco significativo para o Brasil no cenário global, especialmente no que diz respeito às discussões sobre desenvolvimento sustentável. Este ano, o Brasil será anfitrião da 19ª Reunião de Cúpula do G20, onde liderará mais de cem grupos de trabalho e reuniões temáticas. Esses encontros, que culminarão na Cúpula de Líderes nos dias 18 e 19 de novembro, no Rio de Janeiro, reúnem as principais lideranças dos 19 países-membros.

Durante essa cúpula, a agenda refletirá sobre a urgência da transição energética e a implementação de uma economia verde no Brasil. Nesse contexto, a geração e comercialização de ativos ambientais emergem como pilares fundamentais para o alcance desses objetivos. Infelizmente, a falta de regulamentação adequada no Brasil ainda impede o pleno desenvolvimento desse mercado promissor. Atualmente, três ativos ambientais se destacam: (i) créditos de carbono; (ii) Certificado Internacional de Energia Renovável (I-REC); e (iii) Créditos de Descarbonização (CBIO).

Esses instrumentos, embora tenham o objetivo comum de fomentar a sustentabilidade, atuam em esferas distintas. Os I-REC são certificados que comprovam a geração de energia a partir de fontes renováveis, como solar, eólica e hidrelétrica. Cada I-REC corresponde a 1 MWh de eletricidade gerada por fontes renováveis, oferecendo um parâmetro confiável de rastreabilidade. Por outro lado, os créditos de carbono visam a compensação das emissões de CO_2, sendo adquiridos por empresas que buscam neutralizar suas emissões e cumprir metas de sustentabilidade. Os CBIO, por sua vez, são instrumentos emitidos no Brasil, atestando a quantidade de carbono evitada na produção de biocombustíveis, promovendo a descarbonização do setor sucroalcooleiro.

Esses ativos, apesar de suas diferenças, podem coexistir e serem utilizados de forma complementar por empresas que buscam adotar práticas mais sustentáveis. A possibilidade de emitir ou utilizar um ativo não impede a implementação de outro, permitindo que uma empresa busque a eficiência em sua atuação ambiental, gerando e/ou se utilizando de todos ao mesmo tempo. No entanto, para que esse potencial seja totalmente realizado, é necessário estabelecer um arcabouço legal robusto que forneça diretrizes claras e uniformes sobre a tributação e a natureza jurídica desses ativos.

Atualmente, o Brasil enfrenta lacunas significativas em sua legislação que dificultam a classificação e a tributação de ativos ambientais. A falta de definição clara sobre sua natureza jurídica prejudica o desenvolvimento desse mercado, tornando-se um desafio para legisladores, que devem equilibrar a necessidade de regulamentação com a promoção de um ambiente favorável ao comércio de ativos ambientais. Embora haja alguma regulamentação em relação aos CBIO, a classificação contábil (como ativo financeiro, intangível ou qualquer outra) e fiscal ainda é vaga e não oferece a clareza necessária para promover investimentos. Mesmo assim, as negociações de CBIO já atingiram volumes significativos, evidenciando o interesse do mercado.

Por outro lado, a total ausência de regulamentação nos campos fiscal e contábil para os créditos de carbono e I-REC ainda entravam a negociação desses ativos de maneira estruturada, restringindo seu crescimento e potencial de impacto positivo no meio ambiente.

A recente aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 182, que visa regulamentar o mercado de carbono, traz esperança para a construção de um arcabouço legal que possa definir melhor a natureza dos ativos ambientais e suas implicações tributárias. Esse projeto propõe a criação de quatro novos ativos ambientais e estabelece uma sistemática de tributação que classifica esses ativos como intangíveis, o que pode oferecer maior segurança jurídica e fomentar o desenvolvimento do mercado.

No contexto da reforma tributária em andamento, a introdução do IBS e do CBS traz novas preocupações. Com uma ampla base de cálculo que abrange a cessão de direitos e a circulação de bens tangíveis e intangíveis, a tributação de ativos ambientais poderá se tornar mais onerosa. É fundamental que a legislação futura considere as nuances dos ativos ambientais e busque formas de incentivar seu uso e comercialização.

A regulamentação eficaz do mercado de carbono e a definição clara de ativos ambientais são essenciais para garantir que o Brasil possa liderar o caminho em direção a uma economia verde, alinhando-se às melhores práticas globais. É imperativo que o Congresso Nacional e as autoridades competentes reconheçam a importância desses ativos e promovam um ambiente que favoreça sua adoção e desenvolvimento.

A combinação da geração de créditos de carbono, I-REC e CBIO pode ser uma estratégia poderosa para empresas que buscam reduzir o impacto ambiental, mas isso só será possível com a criação de um marco regulatório que permita a coexistência e a comercialização desses ativos de maneira clara e eficiente. O Brasil, capitaneado pela Frente Parlamentar da Economia Verde na Câmara dos Deputados, avança a passos largos no tema da criação da economia verde. Contudo, sem que regulamente com clareza tais questões fiscais, evitando-se, com isso, interpretações divergentes de contribuintes e autoridades, considerando que a tributação é um grande indutor da atividade econômica, corremos o risco de andarmos muito e chegarmos em um lugar bem diferente daquele que pretendemos.

Igor Nascimento de Souza e Bernardo Ribeiro Tarabini Castellani são, respectivamente, sócio patrimonial da área tributária do escritório SouzaOkawa Advogados, especialista em Direito Tributário pela USP; e sócio de serviço da área tributária do escritório SouzaOkawa Advogados, LLM em Direito Tributário pela FGV

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso dessas informações

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 261ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 20A0977906) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 23 DE SETEMBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 04 DE OUTUBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 261ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 261ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 23 de janeiro de 2020, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **23 de setembro de 2024, às 14:40 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **04 de outubro de 2024, às 11:30 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de setembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 261ª Série da 1ª Emissão – (IF 20A0977906), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 26 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 429ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 21K0495192) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 16 DE SETEMBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 30 DE SETEMBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 429ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 429ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 09 de novembro de 2021, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **16 de setembro de 2024, às 14:30 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **30 de setembro de 2024, às 14:40 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de setembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 429ª Série da 1ª Emissão – (IF 21K0495192), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 22 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 406ª E 418ª SÉRIES DA 1ª EMISSÃO (IF 21L0146951/21L0324419) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 17 DE SETEMBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 01 DE OUTUBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 406ª e 418ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 406ª e 418ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 03 de dezembro de 2021, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **17 de setembro de 2024, às 14:50 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **01 de outubro de 2024, às 14:20 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma Microsoft Teams, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de setembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma Microsoft Teams e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 406ª e 418ª Séries da 1ª Emissão – (IF 21L0146951/21L0324419), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 23 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 422ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 21L0666509) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 16 DE SETEMBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 30 DE SETEMBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 422ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 422ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 09 de dezembro de 2021, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **16 de setembro de 2024, às 14:50 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **30 de setembro de 2024, às 15:00 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma Microsoft Teams, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de setembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma Microsoft Teams e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 422ª Série da 1ª Emissão – (IF 21L0666509), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 23 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 453ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 21L0668295) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 16 DE SETEMBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 30 DE SETEMBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 453ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 453ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 03 de dezembro de 2021, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **16 de setembro de 2024, às 14:40 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **30 de setembro de 2024, às 14:50 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de setembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 453ª Série da 1ª Emissão – (IF 21L0668295), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": a) **participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 22 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 116ª E 117ª SÉRIES DA 4ª EMISSÃO (IF 19H0182182 / 19H0205086) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 30 DE AGOSTO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 116ª e 117ª Séries da 4ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 116ª e 117ª Séries da 4ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 02 de agosto de 2019, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 2ª (segunda) convocação no dia **30 de agosto de 2024, às 14:50 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre a seguinte matéria da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 116ª e 117ª Séries da 4ª Emissão – (IF 19H0182182 / 19H0205086), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 22 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

Valor ECONÔMICO

Seja um assinante:
Acesse assinevalor.com.br
Ligue 0800 701 8888

Trench Rossi Watanabe. 65

Cristina Bueno e Vitor Stern

Novos sócios de M&A e Private Equity

Os advogados assumem posições de destaque no escritório de São Paulo, com foco em Fusões e Aquisições (M&A) e Private Equity, um pilar estratégico do nosso Grupo Transacional.

Os dois renomados profissionais têm experiência em operações locais e internacionais, incluindo vendas de ativos, *joint ventures* e outras operações societárias, em diversos setores da economia.

Acesse nossos canais digitais

DESVENDE A_BOLSA_DE VALORES

SEUS PRIMEIROS PASSOS COM SEGURANÇA NA RENDA VARIÁVEL

Desmistifique a bolsa de valores e comece a investir em ações com segurança. Nosso curso **Desvende a Bolsa de Valores** é o guia essencial para realizar seus primeiros investimentos em renda variável e construir um patrimônio sólido a longo prazo.





ACESSE
https://desvendeabolsa.valorinveste.com

Valor investe

INÊS 249



LEILÃO JUDICIAL ELETRÔNICO

IMÓVEIS COM DESÁGIOS DE ATÉ 50% SOBRE O VALOR DE AVALIAÇÃO. APROVEITE!





Imóvel Residencial
Bairro Indianópolis/SP

Imóvel assobradado com 300 m² de construção e terreno com área de 804 m². Localizado a 2 min. da Av. dos Bandeirantes e a 13 min. do Shopping Vila Olímpia.

Leilão 26/08 - 15:00hs

Avaliação **R$ 4.600.000,00** | Lances a partir de **R$ 2.300.000,00**

Juíza: Exma. Dra. Clarissa Somesom Tauk
3ª Vara de Falências e Rec. Judiciais de São Paulo/SP



Imóvel Residencial
Porto Ferreira/SP

Imóvel com 474 m² de construção e terreno com área de 900 m². Localizado a 3 min. da Rod. Anhanguera e a 4 min. do centro da cidade.

Leilão 27/08 - 09:00hs

Avaliação **R$ 2.713.908, 97** | Lances a partir de **R$ 2.171.127,18**

Juiz: Exmo. Dr. Leonardo Christiano Melo
2ª Vara Judicial de Porto Ferreira/SP



Imóvel Residencial
São Bernardo do Campo/SP

Imóvel com 112 m² de construção e terreno com área de 250 m². Localizado a 5 min. do Golden Square Shopping e a 10 min. da Rodovia Anchieta.

Leilão 27/08 - 09:30hs

Avaliação **R$ 1.760.089,88** | Lances a partir de **R$ 1.613.298,37**

Juiz: Exmo. Dr. Gustavo Dall'olio
8ª Vara Cível de São Bernardo do Campo/SP



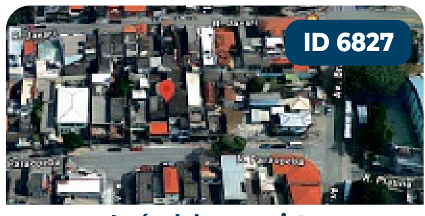
Prédio Residencial
Santa Isabel/SP

Imóvel com 390 m², localizado ao lado do Cine Teatro e a 2 min. da ETEC de Santa Isabel. Próximo a alguns comércios locais, com acesso pela Av. Prefeito João Pires Filho.

Leilão 27/08 - 11:00hs

Avaliação **R$ 1.592.349,33** | Lances a partir de **R$ 955.409,59**

Juiz: Exmo. Dr. Luís Mauricio Sodré de Oliveira
3ª Vara Cível de São José dos Campos/SP



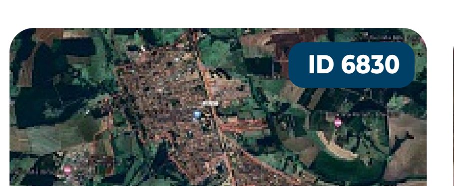
Imóvel de uso misto
Diadema - SP

Imóvel com 210 m² de construção e terreno com área de 429 m² utilizado para fins comerciais e residenciais. Localizado a 12 min. do centro de Diadema e a 13 min. da Rod. dos Imigrantes.

Leilão 27/08 - 11:00hs

Avaliação **R$ 1.207.877,89** | Lances a partir de **R$ 724.726,73**

Juiz: Exmo. Dr. Ju Hyeon Lee
1ª Vara do Juizado Esp. Cível do Foro Reg. III - Jabaquara/SP



Terreno Rural
Torrinha/SP

Imóvel denominado Chácara Aratá com área de 40.840 m². Composto por prédio residencial, terreiro ladrilhado, 1500 pés de café, pomar, cercas de arame e pastagens.

Leilão 27/08 - 11:00hs

Avaliação **R$ 1.000.000,00** | Lances a partir de **R$ 850.000,00**

Juiz: Exmo. Dr. Claudio Luis Pavao
1ª Vara Cível de Brotas/SP



Imóvel Residencial
Bairro Planalto Paulista/SP

Imóvel com 254 m² de construção e terreno com área de 500 m², composto por residência com 2 edículas. Localizado a 3 min. do Shopping Garden Sul.

Leilão 27/08 - 11:30hs

Avaliação **R$ 1.582.660,61** | Lances a partir de **R$ 791.330,30**

Juíza: Exma. Dra. Samira de Castro Lorena
4ª Vara Cível do Foro Regional III – Jabaquara/SP



Apartamento com 158 m²
São José dos Campos/SP

Imóvel no Edifício Marya Lúcia, composto por 4 dorms, sendo 2 suítes, com sala de estar e jantar, sacada, cozinha, banheiro e área de serviço.

Leilão 27/08 - 11:30hs

Avaliação **R$ 848.625,64** | Lances a partir de **R$ 795.586,54**

Juiz: Exmo. Dr. Luís Mauricio Sodré de Oliveira
3ª Vara Cível de São José dos Campos/SP

ID 6417

Imóvel Residencial
São Bernardo do Campo/SP

Imóvel com área de 432 m², localizado a 4 min. da Rodovia Anchieta e a 8 min. do Shopping Metrópole.

Leilão 27/08 - 14:00hs

Avaliação **R$ 1.470.027,92** | Lances a partir de **R$ 1.436.511,28**

Juiz: Exmo. Dr. Og Cristian Mantuan
4ª Vara Cível de Diadema/SP



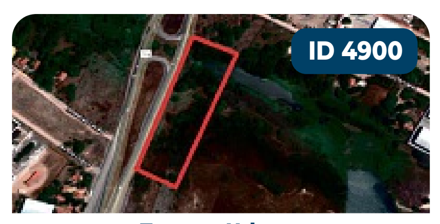
Imóvel Residencial
Praia Grande/SP

Imóvel com 180 m² de construção sobre terreno de 362 m² e 2 vagas de garagem. Localizado em frente a orla da praia Solemar, com fácil acesso pela Avenida Presidente Kennedy.

Leilão 02/09 - 11:30hs

Avaliação **R$ 991.132,08** | Lances a partir de **R$ 792.905,66**

Juíza: Exma. Dra. Caroline Q. da Silveira Pereira
1ª Vara da Fazenda Pública de Guarulhos/SP



Terreno Urbano
Eusébio/CE

Área com 20.000 m², composta por formação em vegetação nativa, localizada em frente a Rodovia BR-116. Não há edificações e o imóvel encontra-se cercado.

1° Leilão 04/09 - 10:00hs
2° Leilão 25/09 - 10:00hs

Avaliação **R$ 3.232.566,34** | Lances a partir de **R$ 2.262.796,44**

Juíza: Exma. Dra. Cyntia Andraus Carretta
3ª Vara Cível de Rio Claro/SP



Apartamento Duplex
São José dos Campos/SP

Imóvel no Condomínio Porto Seguro com 254 m², localizado a 8 min. do Centervale Shopping e a 12 min. do centro da cidade.

1° Leilão 04/09 - 10:00hs
2° Leilão 25/09 - 10:00hs

Avaliação **R$ 1.277.973,63** | Lances a partir de **R$ 1.022.378,90**

Juiz: Exmo. Dr. Luís Mauricio Sodré de Oliveira
3ª Vara Cível de São José dos Campos/SP



Terreno Urbano
São Sebastião/SP

Terreno com área de 17.083m² e área maior de 25.625 m². Localizado na Praia Guaecá e a 13 min. do centro de São Sebastião/SP.

1° Leilão 03/10 - 15:00hs
2° Leilão 24/10 - 15:00hs

Avaliação **R$ 2.677.796,75** | Lances a partir de **R$ 1.606.678,05**

Juiz: Exmo. Dr. Luís Mauricio Sodré de Oliveira
3ª Vara Cível de São José dos Campos/SP

ID 6258 LOTE 2

DESOCUPADO

Apartamento com 50 m²
Bairro Brooklin/SP

Imóvel no Edifício Barão do Teffé com vaga de garagem. Localizado a 5 min. da Rodovia dos Bandeirantes e a 25 min. do Aeroporto de Congonhas (CGH).

1° Leilão 03/10 - 15:00hs
2° Leilão 24/10 - 15:00hs

Avaliação **R$ 713.442,90** | Lances a partir de **R$ 428.065,74**

Juiz: Exmo. Dr. Luís Mauricio Sodré de Oliveira
3ª Vara Cível de São José dos Campos/SP



Sítio de lazer com benfeitorias
Bom Jesus dos Perdões/SP

Terreno rural com área de 16,0308 hectares, composto por casa sede, 3 casas de caseiro, 2 curral, portal, viveiro, barracão, espaço de serviços, galinheiro, pocilga, capela e espaço de lazer.

Leilão 04/12 - 10:30hs

Avaliação **R$ 5.544.618,40** | Lances a partir de **R$ 2.772.309,20**

Juíza: Exma. Dra. Patrícia Alcalde Varisco
Vara Única de Nazaré Paulista/SP

Reservamo-nos o direito à correção de possíveis erros de digitação. As informações aqui contidas não substituem o edital.

 11 3969 1200 | 0800 789 1200  11 95577 1200 **LEJE.COM.BR**  @lejeoficial Leilão Judicial Eletrônico



CONSULTE NOSSA AGENDA DE LEILÕES NO SITE:
WWW.FREITASLEILOEIRO.COM.BR
Central de informações: (11) **3117.1000**

Acesse nossas mídias sociais:
YOUTUBE.COM/FREITASLEILOEIRO
INSTAGRAM.COM/FREITASLEILOEIRO
FACEBOOK.COM/FREITASLEILOEIRO

ATENÇÃO: PARA A COMPRA EM LEILÃO O ARREMATANTE PRECISA ESTAR EM REGULARIDADE FISCAL PERANTE A RECEITA FEDERAL.

LEILÃO DE VEÍCULOS - 275 LOTES - DIA: 27.08.2024 - 10h00 - 3ª FEIRA - PRESENCIAL E ON-LINE

AV. DOS ESTADOS, 584 - PORTÃO 2 - UTINGA - SANTO ANDRÉ/SP | VISITAÇÃO: 27.08.2024, a partir das 08h00 - verificar informações no site

CHASSIS: 9BGEB48A0MG176852 - 9BWAA05Z3C4034946 - 9362NKFWXAB032090 - 9BD19713NL3381746 - KMHSH81DDAU495023 - 9BGKS69G0FG453266 - 935CHN6A87B522043 - 9BGPB69M0CB346984 - 9BGRX48909G187036 - KNAJE553877299671 - 9C2KF2700JR003966 - 9BD17206G73308164 - 9BWAA01JX24021206 - KNAJT814AC7329856 - 9362AKFW97B020917 - WB10L110XP6G95431 - 9C2KD0810MR040049 - 9C6RN3570N0002211 - 9C6RG5020P0072256 - 9C6RH1150P0019906 - 9362EN6A98B077877 - 8A1BB8B059L183771 - 935FCKFVYAB531235 - 9BFZF10A598332671 - 8A1CB8205DL571707 - 9BFZH54J8J8144999 - 9BRK29BT9H0111634 - 8A1BB8W05CL261248 - 3GNALHEV4AS664088 - 8AP17206LA2049532 - 9BWKA05Z084014908 - 8AP372110E6059061 - 93Y5SRD04HJ415328 - 8A1LZBW2TEL882238 - 9BFZE16P088941311 - 9BGJB7520HB176247 - 9BFZF10B368467264 - 9BGRX48907G226672 - 8A1BB8215DL373274 - KMHSH81GDCU823948 - 8AP17206LA2099578 - 9BFZE55H198556097 - 8AD3DRFJ28G012713 - 9BRK19BT5E2034019 - KNAKU813BC5295404 - 9BHBG51CAKP930381 - 9BD195152C0250714 - 9BFBSZGDA7B643536 - 8AGSU19F0ER103068 - 9BFZH55LXF8167482 - 8AWPB05Z8BA512188 - 3N1CN7AD9DL806259 - 9BGXL75G08C187488 - 9BGKS48L0DG296434 - 9BWAA05U39P053993 - 93YHSR6P5EJ756401 - 9BWAG5BZ4LP084303 - 9C2KC2210NR062094 - 9BFZF10A288280219 - 9BD25504998845784 - 9BGRP48F0FG233945 - 93HRV2850GZ113303 - 9BGRX48F0BG230512 - 9UJDB14B8FU015717 - 9BHBG51CAJP882214 - 93YBSR8VACJ963466 - KMHSH81DDAU520978 - 9BWDA05UXAT083422 - KNAKU811BB5083442 - 9BR72ZEC488710303 - 8AGSU19F0FR144059 - 9C2KC2200NR172008 - 9C2KF3400KR009632 - 9C2KC2200PR354678 - 9C2KC2200RR215895 - 9C6RG5020R0097577 - 9BD19510ZG0713853 - 9BFZF55A4E8072127 - 93HES16506Z103581 - 93YBSR6RHDJ384622 - 9BD17164G85084020 - 9BD17301A84222614 - 3N1AB61D88L620535 - 9BGXL75G08C188447 - 9362A7LZ95B041320 - 9BWDA05U9AT235657 - 8AFDR12A7AJ262590 - 9BFZF10AX88304038 - 9BGRP48F0DG160744 - 9BD195102E0583724 - 9BWAB05U1CT120442REM - 9BGSU19F0DB126431 - 93YHSRAF5GJ283845 - 9BHBH51DBEP142665 - 9BWAB49N7CP013754 - 9BGXL68608B146587 - KMHJM81BP8U784924 - 9BGSU19F0EC106287 - 9BWAA05U3EP111109 - 9BD13561382085421 - 9BFZF10B568460347 - 8AGCN48X0BR151080 - 9BD17106LA5574202 - 8AGCN48X0BR274071 - KMHDC51EAAU221500 - 9BWDB45UXET027281 - 9BGKL69U0HG242416 - 9BGSU19F0EC110044 - 9BGTT69C0XB336461REM - 8BCLCRFJVDG506467 - 9BD17106G85101287 - 9BWAA05Z694073278 - 9BD19515ZG0717115 - 94DTAFL10AJ397857 - 9BGKS48B0EG149970 - 8AGCB48X0CR120603 - 94DCMGD223J432979 - 9BD17164G85203722 - 9BWAA01J484008864 - 9BD118181C1170799 - 9BGRM69X0BG145143 - 9BWAA05W69T015036 - 9BFBDZFHA1B345144 - 9BWHB09N74P029235 - 9BD255049C8932610REM - 8AFCZZFFC1J223129 - 93Y5SRF84KJ760825 - 9BGRZ48908G271368 - 9BGRX0810AG114327 - 9BWAA05W29T082409 - 8AD3CN6BTAG015754 - 9BGRJ69809G108068 - 9BD19251R83069510 - 93XFNH77W9C939825 - 9BWDA45U2ET198741 - 3FAHP08Z48R126669 - 8AP196271E4068485 - VF7UARFJWAJ502986 - 9BD195162D0406044 - 9BSR6X4A013524963 - 9BWAB45Z6D4007598 - 8AD4DRFJWCG003153 - 8AFPZZFHA9J220756 - 8AD3DRFJ27G040860 - 9BFZE16P878870339 - 9C2JC7000PR026391 - 9C2KF2200JR015012 - 93YRBB008JJ157610 - 9BGJB75Z0DB236834 - 3G1J85CDXES509255 - 9BWMF07X4EP006083 - 9BGEA48H0PG166246 - 9C6KG0450F0033038 - 93HGN2670RK108633 - 9531M62PXER409885 - 9BGKS69L0EG296964 - 9BG138KJ06C410190 - 9V7VBBHXGMA004532 - 9BWAH4124JT556211 - 9BWDL5BZ4LP059782 - 95PJN81EPFB079602 - 9BFZD55P2EB686364 - 9BFZF10A388114680 - 8AFSZZFHCGJ374119 - 9362MKFWXDB014609 - 9BWAA05Z8A4048743 - 935FCKFVYCB534099 - 9BWAA05W6DP068434 - WDDFH32W19J440036 - 9BR72ZEC258572386 - 9BFZF55P7E8083546 - 3N1CK3CD1EL227427 - 8AFTZZFFCCJ018347 - 9BHBG51DAFP431384 - 9BD196263D2170354 - KNAHH811BC7382406 - 9BWAB45Z4H4008156REM - 93HFA65308Z253175 - 9BFZH55LXH8346771 - 93YRBB001KJ607969 - KPTC0B1KS9P059927 - 9BD119707D1106915 - 9BGKS48L0DG170960 - 9BD195B6NJ0836602 - 9BWAG45UXJT073708 - 93HGE6850CZ101339 - 9BGJB75E0GB133384 - 93HGE6730EZ109606 - JSAJTD54VB4610586 - 93YRBB000NJ917812 - 3CZRE18309G502600 - 93HFA6630BZ100693 - 94DBCAN17HB105576 - 3CZRE1830AG508283 - 935SLNFN2HB500897 - 9BD37417DJ5102719 - WMEEJ8AW9AK367412 - 9BRBB48E3A5105333 - 9BWAL45Z9G4064315 - 9BHBH41DBFP496744 - 9BGKS48U0KG243805 - 93YRHAMH7KJ845841 - 9BRK29BT8H0095152 - 9BD2651JHJ9082480 - 93HGM6650GZ202866 - 9BWDH5BZ4MP015025 - 3HGRM2870CG501625 - 93HFB9640EZ113388 - 3HGRM5870EG500092 - KMHSU81EDFU436435 - SALVA2BG6DH832919REM - 93HRV2830LZ132738REM - 9BGEY69H0RG185566 - 9BD376A21PYB26978 - 988675126JKH98496 - 94DFCAP15RB117006 - 9BGEN76H0RB130456 - 95PBDK51DPB032329 - 8AGBM69S0PR105601 - SALCA2BEXGH571272 - 8AJYY59G6C6500821 - LKHPC2CG7CAL51741 - 8AJBA3CD4M1669960 - 8AJBA3CD9M1686916 - 9882261PMNKE81519 - 8AJFZ29G2A6101033 - 8AFAR23N7NJ263254 - WV1DB22H5KA018815 - KNCSHY71CB7495540 - 95PZBN7HPCB033097 - 95PDCM61DPB015189 - 9C2NC4910FR003072 - 9C2JF8500RR006891 - 9C6KG0450F0034231 - 9C2KC2210KR025527 - ME3CNEHT6MK001838 - ME3DMEFT5PK001647 - 96PERSD11NFS01076 - 8BCLCN6BYDG500183 - 9BMWF4CW6GM001672 - 1G1ZE5E07AF252057 - 93YBSR7RHBJ738007 - 9BWCA05W26P005150 - 8AGCN48X0CR100935 - 94DFCAP15JB130083 - 9BGJB69X0EB181031 - 9BWAA05U8BP012099 - 93HFA66308Z227330 - 93HGE67409Z123989 - 94DFFUK13KB104407.

SERGIO VILLA NOVA DE FREITAS - Lelloelro OfIcIal - JUCESP 316

•**Condições de venda e pagamento dos leilões:** Cheque no valor total da arrematação, que deverá ser trocado por TED à favor do Leiloeiro, em até 24 horas após o leilão + Cheque de 5% de comissão do Leiloeiro, acrescido das despesas administrativas constantes no catálogo do leilão. Os veículos serão vendidos no estado, sem garantias. Multas, inclusive de averbação; débitos; IPVA's, pré-existentes ou decorrentes da regularização, por conta do arrematante. A procedência e evicção de direitos dos veículos deste leilão são de inteira e exclusiva responsabilidade dos Comitentes Vendedores. Demais condições constam no catálogo distribuído no leilão.

PECINI LEILÕES

EDITAL DE 1º E 2º PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS ONLINE, COMUNICAÇÃO E INTIMAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES
DATA: 1º Público Leilão 30/08/2024 às 15h15 | 2º Público Leilão 03/09/2024 às 15h15



ANGELA PECINI SILVEIRA, Leiloeira Oficial, Matrícula Jucesp nº 715, autorizada pelo Credor Fiduciário **BANCO MASTER S/A** - CNPJ nº 33.923.798/0001-00, venderá em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, de acordo com os artigos 26, 27 e parágrafos da Lei Federal nº 9.514/97, e posteriores alterações, em execução da garantia fiduciária expressa na Escritura Pública de Venda e Compra com Alienação Fiduciária em Garantia, lavrada na cidade de São Paulo/SP, em 27/10/2016, e posterior Cessão de Crédito, o **IMÓVEL**: **APARTAMENTO Nº 84, 8º PAVIMENTO DO CONDOMÍNIO HOME BIKERS PAULICEIA**, situado à Rua Genebra, nº 151, 17º Subdistrito – Bela Vista, São Paulo/SP. Áreas: Privativa Total: 28,0069m²; Uso Comum: 13,4378m² (já incluído o direito ao uso de um espaço indeterminado de 01 bicicleta no bicicletário no andar térreo); Total: 41,4447m²; FIT 0,96154%. Matrícula Imobiliária nº 191.936 do 4º Oficial de Registro de Imóveis de São Paulo/SP. Cadastro Municipal nº 005.023.0453-7. Consolidação da Propriedade em 05/07/2024. **LANCES MÍNIMOS: 1º PÚBLICO LEILÃO: R$ 382.906,31. 2º PÚBLICO LEILÃO: R$ 139.179,00**. **Regras, Condições e Informações: 1.** Cabe ao interessado verificar o imóvel, seu estado de conservação, sua situação documental, eventuais dívidas existentes e não descritas neste edital, e eventuais ações judiciais em andamento que versem sobre o bem; **2.** O Arrematante pagará à vista, nos termos do Edital de Leilão e Regras para Participação, o valor da arrematação, 5,00% de comissão da Leiloeira, e todas as despesas, custas, taxas, impostos, incluindo ITBI, e emolumentos de qualquer natureza decorrentes da transferência patrimonial do imóvel arrematado; **3.** Débitos de IPTU e condomínio existentes e no limite apurado **ATÉ** as datas dos leilões serão pagos pelo Credor Fiduciário. Os valores não apurados e os vencidos **APÓS** as datas dos leilões são de exclusiva responsabilidade do Arrematante; **4.** Débitos de água, energia, gás e outras utilidades existentes antes e após as datas dos leilões serão de responsabilidade exclusiva do Arrematante; **5.** **IMÓVEL OCUPADO**. Desocupação a cargo exclusivo do Arrematante, bem como as custas e despesas decorrentes de tal ato; **6.** Venda ***AD CORPUS***. Imóvel entregue no estado em que se encontra; **7.** As demais regras, condições e informações constam no **EDITAL DE LEILÃO E REGRAS PARA PARTICIPAÇÃO**, disponível para consulta no Portal WWW.PECINILEILOES.COM.BR, do qual os interessados deverão obrigatoriamente tomar conhecimento e dele não poderão alegar desconhecimento. Fica o Fiduciante **ALCEU ELIS DA SILVA** – CPF nº 125.059.548-79, intimado e comunicado das datas dos leilões, também pelo presente edital, para o exercício da preferência. Maiores informações: contato@pecinileiloes.com.br, *WhatsApp* (11) 97577-0485 ou Fone (19) 3295-9777. Avenida Rotary, 187 - Jardim das Paineiras, Campinas/SP, CEP nº 13.092-509.

AQUI, SEU ANÚNCIO ENCONTRA O PÚBLICO CERTO. ANUNCIE!

ACESSE **EDITORAGLOBONEGOCIOS.COM.BR** E SAIBA MAIS.



AQUI, SEU ANÚNCIO ENCONTRA O PÚBLICO CERTO. ANUNCIE!

EM DIFERENTES PLATAFORMAS E EM DIVERSOS CONTEXTOS, AS MARCAS DA EDITORA GLOBO SÃO A MELHOR OPÇÃO PARA O SEU ANÚNCIO, PORQUE ENTREGAM O QUE CADA PÚBLICO QUER: CONTEÚDOS DE QUALIDADE COM CREDIBILIDADE.

ACESSE **EDITORAGLOBONEGOCIOS.COM.BR** E SAIBA MAIS.



OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 246ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 20A0977074) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 16 DE SETEMBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 30 DE SETEMBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 246ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 246ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 20 de janeiro de 2020, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **16 de setembro de 2024, às 14:20 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **30 de setembro de 2024, às 14:30 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de setembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 246ª Série da 1ª Emissão - (IF 20A0977074), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração invalidará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 22 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª SÉRIE DA 36ª EMISSÃO (IF 22G0897549) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 23 DE SETEMBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 07 DE OUTUBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª Série da 36ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª Série da 36ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 19 de julho de 2022, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **23 de setembro de 2024, às 15:00 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **04 de outubro de 2024, às 11:50 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 1ª Série da 36ª Emissão – (IF 22G0897549), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração invalidará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 26 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DAS 1ª, 2ª E 3ª SÉRIES DA 19ª EMISSÃO (IF CRA021005LO/ CRA021005LP/ CRA021005LQ) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 17 DE SETEMBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 01 DE OUTUBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio das 1ª, 2ª e 3ª Séries da 19ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRA", "CRA" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio das 1ª, 2ª e 3ª Séries da 19ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 16 de dezembro de 2021, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRA ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **17 de setembro de 2024, às 14:30 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **01 de outubro de 2024, às 14:00 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de setembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRA que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRA 1ª, 2ª e 3ª Séries da 19ª Emissão – (IF CRA021005LO/ CRA021005LP/ CRA021005LQ)), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRA; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRA (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRA poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRA ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRA com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração invalidará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRA ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRA, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 23 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 296ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 20K0010253) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 20 DE SETEMBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 04 DE OUTUBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 296ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 296ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 03 de novembro de 2020, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **20 de setembro de 2024, às 15:00 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **04 de outubro de 2024, às 11:20 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de setembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 296ª Série da 1ª Emissão – (IF 20K0010253), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração invalidará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 26 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 313ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 20L0710860) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 19 DE SETEMBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 02 DE OUTUBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 313ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 313ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 17 de dezembro de 2020, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **19 de setembro de 2024, às 14:00 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **02 de outubro de 2024, às 14:30 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de setembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 313ª Série da 1ª Emissão – (IF 20L0710860), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração invalidará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 26 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 454ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 21L0668716) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 18 DE SETEMBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 01 DE OUTUBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 454ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 454ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 03 de dezembro de 2021, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **18 de setembro de 2024, às 14:30 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **01 de outubro de 2024, às 15:00 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de setembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 454ª Série da 1ª Emissão - (IF 21L0668716), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração invalidará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 23 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

BRI PARTICIPAÇÕES LTDA.

CNPJ 01.079.146/0001-37 - NIRE 35218595785 - ("SOCIEDADE"), DE 14.08.2024

EXTRATO DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA, DO TIPO LIMITADA, DENOMINADA BRI PARTICIPAÇÕES LTDA.

Data e Local: 14.08.2024, na sede social, Avenida Paulista, n° 2.150, 17° andar, Bela Vista, São Paulo - SP, CEP 01310-300. **Presença:** Totalidade do capital social: **Banco Alfa de Investimento S.A.**, sociedade por ações, inscrita no CNPJ nº 60.770.336/0001-65 e com seus atos arquivados sob o NIRE 35300053222, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, n° 2.150, 17° andar, Bela Vista, São Paulo - SP, CEP 01310-300 ("Banco Alfa de Investimento"); e **Banco Safra S.A.**, sociedade por ações, inscrita no CNPJ nº 58.160.789/0001-28, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 2.100, Bela Vista, CEP 01310-930 ("Banco Safra"), por meio de seus representantes legais. **Deliberação:** Dentre outras deliberações, os sócios deliberaram, por unanimidade, aprovar a redução do capital social da Sociedade, em R$50.000.000,00, por considerá-lo excessivo em relação ao seu objeto social, nos termos do Inciso II do Artigo 1.082 da Lei 10.406/2002 (Código Civil), passando o capital social de R$76.867.565,00 para R$26.867.565,00, com o consequente cancelamento de 50.000.000 de quotas, sendo 49.999.587 de titularidade do Banco Alfa de Investimento S.A. e 413 de titularidade do Banco Safra S.A., com a correspondente devolução de recursos aos sócios, em moeda corrente nacional, proporcionalmente às suas respectivas participações no capital da Sociedade, sendo R$49.999.587,00 para o Banco Alfa de Investimento S.A. e R$413,00 para o Banco Safra S.A., mantendo-se, desta forma, inalterados os percentuais de participação de cada sócio no capital social da Sociedade. **Sócios**: **Banco Alfa de Investimento S.A.**, representado por Marcos Lima Monteiro e Fabiano Siqueira de Oliveira; e **Banco Safra S.A.**, representado por Leandro de Azambuja Micotti e Carlos Pelá.

ORE SECURITIZADORA S.A.

Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 12.320.349/0001-90

NONA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 46ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO DA ORE SECURITIZADORA S.A. - EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Os senhores Titulares de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 46ª Série da 1ª Emissão da ORE Securitizadora S.A. (respectivamente "Investidores" ou "Titulares", "CRI" e "Securitizadora"), e a FRAM Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Agente Fiduciário"), estão convocados a se reunirem à Nona Assembleia Geral Extraordinária dos Titulares dos CRI ("9ª AGT"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia **05 de setembro de 2024, às 15:00 horas**, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de voto, por meio da plataforma "*Microsoft Teams*". O acesso à plataforma eletrônica será disponibilizado pela Securitizadora aos Titulares de CRI que enviarem solicitação para operacaofatorore@fator.com.br, sendo que, haverá a possibilidade de participação a distância, por meio do preenchimento da instrução de voto, conforme instruções enviadas pelo Agente Fiduciário a todos os Investidores. Os Titulares dos CRI que fizerem o envio da instrução de voto até o início da 9ª AGT, e esta for considerada válida, não precisarão acessar o link para participação digital da 9ª AGT, sendo sua participação e voto computados de forma automática. **Ordem do Dia:** A 9ª AGT tem como objetivo deliberar sobre a prorrogação do prazo para apresentação das demonstrações financeiras consolidadas e auditadas pela Devedora, referentes ao ano contábil de 2023, onde o prazo deliberado na 8ª Assembleia Geral, realizada em 09 de maio de 2024, encerrou em 08 de julho de 2024. Os termos iniciados por letras maiúsculas não definidos nesta convocação terão os significados a eles atribuídos nos Documentos da Operação. As procurações e/ou instrução de voto, se aplicável, deverão ser enviados acompanhados de cópia: (i) da totalidade dos documentos que comprovem a representação do titular, incluindo mas não se limitando a, contratos e/ou estatutos sociais, regulamentos, atas e procurações; e (ii) do documento de identificação dos signatários, e encaminhada até 02 (dois) dias úteis antes da realização da 9ª AGT, para os e-mails operacaofatorore@fator.com.br e agentefiduciario@framcapital.com. A 9ª AGT será instalada em primeira convocação com a presença dos Investidores que representem, pelo menos 50% mais um dos CRI em Circulação, nos termos da cláusula 15.3.1. do Termo de Securitização, sendo válidas as deliberações tomadas pelos Investidores que representem a maioria dos CRI em Circulação presentes à 9ª AGT, conforme cláusula 15.8. do Termo de Securitização.

São Paulo/SP, 22 de agosto de 2024. Diretora de Securitização



COMUNICADO

Nº do Processo: 024.00124330/2023-15

INTERESSADO: Gabinete do Secretário - Grupo de Informática em Saúde - GIS

ASSUNTO: Contratação de Empresa para a Prestação de Serviços Especializados em Informática (Vacivida)

NÚMERO DE REFERÊNCIA: DISPENSA Nº 22/2024

Trata a presente Contratação de Empresa para a Prestação de Serviços Especializados em Informática, visando ambiente de hospedagem gerenciada dos Sistemas Vacivida/Vacinômetro. À vista das manifestações constantes dos autos, destacada a Informação 0037166820, às quais me reporto a título de despacho e motivação para o presente ato, e considerando o valor estimado para a contratação pretendida, **AUTORIZO a contratação, mediante Dispensa de Licitação nº 22/2024**, observadas as normas legais incidentes e a disponibilidade orçamentária, da empresa **COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - PRODESP, CNPJ: 62.577.929/0001-35,** fundamentada nos termos do artigo 75, inciso IX, da Lei Federal nº 14.133/2021 - Nova Lei de Licitações e Contratos, para a prestação de serviços especializados em informática, visando ambiente de hospedagem gerenciada dos Sistemas Vacivida/Vacinômetro - Vacivida, no valor total de **R$ 36.655.576,20 (trinta e seis milhões, seiscentos e cinquenta e cinco mil, quinhentos e setenta e seis reais e vinte centavos).**



Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.

CNPJ/MF nº 87.376.109/0001-06 – NIRE 35.300.196.619

Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 28 de março de 2024

Data, Hora e Local: Aos 28/03/2024, às 14h30, na sede social da Companhia. **Quorum:** Presentes os acionistas titulares de ações representativas de 99,8 % do capital votante da Companhia, conforme presenças registradas no Livro de Presenças de Acionistas da Companhia. **Convocação:** Edital de convocação publicado no jornal Valor Econômico, de forma impressa e digital, nos dias 19, 20 e 21/03/2024. **Publicações Legais:** Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023, publicadas no jornal Valor Econômico em 26/02/2024. **Mesa:** Presidente: Marcelo Malanga; e Secretário: Felipe Name Francisco. **Ordem do Dia: Em AGO: (I)** Apreciar as contas dos administradores da Companhia, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes e do Parecer do Atuário da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023; **(II)** Deliberar sobre a aprovação da proposta de destinação do lucro líquido da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31/12/2023; **(III)** Fixar o limite anual da remuneração global dos administradores da Companhia, compreendendo também os membros do Comitê de Auditoria, até a próxima AGO; **Em AGE**: **(I)** Eleger membro suplente do Conselho de Administração; e **(II)** Ratificar a composição dos membros do Conselho de Administração. **Deliberações: (I)** Aprovar, sem ressalvas, as contas dos administradores, o Relatório Anual da Diretoria, o Balanço Patrimonial, o Parecer dos Auditores Independentes e o Parecer Atuarial e as demais Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2023, que foram publicados no jornal Valor Econômico em 26/02/2024. **(II)** Aprovar a destinação do lucro líquido da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31/12/2023, no montante de R$ 1.357.844.555,15, na forma que se segue, conforme proposta da administração constante nas Demonstrações Financeiras da Companhia: (i) A Companhia deixou de destinar o percentual de 5% à Reserva Legal, em razão do atingimento do limite do saldo dessa reserva. (ii) Para pagamento de dividendos referente ao resultado do exercício de 2023, no montante de R$ 919.702.804,11, com data de crédito no dia 11/12/2023, conforme deliberado na Reunião do Conselho de Administração de 04/12/2023. (iii) Distribuição de Juros sobre o Capital Próprio calculado sobre o Patrimônio Líquido da Companhia, no valor bruto de R$ 230.297.195,89, respeitando-se as condições de dedutibilidade previstas na legislação vigente, com data de crédito no dia 11/12/2023, conforme deliberado na RCA de 04/12/2023. (iv) Destinar o montante de R$ 207.844.555,15, dentro da reserva estatutária "Reserva para Equalização de Dividendos", conforme previsto no estatuto social da Companhia. **(III)** Fixar a remuneração global e anual dos Administradores e dos membros do Comitê de Auditoria, no valor de até R$ 8.987.071,00, até a próxima AGO a ser realizada em 2025. **Em AGE: (I)** Eleger como membro do Conselho de Administração, com mandato até 28/03/2027: a) **Denis Ferro Junior**, RG nº 29.280.637-1 SSP/SP, CPF nº 146.564.278-10, para ocupar o cargo de membro suplente do Conselho de Administração. O membro do Conselho de Administração ora eleito, não está incurso em nenhum crime previsto em lei que o impeça de exercer atividades mercantis, em especial aqueles mencionados no art. 147 da Lei de S.A., bem como atende as condições previstas na Resolução CNSP nº 422/2021. O membro do Conselho de Administração eleito na presente Assembleia, toma posse no cargo nesta data, 28/03/2024, conforme Termo de Posse que fica arquivado na sede da Companhia. **(II)** Ratificar a composição dos membros do Conselho de Administração da Companhia: **Nome – Início do mandato – Fim do mandato:** Claudio Alberto Chiesa – Presidente 12/09/2022 – 12/09/2025; Carlos Rey de Vicente – Efetivo 24/01/2022 – 24/01/2025; Carmen Martinez Briongos – Efetivo 24/01/2022 – 24/01/2025; Edson Luis Franco – Efetivo 23/01/2024 – 23/01/2027; Francisco Del Cura Ayuso – Efetivo 24/01/2022 – 24/01/2025; Gustavo Bortolotto – Efetivo 24/01/2022 – 24/01/2025; Murilo Setti Riedel – Efetivo 12/09/2022 – 12/09/2025; Sidemar Aparecido Spricigo – Efetivo 23/01/2024 – 23/01/2027; Ana Puche Lázaro – Suplente 12/09/2022 – 12/09/2025; Denis Ferro Junior 28/03/2024 – 28/03/2027; Eduardo Marcelo Feldman Maur – Suplente 24/01/2022 – 24/01/2025; Fabio Coelho Neto – Suplente 21/11/2022 – 21/11/2025; Helio Flagon Flausino Gonçalves – Suplente 23/01/2024 – 23/01/2027; Maria Aranzazu Jorquera Vila – Suplente 21/11/2022 – 21/11/2025; Sven Feistel – Suplente 23/01/2024 – 23/01/2027. **Administradores:** Presentes os administradores da Companhia, consoante o disposto no art. 134, § 1º, da Lei 6.404/76. **Auditor Independente e Atuário:** Foi dispensada a presença dos Auditores Independentes e do Atuário. **Conselho Fiscal:** O Conselho Fiscal da Companhia não foi ouvido por não se encontrar instalado no período. **Documentos Arquivados:** Foram arquivados na sede da Sociedade, devidamente autenticados pela Mesa, os documentos submetidos à apreciação da Assembleia, referidos nesta ata. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos desta Assembleia Geral, lavrando-se no livro próprio, a presente ata que, lida e achada conforme, foi aprovada por todos os presentes, que a subscrevem. **Ass.:** Presidente da Mesa: Marcelo Malanga, Secretário da Mesa: Felipe Name Francisco, Acionistas: Zurich Santander Holding (SPAIN) S.L. e Zurich Latin America Holding S.L., ambas representadas por seu procurador, Marcelo Malanga. São Paulo, 28/03/2024. Ass.: **Felipe Name Francisco** – Secretário da Mesa. JUCESP. Registrado sob o nº 305.380/24-2 em 16/08/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

AQUI, SEU ANÚNCIO ENCONTRA O PÚBLICO CERTO. ANUNCIE!

ACESSE EDITORAGLOBONEGOCIOS.COM.BR E SAIBA MAIS.



AQUI, SEU ANÚNCIO ENCONTRA O PÚBLICO CERTO. ANUNCIE!

ACESSE EDITORAGLOBONEGOCIOS.COM.BR E SAIBA MAIS.



INÊS 249

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA 13ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF CRA018001E1) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 19 DE SETEMBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 02 DE OUTUBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 13ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRA", "CRA" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 13ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 04 de abril de 2018, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRA ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **19 de setembro de 2024, às 14:10 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **02 de outubro de 2024, às 14:40 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de setembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRA que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRA 13ª Série da 1ª Emissão – (IF CRA018001E1), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRA; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRA (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRA poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRA ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRA ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRA, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 26 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª SÉRIE DA 95ª EMISSÃO (IF 22L1035737) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 19 DE SETEMBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 02 DE OUTUBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª Série da 95ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª Série da 95ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 08 de dezembro de 2022, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **19 de setembro de 2024, às 14:20 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **02 de outubro de 2024, às 14:50 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 1ª Série da 95ª Emissão – (IF 22L1035737), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": a) **participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 26 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª SÉRIE DA 108ª EMISSÃO (IF 22L1474446) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 23 DE SETEMBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 04 DE OUTUBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª Série da 108ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª Série da 108ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 20 de dezembro de 2022, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **23 de setembro de 2024, às 14:50 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **04 de outubro de 2024, às 11:40 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 1ª Série da 108ª Emissão – (IF 22L1474446), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": a) **participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 26 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DAS 1ª E 2ª SÉRIES DA 73ª EMISSÃO (IF CRA023000MA/CRA023000MB) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 20 DE SETEMBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 03 DE OUTUBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio das 1ª e 2ª Séries da 73ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRA", "CRA" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio das 1ª e 2ª Séries da 73ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 19 de janeiro de 2022, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRA ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **20 de setembro de 2024, às 14:00 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **03 de outubro de 2024, às 14:30 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRA que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRA 1ª e 2ª Séries da 73ª Emissão – (IF CRA023000MA/CRA023000MB), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRA; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRA (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRA poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRA ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRA com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRA ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRA, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 22 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 430ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 21L0354325) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 16 DE SETEMBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 30 DE SETEMBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 430ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 430ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 08 de dezembro de 2021, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **16 de setembro de 2024, às 14:10 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **30 de setembro de 2024, às 14:20 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de setembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 430ª Série da 1ª Emissão – (IF 21L0354325), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": a) **participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 22 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 415ª E 416ª SÉRIES DA 1ª EMISSÃO (IF 21K0550408 / 21K0552765) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 20 DE SETEMBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 03 DE OUTUBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 415ª e 416ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 415ª e 416ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 09 de novembro de 2021, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **20 de setembro de 2024, às 14:30 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **03 de outubro de 2024, às 15:00 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de setembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 415ª e 416ª Séries da 1ª Emissão – (IF 21K0550408 / 21K0552765), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 22 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª SÉRIE DA 46ª EMISSÃO (IF 22L1467623) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 18 DE SETEMBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 01 DE OUTUBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª Série da 46ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª Série da 46ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 07 de maio de 2010, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **18 de setembro de 2024, às 14:00 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **01 de outubro de 2024, às 14:30 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de setembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 1ª Série da 46ª Emissão - (IF 22L1467623), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 23 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 400ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 21L0666609) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 18 DE SETEMBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 01 DE OUTUBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 400ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 400ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 03 de dezembro de 2021, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **18 de setembro de 2024, às 14:10 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **01 de outubro de 2024, às 14:40 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de setembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 400ª Série da 1ª Emissão – (IF 21L0666609), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": a) **participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 23 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

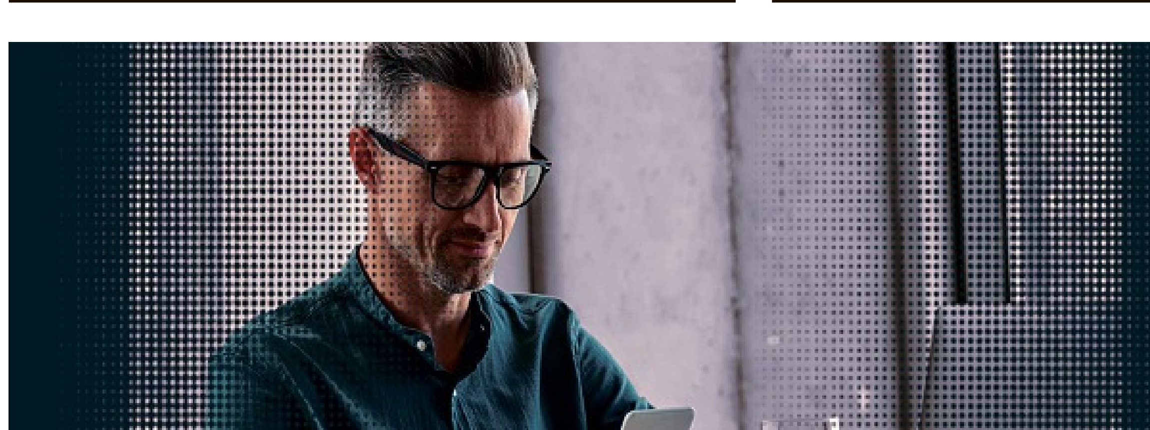
OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 455ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 21L0694148) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 18 DE SETEMBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 01 DE OUTUBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 455ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 455ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 03 de dezembro de 2021, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **18 de setembro de 2024, às 14:20 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **01 de outubro de 2024, às 14:50 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de setembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 455ª Série da 1ª Emissão – (IF 21L0694148), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 23 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores



Informação, análises e conteúdo aprofundado.
Tudo isso você lê no Valor.



Seja um assinante:
Acesse assinevalor.com.br
Ligue 0800 701 8888